



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
FACULDADE DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
Centro de Estudos de Geografia do Trabalho – CEGeT
www.prudente.unesp.br/ceget



CEGeT

Centro de Estudos de
Geografia do Trabalho

Laboratório

**AS AÇÕES DO AGROHIDRONEGÓCIO, O PAPEL DO
ESTADO E AS FORMAS DE CONTROLE DO
TRABALHO NO MATO GROSSO DO SUL**

JOSÉ ROBERTO NUNES DE AZEVEDO

PRESIDENTE PRUDENTE-SP

2013

JOSÉ ROBERTO NUNES DE AZEVEDO

**AS AÇÕES DO AGROHIDRONEGÓCIO, O
PAPEL DO ESTADO E AS FORMAS DE CONTROLE
DO TRABALHO NO MATO GROSSO DO SUL**

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, da Universidade Estadual Paulista, Campus de Presidente Prudente, com vistas a obter o título de doutor em Geografia.

ORIENTADOR: ANTONIO THOMAZ JUNIOR.

PRESIDENTE PRUDENTE-SP

2013

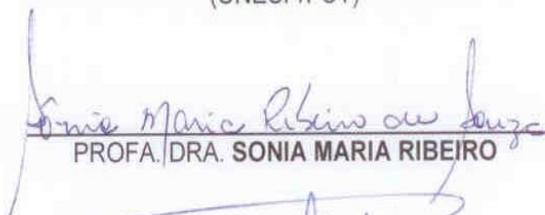
BANCA EXAMINADORA



PROF. DR. ANTONIO THOMAZ JUNIOR
ORIENTADOR



PROF. DR. CARLOS ALBERTO FELICIANO
(UNESP/FCT)



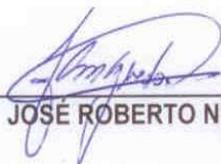
PROFA. DRA. SONIA MARIA RIBEIRO



PROF. DR. JOÃO CLEPS JUNIOR
(UFU)



PROF. DR. ENEAS RENTE FERREIRA
(UNESP/IGCE)

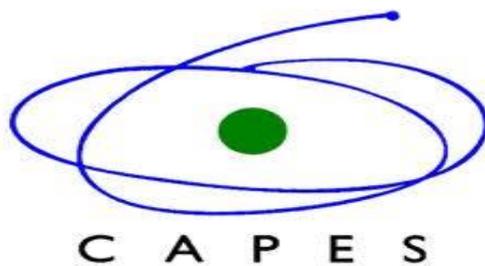


JOSÉ ROBERTO NUNES DE AZEVEDO

Presidente Prudente (SP), 23 de dezembro de 2013.

RESULTADO: Aprovado

Trabalho realizado com o apoio financeiro da:



DEDICATÓRIA

Nos caminhos que percorri em minha vida pessoal
Nas escolhas profissionais
Entre as opções de trabalho que escolhi
Tudo valeu a pena e foram importantes para minha evolução
Enquanto homem e ser humano
mas acima de tudo é
Por você meu Filho, Pedro de Oliveira Azevedo
Que dedico este trabalho, pois me alegro a cada oportunidade de te ver,
brincar, passear sem rumo e
mesmo quando é preciso chamar atenção
e ensinar em palavras e ações o que é certo ou errado, tenho a noção exata da sua importância
e o que representa um filho em nossa vida.
Perceber no brilho dos seus olhos e na alegria de cada encontro, o que nem um livro é capaz
de expressar. Por isso tudo me coloco a
cada dia mais e mais envolvido
com as coisas que faço, mas agradeço a Deus por você existir
e fazer do meu dia-a-dia algo muito mais interessante.

AGRADECIMENTOS

São inúmeras as pessoas que apoiaram diretamente a realização deste trabalho sejam através de dicas, conselhos, leituras e observações. Do mesmo modo tenho um conjunto de outras que me ajudaram mesmo que indiretamente a construir cenários, aprender a lutar contra o tempo e fazer do espaço cotidiano algo melhor.

Primeiramente agradeço a Deus e Nossa Senhora Aparecida a quem elevo meu pensamento, pois fui fortalecido nesta trajetória de estudos, definida por momentos marcantes em minha vida pessoal e profissional que prefiro omitir. Do mesmo modo agradeço imensamente aos meus pais – José Nunes de Azevedo e Valdilia Fabrício de Azevedo - e familiares a quem tenho respeito e consideração inigualáveis.

Ao Professor e amigo Antonio Thomaz Júnior que dia-a-dia aprendo a respeitar não só pelo conhecimento, mas pelas situações que permite enxergar, afinal já são mais de 12 anos trabalhando juntos em Bolsas de estudo, nas modalidades: Apoio Acadêmico e Extensão, Iniciação Científica, Mestrado e agora Doutorado. Meu muito obrigado!

Bem, meus amigos estes foram fundamentais, pois me ensinaram a ver as possibilidades e fazer delas momentos de aprendizagem. Por isso lembro desde agora o incentivo do Grande irmão Tulio Barbosa, Prof. Edson Rosa, Elias Coimbra, Marcelo Nunes, Marcos Mondardo, Rubens Sobrinho, João Vitor Ramos, Guilherme Marini, Evandro Pedro, Celso Tomazelli, Bruno (Primo) e tantos outros que prefiro não sublinhar nestas breves linhas.

Aos funcionários da FCT/UNESP com quem convivo desde 2001 e que sempre colocaram-se dispostos a ajudar e colaborar com o desenvolvimento do trabalho, e mais que isso se fizeram amigos nessa jornada, especialmente à Nair, Lúcia, Flora, Maria, Luciano, Alex, Regina, Cláudia (Telefonista) Tamae (Escritório FAPESP) etc. Aos professores que já tem acompanhado o desenvolvimento do meu trabalho e com quem em momento diferentes da jornada escolar pude trocar idéias, especialmente Miguel Benito Gimenes, Lisandra Pereira Lamoso, José Jorge Gebara etc.

Àqueles (as) que acreditaram na Revista Cosmos, ainda em 2003, quando eu, o Tulio Barbosa e Pedro Paulo B. Castro lançamos a semente de um periódico independente e comprometido com a realidade e que também em 2013 renasce juntamente com nossos sonhos e perspectivas futuras. Não poderia deixar de agradecer neste sentido novamente apoio incondicional dos Professores: Antonio Maria Garcia Tomazzelli e Divino José, José Roberto

Castilho, José Caetano, César Leal, Carlos Augusto Figueiredo Monteiro, Maurício W. e tantos outros que apoiaram financeiramente (Sindicatos) e, é certo, os alunos da graduação que desde o início apoiaram aquela iniciativa.

Aos Professores que participaram da Banca de Qualificação e que contribuíram sobremaneira para a melhoria do texto, organização das idéias, além de sugestões pertinentes sobre procedimentos em geral a serem encaminhados na reta final da tese, obrigado: Thomaz, Carlos Alberto Feliciano, Sônia Maria Ribeiro de Souza!

Destaco o apoio dos amigos da Escola Estadual Celestina, com que passei a conviver em 2013, encontrado especialmente nos papos diários, nas brincadeiras, nas reuniões pedagógicas etc. o incentivo para crer que tudo que é feito com amor é alcançado e pode-se ir além do inimaginável.

A minha alegria, fonte de inspiração e que me fortalece pela simplicidade das ações, pelo sorriso espontâneo, à você Pedro, meu filho a quem dedico este trabalho e quem sempre levarei comigo onde quer que eu esteja e onde quer que eu vá.

Á minha querida Ligia, mulher que marca profundamente minha vida, e que depois de longos anos tive a oportunidade de reencontrar e nas andanças, idas e vindas, me possibilitou ver que tudo que fazemos pode ser diferente, mais intenso e real, sem perder a ternura e com muita alegria, amor e dedicação. Ligia, amo você!

A CAPES e a FAPESP que desde 2010 incentivaram a pesquisa e permitiram a execução do plano de trabalho.

RESUMO

Apresentamos na presente tese os resultados da investigação realizada entre 2010 e 2013 no estado do Mato Grosso do Sul em relação ao processo em curso de dominação do capital agroindustrial canavieiro que tem atribuído em exploração marcante da mão de obra envolvida, a qual é constituída de trabalhadores migrantes, indígenas, somadas ainda às fileiras de trabalhadores locais, provindas dos municípios Sul-Mato-Grossenses. Trata-se de um processo marcante de avanço do capital no país direcionado para áreas de fronteira agrícola onde denota-se estreita aliança com Estado. Assim, temos interesses convergentes de latifundiários preocupados com a posse, legitimação e conseqüente garantia de lucro através da expansão da Cana-de-açúcar, do próprio empresariado nacional e estrangeiro, com ou sem tradição no setor agroindustrial canavieiro, endoçados por seu turno pela ação concomitante de entidades de representação do agrohídronegócio. Logo, observa-se a estruturação de relações de poder que expressam diretamente em mazelas no território.

PALAVRAS-CHAVE:

Agroindústria Canavieira, Trabalho, Agrohídronegócio, Relações de Trabalho e Produção, Mato Grosso do Sul.

ABSTRACT

We present in this paper the results of research conducted between 2010 and 2013 in the state of Mato Grosso do Sul in relation to the ongoing process of domination of the sugarcane agro-industrial capital that has awarded exploration striking the hand labor involved, which consists of migrant workers, indigenous, still added to the ranks of local workers, drawn-southern municipalities of Mato Grosso do Sul. It is a process marked advance in the country's capital directed to areas where the agricultural frontier is denoted close alliance with the state. Thus, we have converging interests of landowners concerned with ownership, legitimacy and consequent profit guarantee through the expansion of cane sugar's own domestic and foreign businessmen, with or without tradition in sugarcane agribusiness, endogamous turn by the action concurrent entities representing agribusiness. Thus, we observe the structure of power relations that express directly ills in the territory.

KEY-WORD:

Sugarcane Industry, Labor, Capital, Agrohídronegocio, Labor Relations and Production, Mato Grosso do Sul.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01	Chamada para realização de audiência pública em Fátima do Sul	48
Figura 02	Futura área de instalação da Breco	49
Figura 03	Zoneamento Agroecológico da Cana-de-açúcar para o estado do Mato Grosso do Sul	62
Figura 04	Bioma Amazônico, Bioma Pantanal e Bacia do Alto Paraguai	64
Figura 05	Distância da área de expansão da Cana-de-açúcar do bioma Amazônico	65
Figura 06	Áreas com aptidão para lavoura- MS	74
Figura 07	Vista da planta industrial da agroindústria Aurora Açúcar e Alcool	102
Figura 08	Angélica Agroenergia – vista frontal da esteira de bagaço	111
Figura 09	Operação de descarte de bagaço na Angélica Agroenergia	162
Figura 10	Trabalhador migrante na etapa de corte da Cana-de-açúcar	202
Figura 11	Propaganda do BNDES	210
Figura 12	Carregamento de Cana-de-açúcar por trator na lavoura	258
Figura 13	Transporte de Cana-de-açúcar com Motocana	258

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01	Empregos diretos gerados no Mato Grosso do Sul pela agroindústria canavieira	33
Gráfico 02	Maiores Estados Produtores do Brasil – safra 2012/2013	44
Gráfico 03	Mato Grosso do Sul - Etanol (Anidro, Hidratado) –Total m ³	57
Gráfico 04	Exportação de açúcar em MS	58
Gráfico 05	Mato Grosso do Sul – Crescimento da Produção de Cana-de-açúcar (toneladas)	60
Gráfico 06	Co-geração Gigawatt hora	108
Gráfico 07	Plantio mecanizado em Mato Grosso do Sul – safra 2012/2013	243
Gráfico 08	Colheita mecanizada da cana-de-açúcar	244
Gráfico 09	Produtividades da cana-de-açúcar em MS - Toneladas/hectare	246

LISTA DE TABELAS

Tabela 01	Investimentos de novas agroindústrias canavieiras no Brasil	32
Tabela 02	Mudança de razão social pelas agroindústrias canavieiras no Mato Grosso do Sul	42
Tabela 03	Produção de Cana-de-açúcar (t) dos principais estados produtores	43
Tabela 04	Área com Cana-de-açúcar - Municípios Sul-Mato-Grossenses	51
Tabela 05	Projeção da produção de álcool (m ³) no Mato Grosso do Sul (2008 a 2012)	53
Tabela 06	Exportações do agrohidronegócio brasileiro	56
Tabela 07	Comparação da produção de Cana-de-açúcar (Centro-Sul e Norte/Nordeste)	59
Tabela 08	Evolução da área colhida com Cana-de-açúcar no Brasil	66
Tabela 09	Evolução da produtividade da Cana-de-açúcar no Brasil	68

Tabela 10	Agroindústrias canavieiras instaladas em Mato Grosso do Sul	71
Tabela 11	Empresas que solicitaram co-geração no Mato Grosso do Sul	106
Tabela 12	Montantes de recursos arrecadados pelas agroindústrias junto ao BNDES	110
Tabela 13	Assassinatos de indígenas no Brasil e em Mato Grosso do Sul (2003-2010)	236
Tabela 14	Assentamentos rurais localizados na área de abrangência das agroindústrias canavieiras: Aurora, Laguna e Santa Helena	238
Tabela 15	Assentamentos rurais localizados na área de abrangência das agroindústrias - LDC-SEV, Passatempo, Eldorado, LDC Bioenergia, santa Luzia e CBAA	240
Tabela 16	Estrutura Fundiária - Mato Grosso do Sul - 2006	266

LISTA DE QUADROS

Quadro 01	Participação das agroindústrias canavieiras nos grupos econômicos	26
Quadro 02	Distribuição das empresas associadas à UDOP	38
Quadro 03	Distribuição das empresas do Grupo Bunge	77
Quadro 04	Distribuição das empresas do Grupo Cosan	79
Quadro 05	Distribuição das empresas do Grupo ETH	81
Quadro 06	Distribuição das empresas do Grupo LDC	83
Quadro 07	Empresas agrícolas atuantes no Mato Grosso do Sul	88
Quadro 08	Propriedades sob domínio da empresa Rio Correntes Agrícola S.A.	90
Quadro 09	Agroindústrias que receberam recursos do FCO	100
Quadro 10	Investimentos previstos na área industrial	101
Quadro 11	Atividades previstas no Programa Energia Social	137
Quadro 12	Média salarial dos trabalhadores nas etapas agrícolas da cana-de-açúcar	184
Quadro 13	Diagnóstico de irregularidades - Setor Agroindustrial Canavieiro no Mato Grosso do Sul	189
Quadro 14	Propriedade da família Junqueira e políticos	212
Quadro 15	Relação de propriedades e produtores de Cana-de-açúcar no interior da T.I.	214
Quadro 16	Listagem das 73 terras indígenas sem providência em Mato Grosso do Sul	225
Quadro 17	O processo de demarcação de Terras Indígenas no Mato Grosso do Sul	227
Quadro 18	Bancada ruralista: os 20 maiores patrimônios declarados	230

LISTA DE MAPAS

Mapa 01	Territorialização da agroindústria canavieira no Mato Grosso do Sul	72
---------	---	----

LISTA DE SIGLAS

ABIA	Associação Brasileira da Indústria de Alimentos
AGRAER	Agência de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural
AGU	Advocacia Geral da União
ASMEST	Associação sul-mato-grossense de Engenharia e Segurança do Trabalho
BACEN	Banco Central do Brasil
BIOSUL	Associação dos Produtores de Bioenergia do Mato Grosso do Sul
CANASUL	Congresso da Cadeia Produtiva da Cana-de-açúcar
CAND	Colônia Agrícola Nacional de Dourados
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CNAA	Companhia Nacional de Açúcar e Álcool
C/S	Centro-Sul
CEGeT	Centro de Estudos de Geografia do Trabalho
CEMOSI	Centro de Memória, Documentação e Hemeroteca Sindical "Florestan Fernandes".
CEISEBR	Centro Nacional das Indústrias do Setor Sucroenergético e Biocombustíveis
CENAL	Comissão Executiva Nacional do Álcool
CETEC	
CIAT	Centro Integrado de Atendimento ao Trabalhador
CIMI	Conselho Indigenista Missionário
CF	Constituição Federal
CLT	Consolidação das Leis Trabalhistas
CNA	Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária do Brasil
CONTAG	Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
COPLACANA	Cooperativa dos Plantadores de Cana-de-Açúcar
CPI	Comissão Parlamentar de Inquérito
CREA	Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia de Mato Grosso do Sul.
DIT	Divisão Internacional do Trabalho
DOU	Diário Oficial da União
DRT	Delegacia Regional de Trabalho
EPI	Equipamento de Proteção Individual
ETCS	
FAMASUL	Federação da Agricultura e Pecuária do Mato Grosso do Sul
FAPESP	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo
FAT	Fundo de Amparo ao Trabalhador
FEICANA	Feira de Negócios da Agroindústria Sucroalcooleira
FEPATI/MS	Fundo Estadual para Aquisição de Terras Indígenas em Mato Grosso do Sul
FERAESP	Federação dos Empregados Rurais do Estado de São Paulo
FETAGRIMS	Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Mato Grosso do Sul
FETAGPI	Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Piauí
FGTS	Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
FIEMS	Federação das Indústrias do Estado de Mato Grosso do Sul
FMI	Fundo Monetário Internacional
FTI	Federação dos Trabalhadores nas Indústrias
FUNAI	Fundação Nacional do Índio
FUNDERSUL	Fundo de Desenvolvimento do Sistema Rodoviário do Estado de Mato Grosso do Sul
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IAA	Instituto de Açúcar e do Álcool

IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMS	Imposto Sobre Circulação e Serviços
IEA	Instituto de Economia Agrícola
IDATERRA	Instituto de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural
IMAM	Instituto do Meio Ambiente de Dourados
INSS	Instituto Nacional de Seguridade Social
LDC	Louis Dreyfus Commodities
LER	Lesões por Esforços Repetitivos
MAPA	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MPF	Ministério Público Federal
MPT	Ministério Público do Trabalho
MRT	Ministério Regional do Trabalho
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego
OAB	Ordem dos Advogados do Brasil
OIT	Organização Internacional do Trabalho
ONG	Organização Não Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
OPEP	Organização dos Países Exportadores de Petróleo
PAS	Plano de Assistência Social
PASS	Programa de Apoio ao Setor Sucroalcooleiro
PLANSEQ	Plano Setorial de Qualificação Sucroalcooleiro
PLANTEQ	Plano Territorial de Qualificação
PROÁLCOOL	Programa Nacional do Alcool
PRONATEC	Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
RIMA	Relatório de Impacto Ambiental
SECJT	Secretaria Estadual de Cidadania, Justiça e Trabalho
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SENAR	Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
SEPROTUR	Secretaria de Produção e Turismo do Mato Grosso do Sul
SINDAL	Sindicato da Indústria da Fabricação do Alcool do Estado de Mato Grosso do Sul
SINDAG	Sindicato Nacional da Indústria de Produtos para Defesa Agrícola
SINDUSCOM	Sindicato Nacional das Distribuidoras de Combustíveis
SINTRAFAAD	Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Fabricação de Açúcar e Alcool de Dourados.
SNCR	Sistema Nacional de Cadastro Rural
SRI	Secretaria de Relações Internacionais do Agronegócio
STR	Sindicato dos Trabalhadores Rurais
SULCANAS	Associação Sul-Matogrossense de Fornecedores de Cana
TAC	Termo de Ajuste de Conduta
TEAS	Terminal Exportador de Alcool de Santos
TI	Territórios Indígenas
TRT	Tribunal Regional do Trabalho
UCDB	Universidade Católica Dom Bosco
UDOP	União dos Produtores de Bioenergia
ÚNICA	União da Agroindústria Canavieira do Estado de São Paulo

SUMÁRIO

Dedicatória	i
Agradecimentos	ii
Resumo	iii
Abstract	iv
Lista de figuras	v
Lista de gráficos	vi
Lista de tabelas	vii
Lista de mapa	viii
Lista de siglas	ix
INTRODUÇÃO	01
CAPÍTULO 01 – A EXPANSÃO DO AGROHIDRONEGÓCIO CANAVIEIRO EM MATO GROSSO DO SUL	07
1.1 - O Agrohidronegócio e as mediações políticas envolvidas no campo a partir dos anos 1950 no Brasil	08
1. 2. - O processo de concentração e centralização de capitais.	22
1.3 O processo de organização do capital canavieiro no Mato Grosso do Sul: as entidades de representação do capital	35
1.31 – UNIAO DA INDUSTRIA DA CANA DE AÇUCAR (ÚNICA)	35
1.3.2 – UNIAO DOS PRODUTORES DE BIOENERCIA	37
1.3.3 – ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES DE BIOENERGIA DE MS (BIOSUL)	38
1.4 – A expansão da agroindústria canavieira em Mato Grosso do Sul	41
CAPITULO 02 - AGROHIDRONEGÓCIO E AS NOVAS FRONTEIRAS DA PRODUÇÃO	55
2.1 - Os grupos agroindustriais canavieiros atuantes em Mato Grosso do Sul	75
2.1.1 – ADEAGRO	75
2.1.2 – BUNGE	76
2.1.3 – COSAN	77
2.1.4 – ETH	80
2.1.5 – LDC	83
2.1.6 – J. PESSOA	85
2.1.7 – UNIALCOOL	85

2.1.8 – EMPRESAS INDEPENDENTES	86
2.2 - A ação das empresas agrícolas no âmbito do agrohidronegócio canavieiro	88
2.3 - A disputa territorial entre as agroindústrias canavieiras no disciplinamento da distância no plantio de cana-de-açúcar	91
CAPITULO 03 – ACÇÃO DO ESTADO NO PROCESSO DE EXPANSÃO DO CAPITAL CANAVIEIRO	95
3.1 - Ação estatal e o sentido das benesses para o capital	96
3.2 - Ações governamentais para regular o setor	112
3.3 - O setor canavieiro redefinindo a qualificação profissional	117
3.4 – Estratégias de dominação do capital agroindustrial canavieiro	135
3.5 - O papel do capital agroindustrial canavieiro para a consolidação da matriz bioenergética	150
3.6 – O <i>merchandising</i> do agrohidronegócio: programas e eventos em torno da agroindústria canavieira	159
CAPITULO 04 – A DEGRADAÇÃO DO TRABALHO NA AGROINDÚSTRIA CANAVIEIRA NO MATO GROSSO DO SUL	171
4.1 - Marcos e pressupostos da degradação do trabalho	172
4.2 - O trabalho escravo e o desenvolvimento do capital	209
4.3 - Ação estatal na fiscalização das condições de trabalho	215
4.4 - Ação do capital agroindustrial canavieiro na dizimação/destruição dos territórios indígena.	219
4.5 - Os assentamentos rurais no contexto da expansão da Cana-de-açúcar	238
4.6. - O processo de mecanização nos canaviais e os impactos nas relações de trabalho	242
4.7 - Construindo cenários para o Mato Grosso do Sul	263
CONSIDERAÇÕES FINAIS	274
BIBLIOGRAFIA	281
DOCUMENTOS CONSULTADOS	303
VIDEOS CONSULTADOS	304
SITES VISITADOS	305

INTRODUÇÃO

Apresentamos nesta tese nossas compreensões a respeito do processo recente de expansão do agrohidronegócio canavieiro no Mato Grosso do Sul. Vinculamos a isto o propósito de demonstrar os principais ingredientes e conteúdos que caracterizam o território Sul-Mato-Grossense, considerando neste aspecto particularmente a territorialização da cana-de-açúcar e os processos contraditórios envolvidos.

Buscamos com isso entender o papel do agrohidronegócio no âmbito das relações capitalistas de produção ao mesmo tempo em que desnudamos as principais mudanças em curso no Mato Grosso do Sul em virtude do avanço da cana-de-açúcar e da agroindústria canavieira, mediante a implantação/ampliação das unidades agroprocessadoras e os rebatimentos desse processo para sociedade em geral e para os trabalhadores em específico. Dessa forma, destaca-se a necessidade de conhecer profundamente a dinâmica do agrohidronegócio no Mato Grosso do Sul, suas estratégias, alianças e contradições como medida para repensar o modelo de desenvolvimento adotado para o campo brasileiro, pautado na produção de commodities, de modo a correlaciona-lo no contexto brasileiro.

A discussão sobre a indissociável relação entre a expansão do agrohidronegócio canavieiro no Mato Grosso do Sul¹ e as disputas pelo controle da terra e dos recursos hídricos, tendo como elementos analíticos os conflitos decorrentes da execução de projetos desenvolvimentistas nessa fração do território, ocupa centralidade. A esse respeito Thomaz Júnior (2009, 2010, 2011).

A fúria expansionista do agrohidronegócio tem colocado cada vez mais os camponeses na defensiva contra as investidas do grande capital sobre seus territórios, em todas as regiões do País, com mais ou menos intensidade e amplitude aqui e ali, porém com marcas específicas no tocante à despossessão/expropriação, como constatado no Mato Grosso do Sul, em relação às nações indígenas, bem como os intensos processos de descamponização. Nessa perspectiva, Thomaz Junior (2011, p. 15) toma como exemplo: “[...] as práticas socioculturais que envolvem diretamente as comunidades à memória da terra, ou

¹ A esse respeito, Thomaz Junior (2010) afirma que a expansão da agropecuária capitalista, no Brasil, referenciada no modelo agroexportador, se consolida territorialmente no que denomina de Polígono do Agrohidronegócio, a contar com o Oeste de São Paulo, Leste do Mato Grosso do Sul, Noroeste do Paraná, Triângulo Mineiro e Sul-Sudoeste de Goiás. "Está-se diante de 80% das plantações de Cana-de-açúcar, 80% da produção de álcool e açúcar, bem como 30% das terras com soja e onde se registra os maiores avanços em termos de área com plantações de eucalipto do país". (p.19).

seja, a terra vista não como mercadoria, mas sim território de vida, da própria existência, o que significa que, ao perdê-la, perde-se juntamente a possibilidade de existência”.

Não obstante, queremos deixar claro em nossos estudos as marcas fundamentais do próprio exercício do capital em sua escalada rumo à acumulação, pois é sabido que é lançado sobre a sociedade e os trabalhadores a exploração e a degradação sem limites, sendo especialmente necessário qualificar a ação, os propósitos utilizados pelas agroindústrias e pelos grupos agroindustriais canavieiros, por nós escolhidos para entender a lógica perversa da produção e reprodução do capital.

Thomaz Junior (2010, p.12), assevera que as pesquisas nos estimulam:

[...] para entendermos as complexas tramas de relações que se fazem presentes na órbita do agronegócio e do fortalecimento do capital, em direção à constituição do que estamos sinalizando como agrohídronegócio, e os desdobramentos e desafios para os movimentos sociais, para a luta pela democratização do acesso a terra e à água, a Reforma Agrária, a Soberania Alimentar e Energética etc.

Não poderíamos deixar de fazer menção à contribuição de Vasapollo (2007), o qual resgata em Marx a: “[...] atualidade da exploração capitalista”, isto é, parte do princípio: “[...] da análise do capital como trabalho apropriado, não pago à classe operária.” (VASAPOLLO, 2007, p.08) e, desta forma, nos dá as pistas essenciais que caracterizam essa articulação que envolve em sua base, em sua estrutura o conflito latente capital x trabalho e as mediações do processo social no qual assenta a performance capitalista e que tem demonstrados historicamente seu poder manipulatório junto aos trabalhadores.

É válido destacar a própria dinâmica do capital que se expressa através de intensa mobilidade pelo território, selecionando áreas e definindo estratégias de ação em torno da produção e circulação de mercadorias, uma vez que faz parte do seu projeto hegemônico dominar o conjunto das relações que encerram o mundo das mercadorias.

Isto porque como assevera Mészáros (2002, p. 102): “[...] o capital só pode ser consumado e realizado [...] e, por meio de sua realização, simultaneamente também reproduzido numa forma estendida [...] se penetrar no domínio da circulação”.

Nesse sentido, como tem revelado as pesquisas que vimos realizando desde a graduação em Geografia, primeiramente através de Estágio Não-obrigatório², e

² Em nossa primeira investigação pudemos atentar para a territorialização do capital canavieiro no município de Iepê/SP mediante a ação da agroindústria canavieira Cocal, empresa em franca expansão na área que surgiu como uma alternativa à uma região que dependia basicamente de alguns produtos do setor primário bruto. Todavia, é preciso destacar que sua ação é apenas parte de um processo mais amplo que marca a atuação de

posteriormente por meio de Iniciação Científica³, é próprio o capital vincular aos seus desígnios mercadológicos lugares propícios à sua escalada econômica que não ofereça resistência ao avanço, ou em última instância, seja compatível aos esforços lançados.

Na verdade, são vinculados à lógica do capital áreas específicas de um território que demonstra em seu seio o interesse de diferentes frações do agrohidronegócio os quais ligam-se diretamente ao uso e exploração da terra e aponta para um cenário marcadamente desigual ordenado por relações de poder; não sendo possível neste caso desvincular as ações realizadas pelas frações da burguesia, pois esta articula-se concomitantemente em torno de objetivos específicos ligados, por exemplo, ao campo mas ao mesmo tempo estende sua Geopolítica aos setores urbanos e institucionais, bem como aos aparelhos midiáticos, antes do poder político, aparelhos de Estado etc. de tal forma que não podemos omitir a intrínseca rede na qual se articula o projeto do capital.

Na presente tese elegemos algumas categorias de análise que entendemos ser importantes para explicar o assunto em pauta e nesse caso, buscamos utilizar o Território como sendo diretamente relacionado a ocupação, incorporação e integração de áreas a partir dos interesses em jogo, mediadas pelas relações de poder, conforme pudemos apreender em Andrade (1995).

Nesse cenário, o agrohidronegócio, conceito que abordaremos no capítulo 1, é visto como sinônimo de modernidade no campo, caracterizado pela produção em escala que repercute diretamente nos saldos positivos da balança comercial brasileira sendo expresso, em números pelas exportações de *comodities*, contudo camufla as relações de exploração que marcam o processo produtivo da agroindústria canavieira.

Assim, queremos demonstrar através dos nossos estudos que lidar com agrohidronegócio impõe considerar as contradições do processo social global, logo não podemos incorrer no risco de fazermos generalizações acerca das vantagens econômicas de um modelo que revela-se incapaz de responder à totalidade dos anseios da sociedade.

Desta forma, já de início discordamos da sentença propagada pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) de que o “Agronegócio” entendido como a: “[...] soma das atividades de fornecimento de bens e serviços à agricultura, da produção

outros grupos canavieiro nesta porção do país, a exemplo do Grupo Atalla (Porecatú), Zero Onze (Nantes/SP), Paraálcool (Paraguaçu Paulista/SP), Santa Fanny (Regente Feijó/SP), Nova América (Assis/SP e Tarumã/SP) e tantos outros empreendimentos que incidiram economicamente, sobretudo, nas décadas de 1980, 1990 e 2000 na região de Iepê/SP, a qual é minha terra de origem.

³ Nesse momento foi possível ampliar nosso recorte de análise e lançar nossas atenções para o processo de ordenamento territorial na região de Presidente Prudente/SP.

agropecuária, do processamento, da transformação e da distribuição de produtos até o consumidor final” vincula-se à promoção do desenvolvimento sustentável.

Logo, trata-se de um verdadeiro mito considerar que a competitividade do agrohidronegócio está em concordância direta com supostos benefícios à sociedade, mesmo porque desconsidera parcela importante da população formada, sobretudo pelos camponeses que são expropriados de suas terras, ou ainda, absorvidos e/ou mantidos dependentes, como também há parcelas que migram para outras regiões do país, ocupam ou compram terras e continuam se reproduzindo como camponeses.

É preciso ter claro que consiste em um projeto hegemônico que tem à frente agentes econômicos importantes não somente na seara agroindustrial canavieira, como química, petroquímica, financeira etc., os quais através de suas empresas controlam importantes fatias do mercado e dominam setores fundamentais da economia, estendendo suas ações para áreas mais vantajosas.

Portanto, a presente pesquisa contempla uma área crucial para a territorialização do capital na qual é possível assistir em uma escala privilegiada as evidências de um processo mais amplo que estende-se a algumas porções do país que traz à tona um modelo excludente, altamente concentrador de renda, de terra e de capital e que apresenta sinais e evidências claras em diversas partes do mundo, seja em torno dos produtos de ordem agrícola como a cana-de-açúcar, a soja, laranja ou café ou em torno de outros produtos provenientes do setor primário da economia.

Esses aspectos são norteadores da pesquisa efetivada, sendo importante considerar os mesmos em conjunto, e de forma articulada, para alcançarmos algum avanço em relação a real situação do trabalho na atividade canavieira, pois envolvem a ação do capital em diversas frentes, mas em uma estrutura de poder que é hegemônica.

Para tanto é fundamental ressaltar ainda que os dados e informações coletadas no decorrer da pesquisa, bem como as reflexões efetuadas a partir da revisão bibliográfica e dos colóquios com o orientador, permitiram sistematizar esta tese em quatro capítulos.

No primeiro capítulo trazemos ao debate os aspectos gerais do que denominamos agrohidronegócio canavieiro e sua expressão nas diferentes porções do país e particularmente com os olhos voltados para o estado do Mato Grosso do Sul. Atentamos nesse bojo para a ação e características fundamentais dos grupos e empresas atuantes no âmbito do Mato Grosso do Sul.

No segundo capítulo nossa preocupação está em desnudar os condicionantes e elementos que marcam esse processo expansionista. De modo especial sinalizamos para o

caso particular de um dos grupos agroindustriais mais expressivos no país – Cosan - que lança suas bases sobre o Mato Grosso do Sul em meado da década de 2000. Com isso, buscamos trazer ao leitor elementos marcantes deste processo de degradação efetivado pelas unidades agroindústrias canavieiras espalhadas pelo território e pelas denominadas empresas agrícolas.

No terceiro capítulo enfatizamos a ação do Estado como elemento norteador no tripé formado por Trabalho – Capital – Estado na medida em que está em questão o sustentáculo e base do projeto do capital agroindustrial no estado do Mato Grosso do Sul. Tal ação permite, por exemplo, pensarmos na estruturação de relações e articulações entre agentes econômicos e políticos na área de estudo e edificação de estruturas voltadas a profissionalização do setor em pauta, o que é mais interessante quando identificamos em todo país as marcas da premissa ambiental e do processo de mecanização dos canaviais.

No quarto capítulo atentamos para o processo decorrente do avanço do capital que tem levado necessariamente a concentração e centralização de capitais no âmbito agroindustrial.

De fato, observa-se a edificação/organização no Mato Grosso do Sul de entidades de representação do capital haja vista os condicionantes políticos centrais nesse setor da economia. Por sinal embasando esse cenário temos, pois a realização de eventos e programas diretamente ligados ao poderio do capital que articulado com Estado, permite a consolidação dos negócios e atividades na área enfatizada pela pesquisa.

A oportunidade de executar a presente a Pesquisa incentivou-nos a reflexões importantes de maneira que nos possibilitou compreender as relações estabelecidas no território, sob a égide do capital agroindustrial canavieiro e as regulações espaciais regidas pelo metabolismo do capital em geral, como indica: Thomaz Junior (2009); Mészáros (2007 e 2011).

Queremos enfatizar como ponto alto da investigação a realização dos Trabalhos de Campo. Entendemos que com isto contemplaremos expressiva ocorrência da expansão da agroindústria canavieira no estado Mato Grosso do Sul, e as principais entidades de representação de trabalhadores (Sindicatos) e do capital (Sindicatos, Associações), além de órgãos estatais.

Dentre as entidades visitadas nos municípios que abrigam as unidades agroindústrias canavieiras devemos ressaltar: Prefeituras, Secretaria de Planejamento, Secretaria de Meio Ambiente, AGRAER, Sindicatos dos Trabalhadores Rurais (STR), Sindicatos Rurais, Sindicatos dos Trabalhadores nas Indústrias de Fabricação do Açúcar e do

Álcool, Centro Integrado de Atendimento ao Trabalhador (CIAT), Agência do SENAI, além dos escritórios de agroindústrias canavieiras localizados na cidade.

Nesse universo queremos destacar dentre nossos contatos, especialmente os Sindicatos, os quais são entidades de base de representatividade dos trabalhadores e, que por este caráter, possuem papel de destaque na resolução das mais variadas questões que encenam a seara do processo de trabalho - ou pelo menos deveria ter - seja para a defesa dos direitos e compromissos dos trabalhadores, seja enquanto mediador do processo social da relação capital X trabalho, não poderíamos deixar de refletir a ação sindical no contexto da atividade canavieira que, em particular, aparenta ser fundamental para uma possível emancipação dos trabalhadores.

É importante frisar que as unidades produtivas não têm aberto suas portas para realização da pesquisa salvo quando conseguimos através de seus escritórios centrais de atendimento, além de informações mais gerais junto a Sindicatos do segmento empresarial, que no Mato Grosso do Sul é representada pela BIOSUL.

Neste sentido, considerar a diferencialidade do movimento e apreendermos os sentidos e magnitude da dominação do capital agroindustrial, mostra-se como essencial para a compreensão das relações sociais de trabalho, vistas a partir das entidades de classe, ao passo que é importante distinguirmos as formas como estes se vêm diante da ofensiva do capital, representado pelo poderio da agroindústria canavieira e a sua influência diante da tomada de decisões.

Do mesmo modo fomos atendidos por algumas empresas em fase de instalação através de *e-mail* sendo especialmente importante para o andamento da investigação. Aliás, esse recurso nos auxiliou também para atendermos algumas pessoas que não encontramos durante o Trabalho de Campo, mas se disponibilizaram responder nossas dúvidas.

Diante deste cenário, apontamos a necessidade de desvendarmos os mecanismos que compõem esse espectro e que lhe dá sentido, estando atentos, em especial, à (re)configuração sócio-territorial regida pela atividade canavieira no Mato Grosso do Sul.

CAPÍTULO 1

A EXPANSÃO DO AGROHIDRONEGÓGIO CANAVIEIRO EM MATO GROSSO DO SUL

1.1 - O Agrohidronegócio e as mediações políticas envolvidas no campo a partir dos anos 1950 no Brasil

A pesquisa desenvolvida tem por área de estudo o estado do Mato Grosso do Sul. A referida área abrange um total de 79 municípios, nos quais estão situadas 23 agroindústrias canavieiras.

O recorte territorial adotado está vinculado à ocorrência do fenômeno que nos propomos desvendar no Mato Grosso do Sul. Desta forma, como fomos ampliando a escala de entendimento desse setor em suas relações espaciais, produtivas e sociais, vislumbramos passo-a-passo, a ocorrência dos principais desdobramentos, bem como as características específicas do mesmo.

Nesse sentido, buscamos nos amparar em torno do contexto estruturado pelas agroindústrias, implantadas após a instalação do Programa Nacional do Alcool (PROALCOOL) e que representam casos específicos do conjunto setorial em apreço.

Trata-se de fazer um estudo, numa área que tem assistido inúmeras transformações territoriais e processuais condizentes a nova dinâmica da atividade canvieira, mas também aos conflitos gerados no contexto da luta pela terra e pela reforma agrária.

Isso é particularmente importante quando consideramos a totalidade viva do trabalho e da classe trabalhadora e nesse sentido entendemos que por meio das ocupações de terra, das ações de resistência na terra, da luta pela terra e Reforma Agrária que podemos visualizar a edificação de uma sociedade para além do capital. (THOMAZ JUNIOR, p. 2009).

A área em estudo tem como foco mais amplo o Centro-Sul do país, no entanto, como pretendemos dar maior viabilização ao estudo, verticalizamos as investigações para a porção sul-mato-grossense. Esta opção metodológica está associada ao fato de estarmos com as preocupações voltadas para as características que têm se conformado após o processo de desregulamentação do setor canvieiro, o qual é marcante especialmente a partir da década de 1990.

Nesse sentido, concordamos com Vian (2003, p. 198) ao destacar que esse processo de desregulamentação da agroindústria canvieira nacional é irreversível haja vista, por exemplo: “[...] as condições atuais (que) impedem a volta dos preços tabelados, das cotas de produção e de exportação e da limitação ao cultivo de cana própria pelas usinas”.

Vale ressaltar que na década de 1990, o processo intervencionista do Estado no setor teve como fundamento principal preservar o equilíbrio entre produção e consumo de açúcar, utilizando para isso os planos de safra e a política de preço e crédito. A partir do

processo de desregulamentação a opção adotada visava a saída do Estado desta esfera, deixando o terreno livre para o mercado, sob a onda neoliberal⁴.

Pretendemos com isso discutir alguns aspectos que envolvem os arranjos ou rearranjos das políticas econômicas pensadas para o espaço agrário brasileiro e sua reestruturação com vistas a modernização do campo, destacando a organização da agrindústria e, particularmente a canavieira.

Neste sentido trazemos na presente tese os posicionamentos e questionamentos acerca das ações do agrohidronegócio no Mato Grosso do Sul, destacando as sutilezas do processo de dominação do capital sobre o território.

Território marcado por relações de poder onde é possível assistir a clara manifestação de interesses de empresários, proprietários rurais e Estado de um lado e dos trabalhadores e suas demandas por outro.

A utilização e ocupação do território sempre foram fatores preponderantes para aqueles que controlam o poder, uma vez que o domínio territorial implica necessariamente no controle do próprio seguimento societal, que direta ou indiretamente está vinculada às atividades realizadas, segundo relações desiguais e contraditórias.

É partindo desta premissa que podemos compreender a territorialização do capital, através da apropriação da renda da terra, ao passo que apreende-se os mecanismos utilizados pelas empresas enquanto forma de fetichização das relações estabelecidas no território que, na verdade, expressam justamente a este processo de organização e uso do território por parte do capital industrial.

Num primeiro momento, podemos apreender a importância da atividade canavieira no Brasil mediante sua representatividade sócio-econômica, considerando-se para isso, sua expressão territorial, importância na matriz energética, apoio estatal secular, tomadora histórica de recursos públicos, bem como seus rebatimentos para o "mundo do trabalho".

A atividade canavieira é uma das mais antigas do Brasil. Como expressão do capital tem se expandido e assumindo importância na vida de milhões de trabalhadores e algumas centenas de empresários, em quase todas as regiões, com destaque para o estado de São Paulo, e mais recentemente para o Mato Grosso do Sul, em meio ao entrecruzamento de diferentes aspectos, sociais, econômicos e políticos que reinam no bojo das relações sociais.

⁴Sobre o processo de desregulamentação do setor agroindustrial canavieiro, ver Moraes (2000).

O estado do Mato Grosso do Sul tem sua economia vinculada à extração de produtos primários e de recursos naturais, com destaque inicialmente para a erva-mate nos séculos XVIII e XIX, sendo que a partir de meados do século XX entra em decadência o modelo de desenvolvimento em curso e outras atividades produtivas passam a ser praticadas. Assim, a pecuária e mais tarde a agricultura, (soja, madeira) são inseridas gradualmente no âmbito estadual, sendo que já em 1960, era visível a predominância da pecuária. No contexto da agricultura, vamos verificar maior expressão da soja, a partir da década de 1970 devido ao modelo de ocupação da fronteira proposto pelos governos militares, durante a ditadura, que facilitou a expansão da monocultura.

Nesse momento parece-nos fundamental esclarecer alguns pontos sobre o Programa Nacional do Alcool (PROÁLCOOL), o qual pode ser considerado como um divisor de águas na política nacional, principalmente no que concerne aos aspectos econômicos e seus desdobramentos a para esfera social, a partir da transferência de renda do setor público para o privado, em benefício do capital agroindustrial e de setores da indústria do D₁ agrícola e industrial, e o setor de serviços e financeiro.

O PROÁLCOOL é um Programa estatal criado em novembro de 1975 através do Decreto 76.595, pelo então Presidente da República general Ernesto Geisel, com o objetivo estratégico de “salvar a lavoura” dos usineiros e de incentivar a produção do álcool, visando alternativas para enfrentar a crise do petróleo, haja vista que, em 1973, os países membros da Organização dos países exportadores de petróleo (OPEP) elevaram abruptamente o preço do barril do petróleo, causando deste modo, um abalo inexorável na economia de todos aqueles países importadores de petróleo, entre os quais o Brasil.

Hobsbawn (1995), destaca que esse foi um período em que o mundo: “[...] perdeu suas referências e resvalou para a instabilidade e a crise” (HOBSBAWN, 1995, p. 393)⁵. Essa afirmação é ilustrativa das mudanças processadas no cenário mundial, sobretudo, as ocorridas no desenrolar das últimas décadas do século XX e início do século XXI.

Assim, os altos preços do petróleo, decorrentes da política de preços dos países exportadores de petróleo e o endividamento externo crescente do Brasil passaram a ter importância fundamental na definição da política energética a ser adotada, fazendo ressurgir o interesse pela produção de álcool, tanto por parte do governo, como dos usineiros.

Desta forma, a situação conjunta destes dois mercados – o de açúcar e o do petróleo – acabou determinando a política nacional do álcool combustível, através da ação do

⁵ O autor refere-se à crise do petróleo desencadeada em 1973, que considera um dos marcos do início de um extenso período de crises mundiais no sistema capitalista.

Estado que alavancou e consolidou toda trajetória histórica de manutenção de privilégios para esse seguimento do capital.

Vale ressaltar que neste período, dentre as ações garantidas pelo Estado para o pleno desenvolvimento da agroindústria canavieira tínhamos os mecanismos de: a) proteção e garantia de preços remuneradores; b) preços administrados pelo Estado para cada produto; c) volume da produção exportável e quotas de exportação por região pré-estabelecidas etc.

O PROÁLCOOL, sendo extremamente lucrativo ao capital agroindustrial, respondeu por todos os anseios e necessidades conjunturais do setor canavieiro, de forma que, patrocinou as principais demandas do agrohidronegócio.

Não obstante, é preciso deixar claro amparados em Delgado e Sant'Ana (2011, p.203) que:

Um Proálcool mundial, com especialização brasileira na função de grande produtor e mega exportador, ancorado nos pressupostos da escassez de petróleo e da substituição de fontes de energia não poluentes (relativamente ao chamado efeito estufa), têm consequências comerciais, ambientais produtivas e sociais sobre a economia e a sociedade brasileira, completamente distintas dos seus efeitos mercantis setoriais, sobre o chamado complexo sucro-alcooleiro.

Isso se deu à custa de elevadas somas de recursos públicos, sendo que os empresários se capitalizaram e tiveram sua capacidade de produção multiplicada de tal forma que potenciou o poderio econômico e político para substancial parcela dos empresários agroindustriais canavieiros, o que não esteve apartado do processo de concentração crescente da propriedade da terra, de capital e, por conseguinte da riqueza socialmente produzida pelos trabalhadores.

Não obstante, a partir do final dos anos 1980, após longo período de tutela estatal, teve início a desregulamentação do setor, o que implicou no desmonte e extinção de organismos como Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA), existente desde a década de 1930 e responsável por alicerçar o setor através de financiamentos públicos e apoio irrestrito. Logo, somado a isto temos a retirada do suporte governamental às agroindústrias canavieiras e aos produtores de matéria-prima.

A esse respeito Ramos (2011, p. 14) nos lembra que:

Embora a extinção do IAA seja o que se destaca quando se fala em fim da intervenção, o fato é que ela foi apenas uma medida ao longo de um processo iniciado com o fim do monopólio da autarquia nas exportações e com o fim das quotas de comercialização interna de açúcar, ambos ocorridos em 1988. A medida mais protelada e de maior impacto foi o fim da administração de preços de três de seus principais bens: o da cana, o do açúcar cristal *standard* e do álcool hidratado, em fevereiro de 1999, depois de algumas postergações que aparentemente tiveram motivação político-eleitoral.

Associado a isso, devemos ressaltar que a saída do Estado e a abertura do mercado interno provocaram mudanças significativas no interior do complexo, Alves (2003, p. 78), destaca:

Internamente, as empresas do setor passaram a competir mais acirradamente entre si do que ocorria antes, quando o Estado administrava preços de (cana, açúcar e álcool). Se antes a concorrência entre usinas se dava pelo fornecimento de cana, ou por terra, ou até por favores especiais junto ao governo, hoje a concorrência internaliza-se entre usinas.

Concordamos com Oliveira (2003) ao destacar que a retirada do suporte estatal não acabou com a esperança dos empresários em beneficiar-se de suas ações. Isto porque tudo indica que os mesmos esperam contar com o apoio do Estado para manterem o álcool na matriz energética brasileira, sem contar que o referido apoio estende-se à abertura de novas opções tecnológicas ligadas tanto aos produtos tradicionais (açúcar e álcool), como para os subprodutos (bagaço, alcoóis finos, açúcar líquido, açúcar orgânico etc.).

Na verdade, como bem nos lembra Vian (2003), trata-se de romper com a produção especializada e garantir a diversidade produtiva através de estratégias de mercado onde são superadas as limitações técnicas e criam-se vantagens competitivas em torno de novos segmentos dentro do setor agroindustrial canavieiro.

Entretanto, embora amparados em novos suportes institucionais o Estado revela-se no século XXI ainda como grande aliado e defensor do agrohidronegócio, estando à frente, por exemplo das negociações junto a Organização Mundial do Comércio (OMC) direcionadas para a ampliação do mercado internacional dos produtos brasileiros.

Como bem aponta Souza (2011, p.53):

Discordamos dessa tese, a redução do papel do Estado e não o seu desaparecimento, como agente estimulador do processo produtivo não o exclui do processo de reprodução do capital, já que a concessão de terras, a taxação de juros, a criação de subsídios para importação e exportação, entre outras ações fazem parte de um conjunto de políticas elaboradas em acordo com os interesses do mercado.

É nesse panorama que personalidades políticas têm enfatizado o setor e seus produtos, como vemos no discurso de Dilma Rousseff, ao ressaltar, ainda em 2008, em palestra a empresários da Federação das Indústrias de MG (FIEMG): “[...] temos hoje inequívoca liderança. Não tem quem tenha a capacidade de competição com a produção de álcool de cana brasileiro⁶”.

Isso demonstra que o Estado tem se revelado um grande defensor do agrohidronegócio como modelo de desenvolvimento agropecuário, legitimando esse discurso, que vem ganhando força, sobretudo na última década quando se assiste a um verdadeiro *boom* da produção canavieira.

Como bem retrata Vian (2003, p. 16) as questões envoltas a participação do Estado precisam de amplo debate e nesse sentido: “[...] não pode ser visto como único responsável pelas ações corretivas e indutivas” do setor. De tal forma que não se pode descartar: “[...] a implementação de políticas regionais para resolver os problemas atuais do Complexo”. Logo, é preciso ter em conta a heterogeneidade regional e estrutural a qual esbarra em uma política unitária de autogestão.

O fato de o Estado facilitar o processo de implementação de uma política voltada para industrialização mediante a agroindustrialização da produção canavieira é consonante ao próprio papel do Estado capitalista, na medida em que, conforme esclarece Smith (1988), têm por função social central o controle em favor da classe dominante.

Diante desse cenário nos lançamos, então, a compreender a dinâmica territorial, a qual nos interessa, sob o referencial dos processos sociais, buscando o desvendamento do desconhecido e o entrecruzamento das reflexões, de maneira a alcançar o entendimento das relações sociais de produção e de trabalho, expressas na agroindústria canavieira.

Percebemos que ocorre nesta porção do país um processo de controle das relações de produção estabelecidas no âmbito da agroindústria canavieira através dos mecanismos de gestão do capital.

⁶ Folha de São Paulo, 20 de janeiro de 2008. Exportações de álcool têm queda de 14%.

Trata-se em garantir a territorialização do capital a partir do desenvolvimento de determinada atividade produtiva a qual se assenta na combinação da extração de mais-valia absoluta a qual ocorre a partir do momento que se dá o aumento da produtividade com o aumento da carga horária e mais-valia relativa caracterizada por seu turno pelo decorrente aumento da produtividade em um mesmo espaço de tempo, gerando o ambiente ideal para subsunção do trabalho ao capital.

No caso da agroindústria canavieira temos a combinação da expropriação de mais-valia relativa através do incremento tecnológico, com a maior eficiência de exploração da mais-vala absoluta conferida pela intensificação da atividade produtiva, ou dos coeficientes de produtividade, no corte manual e nas demais atividades da etapa agrícola, bem como na planta fabril agroprocessadora.

Bernardo (2009), demonstra o nexos entre as formas de extração do sobretrabalho pelo capital visto como uma relação social contraditória e a luta de classes presente no âmbito das relações capitalistas de produção.

Do mesmo modo não podemos negligenciar o fato da qualidade dos empregos gerados especificamente pela agroindústria canavieira dada a crescente imposição de metas de produção ao mesmo tempo em que é imposta uma disputa desleal entre homens e máquinas.

Ou seja, ao mesmo tempo em que há o aumento da eficiência e produtividade do corte mecânico, o capital exige que os coeficientes da produtividade do trabalho no corte manual atinja patamares comparativos, como temos constatado nas demais pesquisas protagonizadas no CEGeT.⁷

É fundamental ficar claro que: “Seria paradoxal se essa atividade moderna não requeresse etapas do processo produtivo que ainda se valem fortemente do trabalhador manual” (OLIVEIRA, 2011, p.03).

Nesse sentido, lancemos nossas atenções para o conteúdo das relações sociais que caracterizam o processo de trabalho, na medida em que temos uma série de interesses em questão que sinalizam justamente para o latente conflito capital x trabalho, o qual é um elemento chave para a compreensão das atuais imbricações que atingem o setor agroindustrial canavieiro em circunstância das características precárias e por vezes forçadas de exploração do trabalho.

⁷ Vide, Thomaz Junior (2002, 2009, 2011); Oliveira (2006, 2009); Souza (2011); Azevedo (2005 e 2008).

Expansão do agrohidronegócio canavieiro a partir de novas fronteiras da produção capitalista no Mato Grosso do Sul que vem ganhando força, sobretudo nos últimos 8 anos em virtude dos atuais contornos políticos e econômicos que encerram o circuito da produção.

Coloca-se em questão um modelo de produzir que se caracteriza fundamentalmente por atender os interesses externos, mas com marcas territoriais que ligam-se diretamente ao poder local e regional.

Na verdade edifica-se no território uma teia de relações entre os agentes econômicos de um lado e os atores políticos de outro que caminham em torno de objetivo único baseado no espetáculo da produção a todo custo que é demonstrado pela própria evolução das safras de Cana-de-açúcar.

Em termos históricos vale precisar que desde meados da década de 1940 o estado de São Paulo aparece em destaque no âmbito nacional haja vista sua grande expansão e particularmente a partir de 1950 quando torna-se o maior produtor de açúcar do país, o que implica em desbancar justamente o Pernambuco que mantia liderança absoluta desde o período colonial no Brasil.

Por sua vez, durante a 2ª Guerra Mundial, conforme aponta Andrade (1994), o governo perdeu o controle da produção, quando, por exemplo, a navegação de cabotagem foi praticamente desorganizada e o açúcar produzido no nordeste não tinha mais condições de chegar ao sudeste e ao sul do Brasil.

É nesses termos que as indústrias aumentam o poder de pressão e passar a ocorrer a implantação de novas agroindústrias canavieiras em estado que não apresentavam tradição no setor em pauta, sendo que a Cana-de-açúcar passa a ocupar no país áreas anteriormente dominadas, por exemplo, por pastagens, cafezais⁸, algodão etc. (ANDRADE: 1994).

Põem-se em relevo os anseios e aspirações da classe dominante em torno das possibilidades de investimentos e reversão de capital através de uma lógica dominante que obedece aos preceitos do lucro. Isto é particularmente importante na medida em que nota-se que o Brasil atraiu cerca de US\$ 1,76 bilhões de um total de US\$ 5,6 bilhões investidos em unidades agroprocessadoras de Cana-de-açúcar em todo o mundo em 2010.

Nesse contexto, ficam em segundo plano aos agentes do capital as consequências imediatas de sua investida sobre o território, ou seja, o importante é, permitir o funcionamento pleno dos empreendimentos.

⁸ Especialmente em relação à cafeicultura brasileira vale salientar que durante a década de 1960 verificou-se uma profunda crise de mercado a qual levou o governo os rumos de sua política agrícola, passando por uma vez a orientá-la em um primeiro momento para erradicação do café e sua substituição por pastagens e posteriormente, em algumas áreas do país pela substituição pela soja e pelo trigo.

Assim os custos sociais não são contabilizados sendo maximizados apenas a oferta e geração de emprego na área. São escamoteadas as consequências diretas e indiretas sobre o conjunto da sociedade e o meio ambiente no qual se estabelece as relações de produção, e em especial os trabalhadores diretamente envolvidos.

Nesse sentido, o meio ambiente é colocado em segundo plano e questões como a poluição advinda das queimadas e conseqüente agravamento de doenças respiratórias, a geração de fuligem, a contaminação dos rios por efluentes lançados pelas agroindústrias canavieiras, entre outros são simplesmente negligenciados em nome do dito progresso.

Tão logo, cabe ao capital justamente convencer a população local das benesses advindas da execução dos seus negócios na área o que é vital para o bom funcionamento da empresa capitalista e sem o qual dificilmente pode prosperar, ou seja, é preciso que trabalhadores e sociedade em geral adiram ao projeto do capital acreditando primeiramente na sua viabilidade econômica.

Quando se atenta para o movimento do capital é preciso ressaltar também que esse direciona-se preferencialmente para setores e áreas onde é possível extrair maiores rendimentos haja vista a performance da atividade.

No caso da agroindústria canavieira é importante termos em conta que a mesma se referencia, via de regra, no emprego de técnicas modernas de Engenharia de Produção, mas dependem sobremaneira do trabalho vivo seja na lavoura quer seja na planta industrial.

Com isso, entendemos que há um falso discurso em torno da completa substituição dos trabalhadores nesse ramo de atividade ao que somamos outro elemento fundamental no Mato Grosso do Sul, qual seja, a opção por parte de algumas unidades produtivas de empregar exclusivamente mão de obra indígena e migrante.

Consideramos nesse cenário a ação proposital das entidades de representação do capital como alicerce ao processo de domínio exercido pelas empresas e seus grupos agroindústrias, na medida em que é vinculado as principais estratégias para o pleno desenvolvimento do setor.

Para estruturação do território em sua dimensão política é marcante ainda a ação do Estado que através das entidades públicas ganha contornos reais haja vista que propicia através do fornecimento de condições materiais de infra-estrutura, aportes técnicos e infra-estrutura as condições adequadas para o pleno desenvolvimento do agrohidronegócio.

Marcado por ações combinadas entre agentes nacionais e estrangeiros, o setor agroindustrial canavieiro caracterizado, no estado do Mato Grosso do Sul, a partir de uma teia de relações articuladas no território haja vista os ingredientes que se fazem ver na área.

Não obstante, coexiste no mesmo cenário a presença de empresas marcadas por um padrão de desenvolvimento típico do toyotismo, fundadas em modernas regras de gestão e organização do trabalho, com empresas que se pautam essencialmente nos mecanismos fordistas/taylorista de produção.

Isto é particularmente importante na medida em que como retrata Pochmann (2007), nas últimas décadas ocorre a difusão de um novo paradigma técnico-produtivo caracterizado pela transição do método taylorista-fordista para o toyotismo que incorpora novas estratégias patronais que visa uma produtividade crescente ao mesmo tempo em que se alcança a redução dos custos de produção.

Contribui para crescente hegemonia do setor frente a outros ramos de produção como a pecuária e a própria soja que cedem lugar aos plantios de Cana-de-açúcar, aspectos essenciais como a terra disponível e com preços atrativos.

Assim, conforme pudemos constatar em Azevedo (2008), obteve-se no Mato Grosso do Sul uma arremetida significativa da soja em termos de áreas incorporadas, logo a título de exemplo, constatamos em Nova Andradina a parceria do grupo Cerona com a Cooperativa Regional dos Produtores de Grãos do MS (Coopergrãos), com o objetivo de promover o plantio da soja em terras cedidas pela dita agroindústria canavieira, através dos cooperados, tendo em vista a rotação de cultura, o que, do ponto de vista da empresa, é um ótimo negócio mas que acabou não consolidando-se.

Em termos gerais, observamos que o governo do estado está interessado em garantir a expansão da cana-de-açúcar e, por conseguinte, o fortalecimento dos grupos empresariais no seu território, uma vez que acredita ser uma das formas de “modernizar” a mudança da produção estadual, ou seja, uma base mais diversificada, não ficando refém simplesmente do binômio boi-soja. (AZEVEDO:2008).

De fato, conforme Azevedo (2008, p. 74):

É importante apontar, neste momento, que o território é marcado por relações de poder, pois reflete os interesses de classes antagônicas, cujas reivindicações possuem bases distintas, cindidas através de alianças entre setores da mesma classe, como, por exemplo, capital financeiro e capital industrial ou no conflito de interesses numa mesma classe social, como aparentemente ocorre entre a classe dos latifundiários que vêm possibilidades diferentes nos cultivares de soja, gado versus cana-de-açúcar, em Mato Grosso do Sul.

Nesse contexto, no Mato Grosso do Sul temos em curso um processo importante em relação à divisão territorial do trabalho, na medida em que os novos expedientes econômicos têm colocado em relevo a produção canavieira sinalizando para substituição de outras culturas.

Através das informações que identificamos no decorrer da pesquisa, podemos assegurar que as marcas do processo de reestruturação produtiva do capital na agroindústria canavieira são fortes e podem ser apreendidas em meio às transformações que estão em curso, fundamentalmente no âmbito financeiro, o que repercute diretamente no incremento de investimento de capitais na esfera produtiva, tecnológica e mercadológica. Influenciando, de fato, no próprio reordenamento territorial da cultura de Cana-de-açúcar e da sua expansão em área cultivada.

A arrancada da agroindústria no Brasil ocorre no final dos anos 1950 com a implantação das primeiras indústrias de tratores e implementos agrícolas. Entretanto, historicamente a agroindústria estruturou-se em cinco fases, conforme aponta Espindola (1999, p.16):

- A primeira fase remonta ao período anterior ao século XIX e é caracterizada pela instalação dos engenhos de açúcar. Esta foi a primeira empresa agroindustrial, também conhecida como agrocolonial;
- A fase seguinte compreende o período entre o século XIX e o início do século XX mais precisamente até a década de 1930, marcada pela instalação de moinhos de trigo, indústrias de óleos vegetais⁹, frigoríficos e agroindústrias canavieiras;
- A terceira fase é iniciada em meados da década de 1990 até 1970, quando estabelece-se os frigoríficos no Brasil central¹⁰, a agroindústria de suínos e aves no sul e a entrada de grandes agroindústrias multinacionais no país;
- A fase posterior compreende de 1970 a 1990 e esta por sua vez é a que consagra a expansão das agroindústrias, especialmente no sul do país, através de incremento tecnológico, diversificação produtiva (bovinos e soja) e centralização de capitais;

⁹ Sobre este assunto vale destacar o trabalho realizado em 2002 junto a Disciplina Trabalho de Campo: “Processualidade..” ministrada pelo Professor João Lima Santána Neto” durante a qual realizamos visita junto aos principais setores produtivos da Região Sul do Brasil e, particularmente, pudemos apreender a dinâmica da produção da transnacional Bunge e sua intertelação com outros setores econômicos, como por exemplo Comércio e Prestação de serviço.

¹⁰ A este respeito, ver a Tese de Doutorado de Benites (2000)

- A quinta fase se sobrepõe a anterior em termos de período, mas continua até os dias atuais sendo que indica os processos de reestruturação agroindustrial haja vista à mudança de hábitos alimentares¹¹ e a emergência de um pacote tecnológico, baseado, por exemplo, na biotecnologia¹².

De uma maneira geral, podemos dizer em relação às agroindústrias que no país desde meados da década de 1960 surge a denominação de Complexo Agroindustrial (CAI) e que se desenvolve em decorrência das transformações em que passa o campo nesse momento histórico, fundamentalmente vinculado ao que passou a ser denominado de modernização agrícola e expressão direta da crescente mecanização da agricultura brasileira e que tem seu assento justamente na ideologia nacional-desenvolvimentista em projeção no país.

De fato, não é demais lembrar que nesse período da história brasileira o campo era visto por parcela significativa da sociedade e da ala política como empecilho para o pleno desenvolvimento, sinal de estagnação e atraso sendo uma alternativa a modernização.

Nesse ambiente altamente efervescente da economia nacional a Reforma Agrária realmente não foi a aposta e o resultado dessa medida foi justamente a concentração de terras e expropriação de trabalhadores rurais sem terra, camponeses da terra em nome da dita modernização conservadora.

Inclusive, é nesse bojo que temos com o Estatuto da Terra implementado em 1967, legislação e instrumento legal da Reforma Agrária sancionada pelo governo militar do Marechal Castelo Branco e que tem relação direta com o fato da agricultura tornar-se presa fácil ao capital estrangeiro.

Nesse processo tivemos a implantação no Brasil de um setor industrial produtor de bens de produção voltados para atender especificamente as demandas da agricultura (DELGADO, 1985).

¹¹ Em especial sobre este aspecto não podemos esquecer os trabalhos realizados na última década pelo Centro de Estudos de Geografia do Trabalho (CEGeT).

¹² Neste caso devemos estar atentos especialmente às várias técnicas de biologia celular e molecular implementadas nesse contexto e que impactam diretamente na redução do tempo necessário para o desenvolvimento de novos cultivares. Do mesmo modo não podemos desvincular disso o crescente avanço no âmbito do agrohídronegócio brasileiro das plantas transgênicas as quais são criadas pela introgressão de genes úteis oriundos dos mais diversos organismos, sendo resultado da aplicação direta de técnicas de engenharia genética as quais permitem que os genes sejam retirados de uma espécie e transferida a outra, na busca de processos que visam o melhoramento constante da espécie. Porém, conforme é apontado por inúmeros estudiosos e organizações como Via Campesina é duvidosa as consequências a médio e longo prazo da interação dessas plantas no meio ambiente e na saúde humana, dos consumidores etc.

Observa-se, nesse cenário, que a consolidação desse momento se dá com o beneficiamento dos produtos de origem agropecuária, que naquele momento ora era direcionado ao mercado interno ora para exportação.

Não obstante, é justamente em termos da literatura internacional voltado a esse assunto que vamos encontrar a denominação amplamente utilizada nos dias atuais “*Agrobusiness*” e que foi amplamente destacada a partir dos países ricos, particularmente dos EUA, mas que hoje é sinônimo de produção para o mundo e é empregada em todas as áreas do mundo para definir esse momento atual que vincula as atividades agropecuárias, sua produção e consequente transformação na planta fabril.

Não é preciso ir longe para encontramos manchetes nos jornais e revista em todo país sobre a importância do Agrohídronegócio, conceito que apela em um primeiro momento para destacada produção nacional de artigos de primeira ordem quando o assunto é alimento, especialmente soja, laranja, milho, Cana-de-açúcar etc.

De fato, como consequência direta basta observarmos as publicações de entidades como a FAO para verificarmos que o país situa-se entre os principais exportadores agrícolas mundiais, tendo uma balança comercial favorável e índices de crescimentos elevados, sobretudo na última década.

Embora entendamos que o agrohídronegócio seja caracterizado por um processo desigual no quais as riquezas estão concentradas nas mãos de poucas pessoas e empresas e desta forma não propícias condições mínimas para o conjunto da população é colocado pela mídia em geral os resultados inigualáveis do superávit comercial do agrohídronegócio brasileiro. Assim como é alardeado o fato da importância que assume a agricultura no cenário da composição do Produto Interno Bruto (PIB) do país.

Todavia, é preciso clareza em relação a alguns pontos: Primeiramente não podemos titubear quando analisamos no Brasil a produção resultante das pequenas e médias propriedades as quais são responsáveis pelo abastecimento de parcela fundamental das famílias do nosso país.

Do mesmo modo, mesmo sabendo da diversidade da produção existente, temos que ter ciência do fato que é privilegiado primeiramente o mercado internacional e não com o abastecimento interno. Logo, se fala em gerar capital excedente, mas não se pensa na inserção dos produtores rurais pauperizados que de forma cada vez mais corriqueiras são engolidos pelo turbilhão do agrohídronegócio nas diferentes porções do país, sem exitar.

Por sinal, temos por parte do agrohidronegócio a utilização de estratégias que têm permitido a incorporação crescente de novas áreas como a que temos verificado no Centro-Oeste brasileiro, sendo a ocupação seletiva do espaço pelo capital.

Nota-se nessa trajetória que a incorporação da técnica por si só não basta e que novas bases são lançadas para o pleno domínio das terras e das águas, haja vista que não somente o que está na superfície é apropriado pelo capital, mas os recursos do subsolo.

Não obstante os elementos naturais não são vistos mais como barreiras à incorporação do território pelo capital, sendo que as fronteiras agrícolas se remodelam a cada dia ao sabor da corrida pela hegemonia econômica dos grupos envolvidos. Nesse quadro os biomas naturais existentes são incorporados a lógica dos negócios e postos em termos de rentabilidade. Sendo assim, áreas de cerrado são apropriadas para expansão da soja e da Cana-de-açúcar, por exemplo.

Do ponto de vista propriamente do espraiamento da Cana-de-açúcar devemos sinalizar amparados em Thomaz Junior (2002), que, na verdade, aonde esta apresenta-se mais concentrada, conformando-se em manchas contínuas, é onde também se concentra o maior número de empresas, tão logo, observa-se, que a distribuição está ligada à mancha de Cana-de-açúcar e, portanto, não respeita as fronteiras político-administrativas.

Sob a ótica dos organismos internacionais como Banco Mundial, FAO, Departamento do Estado Americano o desenvolvimento destas atividades são entendidas como fatores fundamentais para o desenvolvimento, para alimentação etc., mas não se coloca em questão, por exemplo, o respeito às comunidades indígenas existentes nas áreas, quilombolas e camponesas. Bem como não se coloca na balança os impactos ambientais causados por utilização desenfreada de veneno e pesticidas em geral.

1. 2. - O processo de concentração e centralização de capitais

A territorialização da agroindústria canavieira, no Mato Grosso do Sul, traz em seu bojo o processo de internacionalização do capital, uma vez que o desenvolvimento do capitalismo implica diretamente na concentração de capital em nível global, o que pode ser apreendido em nossa pesquisa pelo fortalecimento de Grupos econômicos que se instalaram ou que estão em vias de se territorializar no estado.

É válido ressaltar que a concentração de capital consiste em um processo de aumento de volume do capital ao mesmo tempo em que evidencia a integração de capitais já formados, isto é, trata-se da junção das frações de capital em um único e sólido corpo.

Por sua vez, do ponto de vista da centralização do capital é preciso deixar claro que: “[...] ocorre quando dois ou mais capitais anteriormente independentes se combinem num único capital e isto geralmente ocorre diretamente através de uma incorporação ou encampação, ou indiretamente, através do sistema de crédito.” (SMITH, 1988 p.178).

Nesse sentido, Smith (1988, p.175) afirma que: “[...] a necessidade de acumulação do capital leva a uma franca expansão geográfica da sociedade capitalista, conduzida pelo capital produtivo” de tal forma que estimula o avanço para diferentes setores produtivos e do mesmo modo propicia um ritmo crescente e combinado de concentração e centralização de capitais no âmbito das empresas canavieiras.

Desse modo, podem-se citar as palavras de Marx e Engels sobre a necessidade de se buscar novos mercados: “Impedida pela necessidade de mercados sempre novos, a burguesia invade todo o globo. Necessita estabelecer-se em toda parte, explorar em toda a parte, criar vínculos em toda a parte”. (MARX E ENGELS, 1848, p. 04).

Como parte deste movimento observa-se inúmeras aquisições no setor canavieiro no país, ou seja, temos visto ocorrer em ritmo crescente o número de fusões neste ramo econômico, o que se explica pela elevada demanda do produto no plano internacional com vista à substituição dos combustíveis fósseis, por exemplo, no caso de países como os Estados Unidos e de alguns da Europa que dependem em grande medida deste tipo de energia.

Vian (2003) demonstrou em seu estudo que a concentração técnica e financeira do setor agroindustrial canavieiro cresceu especialmente a partir da segunda metade da década de 1990, tendo papel de destaque as fusões e aquisições. Na verdade o autor destaca que é por meio destas ações que as agroindústrias canavieiras: “[...] poderão garantir o crescimento de

alguns grupos empresariais em médio prazo, tendo como principais alvos usinas e destilarias em dificuldades financeiras.” (VIAN, 2003 p.200).

Não é por acaso que temos neste momento a ampliação de negócios de inúmeros grupos no Brasil, destacando-se a participação da Archer Daniels Midland (ADM), Cargil, Infinity Bio Energy, Clean Energy Bio Energy, Pacific Ethanol etc., as quais passam a dominar crescentemente as operações agrícolas, ditando os processos produtivos e patamar tecnológico.

Vale destacar que a entrada de grupos estrangeiros no país ocorreu a partir de 2000, sendo que foram os Grupos Tereos e Louis Dreyfus os primeiros a adquirir agroindústrias canavieiras no Brasil. Nesse sentido, Thomaz Júnior (2009), chama atenção para os grandes conglomerados do agrohidronegócio definidos no bojo do complexo agro-químico-alimentar-financeiro, os quais são por sua natureza destrutiva contrários aos modos de vida comunitários.

É importante estarmos atentos ao fato de que esse movimento de internacionalização da agricultura ampara-se no pressuposto de o Brasil ser estratégico do ponto de vista dos interesses corporativos e políticos das empresas, vista que o país apresenta disponibilidade destacadas de terras e de águas quando comparado a outras regiões do planeta.

Thomaz Junior (2009) traz importante contribuição a esse respeito na medida em que demonstra as ações do capital no sentido de garantir o acesso e controle da água como sustentáculo dos seus negócios. Trata-se, portanto, não apenas de se ter a posse da terra, mas da água para garantir a reprodução do capital e nesse sentido manutenção dos privilégios historicamente adquiridos.

Concordamos com Moraes (2008), quando destaca a tendência de uma nova territorialização da agricultura brasileira dominada por grandes empresas, com a participação de capitais nacionais e internacionais, sendo a produção baseada na presença de monoculturas em grande escala.

A presença de tais empresas contribui para edificar a ideologia do agrohidronegócio, que é sinônimo de progresso e desenvolvimento econômico nos números acerca do aumento da produção e da produtividade, não só da Cana-de-açúcar, como também, dos grãos e seus derivados.

De acordo com Chesnais (1996, p. 64): “Um dos principais objetivos industriais de uma aquisição/fusão consiste em pegar uma parcela do mercado, especialmente quando for

acompanhada pela aquisição de marcas comerciais, de redes de distribuição e de clientes cativos”.

Não obstante, conforme podemos aferir em Nascimento (2001), outros fatores envolvem esse cenário, destacando-se, por exemplo, desde o desejo de fortalecer o poder do monopólio; limitações que as empresas menores têm de obter capital a custos baixos junto ao mercado financeiro ou, ainda, razões ligadas à ampliação de capacidade de produção total, a obtenção de novas plantas industriais localizadas em outras áreas e ampliação da gama de produtos.

Do mesmo modo, está relacionada a esse aspecto de acordo com Nascimento (2001), também a obtenção de complementação entre empresas no campo da pesquisa, bem como melhoria na atividade gerencial das empresas.

Conforme destaca Pasin e Neves (2001, p.03), as: “[...] fusões e aquisições constituem uma alternativa interessante para a adequação do porte e da estrutura organizacional das empresas ao mercado e a conjuntura econômica mundial”.

Ainda a esse respeito, Rodrigues (1999, p.07), aponta que:

[...] as transações de F&A são importante canal de reestruturação e/ou crescimento das grandes corporações. Os grupos econômicos ora se desfazem de ativos não rentáveis, ou fora do negócio central (core business), ora adquirem empresas com vistas à diversificação, sobreposição da concorrência ou verticalização, assim como motivações fundamentalmente tecnológicas. Embora dependam das estratégias das corporações, as F&A são, em boa medida, conduzidas por dinâmicas setoriais específicas que levam a concentração do capital e/ou a novos arranjos empresariais.

Há de se destacar também, conforme apontam outros autores, que dentre os motivos principais que as fusões ocorrem está o fato de reduzir a competição no mercado entre as empresas unificadas e outras firmas do setor.

Teríamos neste caso perspectivas diferentes de entender as situações pelas quais empresas independentes são levadas a unir sob o controle de um mesmo proprietário ou, em outra escala, quando tem-se em questão a iniciativa de ambas as empresas em prol da união ou ainda pela tomada de controle de uma empresa por outra concorrente.

Tais fusões são caracterizadas, especialmente no Estado do Mato Grosso do Sul, por serem do tipo horizontal, isto é, ocorre entre empresas do mesmo setor, com conseqüente produção de bens idênticos, como também do tipo conglomerada, ou seja, quando as empresas independentemente do que produzem unem-se em torno de um mesmo controlador.

Segundo Nascimento (2001), as fusões podem ser classificadas ainda, considerando três aspectos básicos, quais sejam: 1) Extensão de produção; 2) Extensão de Mercado; 3) Outras conglomerações. No primeiro caso tanto compradora quanto empresa comprada relacionam-se em etapas da produção ou distribuição; no segundo caso, ambas as empresas produzem os mesmos produtos vendendo-os em mercados diferenciados e no terceiro caso, as empresas produzem bens ou atingem mercados completamente diferenciados. Observamos a partir do Quadro 01 participação das empresas no âmbito dos Grupos agroindustriais canavieiros.

Quadro 01: Participação das agroindústrias canaveiras nos Grupos econômicos

Grupos	Origem	(%) de Participação	Investimentos
Bertin	Brasil	71%	Infinity Bio-Energy
José Carlos Bumlai	Brasil	50%	São Fernando (Bertin)
Grupo Tereos	França	2,53%	Usina Cruz Alta; Usina Guarani; Cia. Energética São José; 6,3% da Cosan.
Coinbra-Louis Dreyfus	França	1,88%	Usina São Carlos; Usina Cresciugal; Usina Luciânia; Usina Maracaju; Usina Passatempo; Usina Estivas; Destilaria Giasa.
Infinity Bio-Energy	Bermuda	0,60%	91% da Usinavi/PR; Alcana/MG/51% da Cridasa/ES; Disa/ES e Montanha/ES. Possui 99% da Usinav/MS
Infinity Bio-Energy	Bermuda	100%	Coopernavi
Kuok Group	Malásia	0,59%	6,7% da Cosan
Noble	China	0,26%	Usina Petribu Paulista/SP
Sucden	Suécia	0,20%	2,3% da Cosan
Cargill	EUA	0,19%	63% da CEVASA; participação na Usina Itapagipe/MG
Cargill	EUA	0,50%	USJ
Adecoagro/George Soros	EUA	0,19%	Usina Monte Alegre/MG + três unidades em Mato Grosso do Sul (municípios de Ivinhema e Angélica)
Clean Energy Brazil	Inglês	0,18%	49% da Usaciga/PR; 33% da Unialco; previsão de mais três aquisições/implementações no Mato Grosso do Sul Possui 33% do capital da Alcoolvale/MS
Outros: Bunge, Precius Noods, Stora Enso, Abengoa	EUA, Suécia, Espanha	2,59%	Investidores estrangeiros donos de 26,8% das ações da Cosan e de 10% das ações da São Martinho.
Odebrecht	Japão	33%	Sojitz – ETH Bioenergia
LDC	França	100%	Passatempo, Rio Brilhante e Maracaju/MS
Bunge	EUA	60%	Monteverde/MS (2008)
Shree Renuka Sugars Ltda	Índia	50,8%	Equipav Açúcar e Alcool
Shree Renuka Sugars Ltda	Índia	50,34%	Revati (Biopav)
Shree Renuka Sugars Ltda	Índia	100%	Vale do Ivaí
British Petroleum (BP)	Reino Unido	50%	Tropical Bioenergia (joint-venture dos Grupos brasileiros Santelisa Vale e Maeda)
British Petroleum (BP)	Reino Unido	83%	CNAA
Shell	Inglaterra	50%	Cosan
Petrobras	Brasil	40%	Usina Total (Bambuí/MG)
Guarani	Brasil	50%	Usina Vertente
Guarani	Brasil	50%	Usina Mandú
Bunge	EUA		100% da Unidade MOEMA; 50% da Ouroeste; 40% Guariroba/SP; 43,75% Usina Itapagipe/MG 56% Usina Frutal/MG; (2009/10)
Bunge	EUA	80%	Usina Santa Juliana (2007); 20% Itochu
Bunge	EUA	80%	Usina Pedro Afonso/TO; 20% Itochu
ETH Bioenergia	Brasil	100%	Usina Eldorado

Fonte: Unica; Udop (2011).

Org. AZEVEDO, J.R.N. (2013)

Queremos chamar atenção para participação da trading japonesa Itochu que atua em diversos setores da economia como minérios, energia, alimentos, químicos, papel etc. A partir de 2008 passou a investir também no setor agroindustrial canavieiro tendo em vista a participação nas empresas Santa Juliana e Pedro Afonso, mediante um investimento de U\$\$160 milhões, aproximadamente.

Do mesmo modo vale destacar o caso da petroleira BP, que após participar dos negócios envolvendo a agroindústria canavieira Tropical em 2006, lança-se a vôo mais alto com a compra, em 2011, de 83% da Companhia Nacional de Açúcar e Álcool (CNAA)¹³, que estava nas mãos dos fundos Goldman Sachs, Carlyle/Riverstone, Global Foods e Discovery Capitals. Trata-se de um exemplo de *joint venture* que deve aumentar significativamente nos próximos anos, uma vez que representa uma forma de diversificação das atividades envolvidas pelos grupos, os quais, via de regra, não querem abandonar seus antigos negócios¹⁴.

O que observa-se é que grupos estrangeiros e nacionais sem tradição no setor agroindustrial canavieiro optam por participar de forma modesta em empreendimentos no país, em um primeiro momento, sendo que, em seguida, injetam capital em negócios mais ousados, especialmente na aquisição e/ou compra de novas unidades produtivas.

Em relação aos grupos estrangeiros Backes (2009, p. 113) destaca:

Pode-se dizer que os grupos estrangeiros dividem-se em dois tipos: aqueles que estão consorciados com empresários do ramo e principalmente com fundos de investimento internacionais, interessados em investir em um negócio promissor sem envolvimento direto, e do outro lado estão empresas que atuam no exterior com o setor de commodities e que optam por estar participando ativamente do setor do Brasil, como é o caso específico das usinas do Grupo Louis Dreyfus, Infinity, Adecoagro e Safi.

Neste cenário, para melhor dimensionar a participação das empresas controladas pelo capital estrangeiro no país, basta termos em conta que em 2007/08 estas representavam apenas 7% do montante, enquanto na safra 2009/10 as mesmas representaram a cifra de 22%. Desde 2006 temos pela primeira vez o número de aquisições realizadas por estrangeiros, superando o número de transações lideradas pelo capital nacional.

¹³ A CNAA possui duas unidades agroindustriais em funcionamento, sendo um delas em Itumbiara (GO) e outra em Ituiutaba (MG) além de um projeto em andamento em Campina Verde (MG).

¹⁴ Esse é o caso do grupo Maeda que participava juntamente com a BP e a Louis Dreyfus dos negócios envolvendo a Tropical e que em 2010 decidiu recuar nesse âmbito para reinvestir nas áreas cultivadas com soja, milho e algodão.

No Centro-Sul do país, destaque especial fica por conta da região de Ribeirão Preto/SP onde houve crescimento nos últimos anos de 220% na participação ou controle de capital estrangeiro segundo dados do Ministério da Agricultura. Isso significa que 27,5% das 58 agroindústrias canavieiras instaladas na área têm influência de empresas estrangeiras.

Não obstante nesse cenário, Vian (2003) e Thomaz Junior (2002, 2009) apontam que as porções Oeste Paulista, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás, Paraná e Minas Gerais apresentam-se como novas fronteiras para o agrohidronegócio haja vista terem boas condições para instalação de novas unidades em curto prazo.

Conforme dados do Ministério de Minas e Energia, a participação estrangeira na capacidade de moagem de Cana-de-açúcar que era inexpressiva até a safra 2005/2006, representa nada menos que 40% na safra 2010/2011, o que aponta para um processo de desnacionalização marcado pela saída de famílias tradicionais do setor.

Para Maurílio Biagi Filho, a internacionalização do setor é uma realidade positiva na medida em que “demonstra o interesse do mundo pela Cana-de-açúcar, além de apontar para a liquidez do negócio¹⁵”. Tal cenário faz parte de um panorama mais amplo que aponta para o crescente investimento estrangeiro no país.

Conforme aponta estudos do Incra os investimentos se concentraram em algumas áreas, com destaque para produção de etanol e nesse sentido na própria aquisição de terras.

Nesse sentido, vale destacar que existem 34.632 registros de imóveis em mãos de estrangeiros, segundo o Sistema Nacional de Cadastro Rural (SNCR) com uma área de 4.037.677 hectares.

É importante lembrar que com a publicação do Parecer 01/2008 da Advocacia Geral da União (AGU) houve a restrição para aquisição de terras brasileiras por pessoas físicas e jurídicas internacionais, sendo que como desdobramento direto o setor produtivo através da Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) estima que o país perderá R\$60 bilhões em investimentos até 2017. Segundo a CNA, R\$7 bilhões no setor de grãos, R\$16 bilhões no setor de Cana-de-açúcar e R\$37 bilhões no setor de floresta plantada.

No caso da Cana-de-açúcar, onde cerca de 30% das agroindústrias canavieira de etanol pertencem a estrangeiros, acredita-se que tal situação cause verdadeira insegurança jurídica quando na verdade como ressaltou Marcos Jank, durante a realização do CANASUI

¹⁵ Cf. matéria publicada pelo Jornal Cana em 03/11/2010, intitulada: “Capital internacional já atinge 16 usinas da região”.

(2010), para o pleno desenvolvimento da atividade canavieira no país, é necessário um cenário de segurança jurídica aos investidores.

De acordo com o então Ministro da Agricultura, Wagner Rossi, uma saída para empresas canavieiras saírem desse impasse é justamente lançar mão do arrendamento de terras agrícolas, pois com isso driblaria as restrições legais à venda de propriedade para empresas estrangeiras.

Como salientou o Presidente da FAMASUL, Eduardo Corrêa Riedel, em entrevista a nós concedida por *e-mail*, realizada em 2008:

A Famasul enxerga com bons olhos a participação do setor sucro alcooleiro no estado, uma vez que gera oportunidades de renda ao produtor rural, e este é um dos nossos principais focos. Estamos trabalhando no sentido de fazer com que o produtor tenha participação efetiva neste processo de desenvolvimento do setor e possa estar crescendo junto com ele, não apenas arrendando terras, mas principalmente participando ativamente do plantio e entrega do produto.

Desde 2007 o INCRA têm manifestado preocupação em relação à venda de terras a estrangeiros no país. Não obstante, vale ressaltar o posicionamento do Senador Cristovam Buarque (PDT-DF), que ressalta que: “o problema não é vender ou comprar terras, mas ter meios de manter a soberania sobre a terra vendida”.

Conforme matéria publicada no OESP, o Mato Grosso do Sul é o terceiro Estado que mais recebe compradores internacionais, ficando atrás somente dos estados do Mato Grosso e de São Paulo.

Seja como for, é importante salientar que há um problema para se contabilizar o número de terras adquiridas por estrangeiros, pois os dados abrangem apenas as pessoas físicas, as quais correspondem 0,71 de um total de 572 milhões de hectares oficialmente cadastrados no INCRA¹⁶.

Temos nesse contexto, de um lado, a consolidação de grupos econômicos tradicionalmente produtores de Cana-de-açúcar, açúcar e álcool e, de outra parte, a formação de novos conglomerados sem tradição no setor.

Este é o caso da petroleira Shell que adquiriu 50% da Cosan. De fato, conforme o Presidente da BIOSUL, Roberto Holanda Filho, a: “[...] Shell não veio para o Brasil porque

¹⁶ A esse respeito ver matéria: Mato Grosso do Sul é o terceiro estado que mais perde terras para compradores internacionais, publicado em 29 de março de 2010 no Jornal Capital News.

viu a Cosan e se encantou, veio porque hoje a Cana-de-açúcar é indicada como uma matéria-prima avançada para produção de biocombustíveis” (p.18).

Como demonstra matéria: “Petroleiras avançam no setor do álcool” publicada pelo Jornal Cana em 27/11/2010, a consolidação do mercado de álcool combustível brasileiro por meio de parcerias entre empresas petrolíferas e canavieiras é uma tendência, a exemplo dos contratos estabelecidos pela Shell e Cosan, e Petrobras e Açúcar Guarani¹⁷.

Como retrata Houtart (2010, p. 218), trata-se de um processo global na medida em que envolve petroleiras de todos os lugares na busca de melhores resultados nessa atividade econômica, sendo assim temos:

Hoje praticamente todas sociedades petrolíferas se interessam pelos agrocarburentes. Podemos citar a Total na África, a Shell que investiu em pesquisas para produzir etanol a partir da celulose, a BP, a Exxon, mas também empresas mais jovens, como a Petrobras no Brasil ou a Repsol na Espanha e na América Latina, ou ainda a Ecopetrol na Colômbia. [...]

Trata-se conforme relata Marcos Jank¹⁸, Presidente da UNICA, de uma perspectiva extraordinária na medida em que:

Quando a Shell fez operação com a Cosan, o pessoal disse vai internacionalizar tudo porque vem a petroleira européia e faz uma parceria com a alcooleira brasileira. Logo depois é a petroleira brasileira com a alcooleira francesa, então a concentração vai acontecer em todas as direções e o que interessa é que tenhamos empresas mais fortes. (p.04)

Observa-se que do ponto de vista dos gestores do agrohidronegócio, isto é, dos responsáveis pelas entidades de representação do capital em nível de Brasil e do Mato Grosso do Sul, o processo em curso de concentração é visto com bons olhos. Isto é sinal de que por parte dos mesmos não haverá obstáculos para preitear situações que beneficiem os negócios do setor.

Semelhante posição é compartilhada pelo coordenador geral de açúcar e álcool do MAPA que destaca:

¹⁷ Somente no caso do contrato envolvendo a petroleira brasileira temos o valor de R\$2,1 bilhões para fornecimento de até 2,2 bilhões de litros de etanol em quatro anos.

¹⁸ Marcos Jank está à frente da UNICA desde 26 de junho de 2006.

Alguns dizem que é no setor inteiro que esta acontecendo esta concentração saudável porque há uma injeção maior de recursos, onde há uma capacidade maior de investimento e com essas junções você consegue fôlego para que esses novos grupos fazer investimentos internos e externos para poder dar uma nova alavancada no setor. (CALDAS, 2010, p.03)

É pertinente constatar que além do crescimento da produção mundial tem ocorrido paralelamente a concentração da produção nas mãos de poucas empresas. Assim cem empresas controlavam um terço do investimento global, enquanto quarenta mil empresas controlavam dois terços da economia mundial. (MORAES: 2008).

Do ponto de vista nacional isto se justifica na medida em que: “[...] a Cana-de-açúcar é conhecida por todo mundo, mas a cana de etanol, da bioetrecidade, do carro flex, ainda é de selo nacional” (JANK: 2010, p.01).

Isto é, marcadamente importante pelo capital, pois: “[...] está exatamente no começo da implementação do etanol” o qual “[...] passa a ser buscado no mundo inteiro por conta da busca de uma alternativa para o petróleo e o Brasil tem hoje a alternativa mais sólida dentro dessa área e isso é uma imensa perspectiva para nós” (JANK: 2010, p.01).

Notemos a partir da Tabela 01 o panorama de investimentos em curso no país ultimamente:

Tabela 01: Investimentos de Novas Agroindústrias Canavieiras no Brasil

Descrição/Ano de início	2005	2006	2007	2008	2009	Total (US\$ bilhões) 2005-2008
Empresas tradicionais	0,9	3,8	4,3	5,6	4,7	14,6
Capital fechado	0,9	3,8	4,0	5,2	4,3	13,9
Novos entrantes	0,1	1,4	0,8	3,0	6,6	5,3
Fundos de investimento	0,0	0,0	0,1	0,4	1,6	0,5
Multinacionais	0,1	0,5	0,0	1,6	0,3	2,2
Outros	0,0	0,9	0,7	0,9	4,7	2,5
Total	1,1	5,1	5,1	8,5	11,3	19,8

Fonte: UNICA, 2010.

Org.: AZEVEDO, J. R. N., 2010.

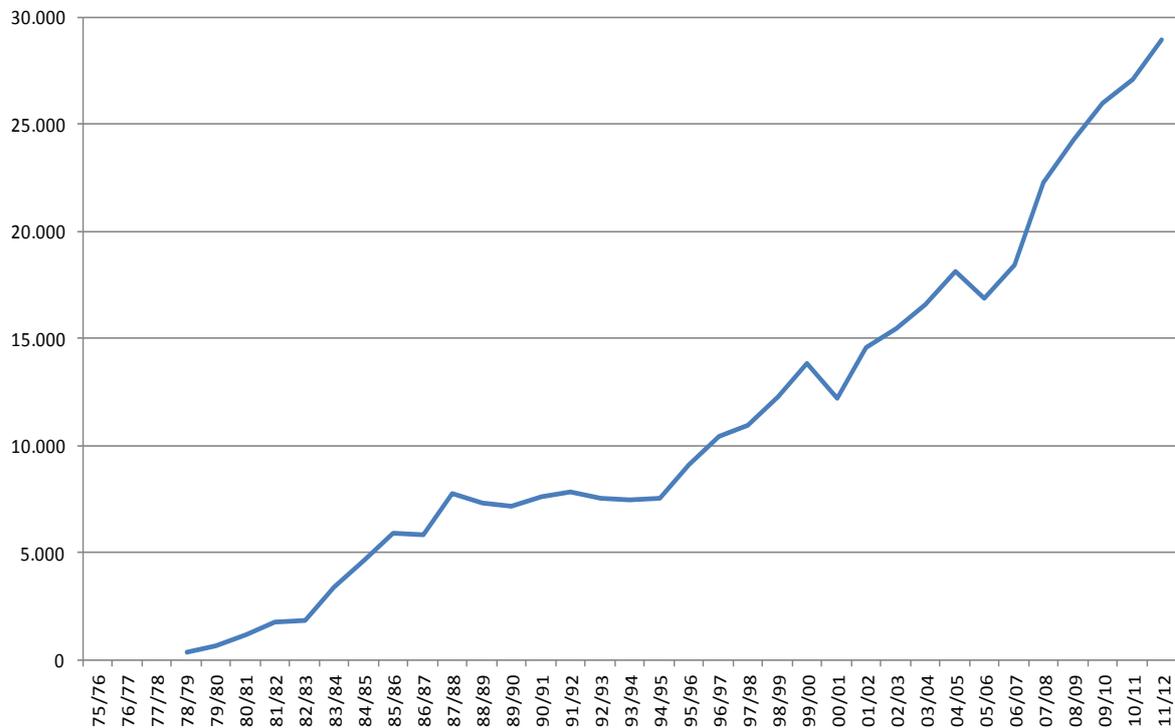
Nota-se a evolução dos negócios envolvendo as agroindústrias canavieiras, e particularmente chama atenção os fundos de investimento que, até 2005 não apresentavam participação. Todavia, fica claro que predominou entre 2005 e 2009 nessa atividade econômica os investimentos lançados por Empresas tradicionais as quais via de regra associaram-se a outros capitais. (Tabela 01).

Neste aspecto, devemos destacar que somente nos parques industriais das novas unidades agroindustriais sul-mato-grossenses foram geradas mais de 5 mil empregos diretos nos últimos três anos.

Segundo entrevista com o Sr. Paulo Aurélio Vasconcelos (BIOSUL) estima-se que a agroindústria canvieira no Mato Grosso do Sul gere 26 mil empregos diretos dos quais 18 mil são na área agrícola e 8 mil na industrial. Além de 87 mil empregos indiretos, sendo 83% permanentes, não safristas. A respeito desse número a entidade aponta que houve um aumento de 56% nos últimos 4 anos, o que possibilitou a esse segmento destacar-se frente aos demais setores da economia, ficando atrás apenas da construção civil, no tocante à geração de empregos.

Por sua vez acredita-se que seja gerado no Mato Grosso do Sul de acordo com a BIOSUL cerca de 90 mil empregos indiretos junto à atividade canvieira o que representa, de acordo com a Biosul (Gráfico 01) o terceiro maior empregador do estado, sendo que segundo consta no Perfil do Município (CAGED) é o setor que mais admite em Batayporã, Caarapó, Naviraí, Sonora, Sidrolândia, Taquarussú e Vicentina, sem contar que é representativo em Angélica, Aparecida do Taboado, Brasilândia, Costa Rica, Dourados, Iguatemi, Maracajú, Nova Andradina, Nova Alvorada do Sul, Ponta Porã e Rio Brillhante que sediam agroindústrias canavieiras em seu território.

Gráfico 01: Empregos diretos gerados no Mato Grosso do Sul pela Agroindústria Canavieira



FONTE: BIOSUL.

ORG.: VASCONCELOS, P. A. (2012).

De fato, observa-se em termos proporcionais um crescimento de cerca de 58% de empregos nos últimos 5 anos no estado. Não obstante, a geração de postos de trabalho seja significativa a que colocamos em foco no presente trabalho é justamente a qualidade de tais empregos.

Isto pode ser entendido em parte pela incorporação de empresas do setor canavieiro via fusões e aquisições, ou seja, parcerias, operações de compra e ainda fundos de investimento (consórcio de empresários), sequeiros em territorializar o seu dinheiro na produção de etanol no Brasil e, nesse sentido, transformá-lo em capital apto a se reproduzir em escala ampliada.

A título de exemplo podemos lembrar do caso retratado por Vian (2003, p. 11) que coloca a ação efetivada em 2000/2001 por produtores de Cana-de-açúcar no país no qual os mesmos se auto-organizaram para montar um consórcio: “[...] visando retirar um bilhão de litros de álcool do mercado reduzindo, assim, a oferta.”

A esse respeito é interessante a colocação de Chesnais (1996, p. 306) segundo o qual:

Mesmo em grupos onde foi restabelecida a rentabilidade do capital, constata-se, por parte dos novos proprietários do capital (fundos de investimento, fundos de pensão, companhias de seguros) uma fortíssima pressão para reduzir ainda mais os custos, “eliminando gorduras de pessoal” e automatizando em velocidade máxima.

É nesse cenário que presenciamos, recentemente, no Brasil, negociações do setor canavieiro que visam fortalecer a aliança entre capital nacional e internacional como, por exemplo, destacam-se os acordos firmados entre a Cosan e a Shell, a Bunge e o Grupo Moema, o açúcar Guarani e a Húmus.

Tal expansão, conforme sinalizou Azevedo (2008) e Backes (2009), é estimulada pelas políticas governamentais, a exemplo das vantagens creditícias asseguradas aos Grupos investidores na área, os quais são provenientes de setores ligados a diferentes frentes do agrohidronegócio mundial, a exemplo da Bunge, tradicional produtora de óleo e derivados de soja, da Odebrecht, vinculada à construção civil e petroquímica, Adecoagro, produtora de alimentos, Infinity, investidora do mercado financeiro, entre outras.

Não podemos secundarizar o fato de existir no Mato Grosso do Sul e demais áreas de avanço do capital agroindustrial canavieiro uma aliança que compreende a: “[...] fusão de interesses entre setores agropecuários, industriais e financeiros” (THOMAZ JUNIOR: 2009, p.204).

Diante desse cenário queremos enfatizar a seguir o papel do Estado no contexto da expansão da agroindústria canavieira Sul-Mato-Grossense, ressaltando o sentido das ações do capital, haja vista sua ação promotora em prol da constituição de novos projetos agroindustriais, sem contar o caráter restaurador das unidades já instaladas.

Assim, é marcante verificar as alianças e apadrinhamentos estabelecidos pelos diferentes agentes envolvidos no processo de produção da Cana-de-açúcar, desde a parte agrícola, passando pelo processamento agroindustrial, com o aval beneplácito do Estado.

É nesse sentido que queremos, a seguir, sinalizar a atuação das entidades de representação do capital no país e, particularmente, no estado do Mato Grosso do Sul, na medida em que as mesmas, juntamente com a participação, constante e paralela, do Estado, viabiliza a conformação da agroindústria canavieira na região.

1.3 O processo de organização do capital canavieiro no Mato Grosso do Sul: as entidades de representação do capital

As entidades de representação do capital canavieiro que estão diretamente ligadas ao agrohidronegócio Sul-Mato-Grossense é a União das Agroindústrias Canavieiras (UNICA), a União dos Produtores de Bioenergia (UDOP) e a Associação dos Produtores de Bioenergia (BIOSUL).

Enquanto a primeira entidade possui abrangência nacional, a segunda atinge o domínio de alguns estados do Centro-sul do país e a terceira, especificamente, o estado do Mato Grosso do Sul. Não obstante, possuem como singularidade o fato de estabelecer relações com grupos atuantes no Mato Grosso do Sul, bem como interagirem em torno de objetivos comuns.

Devemos lembrar amparados em Thomaz Junior (2002), que a organização política e econômica do capital agroindustrial canavieiro ampara-se em uma nova orquestração de interesses, a qual baseia-se em uma intrincada articulação de entidades.

De fato, o referido autor deixa claro em estudos posteriores que a composição destas entidades estão vinculadas à parâmetros técnicos e econômicos, sem contar que configura-se a partir de interesses políticos de Grupos econômicos e de empresas individuais. Tão logo, tais entidades são moldadas segundo à abrangência das necessidades e demandas requeridas pelo capital em escala nacional e internacional.

1.3.1. UNIÃO DA INDÚSTRIA DE CANA-DE-AÇÚCAR (UNICA)

Trata-se da principal entidade de representação do capital canavieiro no Brasil que congrega as maiores empresas do setor canavieiro à base de 120 associadas, que respondem por cerca de 60% da Cana-de-açúcar moída, do açúcar e do álcool produzidos no Brasil.

Devido à sua estrutura institucional, mantém articulação com os principais Sindicatos do setor, tais como o de fabricação de açúcar e álcool e associações dos estados brasileiros produtores de Cana-de-açúcar embora, originalmente, seja uma entidade paulista.

Além disso, do ponto de vista de sua estrutura organizacional irradia suas ações a partir de 5 localidades estratégicas, isto é, São Paulo (sede), Ribeirão Preto/SP, Brasília/DF, Washington/EUA e Bruxelas/BEL, num projeto que pretende ser global.

A instituição foi formalizada em 1997, sendo resultado da convergência de diversas organizações setoriais paulistas. Reúne representante das indústrias em seu conselho gestor e uma série de profissionais voltados aos principais aspectos da agroindústria canavieira, a exemplo das questões relativas ao meio ambiente, comércio, tecnologia etc.

Conforme destaca a UNICA os seguintes pontos alicerçam suas ações: a) aprimoramento do sistema de autogestão do agrohidronegócio canavieiro em regime de livre mercado; b) zelo pelas condições de competitividade do álcool e do açúcar; c) ampliação do mercado livre de açúcar e luta contra as barreiras protecionistas; d) difusão da produção e do uso do etanol combustível no mundo; e) abertura de mercados para o etanol, tanto na mistura com a gasolina como no uso direto em veículos; f) apoio à diversificação da produção nos países açucareiros; g) caracterização da energia da biomassa como alternativa real às fontes fósseis.

Observa-se através destes indicadores que a UNICA procura estabelecer ação coordenada em todas as dimensões do setor produtivo da Cana-de-açúcar, de tal forma que estruture e, ao mesmo tempo, forme opinião acerca dos principais assuntos que compõem a seara econômica e política envolta aos agrocombustíveis.

Entendemos que trata-se de um modelo de gestão implantado pela entidade que busca uniformizar as ações do capital canavieiro em torno das demandas da plataforma política, haja vista o conteúdo eminentemente estratégico que estamos lidando.

De acordo com Vian (2003, p.201): “A UNICA passou a ter um papel estritamente de representação política e de discussão de problemas que afetam a maioria dos seus filiados”.

Portanto, não podemos separar quando estamos nos referindo ao processo de organização do capital canavieiro, em entidades de classe a articulação das principais frentes do agrohidronegócio em torno de suas questões pontuais relativas ao setor em pauta e as demandas mais gerais da sociedade, na medida em que as mesmas se conectam.

Logo, não podemos negar as opções do capital canavieiro em torno de assuntos polêmicos que geram tensionamentos como mecanização, queimada etc. e a conseqüente tomada de posições pelas entidades de representação nas diferentes porções do país.

Conforme temos observado estabelece-se, por exemplo, relações entre a UNICA e a BIOSUL, UDOP e BIOSUL em torno dos principais objetivos estipulados pelo agrohidronegócio, quer seja concernente à promoção de eventos (exposições, feiras, seminários etc.), quer em relação às diretrizes mais gerais do setor em seu dia-a-dia em temas de conjuntura.

Nesse sentido, não podemos apartar deste contexto aquilo que Vian (2003, p. 16) denomina como sendo autogestão do setor agroindustrial canavieiro e que marca a conformação institucional dos anos 1990 e 2000 sendo que esta entidade: “[...] deverá ter um papel cada vez mais destacado nos próximos anos, inclusive para formalizar um trabalho conjunto com associações de representação de outros segmentos produtivos.”

De fato, são exemplos, a associação Nacional de Indústria Automobilística (ANFAVEA), Associação Brasileira da Indústria de Alimentos (ABIA) e Sindicato Nacional das Distribuidoras de Combustíveis (SINDUSCOM). (VIAN: 2003).

No Mato Grosso do Sul é visível, por exemplo, o apoio dado pela UNICA ao evento intitulado: Congresso da Cadeia Produtiva da Cana-de-açúcar (CANASUL) através da presença em palestras e debates de seus principais expoentes, como Marcos Sawaya Jank e da própria realização da Feira de Negócios da Agroindústria Sucroalcooleira (FEICANA) que tem a parceria da UDOP em sua promoção institucional desde as primeiras edições.

1.3.2. UNIÃO DOS PRODUTORES DE BIOENERGIA (UDOP)

Criada em meados de 1985, a entidade em questão nasceu para atender aos anseios das agroindústrias canavieiras instaladas no Oeste Paulista, diante da efetivação do Proálcool e consequente instalação das primeiras empresas na região, ação esta que tomou dimensão com sua articulação permitindo maior representatividade perante as ditas associadas, as quais atualmente perfazem os estados de São Paulo, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Paraná, Goiás e Amazonas. (Quadro 02).

Quadro 02: Distribuição das Empresas Associadas à UDOP

Estado	Nº de Associados
São Paulo	207
Mato Grosso do Sul	21
Minas Gerais	61
Paraná	31
Goiás	58
Amazonas	01

FONTE: UDOP, 2011.

Neste caso é notável a concentração de empresas vinculadas à UDOP no estado de São Paulo em relação aos demais estados produtores o que se justifica pela própria formatação do setor no Brasil.

Conforme aponta a própria UDOP em seu estatuto faz parte de sua missão representar política e administrativamente suas associadas, tendo em vista o atendimento de seus interesses fundamentais vinculadas à gestão de seus negócios.

Neste sentido, é salientado pela entidade como pontos marcantes em sua trajetória a promoção da capacitação dos profissionais¹⁹ envolvidos na agroindústria canavieira e, juntamente com isso, a busca por garantir a boa imagem do setor perante a sociedade.

A UDOP atua numa ampla frente de atividades no setor agroindustrial canavieiro, a qual passa pela fomentação de *sites*, vídeos, material informativo e de pesquisa, estatísticas etc. que em seu conjunto visa divulgar as ações promovidas pelo capital.

1.3.3. ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES DE BIOENERGIA DE MATO GROSSO DO SUL (BIOSUL)

A referida entidade congrega três Sindicatos representativos da agroindústria canavieira no estado, sendo eles: Sindicato das Indústrias de Álcool no Estado (SINDAL), Sindicato das Indústrias de Açúcar e Álcool (SINDAÇÚCAR) e o Sindicato dos Trabalhadores na Indústria e Comércio de Energia (SINERGIA).

É interessante atentarmos para a própria estrutura organizacional dessa entidade que tem presente em seu corpo, proprietários e diretores de agroindústrias canavieiras como, por exemplo: Benedito Silveira Coutinho, Fioravante Scalon, José Pessoa de Queiroz Bisneto,

¹⁹ Isto representa segundo a entidade a formação crescente de trabalhadores atingindo a cifra de 70 mil profissionais qualificados até o momento e a perspectiva de formação de mais 30 mil pessoas nos próximos anos.

Sérgio Shiller Thompson Flores, Francisco Giobbi, Nelson Donadel etc. além de figuras conhecidas de outras entidades de representação, como o Sr. Eduardo Pereira de Carvalho, Ex-presidente da UNICA.

A BIOSUL, criada em 2009 e presidida pelo Sr. Roberto Cezar Hollanda Cavalcanti Filho, é reconhecida pelo Presidente da principal entidade de representação do capital brasileira, UNICA, como: “[...] um Presidente profissional, muito experiente no setor e plenamente equipado para acompanhar a importância crescente do Mato Grosso do Sul no cenário canavieiro nacional”.

Aliás, é oportuno lembrar que a referida personalidade foi agraciada em 2011 com o prêmio Visão da Agroindústria Nacional, vinculada ao Grupo Visão, que homenageia pessoas e empresas vinculadas à atividade canvieira que se destacam pelas suas ações, sendo que no caso particular do Roberto Cezar Hollanda Cavalcanti Filho, tal premiação se deve ao seu empenho em torno da promoção do agrohidronegócio Sul-Mato-Grossense possibilitando que o setor se destaque no cenário nacional.

Conforme pudemos apreender, a entidade estadual pauta-se no modelo personalizado pela UNICA no que tange à profissionalização da gestão, lançando mão de comitês de trabalho coordenados pelas associadas, para lidar com temas específicos do setor. E mais, segundo é proclamado pelo estatuto da Associação, é do interesse da mesma: “[...] reestruturar o setor sucroenergético sul-matogrossense, com o objetivo de melhorar as condições de infra-estrutura e de logística para escoamento da produção de açúcar, etanol e bioeletricidade da região” (BIOSUL).

Observa-se que a questão da infra-estrutura e logística é duplamente salientado, tanto pela entidade de representação, como também por parte dos representantes do governo estadual, o que denota preocupação acentuada em romper com os possíveis gargalos no processo de agroindustrialização.

Segundo Hollanda Filho, existe a perspectiva de integração da BIOSUL com outras entidades do segmento agroindustrial canvieiro com a expansão do setor no estado do Mato Grosso do Sul, o que implica em demandas que possivelmente transcendam as próprias fronteiras estaduais, não obstante, a tendência de ocorrer ações coordenadas com outras entidades de representação do capital.

Trata-se de um movimento organizativo do capital canvieiro que já ocorreu com a implementação da UNICA, em São Paulo, e da UDOP, no Oeste Paulista, e que mais recentemente evidencia repetir-se com a BIOSUL, o que demonstra mais uma vez que não há barreiras para edificação do constructo do capital. Ainda mais, quando as demandas e

exigências do mercado se sobrepõem, fomentadas, pois, pela onda de investimentos em curso no país já há alguns anos.

É importante destacar, conforme temos verificado que a referida entidade de representação está presente em todas atividades vinculadas ao setor agroindustrial canavieiro no estado, bem como nas ações promovidas em nível nacional, estabelecendo uma verdadeira ponte entre “usineiros” e governo.

Desta forma, identifica-se com diferentes ações em curso no país destacando-se: Fórum Nacional Sucroenergético; Câmara Setorial da Cadeia Produtiva do Açúcar e do Alcool; Etanol uma atitude inteligente; Projeto Ágora e Aliança Brasileira pelo Clima.

A BIOSUL têm possibilitado a interlocução entre os agentes do agrohidronegócio de tal forma que permite a articulação e conseqüente tomada de posição em relação aos principais desafios apresentados ao setor, da qual a Aliança Brasileira pelo Clima é um exemplo.

Na realidade, sobre esse assunto tem sido promovidas palestras e encontros pelo setor para discussão em torno da dita contribuição da Cana-de-açúcar, como pudemos verificar durante o 4º CANASUL durante a palestra: “Etanol, bioeletrecidade e mudanças climáticas²⁰”.

Ao mesmo tempo estabelecem-se por parte da CANASUL umas blindagens em torno de polêmicas envolvendo as unidades agroindustriais presentes no estado, haja vista o interesse em preservar a imagem de suas associadas.

Esse aspecto pôde ser observado em Trabalho de Campo realizado em 2010, em Campo Grande/MS, quando a diretoria da BIOSUL concordou em nos receber, em outra ocasião, mas declarou de antemão que não nos forneceria dados e informações específicas sobre as agroindústrias canavieiras do estado.

Conforme pudemos verificar através de Entrevista (via *e-mail*) realizada em 19 de setembro de 2011, junto ao Sr. Paulo Aurélio Vasconcelos, gerente da referida entidade, para se associar a BIOSUL é preciso primeiramente que a empresa esteja devidamente constituída (CNPJ, Inscrição Estadual) e dispor de todas as alterações exigidas pelas Secretarias Estaduais e, ter como objetivo a produção de açúcar, etanol e co-geração de energia. Posteriormente, tem que fazer um requerimento à BIOSUL e encaminhar cópia da documentação e, ter aprovada pelo conselho da entidade o seu pedido de filiação.

²⁰ Palestra proferida pelo Sr. Isaias Macedo (UNICAMP).

1.4 – A expansão da agroindústria canavieira em Mato Grosso do Sul

A vinda da usina é uma benção pois senão a cidade estaria parada, graças a usina o município tem atraído novos habitantes e dinamizado os negócios. (moradora de Ivinhema/MS, 27/02/2012)

O estudo do avanço do capital agroindustrial canavieiro no Mato Grosso do Sul é fundamental para apreendermos a dinâmica produtiva deste setor inserido no mundo do agrohidronegócio, cujos rebatimentos se fazem sentir no âmbito do trabalho e impactam agressivamente a sociedade, uma vez que altera as relações entre campo e a cidade, traz novas demandas sociais e econômicas para os municípios atingidos e modificam a paisagem natural local.

No Mato Grosso do Sul é importante destacar que a produção canavieira tem sua evolução a partir da década de 1980, mais precisamente a partir da safra de 1984/85 quando efetivamente produz-se 2,3 milhões de toneladas de cana-de-açúcar.

Segundo Andrade (1994, p. 139-140):

O crescimento da cultura da cana, porém, só se tornaria exponencial a partir de 1979, quando o Proálcool passou a financiar a implantação de destilarias de álcool em todo o país, e os estados do Centro-Oeste – Mato Grosso e Mato Grosso do Sul – tornaram-se centros de atração de capitais de São Paulo e do Nordeste [...]. Nos anos 80, Grupos empreendedores, como o Moura Andrade, no município de Nova Andradina, por ele fundado, o Grupo Ometto, que participava de empreendimentos com o emprego de vultuosos capitais na Serra da Bodoquena, e os Grupos pernambucanos Tavares de Melo e Pessoa de Queiroz, na região de Rio Brilhante, instalaram destilarias.

De fato, entre os anos de 1979 e 1983 tivemos a instalação de 9 agroindústrias canavieiras no Mato Grosso do Sul. Assim instalam-se: Aquarius (1979), Santa Helena (1982), Maracaju (1982), Passa Tempo (1982), Santa Fé (1982), Santa Olinda (1982), Santa Quitéria (1983), Coopernavi (1983), Debrasa (1983).

A empresa Aquarius (Sonora/MS) teve como um dos sócios o Sr. Beat Rolf Stucki, imigrante europeu que viu na atividade canavieira condições ideais para o desenvolvimento econômico, ainda em 1977, no então estado do Mato Grosso.

Diante das dificuldades econômicas por que passou a empresa, foi negociada parcialmente, em 1979, e em caráter definitivo em 1983 com o Grupo Giobbi e Cigla

(Construtora brasileira com participação italiana do Grupo Impregilo S.P.A.) subsidiária da Fiat, passando a ser denominada Companhia Agrícola Sonora Estância.

A referida empresa dedicou-se exclusivamente à produção de álcool entre 1985 e 1993, sendo que em 1994 é instalada a fábrica de açúcar, iniciando sua produção na safra de 1995/96²¹.

Vale salientar que as agroindústrias canavieiras instaladas no Mato Grosso do Sul passaram, a partir de 1994 por mudanças quanto à razão social. (Tabela 02):

Tabela 02: Mudança da razão social das Agroindústrias Canavieiras no Mato Grosso do Sul

Grupo	Empresa mãe	Empresa renomeada	Ano	Distrito/Município sede
J.Pessoa	Aquarius LTDA	Sonora Estância S/A	1983	Sonora
Unialcool	Santa Quitéria	Alcoolvale S/A	2001	Aparecida do Taboado
Itamarati	Santa Fé (ex-Cachoeira)	Safi Brasil Energia LTDA	2007	Nova Alvorada do Sul
Tonon Bioenergia S/A	Vista Alegre Açúcar e Álcool LTDA	Tonon Bioenergia S/A	2010	Vista Alegre/Maracajú
	São Fernando Açúcar e Álcool LTDA	São Fernando Energia I LTDA	2010	Dourados
LDC	Tavares de Melo Açúcar e Álcool S/A – Filial Passa Tempo	LDC Bioenergia S/A – Filial Passa Tempo	D.O. 6986 de 12/06/2007	Rio Brillhante
Adecoagro	Ivinhema LTDA	Angélica Agroenergia Filial	D.O. 7684 de 14/04/2010	Amandina/Ivihema
Infinity	Naviraí S/A Açúcar e Álcool	Infinity Indústria de Biocombustíveis MS LTDA	D.O. 7164 de 29/02/2008	Iguatemi
LDC	ALRS Agroarte Empresa Agrícola LTDA	LDC Bioenergia S.A.		Nova Alvorada do Sul

Fonte: Diário Oficial (vários números); Trabalho de Campo (2010-2012)

De um modo geral, observa-se que o período de instalação das agroindústrias canavieiras no Mato Grosso do Sul, corresponde ao período pós segundo Choque do Petróleo (1979), ou também denominada segunda fase do Proálcool (1980), no qual tivemos o *boom* de implantação de unidades processadoras por áreas do país que até então não eram tradicionalmente produtoras de Cana-de-açúcar, a exemplo, do Oeste Paulista. Como retrata

²¹ Desde 2008 devido alteração no quadro de acionistas a Companhia Agrícola Sonora Estância passou a denominar-se Sonora Estância S.A.

Thomaz Junior (2002, p. 93): “[...] nesse momento que o governo redireciona o programa para a produção de álcool hidratado como combustível para o consumo direto”.

Aliás, conforme ressalta Oliveira (2009), temos historicamente a presença de um Estado parceiro o qual age em conformidade com as necessidades do capital sendo que é prova consumada, o Programa Nacional do Álcool (PROÁLCOOL), pois estimulou o avanço do capital canavieiro em áreas com pouco ou nenhuma tradição canavieira, a exemplo do Oeste Paulista e o próprio Mato Grosso do Sul que receberam seus primeiros investimentos em meados de 1970.

Todavia, é no século XXI que o Mato Grosso do Sul tem despontado no cenário nacional em razão do avanço que vem registrando em relação a produção canavieira. Embora o estado assuma a 5ª posição em quantidade absoluta de Cana-de-açúcar, atrás de São Paulo, Minas Gerais, Paraná e Goiás, em termos relativos lidera a expansão em 22,58 %. (Tabela 03).

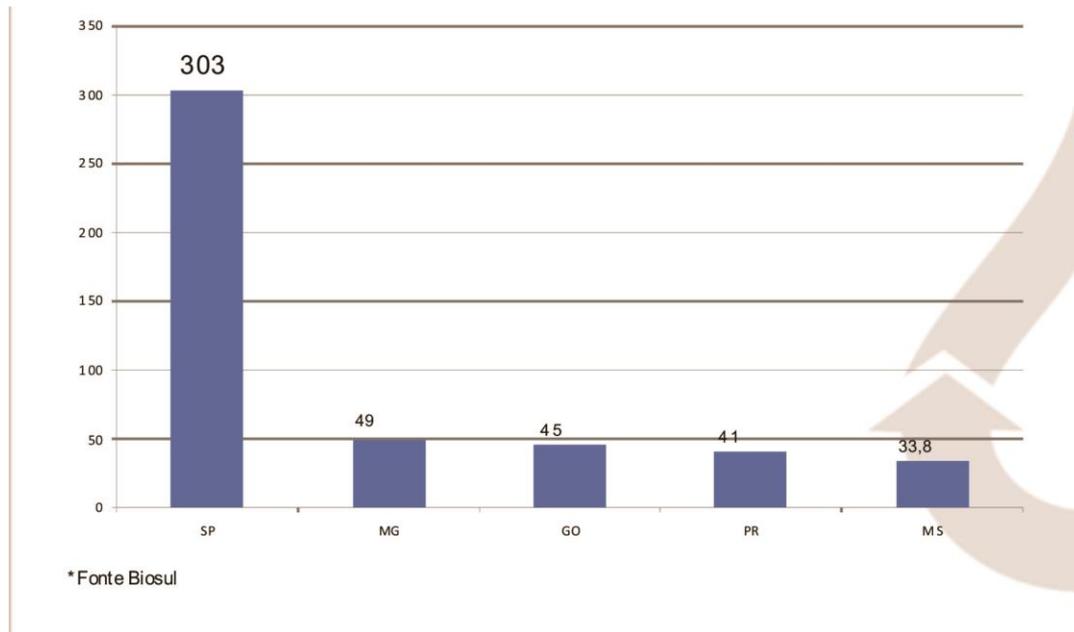
Tabela 03: Produção de cana-de-açúcar (t) dos principais estados produtores

Estado	Safra 2009	Safra 2010	Varição (%)
São Paulo	400.539.320	395.729.252	-1,20
Minas Gerais	58.336.970	61.349.360	+5,16
Paraná	50.096.100	54.574.809	+8,94
Goiás	44.064.470	50.630.000	+14,90
Mato Grosso do Sul	29.792.853	36.520.000	+22,58

FONTE: Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA/IBGE), 2010.

O Gráfico 02 indica esse panorama e dimensiona a distribuição da produção pelos principais estados produtores do país, na safra 2012/13, a qual confirma a supremacia paulista, posição que se sustenta desde os anos 1980, e situa o Mato Grosso do Sul na quinta colocação.

**Gráfico 02 – Maiores estados produtores de cana-de-açúcar – Brasil
Safra 2012/2013**



Org.: VASCONCELOS, P. A. (2012).

Não obstante, o planejamento do governo estadual é que nos próximos anos o Mato Grosso do Sul seja o vice-líder nacional, o que representaria mais “distribuição da riqueza”²², garantindo nesse caso o desenvolvimento regional. Isto representa, de acordo com estimativa estadual, em nada menos que uma produção de 2 bilhões de litros de álcool.

Por sinal, esse panorama não se consolidou na mesma proporção anunciada no estado do Mato Grosso do Sul embora a expansão canavieira na área seja uma das mais intensas do país. Do mesmo modo, devemos deixar claro que o jargão “distribuição de riqueza” é utilizado pelo capital canavieiro e suas entidades de representação como forma de legitimar o discurso de avanço da Cana-de-açúcar.

Segundo Souza (2011, p. 254):

O discurso do agronegócio emerge, então, como aposta e incentivo de um modelo de desenvolvimento rural ancorado no ideário de desenvolvimento econômico, na sua versão mais quantitativa em que destaques são dados aos ganhos de produtividade e competitividade, no entanto se desconsidera os seus efeitos no meio rural.

²² Seria o mesmo que dividir o bolo? Delfim Neto explica?

Referente expansão da produção canavieira ampara-se no binômio de aumento da área com Cana-de-açúcar plantada no Mato Grosso do Sul e número de unidades produtivas instaladas. Neste sentido, conta-se que até meados de 2005 tínhamos apenas 9 empresas em atuação no Mato Grosso do Sul, número este que saltou para 14 em 2008 e 22 em 2011.

É discutido ainda no cenário agroindustrial canavieiro que com o fim da crise econômica mundial de 2008²³, que resultou, segundo Marcos Jank, somente em 2009 no reajuste de 87 agroindústrias canavieiras no país, empresas deverão retomar projetos que estavam no papel, o que representa um investimento de cerca de R\$8 bilhões na construção de mais 20 novas unidades produtivas no estado²⁴.

Esse é o caso, por exemplo, da empresa canavieira Brillhante, em Maracaju/MS, que desde 2007 se prepara para dar andamento às atividades de construção da planta fabril tendo realizado, inclusive, audiência pública, mas que continua na condição de projeto licenciado, conforme pudemos apurar em 01 de agosto de 2011, através de entrevista (por e-mail) junto ao Engenheiro Agrônomo Sr. Paulo Roberto Carozza²⁵.

Não obstante, conforme entrevista realizada com o Sr. Paulo Aurélio Vasconcelos (BIOSUL) em 13/12/2012 a referida agroindústria é mais um projeto que não se consolidará efetivamente no Mato Grosso do Sul.

A respeito dessa empresa é importante lembrar a polêmica gerada em torno de sua instalação, já em 2007, quando a população local se mobilizou para reivindicar esclarecimentos quanto à proximidade do parque industrial da zona urbana, distante apenas 8 quilômetros.

Já a empresa Rio Paraná deverá concretizar sua instalação no Mato Grosso do Sul, localizada no município de Eldorado, inicialmente pertencia ao grupo Grupo Cidade Gaúcha e atualmente esta sob posse do Grupo paranaense Santa Terezinha. A referida empresa está com 70% das obras industriais concluídas e parte dos canaviais implantados.

Identificamos também empresas e grupos econômicos que anunciaram com entusiasmo a edificação de unidades agroindustriais incluindo o estabelecimento de escritório central de atendimento e arrendamento de propriedades rurais no local, mas não se estabeleceram de fato. Como exemplo, chamamos atenção para a unidade Itaguassu que visitamos e pudemos falar com um dos seus encarregados em Bataguassu/MS em 2007

²³ Segundo a UNICA entre 2003 e 2008 houve a instalação de 90 agroindústrias no país a partir de um crescimento de 10% ao ano.

²⁴ Para mais informações a esse respeito ver matéria: “Usinas retomam investimento de 8 bi”, disponível em: <<http://www.udop.com.br/index.php?item=noticias&cod=1071166>> Acesso em 22 de junho de 2011.

²⁵ Segundo o entrevistado, a referida empresa possui um viveiro de mudas que abrange uma área de 3 mil hectares, sendo a referida Cana-de-açúcar fornecida ao Grupo LDC.

quando realizávamos Trabalhos de Campo por conta de nosso Mestrado em Geografia pela UFGD/MS.

Já em pesquisa de campo realizada em agosto de 2010 no município de Bataguassú/MS pudemos constatar que o referido projeto foi abortado, sendo a área com cana-de-açúcar plantada pela agroindústria canavieira vendida a outra unidade atuante na região.

Segundo nos informou o Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais Sr. João Vicente Ferreira a dita Itaguassu não havia adquirido terras no município apenas arrendado²⁶. Como exemplo, cita o caso da Fazenda Santa Rosa (1.744,64 ha) e Lagoa da Aldeia (3.744,66 ha), que anteriormente eram ocupadas com pastagens.

Por sua vez, ainda em 2007 o referido Grupo Itamarati detentor da agroindústria Itamarati, localizada em Nova Olímpia/MT, adquiriu segundo pudemos apurar em Trabalho de Campo realizado em 28 de março de 2012, em Nova Alvorada do Sul/MS, a unidade agroprocessadora Safi Brasil Energia Ltda., há pelo menos dois anos e meio esta praticamente parada em relação às suas atividades produtivas, mantendo apenas um quadro mínimo de funcionários que atualmente corresponde a apenas 25 trabalhadores, de um total de 1300 no período de safra²⁷.

É interessante termos em vista o posicionamento da sindicalista Neusa da Silva Pereira, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Fabricação de Açúcar e Álcool de Nova Alvorada do Sul, que salienta: “[...] no começo achava que era um Grupo forte, mas o Grupo Itamarati nos enganou na verdade enfrenta muitos problemas na Justiça do Trabalho”.

E acrescenta:

Você vai nos fóruns tem tanta ação contra a Itamarati lá. Eu também quando ela veio para cá, eu disse: nossa a Itamarati é uma potência mas ela não é tão potente assim. Eu acho que a forma deles trabalhar ela não está trabalhando aqui por que os diretores os administradores foram muito ruins acho que começou tirar o dinheiro e não investir não investia na usina e ela acabou indo para baixo ai quando abriram o zóio já estava tarde ai teve que fechar. (PEREIRA: 2012, p. 02)

Nesse caso, a sindicalista se referiu ao amplo leque de processos em andamento envolvendo a Safi Brasil Energia Ltda.

²⁶ O referido sindicalista não soube nos informar por quantos anos era realizado os arrendamentos e por qual valor era estabelecida a relação.

²⁷ A última leva de demissões da empresa foi de 182 trabalhadores.

Por sua vez, pudemos constatar em Glória de Dourados, onde ainda em 2006 foi divulgada a construção da agroindústria canavieira Glória Ltda., a qual seria encabeçada pelo empresário paulista José Jorge Gomes Lima.

Em pesquisa de campo realizada em 2008 visitamos o escritório da empresa e constatamos as primeiras manifestações contra a mesma, motivada pelos procedimentos de contratação de trabalhadores para atuar na formação de lavouras, além da realização de audiência pública que ocorreu em dezembro de 2008²⁸. Entretanto, como pudemos observar em 2012 a obra encontrava-se parada aguardando liberação dos órgãos ambientais.

Outras audiências públicas ocorreram em vários pontos do Estado na medida em que novos projetos agroindustriais se anunciavam, a exemplo de Fátima do Sul, (Figura 01) haja vista o empreendimento denominado Fátima do Sul Agro-Energética S.A., sendo que nesse caso específico a unidade produtora realmente saiu do papel.

²⁸ Data de março de 2008 a realização do Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) pela referida empresa.

Figura 01: Chamada para Audiência Pública – Município de Fátima do Sul/MS



FONTE: Trabalho de Campo, 2007.

Também em Paranaíba outro projeto, este de autoria da ETH/Brenco, foi cancelado em 2010 após ser anunciado em meados de 2008, acarretando transtornos aos produtores rurais locais que haviam deixado a pecuária para aderirem ao plantio de Cana-de-açúcar.

Estima-se que até agosto de 2010 pelo menos 4 mil hectares de terras arrendadas já haviam sido devolvidos aos respectivos proprietários, o que tem sido motivo de descontentamento por parte dos mesmos.

Vale salientar que diante dessa situação a Cana-de-açúcar plantada está sendo direcionada a atender a agroindústria Rio Claro, do município de Caçu/GO, pertencente ao Grupo ETH, conforme nos apontou em entrevista realizada em 10/05/2012, o Gerente de Pessoas, Administração e Finanças da ETH, Sr. Juraci Rodrigues Bastos.

No entanto, é alegado pelos produtores perdas significativas com o preço pago pela produção, haja vista a distância considerável entre a área produtora e a agroindústria.

Conforme informações do STR do município já havia cerca de 10 mil hectares plantados com a gramínea além de outros 10 mil hectares arrendados para o cultivo.

Além deste aspecto já aludido, é fato ainda, que a suposta vantagem identificada em um primeiro momento em migrar para atividade canavieira esconde uma armadilha, pois em muitos casos a compensação financeira sofre redução ao longo dos anos. Além disso, a retomada das atividades anteriores se mostra inviável, uma vez que é prática das empresas removerem toda e qualquer cerca e infra-estrutura em geral forçando o proprietário na retomada das terras a arcar com os custos necessários.

É importante destacar que a pretensa empresa já havia recebido da Prefeitura municipal, inclusive terreno destinado à construção da planta fabril. (Figura 02). Não obstante, diante da desistência em instalar-se na área, o prefeito municipal, Sr. José Garcia de Freitas, tem somado esforços para atrair novos investidores.

Figura 02: Futura área de instalação da Brenco – Município de Paranaíba/MS



FONTE: Jornal Tribuna Livre.

Vale salientar, todavia, que já foi anunciado na área a construção de um novo empreendimento pertencente ao Grupo Coruripe. A intenção segundo divulgação da empresa é arrendar terras em um primeiro momento para plantio de Cana-de-açúcar para começar a operar efetivamente em 2014. O referido Grupo pertence à família Tenório Wanderley e

possui a unidade Coruripe, matriz situada em Alagoas e as filiais Iturama, Limeira do Oeste, Campo Florido e Carneirinho, em Minas Gerais.

De acordo com Jank (2010, p.05):

Precisávamos o ano passado de Grupos que comprassem parte das usinas que tinham problemas financeiros ou que tinham problemas societários nos tivemos usinas que passaram por rearranjos e algumas que quebraram e se quebram elas desgastam regiões inteiras. Então na medida em que você encontra um outro comprador, faz uma nova sociedade a gente preserva o emprego, preserva a moagem.

Por sua vez, conforme o diretor executivo da UNICA, Antonio de Pádua Rodrigues não houve investimento novo após a citada crise apenas a retomada de projetos antigos, de tal forma que o setor aguarda a “credibilidade do mercado” para intensificar os investimentos.

Esse é o caso, por exemplo, da unidade agroindustrial prevista para Ivinhema, sob a responsabilidade do Grupo Adecoagro, com previsão de início em 2008, e que somente em agosto de 2011 saiu do papel com o lançamento da pedra fundamental da empresa na Fazenda Água Santa²⁹. De acordo com a BIOSUL a instalação da nova agroindústria afirma a condição do estado como opção de investimento e demonstra que o setor está em crescimento contínuo.

Assim, é como se o setor esperasse o melhor momento para investir em negócios voltados a agricultura e, mais precisamente, à produção canavieira, o que leva o empresário a optar pela diversificação de seus empreendimentos na medida em que isso possibilita alcance de maior lucratividade em suas ações.

Tal panorama reflete uma verdadeira corrida pelo etanol na qual é anunciado as vantagens em se investir em um estado com larga capacidade estratégica no âmbito dos negócios e oportunidades, ou seja, onde é possível prosperar com facilidade mediante um conjunto de fatores físicos e econômicos.

Do ponto de vista da área de avanço da Cana-de-açúcar, verifica-se crescimento avassalador, o qual em alguns casos duplica nos últimos cinco anos. (Tabela 04).

²⁹ Conforme informação do STR local.

Tabela 04: Área com Cana-de-açúcar - Municípios Sul-Mato-Grossenses

Município	2005/2006	2006/2007	2007/2008	2008/2009	2009/2010	2010/2011	2011/2012
Anaurilândia	0	0	0	546	1.560	1.980	2.697
Angélica	0	1.496	3.641	12.239	18.760	23.285	30.116
Aparacida do Taboado	12.810	16.556	2.1721	26.671	27.570	28.507	28.265
Batayporã	0	0	0	1.583	2.977	4.175	4.336
Brasilândia	9.304	9.432	9.574	8.712	8.791	8.570	8.781
Caarapó	0	0	0	890	9.442	12.806	19.717
Campo Grande	0	0	14	0	745	785	705
Chapadão do Sul	0	0	0	897	8.255	16.122	18.081
Costa Rica	0	0	0	464	4.944	11.289	14.815
Deodápolis	0	0	398	745	847	1.076	2.063
Dois Irmãos do Buriti	1.733	1.490	1.712	1.693	1.171	1.086	1.087
Douradina	0	0	0	0	157	157	157
Dourados	0	352	1.184	5.051	14.291	19.731	29.534
Eldorado	0	0	0	2.824	6.036	6.036	5.965
Fátima do Sul	0	0	0	79	106	394	673
Glória de Dourados	0	0	0	31	31	31	31
Iguatemi	2.460	4.296	4.966	8.122	9.609	10.396	10.576
Itaporã	0	0	2.880	4.420	6.245	6.308	7.735
Itaquiraí	1.586	16.700	18.442	18.659	20.868	20.749	20.300
Ivinhema	0	0	146	1.983	7.686	15.389	16.180
Jateí	0	0	0	788	2.202	2.253	2.673
Juti	720	781	780	976	2.053	5.773	9.206
Laguna Carapã	0	0	0	0	3.279	9.861	10.712
Maracaju	16.307	17.574	19.389	25.092	33.245	35.398	36.760
Naviraí	13.249	17.720	19.978	21.721	21.918	21.555	19.261
Nova Alvorada do Sul	13.418	14.964	19.403	22.332	28.450	37.004	53.295
Nova Andradina	18.559	17.881	20.341	22.593	21.743	23.959	26.957
Novo Horizonte do Sul	0	0	0	0	0	4.445	4.445
Paranaíba	0	0	1.053	6.946	10.641	10.656	9.731
Ponta Porá	0	0	0	1.346	8.222	13.687	21.505
Rio Brillhante	15.301	22.187	36.400	59.453	75.708	79.098	83.196
Santa Rita do Pardo	13.366	11.708	12.999	14.022	14.010	13.561	11.918
Selvíria	1.145	1.141	1.150	1.379	1.262	1.272	1.272
Sidrolândia	8.475	9.228	11.631	15.780	27.298	28.219	28.669
Sonora	14.879	15.132	15.496	17.256	17.264	17.754	19.588
Taquarussu	0	0	0	144	3.232	3.421	3.670
Terenos	2.994	3.423	3.660	3.656	3.211	3.365	3.353
Três Lagoas	0	0	0	0	0	0	393
Vicentina	0	0	0	1.618	1.710	1.910	2.893

Fonte: CANASAT³⁰, 2012.

Frente aos dados referentes a expansão da área plantada com Cana-de-açúcar no Mato Grosso do Sul observa-se que é justamente a partir da safra 2007/2008 e 2008/2009 que inúmeros municípios passam a produzir a gramínea como é o caso de Anaurilândia, Batayporã, Caarapó, Dourados, Ivinhema, Ponta Porã como também expandir sua produção, como Aparecida do Taboado, Maracaju, Nova Alvorada do Sul, Rio Brilhante, Sidrolândia.

Assim o número de municípios no Mato Grosso do Sul que cultivaram a gramínea desde 2005 foi crescente, sendo 16 (2005/06), 18 (2006/07), 23 (2007/08), 34 (2008/09), 37 (2009/10), 38 (2010/11) e 39 (2011/12).

Conforme identificamos através de constante revisão documental produzida pelas entidades de representação do capital, deveremos ter a incorporação de novas áreas destinadas ao plantio de Cana-de-açúcar em todo país, resultado específico particular da política de exportação adotada pelos empresários e incentivada pelo Estado, o que tem representado na concessão de incentivos por parte do Ministério da Agricultura.

Nesse contexto, proclamam-se novos (re) arranjos na conjuntura setorial da atividade canavieira que sinalizam para o reordenamento territorial da cultura de Cana-de-açúcar, diante do desenvolvimento de estratégias políticas e econômicas para a condução da sua máquina organizacional.

Isto está associado diretamente ao raio de ação das agroindústrias canavieiras em operação ou que estão iniciando suas atividades produtivas ultimamente de tal forma que possibilita controle pelo capital agroindustrial ao mesmo tempo em que estende sua influência para áreas vizinhas.

Vale ressaltar que o reduzido número de municípios que produziam Cana-de-açúcar demonstra justamente a não tradição do estado na atividade canavieira e neste sentido explica a concentração do plantio em apenas alguns municípios sede de agroindústria.

Diante da expansão canavieira em andamento, temos como impacto direto o aumento expressivo da produção pelas agroindústrias instaladas, (Tabela 05).

³⁰ Desde a safra 2003/2004 o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), juntamente com a UNICA, o Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (CEPEA) e Centro de Tecnologia Canavieira (CTC) mantêm o projeto Canasat para mapear as áreas com cana-de-açúcar por meio de imagens de satélite.

Tabela 05: Projeção da Produção de Álcool (m³), no MatoGrosso do Sul (2008 a 2012)

Agroindústria	2007/08	2009/10	2010/11	2012/13
Aurora	-	39.040	63.960	101.880
Angélica Agroenergia Ltda.	-	157.200	136.000	187.000
Alcoovale	63.180	63.180	63.180	63.180
Laguna Ltda.	-	49.000	49.000	49.000
Energética Brasilândia Ltda.	97.115	145.465	169.885	196.166
Nova América S.A - Agroenergia	-	40.027	51.463	71.871
Centro Oeste Iguatemi Ltda.	40.000	80.000	102.000	127.500
LDC Bioenergia S.A - Maracaju	57.000	103.000	140.000	183.000
Vista Alegre Açúcar e Álcool Ltda.	-	72.229	90.280	137.608
Usinavi S.A	104.337	137.000	188.000	188.000
Agro Energia Santa Luzia I	-	-	-	-
Santa Fé	72.000	72.000	72.000	72.000
Santa Helena	129.759	177.000	177.000	223.000
Monteverde Agroenergética S.A	-	44.511	89.022	178.000
LDC Bioenergia S.A - Passatempo	51.263	190.230	190.230	190.230
Eldorado S.A	100.515	172.727	130.000	343.727
CBAA	34.500	90.500	119.700	127.428
Sonora Estância	75.000	113.000	115.000	138.900
Central Energética Vicentina Ltda.	-	-	58.000	72.000

FONTE: SEPROTUR (2010)

É notável que as unidades produtivas apresentem no período selecionado (Tabela 05) acréscimo significativo em sua produção alcooleira, na medida em que várias empresas multiplicam sua performance em curto período, como é o caso da Monteverde Agroenergética S.A. pertencente a Bunge que tem a perspectiva de quadruplicar sua produção inicial já nas primeiras safras.

A empresa que é uma sociedade anônima de capital fechado revela já no exercício 2010, através de seu balanço patrimonial, capital social na ordem de R\$26,8 milhões através da Bunge Açúcar e Bioenergia Ltda. e R\$17.890.752,00 em ações ordinárias de Outros, totalizando a composição do seu capital mais de R\$44 milhões, de um patrimônio líquido de R\$336,7 milhões.

Diante deste cenário, temos a conformação de uma agroindústria canavieira que já nasce com um porte médio³¹, e que diante da possibilidade de expansão, aproveita as oportunidades para atingir o seu franco objetivo de acumular capitais.

³¹ Conforme Thomaz Junior (2002), esta classificação (pequeno, médio e grande porte) tem seu reconhecimento na literatura especializada e se assenta, fundamentalmente, na capacidade de processamento das empresas canavieiras, a partir da seguinte referência: *pequenas*- até 1,5 milhão de toneladas; *médias*- de 1,51 milhão a 2,5 milhões de toneladas e; *grandes*- acima de 2,51 milhões de toneladas.

É preciso dizer que a Monteverde contempla uma das 8 unidades produtivas do Grupo em questão o qual anunciou através da mídia vultuosos investimentos no Brasil na ordem de R\$3,95 bilhões, que são direcionados para plantio e renovação de canaviais, compra de máquinas, bem como ampliação da capacidade de produção.

Outro destaque cabe à recém instalada Eldorado S.A. a qual é tida como principal produtora de álcool, sem contar que é considerada a empresa mais automatizada do Mato Grosso do Sul.

Vale lembrar que a agroindústria Eldorado e a Authomathika fecharam em 2006 um negócio de aproximadamente US\$3 milhões para fornecimento de sistemas de instrumentação e controle para a produção de açúcar e álcool. Assim a empresa iniciou suas atividades com equipamentos em operação, já totalmente automatizados, com todas as áreas monitoradas e controladas a partir de um sistema de controle central, a partir do qual são acessados todos os parâmetros de gestão e medição, distribuídos pelo processo. (ALCOOLBRÁS, 2006).

De outro lado, uma série de impactos resultantes da territorialização do capital canavieiro se revela no território Sul-Mato-Grossense com o desenvolvimento das novas relações de produção e de trabalho.

A territorialização pressupõe um movimento marcado pela apropriação e reprodução das relações de produção, na medida em que envolve agentes sociais que visam através do trabalho garantir sua sobrevivência.

Para Domingues (2010, p. 04) embora a implantação do setor canavieiro no Mato Grosso do Sul ocorra na primeira metade da década de 1980: “[...] sua territorialização não gerava um reflexo tão expressivo na economia, na cultura, nos serviços públicos e nas relações de trabalho, como no pós-2000”.

De fato, das transformações provocados pelas agroindústrias canavieiras através da ação multiplicadora de seus Grupos detentores pelo Estado é incontestável notarmos a rápida mudança na paisagem, através da sua homogeneização, o que é revelador ao passo em que manifesta-se, via de regra em localidades sem tradição na cultura canavieira.

CAPITULO 02

AGROHIDRONEGÓCIO E AS NOVAS

FRONTEIRAS DA PRODUÇÃO

O estado do Mato Grosso do Sul configura-se como área de avanço do agrohidronegócio canavieiro e por sua natureza expansionista foi definida como marco para análise dos processos sócio-econômicos e políticos em pauta. Entendemos que existe a reestruturação de um conjunto de relações entre os diferentes agentes sociais em torno dos quais se definem os contornos das ações e articulações tomadas no território.

Assim, percebemos que há desdobramentos diretos da esfera política que implica necessariamente na dimensão espacial, ou seja, não é aleatório que tenhamos justamente nesta porção do país o avanço do agrohidronegócio nos últimos cinco anos.

Agrohidronegócio este que busca potencializar o processo de crescimento econômico do país, amparado na perspectiva crescente do aumento da produção tendo sua expressão maior no aporte destinado às exportações (Tabela 06) que por sua vez vem recebendo amplo apoio do Estado através de auxílio financeiro, conforme pudemos verificar mediante Ato Congresso Nacional nº38 de 26/10/2010³².

Tabela 06: Exportações do Agrohidronegócio brasileiro

Principais estados	2000 Valor (US\$)	2010 Valor (US\$)
São Paulo	4.834.324.105	18.892.560.265
Paraná	2.954.949.161	9.908.278.951
Rio Grande do Sul	3.664.552.838	9.311.153.563
Mato Grosso	1.023.965.859	8.302.338.391
Minas Gerais	1.690.510.186	7.609.461.454
Santa Catarina	1.724.365.061	4.905.440.940
Bahia	724.891.519	3.738.504.337
Goiás	404.134.146	3.016.892.738
Mato Grosso do Sul	220.447.240	2.610.043.556
Pará	604.507.204	1.687.998.202
Demais	3.468.798.258	8.056.742.024
Total	20.710.938.373	76.441.416.219

FONTE: MAPA/SRIA (2010).

Org.: AZEVEDO, J.R.N. (2010)

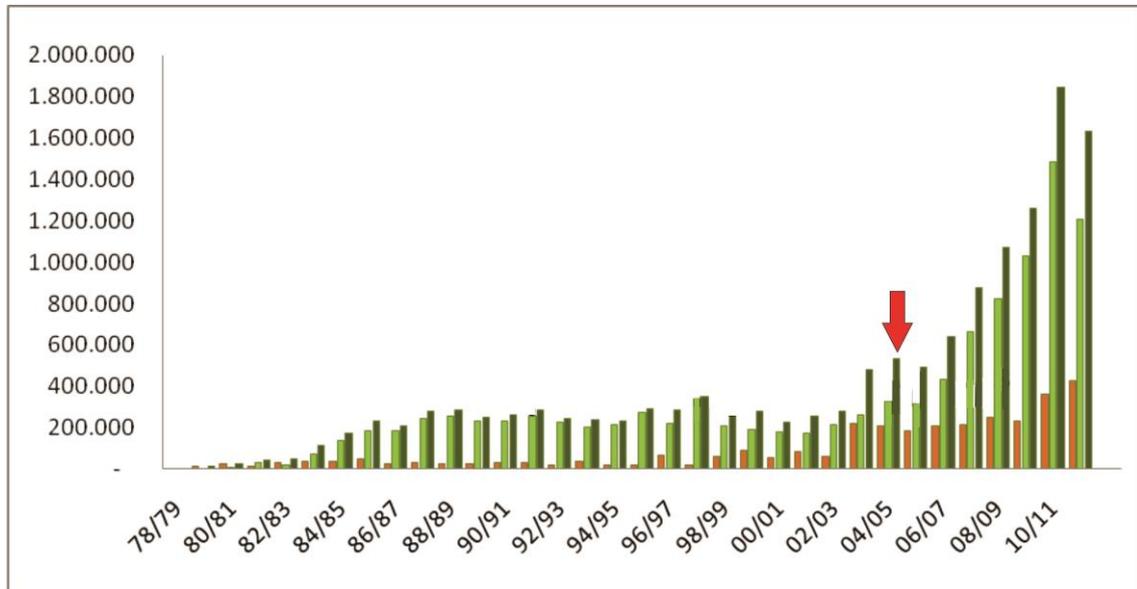
Visualiza-se a partir da Tabela 06, a evolução das exportações do agrohidronegócio no Brasil entre 2000 e 2010, revelando por sinal o seu crescimento nos estados brasileiros, tendo na vanguarda o estado de São Paulo que lidera as exportações.

No caso específico do etanol, vale destacar que segundo estudo intitulado “Perspectivas para o etanol no Brasil” divulgado pela Empresa de Pesquisa Energética (EPE), estima-se que nos próximos anos a exportação passe do patamar de cerca de 4,2 bilhões de litros para 8,3 bilhões de litros em 2017.

³² Conforme DOU de 27/10/2010.

A produção do etanol no Mato Grosso do Sul, desde a safra 1978/79 à 2010/11, apenas em 2004/2005 atingiu 500 milhões de litros. (Gráfico 03).

Gráfico 03: Mato Grosso do Sul - Etanol (Anidro e Hidratado) – Total m³



FORNTE: BIOSUL.

Org.: VASCONCELOS, P. A..2012.

Desde 2011 o Brasil exporta para países como EUA, Japão, Jamaica, Nigéria, Coréia do Sul, Suécia, Países Baixos, Costa Rica, El Salvador e México. Empresas brasileiras também exportam etanol hidratado para países da América Central e do Caribe, que é reindustrializado (desidratado e transformado em anidro) e reexportado para os EUA.

Como aponta matéria publicada pelo Jornal O Estado de São Paulo, intitulada “A década do agronegócio³³”, um dos desafios é justamente crescer em *commodities*: “[...] aumentando cada vez mais nossa participação no mercado e removendo gradualmente outros produtores mundiais”.

Temos nesse aspecto o estabelecimento de acirrada concorrência entre os países em torno da produção de matéria-prima o que implica na redefinição da divisão internacional do trabalho entre os principais exportadores.

Como parte deste cenário temos o bombardeio de informações transmitidas pela mídia que apresenta os resultados positivos desta moderna forma de produzir, revelando uma realidade aparente e, portanto, incapaz de reproduzir na sua totalidade os rebatimentos da expansão do capital.

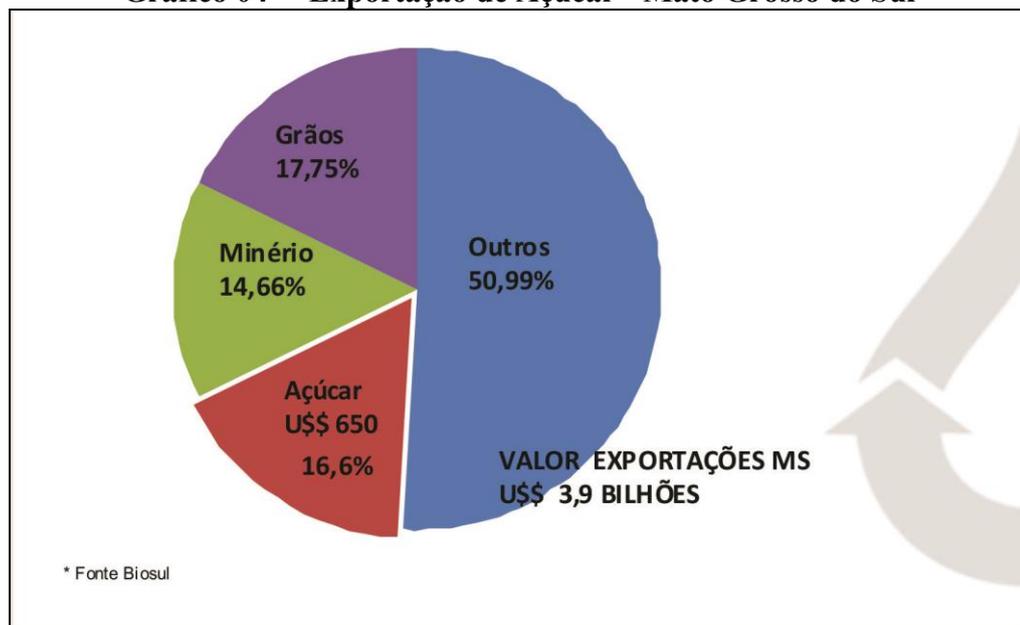
³³ Publicada em 16/01/2004.

Isso é possível na medida em que o capital: “[...] nada mais é do que uma dinâmica, um modo e meio totalizante e dominante de mediação reprodutiva, articulado com um elenco historicamente específico de estruturas envolvidas institucionalmente, tanto quanto de práticas sociais salvaguardadas” (ANTUNES, 1999, p. 21).

Ou seja, a mídia reforça a importância do agrohidronegócio destacando a valorização desse modelo de produção/distribuição/circulação/consumo através das frequentes matérias sobre o seu sucesso, as quais são veiculadas com o intuito de ressaltar os resultados das safras tendo em vista o mérito da produção e exportação do açúcar, café, suco de laranja, soja, além da carne bovina, suína e de frango etc.

Especialmente em tratando-se do açúcar temos a seguinte configuração em relação às exportações no Mato Grosso do Sul. (Gráfico 04).

Gráfico 04 – Exportação de Açúcar - Mato Grosso do Sul



FONTE: BIOSUL. Org.: VASCONCELOS, P.A., 2012.

No caso da Cana-de-açúcar (Tabela 07), os resultados indicam crescimento acentuado nos últimos sete anos.

Tabela 07 - Comparação da produção de cana-de-açúcar (Centro-Sul e Norte-Nordeste).

Safr	Produção		
	Centro-Sul	Norte-Nordeste	Brasil
2005/2006	334.136,6	48.345,4	382.482,0
2006/2007	373.912,9	54.904,0	428.816,9
2007/2008	431.233,5	64.609,7	495.525,1
2008/2009	508.638,8	64.099,7	572.738,5
2009/2010	542.825,0	61.091,0	603.916,0
2010/2011	560.544,3	62.037,3	622.581,6
2011/2012	499.314,1	51.926,4	551.240,5 ³⁴

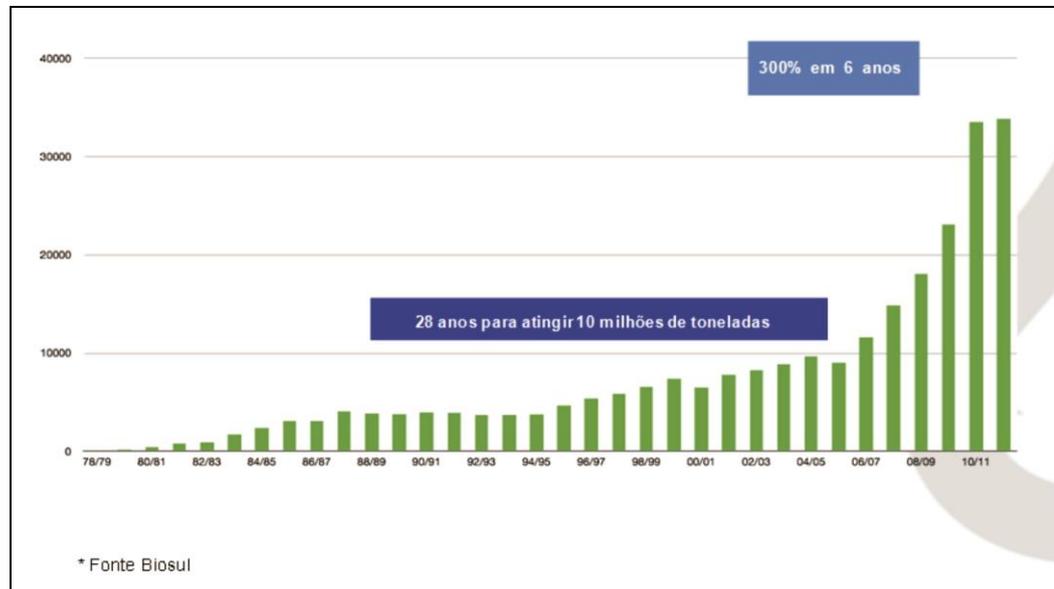
FONTE: MAPA/SPA (2011). Org.: AZEVEDO, J. R. N. (2011).

Segundo Correa (1989), o Centro-Sul pode ser definido como o coração político e econômico da nação. Caracterizando-se por: concentração dos principais centros de gestão econômica e política do país; concentração da produção industrial do país; urbanização, que decorre, em parte, de sua magnitude industrial; densa rede de circulação, envolvendo os principais nós de circulação; principal área agropecuária do país; principal área em termos de mobilidade demográfica; concentração de renda; principal área política do país; maior concentração de capital constante, o qual por sua vez deve ser visto como constituído por todos os elementos produtivos gastos para obter-se o produto final, a exemplo, da matéria-prima, máquinas, instalações etc.

Particularmente no Mato Grosso do Sul observamos produção crescente das últimas safras, especialmente a partir de 2006/07. Vejamos o Gráfico 05:

³⁴ Posição em 31/01/2012.

Gráfico 05 - Mato Grosso do Sul – Crescimento da produção de cana-de-açúcar (toneladas)



Org.: VASCONCELOS, P. A. ,2011.

De fato, a monocultura da cana-de-açúcar se expande de São Paulo para seus estados vizinhos, quais sejam Goiás, Minas Gerais e Paraná, sendo que no caso do Mato Grosso do Sul, tal expansão é mais visível a partir dos municípios localizados no Centro-Sul do estado, sendo resultado da ocupação de parte das áreas antes usadas pela pecuária.

Cabe aqui ressaltarmos o posicionamento do Sr. Eduardo Corrêa Riedel, Presidente da FAMASUL em entrevista a nos concedida³⁵ no qual salientou: “[...] Não temos muito receio da ocupação de espaço desta nova atividade em detrimento a outras culturas, e na verdade isto é saudável que ocorra dentro de certos limites”.

Ainda segundo Riedel (2007): “O MS tem 25 milhões de ha com pastagens e 2 milhões de ha de agricultura (aproximados)” sendo a: “[...] previsão para em 2015 estar com 1 milhão de ha da Cana-de-açúcar, de maneira que não haverá a substituição na escala que se comenta”.

Temos a definição de novas territorialidades expressas pelo movimento do capital no âmbito do setor canavieiro, o que marca um processo de reordenamento territorial caracterizado principalmente por espaços de produção altamente sincronizados com a

³⁵ Concedida, via e-mail, em 24/11/2007.

dinâmica do agrohidronegócio que tende a selecionar as melhores porções do território para desenvolver suas atividades.

No Mato Grosso do Sul, segundo o Ministério do Meio Ambiente, ocorrem áreas prioritárias em relação ao uso e conservação da biodiversidade ameaçada pela expansão da Cana-de-açúcar. Seriam estas, as regiões formadas pelo Corredor Serra de Maracaju (619.100 ha); Planalto da Bodoquena (1.434.200 ha); Sidrolândia (20.900 ha) e Nascentes do Varadouro (764 ha).

Conforme aponta o documento Programa para o Setor Sucroalcooleiro (2002), o zoneamento agroecológico da atividade canavieira no Mato Grosso do Sul, deveria enfatizar justamente as áreas ocupadas por pastagens degradadas e subaproveitadas, as quais ocupam cerca de 10 milhões de hectares no Estado.

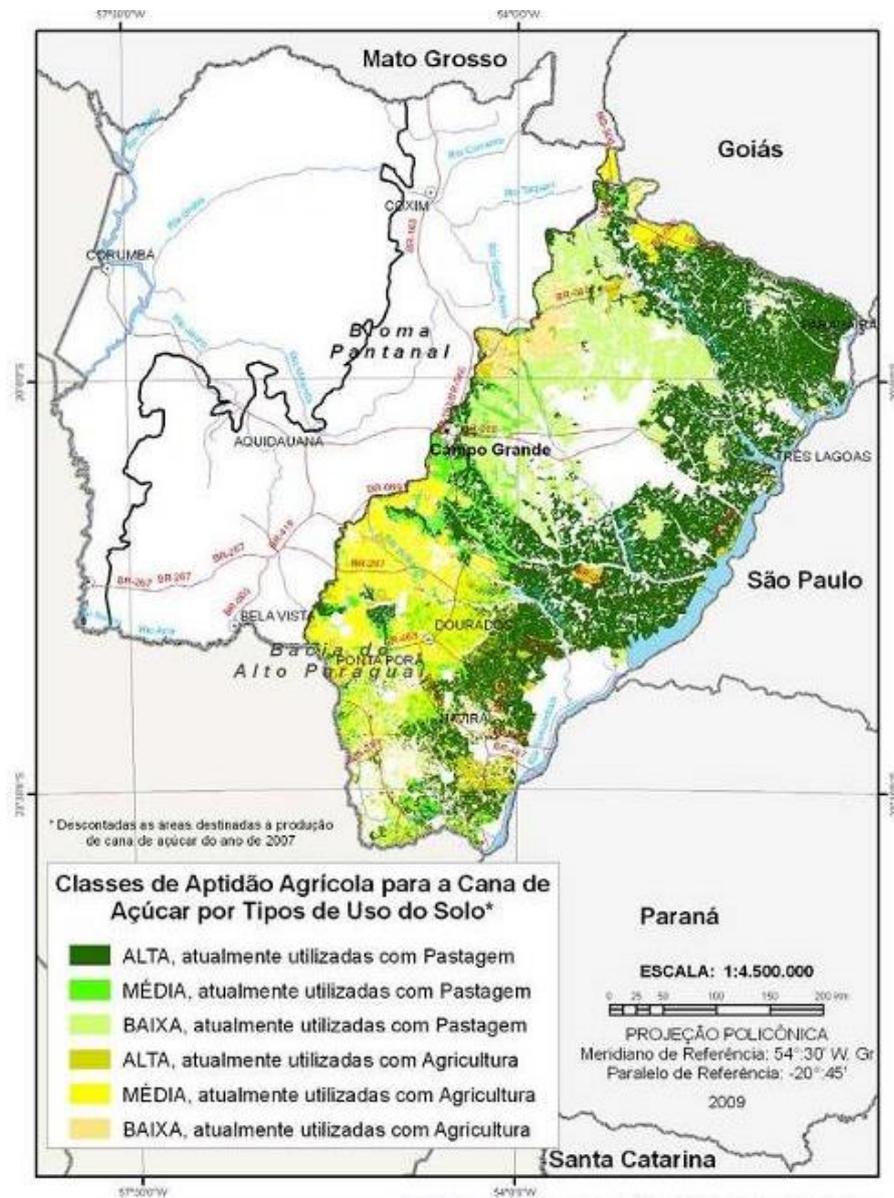
Segundo o referido Programa a intenção seria de utilizar 1,5% dessas áreas, que correspondem a 150.000 mil hectares, em programa de recuperação dos solos através da atividade canavieira, e conservação das águas na área de influência.

Não obstante, é justamente por degradações no plantio de Cana-de-açúcar, pela erosão e má conservação do solo que verificamos em 2012 a autuação de agroindústria no município de Maracajú, no valor de R\$100.000,00, sendo que a empresa notificada a apresentar projeto de recuperação de área degradada³⁶.

Aliás, tais elementos aludidos, quanto às áreas segundo a aptidão agrícola no Mato Grosso do Sul. (Figura 03):

³⁶ Conforme matéria: “PMA autua usina de álcool em R\$100 mil por erosão” publicada pelo Jornal Correio do Sul em 04/05/2012.

Figura 3 – Zoneamento Agroecológico da cana-de-açúcar para o estado do Mato Grosso do Sul



Assim, não é de se admirar que em termos nacionais conforme indicação do Zoneamento Agroecológico³⁷, haja nada menos que 64,7 milhões de hectares de áreas aptas à expansão considerando-se o conjunto das restrições ambientais, econômicas, sociais, de risco

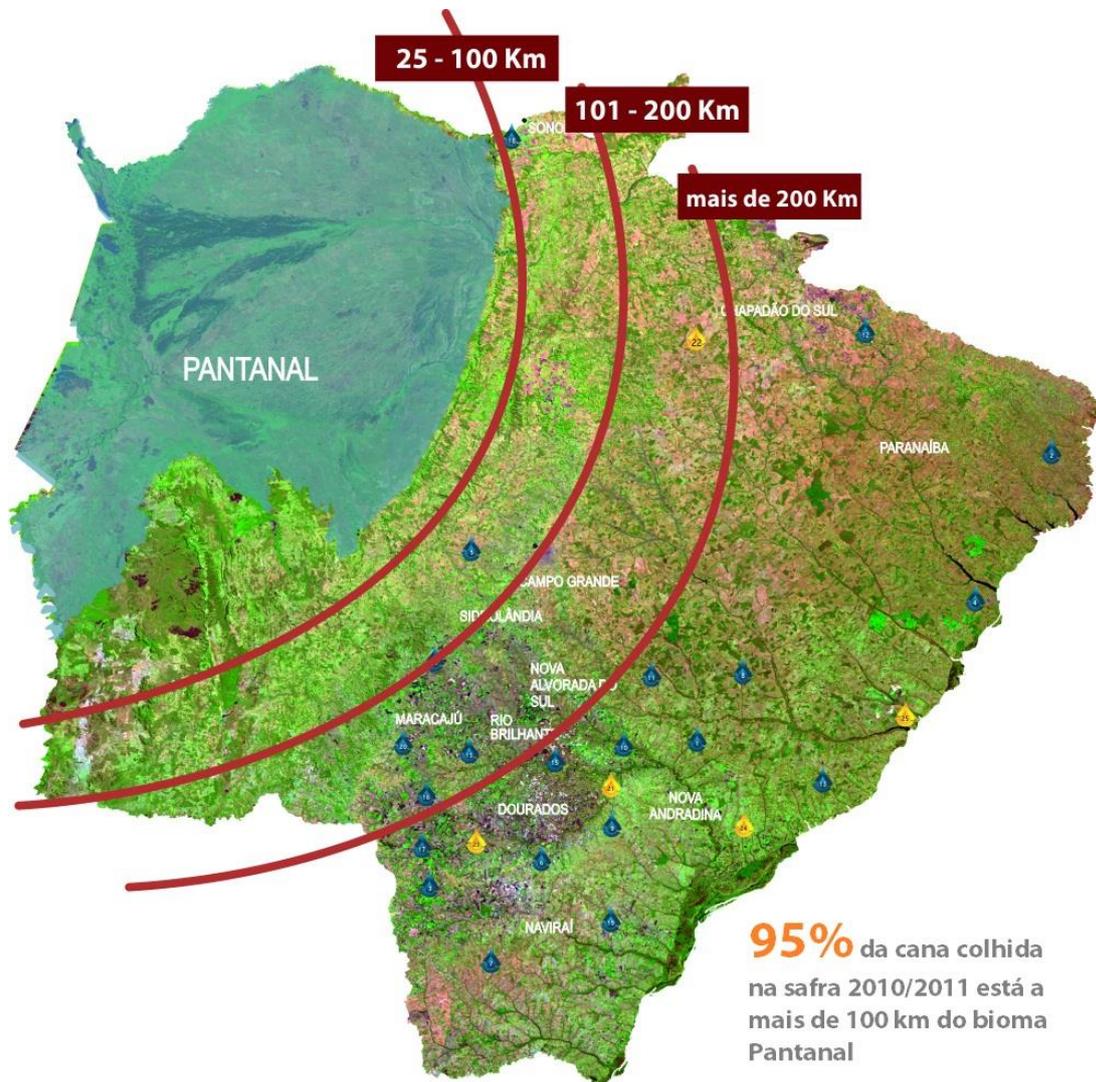
³⁷ As regras do zoneamento não se aplicam às unidades industriais já instaladas, à produção de Cana-de-açúcar para seu suprimento e à sua expansão programada.

climático e de condições de solo. Ou seja, pelo estudo não são indicados ao plantio de cana-de-açúcar 92,5% do território nacional.

De fato, o Zoneamento Agroecológico veda a expansão de cana-de-açúcar nos biomas da Amazônia, Pantanal e Bacia do Alto Paraguai haja vista que propõe-se proteger tais áreas, conservando a biodiversidade e utilizando os recursos naturais de forma racional.

Em relação especificamente ao Pantanal devemos lembrar a existências de sérias ameaças ligadas à agroindústria canavieira Santa Olinda, instalada em Sidrolândia nas proximidades do Rio Miranda, bem como da agroindústria Sonora Estância localizada em Sonora/MS a qual fica às margens do Rio Correntes que faz divisa entre o bioma cerrado e Pantanal. Não obstante, conforme dados do setor canavieiro, disponibilizados pela BIOSUL, a maioria da Cana-de-açúcar colhida não encontra-se no Bioma Pantanal. (Figura 04).

**Figura 04 – Bioma Amazônico, Bioma Pantanal e
Bacia do Alto Paraguai**



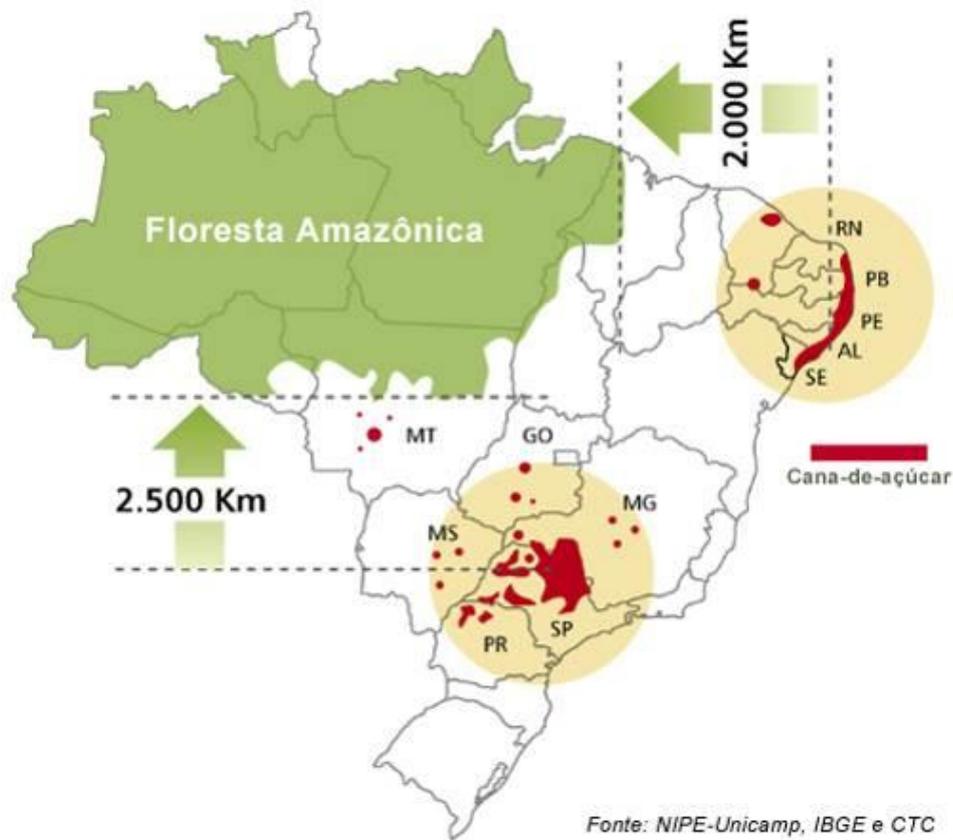
FONTE: BIOSUL (2012).

Já em relação ao bioma Amazônia, a UNICA, principal entidade de representação do capital no país, divulgou recentemente esquema que demonstra a distância entre a área de expansão da cana-de-açúcar, notadamente situada no Centro-Sul e o domínio Amazônico (Figura 05).

Todavia, as atenções de pesquisadores, Ministério Público, Ministério do Trabalho e Emprego, Ministério Público do Trabalho, e das entidades sindicais de trabalhadores e ONGs comprometidas com o respeito à legislação trabalhista e ambiental, têm registrado denúncias de descumprimentos, abusos, irregularidades quanto às formas de acesso e uso da terra e da água, formas de arregimentação/contratação e de pagamento de

trabalhadores, nas lavouras de Cana-de-açúcar no Pantanal e na Amazônia, presumidamente dois biomas teoricamente protegidos. A continuidade das ações pesquisas compromissadas com o desvendamento das contradições do processo destrutivo de desenvolvimento das forças produtivas, como indica Thomaz Junior (2012), poderão acrescentar elementos novos e contundentes em respeito ao modelo de desenvolvimento imposto pelo agrohidronegócio, com destaque para o canavieiro, no Brasil.

Figura 05: Distância da área de expansão da Cana-de-açúcar do Bioma Amazônico



Tendo em vista a expansão canavieira, observemos a evolução da área colhida com cana-de-açúcar no país a partir da safra de 2005 para melhor dimensionarmos esse processo que vem ocorrendo no Brasil. (Tabela 08)

Tabela 08: Evolução da área colhida com cana-de-açúcar no Brasil

Safr	Área (mil hectares)		
	Centro-Sul	Norte/Nordeste	Brasil
2005/2006	4.744,3	1.096,0	5.840,3
2006/2007	5.020,0	1.143,3	6.163,3
2007/2008	5.718,4	1.227,9	6.946,3
2008/2009	5.989,2	1.068,7	7.057,9
2009/2010	6.309,8	1.099,8	7.409,6
2010/2011	6.912,9	1.120,1	8.033,0

FONTE: MAPA/SPA (2011)

Denota-se a partir da Tabela 07 que desde 2005 a área colhida com cana-de-açúcar vem crescendo em relação à área plantada, pois salta de 5.840,3 milhões para pouco mais de 8 milhões de hectares na safra 2010/11. Tal panorama é revelado na medida em que mais de cem novas unidades agroindustriais entraram em operação entre 2005 e 2009, totalizando investimentos da ordem de US\$20 bilhões.

Conforme projeção da UNICA haverá crescimento na demanda por etanol no país na ordem de 150% nos próximos 10 anos, o que impõe a necessidade de expandir a capacidade industrial em 246 unidades agroindustriais nos próximos anos, das quais 44% estão implantadas ou se encontram em fase de construção.

De acordo com a UNICA, isto demandará investimentos de R\$156 bilhões, dos quais R\$46 bilhões destinados à reforma e ampliação dos canaviais e R\$110 bilhões para a área industrial.

No Mato Grosso do Sul, em 2011, as 23 unidades instaladas/em fase de instalação gastaram R\$155 milhões em revisões e consertos, de tal forma que até 2017 o setor de manutenção de maquinários deverá movimentar R\$320 milhões.

Não obstante, ainda que seja clara a capacidade de crescimento do setor, é colocado pela UNICA, principal entidade de representação do capital, a necessidade de introduzir políticas públicas estáveis e consistentes as quais são fundamentais para reconquista da competitividade do setor. Logo, as reivindicações mais importantes para alcançar tal objetivo, são: a desoneração tributária, a eliminação do PIS-Cofins que recai sobre o etanol hidratado, a introdução de financiamentos para estocagem de etanol³⁸ etc.

Na verdade, isso significa para a BM&Bovespa, que o setor precisará de investimentos de US\$8 bilhões por ano para atender à demanda de açúcar e combustível (etanol) até 2014.

³⁸ Queremos destacar o lançamento em dezembro de 2011 por parte da UNICA do Movimento Mais Etanol com vistas a incentivar e divulgar sua ampla utilização.

Assim, não podemos deixar de evidenciar também, principalmente nos últimos anos, da década de 1990 e início da de 2000, a destacada produção voltada a *commoditie* açúcar. Isto é, ao passo que verifica-se o incremento na capacidade produtiva do açúcar como aposta do setor, o que pode ser constatado na incorporação de tecnologia de produção e equipamentos modernos de gestão e incorporação de capital pelas agroindústrias canavieiras, motivadas pelos preços favoráveis.

De acordo com Vian (2003, p. 12):

Realmente, nas últimas décadas, as usinas passaram a adotar diferentes estratégias competitivas, principalmente na produção de açúcar, e novas formas de organização e administração da produção. As empresas deixaram de fabricar apenas açúcar demerara e álcool e segmentaram a produção e a distribuição.

Sobre este aspecto, Vian e Belik (2003, p. 187), ressaltam que a indefinição quanto ao papel do álcool na matriz energética e a queda da demanda de carros a álcool levaram a uma superprodução e a um grande aumento das exportações do açúcar.

As projeções do Ministério da Agricultura indicam a possibilidade de duplicar a produção canavieira até 2017 no país, utilizando para isso, no máximo, 1,7% das terras, o que pressupõe também aumento da produtividade capaz de garantir abastecimento e preços equilibrados.

Nesse sentido é importante frisar com base em palestra proferida pelo Sr. Cid Caldas, Coordenador da Secretaria de Produção e Agroenergia do MAPA durante o 4º CANASUL (2010, p. 07) que: “[...] quando nós conseguimos economizar na utilização de área só pelo aumento da produtividade essa eficiência esta na pesquisa”. E acrescenta: “Pesquisa do setor privado e pesquisa agora iniciada pelo governo porque o mesmo há muito tempo não fazia pesquisa para esse setor e agora esta investindo fortemente”

Ainda de acordo com Caldas (2010, p. 07/08):

Na verdade o que nós colocamos é o seguinte nós temos um sentimento acentuado para produtividade da Cana-de-açúcar, isso todo mundo sabe, mas o mais importante é quanto de área nós estamos, ou seja, dado o crescimento da produtividade nós economizamos uma área imensa. Se estivéssemos utilizando velhas técnicas estaríamos utilizando quase 16 milhões de hectares.

A evolução da produtividade alcançada no país nos últimos anos no Brasil (Tabela 09) é importante para entendermos os aspectos que definem a relação entre produtividade e

demanda por território para atender as expectativas e metas de produção de Cana-de-açúcar e derivados.

Tabela 09 - Evolução da produtividade da Cana-de-açúcar no Brasil

	Produtividade (t/ha)		
	Centro-sul	Norte/Nordeste	Brasil
2005/2006	69,2	44,1	65,6
2006/2007	74,5	48,0	69,6
2007/2008	75,4	52,6	71,3
2008/2009	84,9	60,0	81,1
2009/2010	69,0	55,7	62,4
2010/2011	81,1	55,4	77,5

FONTE: MAPA/SPA (2011)

Observa-se que ocorreu no Brasil nas duas regiões produtoras de cana-de-açúcar do país, ora aumento ora diminuição na produtividade, especialmente no Centro-Sul, que supera a média nacional, alcançando 81,1 t/ha, o que representa um incremento de mais de 15% em relação à 2005.

De fato, não trata-se simplesmente de condições econômicas propícias aliadas às características físicas, tais como fertilidade natural, disponibilidade hídrica, logística, existentes nas terras Sul-Mato-Grossenses. Ao contrário, somado a tais ingredientes temos que estar atentos aos contornos políticos em que se baseiam as elites locais e regionais para garantir o domínio estratégico sobre o processo produtivo, pois isso envolve disputas por território, tanto com outras frações da burguesia (sojicultores, pecuaristas), bem como camponeses, indígenas etc.

Neste contexto, denota-se o conteúdo estratégico da implantação de agroindústrias canavieiras no estado de Mato Grosso do Sul visto que tal setor é um dos mais destacados da agropecuária brasileira, uma vez que envolve diferencialmente um conjunto de atores sociais numa cadeia produtiva que movimenta inúmeras atividades laborativas, elevado volume de negócios e, conseqüentemente, vantagens comparativas adicionais para os empresários³⁹.

No Mato Grosso do Sul percebemos, por exemplo, a estruturação do espaço a partir dos interesses econômicos de Grupos que, aliados à ação governamental progressista, promovem a ocupação e organização espacial, tendo em vista a conformação dos valores de troca correspondentes às necessidades da edificação do seu poder, o que é possível graças à divisão da sociedade em classes.

³⁹ Cf. THOMAZ JUNIOR, 2009.

Entendemos que é preciso estabelecer a partir de um novo ângulo, marcadamente do trabalho. Assim, vista nessa direção temos a organização trabalhista (coletiva) a qual forma uma ação em conjunto que tem consequências históricas. A coletividade é mais do que pontual no sentido de reivindicações, pois as decisões e as movimentações realizadas coletivamente incidem, obrigatoriamente, na projeção das condições de trabalho e vida dos trabalhadores na perspectiva histórica.

Sendo assim, podemos afirmar que concomitantemente ao fluxo de capitais, há direcionamento de investimentos preferencialmente para determinadas áreas mais competitivas economicamente e promissoras. Não obstante, esses investimentos são capazes por inserir cada vez mais o agrohidronegócio no mercado financeiro considerando-se para isso o aperfeiçoamento do crédito e capacidade de endividamento das empresas.

Por outro lado, a mobilidade do capital tem provocado transformações de grande vulto nesta porção do país na medida em que a subordinação estrutural hierárquica do trabalho intensifica os processos de exploração da mão de obra. Denota-se, desta forma, além do próprio Mato Grosso do Sul, grande volume de investimentos direcionados para as porções Oeste do estado de São Paulo, assim como, para outros estados do País, sobretudo Minas Gerais (Triângulo Mineiro), Norte do Paraná, Sudoeste de Goiás, Norte fluminense⁴⁰.

Conforme Oliveira (2009, p. 68):

A conjuntura política e econômica favorável ao mercado de etanol a partir de 2005, desencadeou um forte movimento do agronegócio canavieiro em diferentes frentes de expansão no território nacional, fazendo emergir novas (re) configurações geográficas e espaciais, tanto no âmbito do capital como do trabalho, tendo como grande aliado o Estado.

Logo, é marcante a aliança existente entre o poder econômico e político, estando na base de sustentação das medidas e providências das ações vinculadas ao campo.

Diante desse quadro, nossa preocupação perpassa a compreensão da consolidação do agrohidronegócio canavieiro na área em apreço, o qual conforme Oliveira (2003) é sinônimo de produção para o mundo e de êxito, sendo o lucro seu objetivo principal.

No Mato Grosso do Sul, nem todas as unidades agroindústrias selecionadas para realização dos Trabalhos de Campo propriamente ditos, nos atenderam, considerando-se neste

⁴⁰ Thomaz Junior (2009), em sua Tese de Livre-Docência chama atenção para essa porção do país (com exceção do Norte Fluminense) devido sua performance produtiva, e a denomina como: “Polígono do Agronegócio no Brasil”.

sentido tanto os municípios sede de empresa processadora como aqueles que estão em seu entorno e desempenham papel de fornecedor de matéria-prima⁴¹ e mão de obra⁴². (Tabela 10).

⁴¹ No atual contexto, é importante destacar que a matéria-prima, de forma crescente, deixa de ser entendida, simplesmente, do ponto de vista quantitativo (t/ha) para se basear nos fatores de qualidade da gramínea o que justifica de longe os investimentos em pesquisas biotecnológicas. Como exemplo podemos destacar Branco e Vieira (2008, p. 34), segundo os quais: “[...] tanto na agricultura como na agroindústria, a adoção da nova base tecnológica caracterizada pela introdução de biotecnologia moderna em programas de melhoramento genético, num primeiro momento foi desenvolvido com o objetivo de reduzir custos de produção e de ampliar ganhos mediante o desenvolvimento de variedades vegetais resistentes a pragas ou tolerantes a pesticidas.”

⁴² Do ponto de vista da espacialização da atividade canavieira, vale destacar a grande disparidade quanto à performance produtiva entre as regiões produtoras de cana-de-açúcar e também em relação à concentração e centralização de capitais.

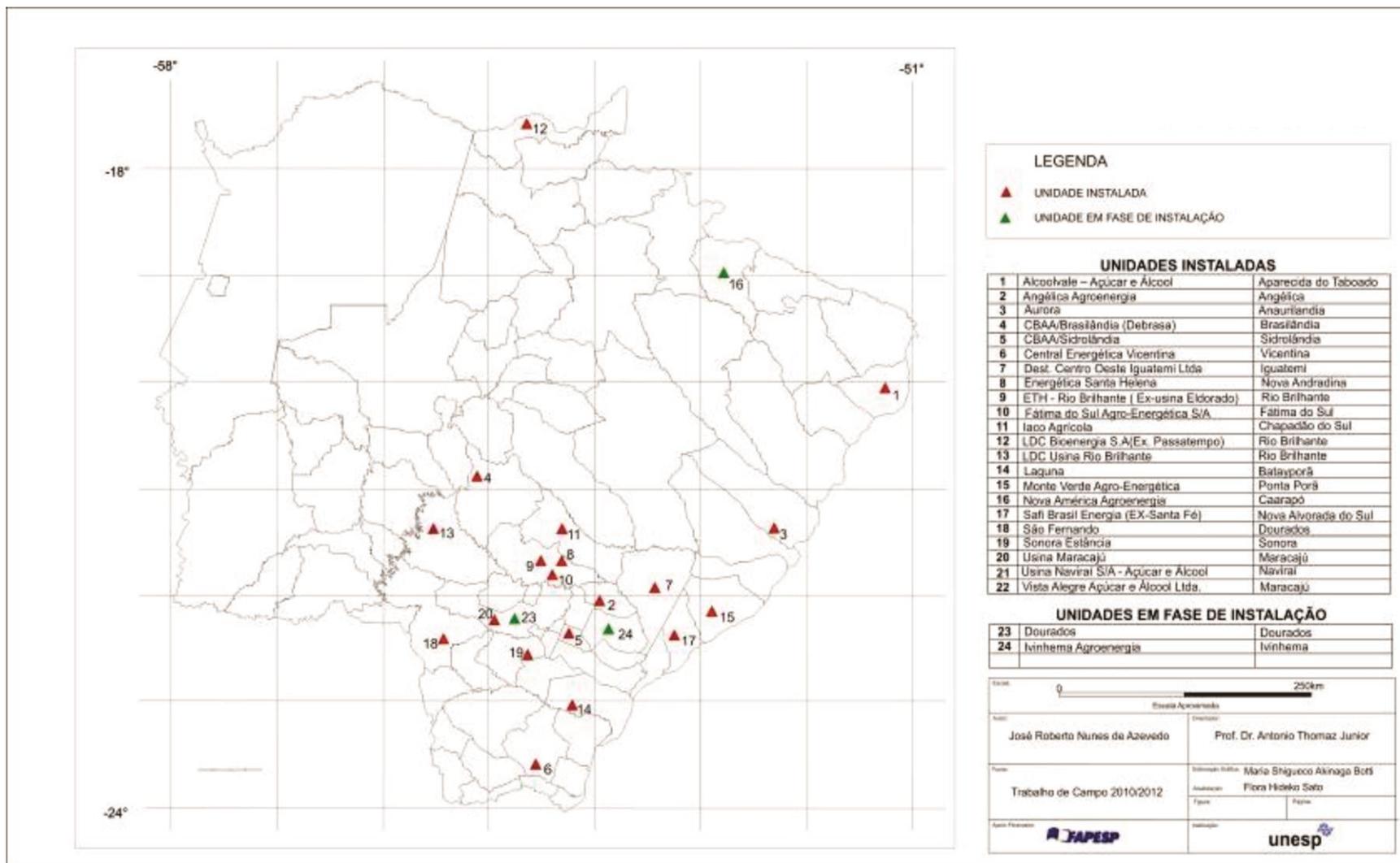
Tabela 10 - Agroindústrias Canavieiras instaladas no Mato Grosso do Sul

Município	Agroindústria	Grupo
Anaurilândia	Aurora Açúcar e Alcool Ltda.	Scalon
Angélica	Angélica Agroenergia Ltda.	Adecoagro
Aparecida do Taboado	Alcoovale	Uniãoalcool
Batayporã	Laguna Açúcar e Alcool Ltda.	Medeiros e Carvalho Cunha
Brasilândia	Energética Brasilândia Ltda.	Cia. Brasileira de Açúcar e Alcool e Agrisul/Grupo J. Pessoa
Caarapó	Nova América S.A - Agroenergia	Cosan
Chapadão do Sul	Iaco Agrícola S/A	-
Costa Rica	Costa Rica	ETH
Dourados	São Fernando Açúcar e Alcool Ltda.	Uniãoalcool
Fátima do Sul	Fátima do Sul Agro-Energética S/A	-
Iguatemi	Centro Oeste Iguatemi Ltda.	Centro Oeste Iguatemi
Maracaju	LDC Bioenergia S.A - Maracaju	Louis Dreyfus Commodities Bioenergia S.A
Maracaju	Vista Alegre Açúcar e Alcool Ltda.	Tonon Bioenergia
Naviraí	Usinavi S.A	Infinity Bio-Energy
Nova Alvorada do Sul	Agro Energia Santa Luzia I	ETH/Organização Odebrecht
Nova Alvorada do Sul	Safi Brasil Energia Ltda.	Itamarati
Nova Andradina	Energética Santa Helena Ltda.	Benedito Coutinho
Ponta Porá	Monteverde Agroenergética S.A	Bunge
Rio Brillhante	LDC Bioenergia S.A. - Passatempo	Louis Dreyfus Commodities Bioenergia S.A
Rio Brillhante	Eldorado S.A	ETH/Organização Odebrecht
Sidrolândia	CBAA	Cia. Brasileira de Açúcar e Alcool e Agrisul/Grupo J Pessoa
Sonora	Sonora Estância	Cia. Brasileira de Açúcar e Alcool e Agrisul/Grupo J. Pessoa
Vicentina	Central Energética Vicentina Ltda.	Seis Lagoas

FONTE: Trabalho de Campo, 2010-2012

Podemos dizer que há espaços produtivos que atraem maiores investimentos e negócios do que outros, numa mesma porção territorial. Desta forma, temos no estado do Mato Grosso do Sul, municípios que abrigam mais de uma agroindústria canavieira, enquanto outros apesar da sua dimensão territorial, não as têm. (Mapa 01).

Mapa 01. Territorialização da agroindústria canieira no Mato Grosso do Sul



Queremos ressaltar com isto que a área de abrangência dos empreendimentos não corresponde, necessariamente, àquela referente ao município em que se territorializa, pois nem sempre correspondem à expectativa e necessidade do capital, isto é, as possibilidades de expansão com vistas à acumulação de capitais.

O processo de territorialização da atividade canavieira apresenta-se enquanto um conjunto integrado marcado por múltiplas ações por parte do capital. Dentre os principais motivos que possibilitam este cenário, destaca-se o fato de tais municípios apresentarem não apenas estoque de terras suficientes e com preços atrativos se comparados a outras porções do estado, mas também infra-estrutura básica, composta por rodovias e escoadouros de produção.

Para o Superintendente industrial da SEPROTUR, Jonathas Soares de Camargo (2010, p.01):

Nossa visão é de continuar apoiando e incentivando a vinda e a implantação de novos empreendimentos desse importante segmento para nosso estado que nesses últimos anos principalmente nessa atual gestão do Governador André Puccinelli vem crescendo justamente com o apoio dos incentivos e também dos projetos de infra-estrutura que permitem e dão as condições favoráveis ao desenvolvimento dessa atividade no Estado do Mato Grosso do Sul.

Neste sentido, atualmente, os principais exemplos ficam por conta de Rio Brillhante, Maracaju e Nova Alvorada do Sul que irradiam a partir de suas áreas core uma série de relações com seu entorno, haja vista a interdependência que passa a existir entre área processadora e produtora da Cana-de-açúcar.

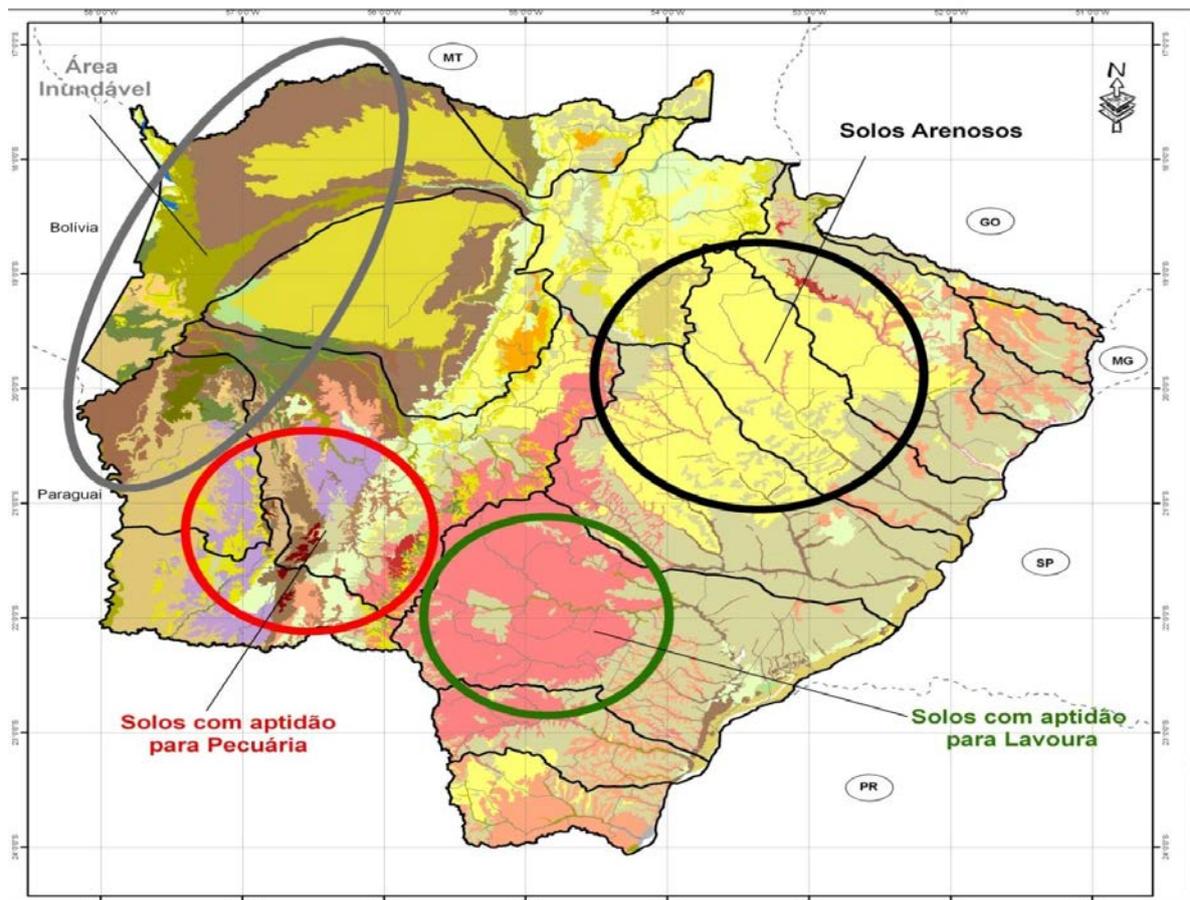
Temos o estabelecimento de um raio prioritário de expansão do setor no qual observamos a migração e constituição de agroindústrias e Grupos do setor produtivo da região tradicional para áreas cujo potencial é flagrante em relação ao: estoque de terras, ao preço da terra e da mão de obra, assim como, pelas práticas políticas enraizadas e da cooptação de entidades em geral.

De fato, existe uma estreita relação entre a mobilidade do capital, a consolidação dos Grupos agroindustriais canavieiros (nacional e estrangeiro) e as condições de trabalho impostas aos trabalhadores, principalmente porque o capital não tem fronteira e se espraia em territórios que apresentam menos resistência à sua lógica de expansão.

Na verdade, estabelece-se um pólo agroindustrial que concentra 14 unidades canavieiras no perímetro que compreende além desses municípios, os de Dourados e Sidrolândia.

Trata-se de uma porção caracterizada por solos de fertilidade elevada, predominantemente marcada por aptidão para lavoura, o que sem dúvida é um ingrediente fundamental para nortear o raio de expansão da Cana-de-açúcar no Mato Grosso do Sul conforme (Figura 06) demonstra esquematicamente as áreas principais desse processo:

Figura 06 – Áreas com aptidão para lavoura – Mato Grosso do Sul



FONTE: SEPROTUR, 2012.

Por isso não é por coincidência que as unidades agroindustriais canavieiras estão concentradas justamente em porções específicas do estado, como trabalharemos a seguir discutindo os grupos canavieiros mais atuantes no estado.

2.1 - Os Grupos agroindustriais canavieiros atuantes em Mato Grosso do Sul

*“As usinas não são boas para o meio ambiente
mas já que o município já tem uma
que venha mais duas, três”
Entrevista com morador de Rio Brilhante
26/01/2012.*

Uma das estratégias utilizadas pelo capital canavieiro é a formação de parcerias/grupos. Portanto, há uma série de situações e contextos que marcam a hegemonia do capital canavieiro no Mato Grosso do Sul mediante a ação concatenada de atores sociais unidos em torno da possibilidade de obterem vantagens, principalmente no que se refere às relações de produção e de trabalho. Assim, apresentamos os principais Grupos atuantes em Mato Grosso do Sul e suas estratégias para expansão e consolidação no Estado.

2.1.1. ADECOAGRO

A Adecoagro é uma multinacional controlada pelo investidor Georges Soros. O Grupo foi criado em 2002, é de origem Argentina, mas estende sua ação também para o Brasil e o Uruguai, atua em diversos setores da agropecuária como Cana-de-açúcar, grãos, café, arroz e algodão, produtos lácteos etc.

O Grupo de acionista da Adecoagro inclui a Pampas Humedas LLC, uma afiliada da Soros Fund Management LLC, que possui cerca de 33% da empresa. Recentemente com a abertura de capital o Grupo concordou em vender uma fatia adicional de US\$100 milhões em ações para a Qatar Holding LLC.

O referido Grupo desenvolve suas atividades no Brasil desde 2004 por meio da Adeco Agro, a qual adquiriu em 2005 diversas propriedades nos cerrados do país, destacando a aquisição das fazendas Mimoso, Lago do Oeste e Rio de Janeiro, na Bahia, e Alto Alegre e Conquista, no Tocantins, as quais totalizam mais de 27 mil hectares.

No Mato Grosso do Sul, por sua vez, conforme informação do STR de Ivinhema, o Grupo já fez a aquisição de pelo menos 10 fazendas, número esse que diverge do total alegado pela Secretaria de Desenvolvimento Sustentável, para a qual apenas 3 propriedades foram compradas em Ivinhema/MS.

A primeira aquisição da companhia Adecoagro, no âmbito canavieiro no Brasil, foi realizada em 2005, envolvendo a agroindústria canavieira Monte Alegre, localizada em Minas Gerais. Posteriormente, em 2008, o Grupo inaugurou outra agroindústria em Angélica/MS e mais recentemente, em 2011, lançou a pedra fundamental do seu mais novo projeto, denominado Ivinhema Agroenergia S.A., no município do mesmo nome e que foi inaugurada oficialmente em 26/04/2013, a partir de uma capacidade inicial de produção de 2 milhões de toneladas de Cana-de-açúcar por safra.

É importante destacar que contempla plano de expansão do Grupo a instalação de uma terceira unidade produtiva no Mato Grosso do Sul, o que permitirá ao referido Grupo atingir capacidade produtiva de moagem de mais de dez milhões de toneladas/ano, de Cana-de-açúcar a partir de um investimento de R\$900 milhões no negócio.

2.1.2. BUNGE

A Bunge, Grupo oriundo de Amsterdã (Holanda) desde 1818, atua no setor agrícola e na indústria química e petroquímica, sendo um dos mais recentes Grupos estrangeiros a ampliar seu raio de ação sobre o estado do Mato Grosso do Sul.

A Bunge Alimentos estende suas ações especificamente para produção e comercialização de diversos tipos de alimentos, incluindo ainda grãos, farinhas, óleos vegetais, margarinas, massas, carnes industrializadas além de insumos para a produção de alimentos em geral. Opera na América do Norte, América do Sul, Austrália, Ásia e Europa.

A Bunge inicia sua atuação no setor canavieiro brasileiro em 2006, a partir da comercialização de açúcar, sendo que em relação a aquisição de agroindústrias canavieiras isto se dá efetivamente em 2007. (Quadro 03)

Quadro 03: Distribuição das Empresas do Grupo Bunge

Agroindústria canavieira	Estado
Santa Juliana	Minas Gerais
Frutal	Minas Gerais
Itapagipe	Minas Gerais
Ouroeste	São Paulo
Moema	São Paulo
Guariroba	São Paulo
Monteverde	Mato Grosso do Sul
Pedro Afonso	Tocantins

FONTE: BUNGE (2011)

No caso da agroindústria Monteverde, situada em Ponta Porã/MS, o Grupo obteve o controle acionário de 60%, sendo que os 40% restantes ficou sob a responsabilidade do empresário Flávio Sérgio Wallauer, o qual detém participação societária nas seguintes empresas: Vitesse, Plantare, Flamarpar, Recreio Agropastoril e Agrogen.

Vale destacar que no caso das agroindústrias canavieiras Ouroeste, Moema, Guariroba, Frutal e Itapagipe ocorreu a associação das mesmas em torno dos ativos da MoemaPar. Enquanto isso, no tocante as empresas Santa Juliana e Pedro Afonso, tem-se a participação do Grupo japonês Itochu.

Em relação à Bunge é preciso ter claro que a mesma investiu R\$5 bilhões no setor agroindustrial canavieiro nos últimos 5 anos sendo que somente em 2010 faturou US\$45 bilhões. Com a estimativa de produzir cerca de três bilhões de litros de etanol ao ano, a partir do pleno funcionamento de suas 8 unidades, o Grupo passa a ser o terceiro maior esmagador de Cana-de-açúcar do país, atrás apenas da Cosan e da Louis Dreyfus Commodities (LDC).

2. 1.3. COSAN

A trajetória do Grupo Cosan remonta a década de 1930, mais precisamente em 1936, quando a família Ometto funda a agroindústria canavieira Costa Pinto, em Piracicaba/SP onde durante mais de 50 anos concentrou suas atividades produtivas.

De fato, é a partir da década de 1980 o Grupo deu início a seu projeto expansionista. Assim, entre 1986 e 1988 adquiriu as empresas Santa Helena, São Francisco e Ipaussú, todas localizadas no estado de São Paulo.

Para Leal (2011, p. 32):

O marco histórico da internacionalização do grupo Cosan é observado no ano de 1993, onde se inicia um grande projeto de reestruturação produtiva dos meios de produção, com a introdução de novas tecnologias e processos de organização do trabalho associado ao trabalho científico.

Todavia, é na década de 2000 que passa a estreitar suas relações em um processo de franco crescimento no país que combina aquisição de novas empresas, associação ao capital estrangeiro e abertura de capital no mercado de ações⁴³.

Assim, para se ter uma ideia, somente entre 2005 e 2006 adquire a Destivale, Mundial⁴⁴ (ex-Alcomira), Bonfim, Tamoio e Bom Retiro, todas no estado de São Paulo. Já em 2009 lança mão das empresas Benálcool⁴⁵, Tarumã, Maracaí e Paraguaçu Paulista.

Segundo a UNICA, o Grupo Cosan responde atualmente por cerca de 6,7% e 8,1%, do mercado da Região Centro-Sul de açúcar e álcool, respectivamente, sendo que em termos de produção destaca-se a agroindústria canavieira Da Barra, que em linhas gerais é responsável por 20% dos mercados de atuação do Grupo.

Nesta escalada expansionista/concentracionista congrega nada menos que 23 agroindústrias canavieiras, as quais concentram-se predominantemente no estado de São Paulo. (Quadro 04).

⁴³ Como ressalta Oliveira (2009, p.123): “A estratégia de abertura de ações por parte dos maiores grupos familiares do setor canavieiro para associação com outros capitais [...] tem permitido a vários grupos ampliar o aporte financeiro, adquirir maior visibilidade empresarial e se tornar mais competitivos no mercado.”

⁴⁴ Tratou-se da 14ª usina do grupo tendo sido adquirida por R\$105,5 milhões do empresário Márcio Pavan. A aquisição marcou a liderança do grupo em 2005 no país.

⁴⁵ Somente esta empresa em 2007 faturou R\$26.214.346,73 sendo que em termos mundiais, as vendas atingiram o valor de R\$108.519.351,36.

Quadro 04: Distribuição das empresas do Grupo Cosan

Agroindústria canavieira	Estado
Costa Pinto	SP
Santa Helena	SP
São Francisco	SP
Ipaussu	SP
Diamante	SP
Serra	SP
Rafard	SP
Univalem	SP
Gasa	SP
Junqueira	SP
Da Barra	SP
Dois Córregos	SP
Destivale	SP
Mundial	SP
Bonfim	SP
Tamoio	SP
Bom Retiro	SP
Benálcool	SP
Maracaí	SP
Tarumã	SP
Paraguaçu Paulista	SP
Jataí	GO
Caarapó	MS

FONTE: COSAN (2011)

Além destas empresas, o Grupo Cosan tem participação superior a 5% nas seguintes empresas: Águas Claras Administração e Participações Ltda.; Terminal Exportador de Álcool de Santos (TEAS); Administração de Participações Aguassanta Ltda; Agrícola Ponte Alta Ltda; Grançucar S.A Refinadora de Açúcar. Por sua vez, em março de 2009, o Grupo Cosan adquiriu os ativos da Nova América e comprou a rede de postos Petrosul.

Como parte desse processo, recentemente, a Cosan adquiriu em 25/04/2008, 100% dos ativos da ESSO, por US\$826 milhões. Apuramos que a ExxonMobil, maior petrolífera do mundo e proprietária da Esso, no Brasil, buscava compradores para seus ativos no país desde julho de 2006, diante dos resultados desfavoráveis na comercialização de combustíveis. Essa operação envolve uma rede de 1.500 postos, em 20 estados brasileiros, quatro terminais de abastecimento e distribuição de combustíveis, e a fábrica de lubrificantes da Exxon Mobil.

Por sua vez, em 2010 o Grupo firmou aliança com a Shell, no valor aproximado de US\$12 bilhões - com registros, públicos, que demonstram situação financeira confortável, pois da dívida de US\$ 2,5 bilhões da Cosan, a Shell deve aportar US\$ 1,6 bilhão ano. Trata-se de operação rumo à internacionalização do capital, agora com a constituição da Raízen⁴⁶, marca corporativa dos negócios do conglomerado, conformada ao plano de consolidar o etanol de Cana-de-açúcar como *commodity* internacional. A esse respeito, o Presidente do Grupo São Martinho, Fábio Venturelli, destaca que: “[...] essa associação foi a primeira operação de consolidação genuinamente estratégica do setor”⁴⁷.

Trata-se de uma verdadeira escalada rumo à internacionalização do capital. Formou-se a partir desse processo a Raízen, marca corporativa dos seus negócios. A esse respeito, o Presidente do Grupo São Martinho, Fábio Venturelli, destaca que: “[...] essa associação foi a primeira operação de consolidação genuinamente estratégica do setor”⁴⁸.

2. 1.4. ETH

O Grupo Odebrecht, configura-se como uma corporação que atua em escala mundial, ou seja, América, Ásia, África, Europa, e em setores diversos da economia, como engenharia, infra-estruturas, petroquímica, mineração, petróleo etc.

Podemos melhor dimensionar seu tamanho quando atentamos para alguns indicadores. Tratando-se especificamente no que tange ao setor canavieiro tem-se a concentração de 08 unidades processadoras nos estados de SP, MS, MT e GO mediante uma capacidade instalada que alcança 40 milhões de toneladas de Cana-de-açúcar por safra.

Conforme informações disponibilizadas pelo Grupo, além da construção de novas unidades agroprocessadoras de Cana-de-açúcar, tem-se como estratégia de negócio a ampliação da capacidade de produção das plantas em funcionamento e da área plantada dos canaviais.

⁴⁶ O nome raízen foi inspirado na união das palavras raiz (da Cana-de-açúcar) e energia.

⁴⁷ Conforme matéria veiculada pelo *site*: www.jornalagorasertaozinho.com.br. Acesso em 16 de junho de 2010.

⁴⁸ Conforme matéria veiculada pelo *site*: www.jornalagorasertaozinho.com.br. Acesso em 16 de junho de 2010.

Vale destacar que até 2012 depois de um investimento de R\$7,3 bilhões estima-se que serão nove unidades em operação que, juntas, deverão fabricar 3 bilhões de litros de etanol e 2700 GWh/ano de energia elétrica⁴⁹. (Quadro 05).

Quadro 05: Distribuição das empresas do Grupo ETH

Unidade	Município/Estado
Eldorado	Rio Brilhante/MS
Santa Luzia	Nova Alvorada do Sul/MS
Costa Rica	Costa Rica/MS
Alcídia	Teodoro Sampaio/SP
Conquista do Pontal	Mirante do Paranapanema/SP
Rio Claro	Caçu/GO
Morro Vermelho	Mineiros/GO
Alto Taquari	Alto Taquari/MT

FONTE: ETH (2012)

A organização Odebrecht a partir de sua empresa líder ETH Bioenergia passou a atuar em 2007 no ramo canavieiro, de tal forma que adquiriu sua primeira empresa, Alcídia, situada no município de Teodoro Sampaio/SP e considerada a primeira unidade processadora constituída nos moldes do PROÁLCOOL⁵⁰.

A ETH Bioenergia, a partir de fevereiro de 2013, Odebrecht Agroindustrial, conta com a participação acionária de 33% da *trading* japonesa Sojitz Corporation, conglomerado japonês que atua em diversos ramos industriais como energia, mineral, química, maquinaria etc., reunindo ao todo cerca de 505 empresas, sendo que foi criado em 2004 com a fusão dos Grupos Nichimen Corporation e Nissho Iwai Corporation.

No Mato Grosso do Sul, a agroindústria canavieira Eldorado, antes pertencente ao Grupo Benedito Coutinho, foi adquirida pela organização Odebrecht em 2007, a partir de investimentos da ordem de R\$350 milhões, considerando a compra da planta industrial e a ampliação prevista para os próximos anos, enquanto a Santa Luzia foi constituída em 2009.

Destaca-se nesse processo o fato de investir sobremaneira em estrutura própria de logística, investimento esse que visa levar a produção local aos centros consumidores, bem como aos terminais de exportação.

Outro aspecto fundamental diz respeito aos investimentos direcionados à inovação pelo Grupo, que pretende até 2012 somar R\$5 bilhões em apenas cinco de suas unidades,

⁴⁹ Vale ressaltar em relação a matriz energética brasileira que hoje 47% de toda energia utilizada vem de fontes renováveis, índice superior a média mundial de 12% ou a média dos países mais desenvolvidos de apenas 7%. No caso específico da Cana-de-açúcar trata-se da segunda fonte de energia do país.

⁵⁰ A referida empresa foi fundada em 1974 pelo Sr. Lamartine Navarro Júnior considerado um dos principais idealizadores do PROÁLCOOL no país.

tendo em vista a mecanização de toda área agrícola, bem como adequação da área industrial para garantir alta eficiência energética com reduzido consumo de água. Como destaca matéria produzida pela Revista Alcoolbras⁵¹, intitulada “Usinas do futuro” as unidades produtivas apostam na automação para elevar sua performance na produção.

Na verdade, como atesta ex- Presidente da Braskem⁵² até 2008, José Carlos Grubisich⁵³: “[...] Estamos mudando a tecnologia do setor” o que significa dizer que a: “[...] consolidação dos mega Grupos e a chegada do capital multinacional com seus métodos de gestão pautados no ótimo, têm reescrito a forma de operar a produção de açúcar e álcool”.

Isto significa, de acordo com Grubisich (2010), que as unidades ao se instalarem incorporem tecnologias agrícolas de última geração associadas às inovações na área industriais o que, de fato, representa maior eficiência e produtividade ao processo produtivo⁵⁴.

De fato, como bem aponta Thomaz Junior (2002), a adoção de novas tecnologias a partir das inovações incrementadas no plano operacional associado à incorporação diferencial de controles automatizados e o conseqüente rearranjo da organização do trabalho dão a tônica da diferencialidade tecnológica.

Por fim, é importante ressaltar que conforme nos apontou Juraci Rodrigues Bastos representante da ETH com o qual conversamos em Trabalho de Campo realizado em 10/05/2012: “Hoje nossa intenção é na safra 2013/14 estar entre os três primeiros em moagem de cana a primeira em relação a produção de etanol no mundo”, sem contar que: “[...] agora nos estamos partindo para o exterior estamos montando uma usina em Angola e estamos com Projeto em México Colômbia” (BASTOS: 2012, p.03).

Conforme o entrevistado esta foi uma macro estratégia definida lá atrás pelo Grupo pela ETH em crescer e ser uma das lideranças.

⁵¹ Edição 125, ano 2010.

⁵² Trata-se do braço petroquímico do Grupo Odebrecht, considerada a maior produtora de resinas termoplásticas da América, a qual tem como um dos seus projetos a produção de polipropileno verde (plástico que utiliza o etanol da Cana-de-açúcar como matéria-prima) a partir de investimentos de R\$1,6 bilhão.

⁵³ Não é demais lembrar que a referida personalidade recebeu o Prêmio MasterCana Brasil como Executivo do ano haja vista a sua destacada atuação no setor. Em 2011, por sua vez, o mesmo foi escolhido para ser o presidente de honra da FENASUCRO ocorrida em Sertãozinho/SP considerada a principal feira anual voltada ao setor agroindustrial canavieiro no país na medida em que reúne fabricante de equipamentos, produtos e serviços para agroindústria e que conta com mais de 30 mil participantes.

⁵⁴ Cf. matéria: “Futuro do setor de bioenergia requer tecnologia e inovação”. Jornal Cana, 2010.

2.1.5. LDC

O Grupo Louis Dreyfus Commodities, cujo principal braço é a LDCommodities, atua em diversas frentes do agrohidronegócio, fazendo-se presente nas diferentes etapas de processamento, comércio, transporte, armazenagem e exportação de produtos agrícolas, destacando-se nesse conjunto a soja, a Cana-de-açúcar e a laranja.

Louis Dreyfus Commodities atua no Brasil desde o início do século XX, mas passou a ser mais conhecido em 1942 quando adquire a Comércio e Indústrias Brasileiras Coinbra, marca que responde por mais de 10% da receita global da multinacional e 40% de seus ativos industriais.

Chamamos a atenção, todavia ao setor canavieiro, o qual territorializa-se em diferentes porções do país. (Quadro 06).

Quadro 06: Distribuição das empresas do Grupo LDC

Unidade	Município/Estado
Maracaju	Maracajú/MS
Passa Tempo	Rio Brilhante/MS
Rio Brilhante	Rio Brilhante/MS
Vale do Rosário	Morro Agudo/SP
Santa Elisa	Sertãozinho/SP
Cresciumal	Leme/SP
MB	Morro Agudo/SP
Jardest	Jardinópolis/SP
São Carlos	Jaboticabal/SP
Continental	Colômbia/SP
Luciânia	Lagoa da Prata/MG
Giasa	Pedras de Fogo/PB
Estivas	Ares/RN

FONTE: LDC (2012)

No Brasil, a Louis Dreyfus Commodities, vem ampliando suas áreas com cana-de-açúcar ao mesmo tempo em que investe em melhorias e ampliações das agroindústrias já existentes, de tal forma que a receita do segmento no país só perde para os negócios de soja.

O Grupo LDC, atualmente presente em mais de 50 países e dono de uma receita de R\$20 bilhões por ano, aplicou somente entre 2004 e 2006 R\$162,1 milhões em investimentos no setor canavieiro, no Brasil, em uma ação tipicamente centralizadora e que tem ligação direta a redução de subsídios ao açúcar na União Européia.

É válido destacar que até 2007 a LDC possuía no país apenas 3 unidades produtoras de açúcar e álcool, sendo bastante recente sua investida no agrohidronegócio canavieiro.

Segundo matéria publicada pelo Jornal Cana em 19/01/2007, intitulada “Louis Dreyfus faz no país investimentos de US\$ 800 milhões“:

[...] a multinacional francesa deverá consolidar aportes superiores a R\$800 milhões no país entre 2004 e 2009, como parte de uma estratégia global que tende a reduzir sua dependência das operações de trading, sua força-motriz, e conferir peso a atividades com receita recorrente.

Não podemos negligenciar o fato de o Grupo LDC ter liderado em 26 de outubro de 2009 a maior fusão estritamente canavieira de bioenergia ocorrida, a qual ocorreu com a Santelisa Vale. Isto significa, juntas, em uma capacidade de moagem de 40 milhões de toneladas de Cana-de-açúcar e um faturamento potencial da ordem de R\$3 bilhões por safra.

Este movimento se explica de acordo com o Presidente da subsidiária brasileira, Louis Dreyfus Commodities do Brasil, Kenneth Geld, pelo fato de estarmos diante de uma tendência mundial de substituição do uso do petróleo, na qual há uma transferência de renda para o setor agrícola, tendo em vista a oferta de etanol, sendo que no caso do Brasil produz-se o álcool mais barato do mundo.

É fato ainda que já em 2010 a LDC-SEV registrou ganhos de escala da ordem de 20%, somente na aquisição de insumos o que se explica, de acordo com Kenneth Geld, pela união da *expertise* nas áreas de gestão de risco e comercialização de *commodities* pela LDC e da boa administração operacional desempenhada pela Santelise⁵⁵.

Sem contar que a nova companhia recebeu injeção de capital de R\$800 milhões do Grupo e de investidores financeiros, além de ter convertido dívidas em patrimônio líquido, de tal forma que configura-se como segunda maior companhia mundial de energia.

⁵⁵ Outro aspecto destacado pelo presidente da subsidiária é justamente em relação ao fim da ociosidade da estrutura portuária da empresa que antes da fusão era de 30% e que atualmente opera com capacidade plena.

2.1.6. J. PESSOA

Tradicional Grupo nordestino produtor de açúcar e álcool tem à frente do controle o Sr. José Pessoa de Queiroz Bisneto⁵⁶.

Proprietário da CBAA, que se formou na segunda metade da década de 1980, a partir da agroindústria canavieira João de Deus, em Alagoas.

Até o início da década de 1990 o Grupo mantinha a sede administrativa de suas empresas em Alagoas, e é a partir de segunda metade da década de 1990 que as empresas do Grupo passam por mudanças substanciais, na medida em que amplia-se sua ação no Centro-Sul do país⁵⁷.

Atualmente o Grupo J. Pessoa detém sete unidades agroprocessadoras de Cana-de-açúcar no Brasil. CBAA - Brasilândia (Debrasa) - Brasilândia/MS; CBAA - Sidrolândia/MS; CBAA - Icem/SP; Everest - Penápolis/SP; Benálcool Açúcar e Álcool - Bento de Abreu/SP; CBAA Japoatã - Japoatã/SE; CBAA - Campos de Goytacazes/RJ. Segundo Ministério da Fazenda, o Grupo J. Pessoa também possui participação ao menos de 5% nas empresas: CBAA; Jotapar Part. Ltda; Jacumã Holdings; Agrisul Agrícola Ltda e Fundo Jacumã de investimento em Participações.

Conforme temos acompanhado, o Grupo JP tem recorrido desde o biênio 2009/2010 a um processo de recuperação judicial de suas unidades produtivas haja vista a grave crise financeira em que se encontra. Tal situação despertou inclusive o interesse de prováveis compradores das empresas pertencentes ao Grupo em 2010⁵⁸.

2.1.7. UNIÁLCOOL

O referido Grupo inicia sua trajetória em 1980, quando nasce em Guararapes, Noroeste do estado de São Paulo sua primeira unidade.

⁵⁶ Neto do usineiro José Queiroz de Pessoa, destaca-se, no âmbito do agrohidronegócio canavieiro, como presidente do Sindal/MS, vice-presidente do Sindaçucal/SE, da FIEMS, diretor do Sindaaf/RJ, conselheiro da Alco, da UNICA, do Instituto Ethos de Ética e Responsabilidade Social Empresarial, da ONG Junior Achievement de Protagonismo Juvenil, sócio da fundação Abrinq etc.

⁵⁷ A partir de então o Grupo efetiva uma série de ações destacando: a) venda da destilaria Cachoiera S/A em Nova Alvorada do Sul/MS; b) Adquire destilaria Fronteira a qual passa a denominar-se Sanagro, em Minas Gerais; c) Compra a usina Santa Olinda S/A e assume o controle da Energética Brasilândia no Mato Grosso do Sul; d) Passa a controlar a destilaria Benálcool S/A no Estado de São Paulo.

⁵⁸ Trata-se da Marambaia Energia Renovável, controlada pelo banqueiro Luiz César Fernandes (ex-Pactual e Garantia) com 51% e pelos empresários Marcelo Bastos (ex- BRJ) e Fernando Ribeiro (ex-UNICA) com 42% da empresa.

Em 2000 a Uniálcool adquire a empresa Alcoolvale S.A. denominada até então destilaria Santa Quitéria, situada em Aparecida do Taboado/MS. Em 2008 entra em funcionamento mais uma unidade do Grupo intitulada Vale do Paraná a qual está sediada em Suzanápolis/SP.

O Grupo tem à frente o Sr. Luiz Guilherme Zancaner o qual tem longa tradição no setor agroindustrial canavieiro, bem como mediações diretas com uma das principais entidades de representação do capital, denominada UDOP, a qual foi Presidente entre 1997 e 2006.

Observa-se que o Grupo está voltando suas atenções para áreas que até recentemente não despertava a cobiça de empresários do setor o que demonstra sua estratégia de crescimento. Nesse sentido é válido destacar amparado em Asevedo (2010) que tem ocorrido muitas reestruturações internas no Grupo Uniálcool e em suas empresas na medida em que a família Zancaner adquire cada vez mais poder acionário em todas as razões sociais em que tem capital investido.

Vale salientar a entrada de Grupos estrangeiros na formação do capital acionário da Uniálcool, a exemplo do Manuelita (Colômbia), e Grupo Pantaleón (Guatemala), os quais são parceiros da Zancaner Participações (ZP). Nesse cenário temos em 2008 a venda de 33% do capital acionário da holding Uniálcool MS para Clean Energy Brazil, através de uma operação que envolveu US\$ 64 milhões e permitiu ainda que tornasse sócia do Grupo Uniálcool em São Paulo.

2.1.8. EMPRESAS INDEPENDENTES

Englobamos neste setor as empresas que não são oriundas de grupos produtores de Cana-de-açúcar, açúcar e álcool, desenvolvendo, portanto, suas atividades isoladamente no Mato Grosso do Sul.

Entendemos ser possível dimensionar tais empresas e constatar que algumas estão vinculadas a empresas agrícolas que lhes dão sustentação enquanto outras ligam-se basicamente às atividades originária dos proprietários. São exemplos de empresas independentes a: Aurora (Anaurilândia/MS); Laguna (Batayporã/MS); Iaco Agrícola (Chapadão do Sul/MS); Santa Helena (Nova Andradina/MS).

No caso da agroindústria Santa Helena, que tem como proprietário o Sr. Benedito Severino Coutinho, pernambucano de origem, que mantém empresa familiar desde 1992 quando adquiriu a agroindústria canavieira da família Moura Andrade e a reestruturou.

Conforme nos relatou um dos trabalhadores da agroindústria canavieira Eldorado que pertencia até 2007 ao Benedito Coutinho, a primeira safra da empresa ocorreu em 1981. No início da década de 1990 a empresa estava quebrada, não tinha canaviais, daí em 1992 o Grupo Benedito Coutinho adquiriram-na.

Destaca-se ainda o fato de que o mesmo teve ainda participação anteriormente na antiga Destilaria Santa Fé Agroindustrial, atual Safi Brasil Energia (Nova Alvorada do Sul), através da atuação dos diretores Marcelo Maças Coutinho (33%), Luís Ricardo Maças Coutinho (34%) e Bruno Coutinho G. Fernandes (33%).

Sem contar que pertenceu ao empresário Benedito S. Coutinho a agroindústria canavieira Eldorado (Rio Brilhante/MS), que a partir de 2008 passou para o controle do Grupo ETH. Trata-se assim de um Grupo que embora familiar possuía ramificações importantes no setor agroindustrial canavieiro Sul-Mato-Grossense e que atualmente opera isoladamente.

Vale salientar que Benedito Coutinho gere também a TAG distribuidora de combustível, a qual passou a funcionar em 2011 e pretende atuar em todo o estado do Mato Grosso do Sul, com capacidade de comercialização de 2,5 milhões de litros de combustível no primeiro ano e com previsão de 5 milhões em 3 anos.

Outro caso que queremos enfatizar é a agroindústria Aurora, de propriedade de Fioravante Scalon e Lídio Scalon, por tratar-se de família que não tem tradição no setor agroindustrial canavieiro, dedicando-se especialmente à Concessionárias de veículos e tratores agrícolas, retífica e agropecuária em Presidente Prudente/SP.

Por sua vez é importante enfatizar a fala de um dos trabalhadores durante Trabalho de Campo, realizado em Anaurilândia/MS em 23 e 24/04/2012, que nos salientou: “[...] não sei se realmente a usina vai para frente, pois o Scalon tem mentalidade de fazendeiro e não de usineiro isto é completamente diferente, pois ele não escuta o funcionário, manda e pronto, e não é bem assim que funciona”. (ANÔNIMO: 2012, p. 01).

Esta questão foi reforçada por outros funcionários durante nossa visita à empresa, o que demonstra o grau de descontentamento dos trabalhadores com a gestão do empreendimento, ao mesmo tempo em que vê a vinda da empresa para o município como ponto positivo à sociedade carente de empregos.

2.2. Ação das empresas agrícolas no âmbito do agrohidronegócio canavieiro

A participação das empresas agrícolas também revelam aspecto marcante do projeto de dominação do capital agroindustrial canavieiro no Mato Grosso do Sul.

Como esclarece Pauletti (2007, p.05):

A empresa agrícola que contrata e aí muitas vezes eles superlotam as instalações e se a fiscalização chega eles pagam e se não chegam eles não pagam e aí no plantio, como o processo demora de 3 a 4 anos para ficar pronto a instalação completa da usina e aí eles pegam 300 homens e plantam isso em 40 ou 50 minutos, eles preparam toda a terra, terceirizam o plantio e quando perguntamos: Quem está prestando o serviço? Apontam: Eu não sei.

Identificamos, na área de pesquisa, as seguintes empresas agrícolas (Quadro 07), que atuam nos municípios sede das agroindústrias e em municípios vizinhos onde as mesmas mantêm seus canaviais:

Quadro 07: Empresas Agrícolas atuantes no Mato Grosso do Sul

Empresa Agrícola	Município
Administradora Alavanca Agropecuária LTDA	Rio Brillhante
Agroterenas	Rio Brillhante
Rio Corrente Agrícola S/A	Sonora
Nova América S/A Agrícola Caarapó	Caarapó
EMAC Empresa Agrícola Central LTDA	Brasilândia
Agroarte Empresa Agrícola LTDA	Rio Brillhante
Agrícola Carandá LTDA	Rio Brillhante
SLC Agrícola S.A.	Costa Rica
Agrisul Agrícola LTDA*	Sidrolândia
Cargil Agrícola S/A	Sonora
Cia Agrícola Sonora Estância	Sonora
Tag Agrícola	Nova Andradina
Alcoolvale Agrícola e Comercial LTDA	Aparecida do Taboado
Canavale Agrícola e Comercial LTDA	Aparecida do Taboado
Unialco Agrícola LTDA	Aparecida do Taboado
Infinity Agrícola S.A.	Naviraí
Ouro Verde	Nova Alvorada do Sul

FONTE: Diário Oficial; Trabalho de Campo (2010-2012).

Org.: AZEVEDO, J.R.N., 2012.

A empresa agrícola Agroterenas, constituída desde 2011, em Rio Brillhante/MS, é uma das mais recentes a atuar no ramo canavieiro no estado. De acordo, com o Oviedo Santos, do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Fabricação do Açúcar e do Álcool, de Rio Brillhante, a entidade emprega atualmente 120 trabalhadores os quais dedicam especialmente à tratos culturais⁵⁹ e plantio de Cana-de-açúcar.

A título de exemplo podemos destacar o caso da Alcoolvale Agrícola e Comercial Ltda. empresa constituída em 10 de dezembro de 2004 e com início de suas operações na safra 2006/2007.

A referida empresa conforme as demonstrações de mutações do patrimônio líquido possuíam em 2007 capital social de R\$13.141 milhões e alcançara neste mesmo ano lucro líquido de R\$9.421 milhões. Não obstante, em 2008 e 2009 alcançou lucro bruto, respectivamente de R\$11.051 e R\$3.166 milhões o que revela que as operações envolvendo a exploração da atividade e produção de cana-de-açúcar e culturas intercalares, são altamente lucrativas para empresas atuantes neste setor.

Outro exemplo pode ser apreendido através da observação dos dados referentes a Canavale Agrícola e Comercial Ltda. a qual em 2007 apresentava capital social de R\$35.855 milhões e acumulou lucros na ordem de R\$8.123 milhões.

Vale destacar que dentre as empresas agrícolas, a mais antiga no estado é justamente a Rio Corrente, que explora mais de 30 mil hectares destinados especialmente a Cana-de-açúcar e grãos⁶⁰. A empresa foi fundada em 16 de maio de 1980, estando coligada à Companhia Agrícola Sonora Estância.

Aspecto marcante a seu respeito tem a ver com a posse de terra sob seu domínio no município de Sonora, conforme pudemos apurar através do Certificado de Imóveis Rurais. (Quadro 08):

⁵⁹ Identificamos através da mídia entre os dias 21 e 23 de março de 2012 na usina CBBA de Sidrolândia capacitação voltada aos funcionários do setor de Tratos Culturais e Administração Agrícola da empresa a qual conforme nota da empresa teve como ponto central o uso adequado de agrotóxicos.

⁶⁰ Especialmente Soja, Milho e Sorgo. Na última safra, segundo dados da empresa foram colhidas aproximadamente 300.000 sacas de grãos.

Quadro 08 - Propriedades sob domínio da Empresa Rio Corrente Agrícola S/A

Município	Propriedade	Proprietário	Área (ha)
Sonora/MS	Fazenda Confusão	Rio Corrente Agrícola S/A	227,2319
	Fazenda esperança	Rio Corrente Agrícola S/A	349,9662
	Fazenda Gaúcho	Rio Corrente Agrícola S/A	1.195,3791
	Fazenda Carolino	Rio Corrente Agrícola S/A	1.619,2950
	Fazenda Sonora Estância	Rio Corrente Agrícola S/A	12.958,7931
	Fazenda Sonora Estância (Área Remanescente)	Rio Corrente Agrícola S/A	12.833,8542
	Fazenda Sonora Estância – Parque Industrial	CIA Agrícola Sonora Estância	124,9389

FONTE: CIR/INCRA.

Org.: AZEVEDO, J. R. N., 2010.

Conforme pudemos acompanhar junto ao Diário Oficial do estado trata-se de uma das empresas mais recorrentes em disputas judiciais envolvendo questões trabalhistas.

Por fim, chamamos atenção para Nova América S/A Agrícola Caarapó, na mediada em que ocorre uma subdivisão nesse processo de incorporação do Grupo Nova América pela Cosan, particularmente em Caarapó/MS. Assim, enquanto a primeira se responsabiliza pela área rural, a Cosan se envolve especificamente com o agroprocessamento industrial.

Observa-se a preocupação em garantir por parte do Grupo Cosan um distanciamento de questões polêmicas. Não é demais lembrar, como bem destacou Cornélia Cristina Nagel, engenheira agrônoma da Prefeitura Municipal de Nova Andradina/MS, a criação de empresas agrícolas pelas agroindústrias canavieiras está intimamente ligada à sonegação de impostos.

Como exemplo cita o caso da Tag Agrícola, pertencente ao Grupo Benedito Silveira Coutinho, que foi criada para atuar na contratação de trabalhadores, bem como nas operações de corte e plantio da Cana-de-açúcar⁶¹.

Também vale destacar a criação no Mato Grosso do Sul, de agrupamentos envolvendo plantadores de Cana-de-açúcar, conforme identificamos em Nova Andradina/MS.

⁶¹ De acordo com Adilson Remelli, presidente do STR de Nova Andradina/MS o grupo em questão tinha outra empresa agrícola a qual foi desfeita a alguns anos para congregar-se em torno da Tag Agrícola, a qual possui sede na própria agroindústria Santa Helena.

Trata-se da Canaleste Agropecuária Ltda., resultado da reunião de antigos produtores de Cana-de-açúcar da agroindústria canavieira Cerona⁶².

É nesse sentido que verificamos também a instalação em Dourados da Cooperativa dos Plantadores de Cana-de-Açúcar (COPLACANA) a qual tem por foco central incentivar a multiplicação da figura do produtor na área⁶³.

Outra prática crescente dos grupos agroindustriais canavieiros diz respeito a formação de condomínios ou associações como forma de reduzir custos pois fazem a contratação da mão de obra⁶⁴.

Portanto, observamos que avança no Mato Grosso do Sul novas formas de produção vinculadas à expansão do setor canavieiro as quais abrigam novas relações e disputas entre empresários e produtores rurais, complexificando ainda mais as atuais circunstâncias em que ocorrem a produção da matéria-prima, ao mesmo tempo em que implica em possíveis repercussões para os trabalhadores.

2.3. Disputa territorial entre as agroindústrias canavieiras e o disciplinamento da distância no plantio de Cana-de-açúcar

Um dos elementos importante nesse processo expansionista do capital via produção de Cana-de-açúcar é justamente a necessidade de disciplinar a distância entre as agroindústrias instaladas e as que por ventura vierem a se territorializar na área haja vista o incomensurável interesse dos municípios em receber tais empreendimentos. Ou seja, nesse momento está embutido o processo de disputa territorial entre as agroindústrias.

Nesse sentido é indispensável a realização de zoneamento que abranja todas porções aptas a instalação de tais unidades. Entendemos que isto é papel do poder público o qual pode lançar mão das informações disponibilizadas exclusivamente pelas entidades de representação do capital no estado, pois tem consequências diretas sobre o conjunto da sociedade.

⁶² Identificamos através do Cadastro de Imóveis Rurais do Incra/MS apenas 2 propriedades rurais no Mato Grosso do Sul, sendo 1 propriedade intitulada Fazenda Cerona I, com área de 131,4886 hectares, localizada em Nova Andradina, e outra intitulada Fazenda Cerona II, com área de 257,8606 hectares, sediada em Bataypora, justamente nas áreas onde havia o projeto inicial de instalação das agroindústrias.

⁶³ Sobre a Coplacana ver matéria: “Implantação de cooperativa expõe mercado da cana-de-açúcar em MS” publicada pelo Jornal Diário MS, em 03/07/2011.

⁶⁴ A esse respeito ver matéria: “Formar condomínio reduz custo” publicada pelo Jornal O Estado de São Paulo, em 07/06/2006.

A esse respeito, o Sr. Jorge Eremites de Oliveira (2007) cita-nos um exemplo ocorrido em Nova Alvorada do Sul/MS, onde a agroindústria canavieira estava a 5 km em linha reta de uma aldeia indígena. Nesse caso os ventos predominantes são da empresa para aldeia e a emissão de gases poluentes, por exemplo, afetava diretamente a comunidade. Logo o entrevistado aponta a necessidade do Estudo de Impacto Ambiental (EIA) estar atento a tal questão e que as empresas efetivamente respeitem um raio de 60 a 70 quilômetros de distância entre uma unidade e outra.

A não regulamentação da distância entre as unidades agroprocessadoras e sua instalação de forma desordenada têm implicações diretas, inclusive sobre a matéria-prima que poderá ser alvo de disputa acirrada entre as respectivas empresas, acarretando por seu turno, forte pressão sobre os proprietários rurais localizados na área. Do mesmo modo, pode prejudicar diretamente o cultivo de outros produtos agrícolas.

Não obstante, no Mato Grosso do Sul após intensa polêmica caiu por terra a Lei 3.204 que estabelecia distância mínima de 25 km entre as agroindústrias canavieiras. Vale destacar que mesmo após o fim da referida Lei buscou-se manter a distância entre as unidades no caso específico dos municípios de Sidrolândia, Maracaju, Rio Brillhante, Dourados, Fátima do Sul, Vicentina, Laguna Carapã, Caarapó e Itaporã.

Concorreu para isso o forte *lobby* político atrelado aos interesses econômicos de setores do agrohidronegócio aos quais se ligam, haja vista que a ala política é também uma das grandes detentoras de terras no Mato Grosso do Sul, como bem podemos observar através do Cadastro de Certificação de Imóveis Rurais (INCRA), aspecto esse que é sinônimo de prestígio e poder.

Aliás, a esse respeito basta apontarmos amparados em Costa (2012, p. 293), que:

No Mato Grosso do Sul em evidência encontra-se as três fazendas que foram declaradas pelo representante do estado Flávio Augusto Derzi PPB/MS, localizado em Corumbá, elas somam quarenta e quatro mil e trezentos e treze (44.313) hectares. Nesta soma faz parte a Fazenda Conceição cuja extensão é de trinta e dois mil e oitocentos e oito (32.808) hectares, que ele declarou possuir com outros dois membros da família. No município de Guia Lopes da Laguna, no domínio do Cerrado na região da Serra da Bodoquena, ele declarou mais uma das suas grandes propriedades, e mais outra fazenda no município de Bela Vista fronteira com o Paraguai. Neste mesmo município Reinaldo Azambuja Silva PSDB/MS declarou uma grande propriedade e outra na riquíssima paisagem das terras de Maracajú. E nos solos férteis de Laguna Carapã, Marçal Gonçalves Leite Filho PMDB/MS declarou uma pequena propriedade. Enquanto Edson Giroto PR/MS e Luiz Henrique Mandetta DEM/MS declararam terras em dois Irmãos do Buriti, na “porta de entrada” para o Pantanal próximo a Aquidauana. Ainda neste estado, os representantes de São Paulo deram conta de territorializar o latifúndio ruralista, e esconder as áreas Edson Edinho Coelho Araújo PMDB/SP, em Aparecida do Taboado. Neste mesmo município e também em Alto Araguaia, Etivaldo Vadão Gomes PP/SP declarou sua fazenda. E, Paulo César de Oliveira Lima PMDB/SP declarou três propriedades em Pedro Gomes, e outra em Coxim, município na borda setentrional da bacia do Alto Paraguai que possui um dos maiores rebanhos bovinos do estado. **As propriedades que foram possíveis de identificação neste estado se situam nas áreas de solo mais fértil, da rica biodiversidade do Cerrado e Pantanal, além de gozar de abundância hídrica da bacia do rio Prata.** (Grifo nosso).

Observa-se a presença de detenções de terras de políticos no Alto Paraguai, nas proximidades à agroindústria canavieira Santa Olinda, instalada em Sidrolândia/MS. Além de importantes posses em Maracajú/MS e Aparecida do Taboado/MS, áreas tradicionalmente produtoras de Cana-de-açúcar do estado de Mato Grosso do Sul.

Já do ponto de vista particular da distância mínima entre as agroindústrias canavieiras é importante salientar que alguns municípios optaram por estabelecer critérios próprios para constituição de unidades em seu território, como exemplos, têm o caso de Itaporã/MS onde ficou definida em 2008 uma distância mínima de 20 km entre uma unidade produtiva e outra.

Também outros municípios como Dourados/MS tentaram incrementar medidas para disciplinar a territorialização de unidades agroprocessadoras, como através do projeto do vereador Elias Ischy⁶⁵ o qual limitava em 50 quilômetros a distância mínima entre cada unidade produtiva instalada, aspecto este que não se concretizou.

⁶⁵ Cf. Projeto de Lei: Dispõe sobre a limitação da distância entre as usinas instaladas no município de Dourados/MS e dá outras providências.

Nesse sentido, faz-se necessário observar a força do capital, que não considerou o fato do referido município ter decidido que as agroindústrias teriam que se estabelecer a uma distância mínima de 20 km do perímetro urbano, isto porque a denominada agroindústria São Fernando em atuação na área, situa-se a 15 quilômetros de Dourados/MS.

CAPÍTULO 03

AÇÃO DO ESTADO NO PROCESSO DE EXPANSÃO DO CAPITAL CANAVIEIRO

3.1 Ação do Estado e o sentido das benesses para o capital

No Mato Grosso do Sul, sobretudo a partir da segunda metade da década de 2000, se materializam estímulos oriundos do Estado brasileiro, através de programas de incentivos fiscais – Programa MS Empreendedor⁶⁶ - e de crédito, como, por exemplo, Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO), BNDES, FINAME, PROGER, BID, bem como de políticas de cunho regional/municipal, as quais atraíram investimentos para a agroindústria canavieira.

É importante destacar que no estado do Mato Grosso do Sul a primeira Lei de incentivos à industrialização data de 1984 (nº440), na qual foi criado o Conselho de Desenvolvimento Industrial (CDI/MS), da Secretaria de Estado da Produção e Turismo (SEPROTUR).

Conforme destaca Mizusaki (2005), as principais mudanças no campo são fruto do modo industrial de produzir no campo, haja vista a incorporação de insumos modernos onde é marcante a aliança entre Estado, Capital e propriedade privada.

É importante dizer que de acordo com o documento “Programa para o Setor Sucroalcooleiro” (2002, p.06): “A produção agro-industrial deverá ser estimulada pelos benefícios concedidos através do CDI”, além do que: “As utilizações de incentivos fiscais a serem oferecidos pelo Governo do Estado deverão ser utilizadas para atrair empresários de outros Estados tradicionais produtores de açúcar e álcool”.

De acordo com Oliveira (2004), rompendo com o desinteresse econômico e político do estado na década de 1970 pela industrialização, vê-se a partir de meados de 1980 a criação de um aparato institucional para subsidiar esse projeto. Daí termos justamente em 1987 (nº701) e 1991 (nº1239) a criação de duas outras Leis que refletem todo um movimento exposto pela dinâmica das relações sócio-políticas engendrado no contexto estadual e protagonizadas pela burguesia industrial (ou agroindustrial).

Vale ressaltar que a indústria é uma figura central no capitalismo na medida em que passa a ser símbolo de poder e dominação, e fundamentalmente, permite ao capital se apropriar do tempo e fazê-lo seu aliado no processo de produção de mercadorias.

Conforme ressaltamos, a questão do incentivo à industrialização, no Mato Grosso do Sul, merece ser lembrado no contexto do atual processo de territorialização do capital agroindustrial canavieiro no Estado, uma vez que envolve possíveis mudanças no panorama

⁶⁶ O referido Programa reduz o ICMS entre 67 e 80% em até 15 anos, além de garantir infra-estrutura para sede das indústrias.

estadual e repercute diretamente no âmbito municipal, quer seja pela atração de trabalhadores de outras regiões do país, quer seja pelo incremento da sua economia, das mudanças no enquadramento dos trabalhadores nos setores econômicos etc.

Em tratando-se dos incentivos de ordem municipal podemos ressaltar as ações locais postuladas através dos inúmeros decretos, tal como o promulgado em Chapadão do Sul/MS:

Decreto 1454, de 30 de maio de 2007.

Decreta

Art. 1º De conformidade com a Resolução nº321, de 17 de maio de 2007, expedida pelo Conselho Diretor do Programa de Desenvolvimento Integral de Chapadão do Sul – PRODICHAP e com base no disposto da Lei nº575/06, concede a Empresa Iaco Agrícola S/A, inscrita no CNPJ sob nº 07.895.728/0001-78, os incentivos abaixo relacionados:

a)isenção de Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza – ISSQN, pelo período de 10 (dez) anos, de conformidade a letra “g” do artigo 14 da Lei nº575/06;

b)isenção de taxas e ou emolumentos pela aprovação do projeto ou projetos de construção, alvará de construção e habite-se, de conformidade com a letra “a”do artigo 15 da Lei 575/06.

c)serviço de locação, terraplanagem, aterro e desaterro e, em casos específicos, construção de lagoas para tratamento de efluentes ou outros serviços prestados pelo equipamento rodoviário municipal, desde que o atendimento implique em interesse público relevante, conforme a letra “b” do artigo 15 da Lei 575/06.

Enquanto isso no município de Costa Rica/MS, a concessão de incentivos fiscais ocorre com a vinculação das empresas interessadas no Programa de Desenvolvimento Econômico e Social, condicionando aos mesmos descontos no valor de taxas e impostos⁶⁷.

A esse respeito é interessante lembrarmos que em inúmeros municípios, conforme temos observado através de seus respectivos Diários Oficiais, os incentivos não limitam-se exclusivamente às unidades agroindústrias canavieiras em instalação, mas também às empresas a elas vinculadas e que prestam serviços, evidenciando desta maneira, um amplo respaldo por parte do poder público local.

Em Brasilândia/MS, por sua vez é anunciado aos investidores do agrohidronegócio a seguinte decisão:

⁶⁷A Lei 1.024 de 23 de agosto de 2010 versa sobre tais aspectos. Para mais detalhes ver: Diário Oficial nº575, de 24 de agosto de 2010.

Art.1º Fica a Secretaria de Finanças do Município de Brasilândia, autorizada a cobrar dos créditos tributários a alíquota de 3,0% (três por cento), referente à ISSQN (Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza), em virtude de serviços prestados em imóveis rurais no município, a qualquer pessoa física ou jurídica, que vier a se instalar ou que já se encontre instalada no município, no ramo do agronegócio, observados o interesse e a necessidade do município e, depois de realizada a respectiva avaliação. (DECRETO 2.449, 11/09/2006)

Por sua vez, já em Rio Brillhante/MS pudemos observar através do depoimento do Sr. Aleson Alípio Cândido, Secretario de Desenvolvimento Econômico, que foi fator definidor para da instalação do LDC-SEV no município o fato do Grupo ser todo terceirizado o que implica nas palavras do entrevistado: “[...] a vantagem de aumentar o índice de arrecadação através do ISSQN mediante a criação de novas pequenas e micro-empresas no município”. (CÂNDIDO, 2012, p. 01).

Ainda segundo o referido Secretário, para alcançar tal intento o então Prefeito Sr. Donato Lopes da Silva⁶⁸, fez contato com os dirigentes da LDC e os convidou para conhecer Rio Brillhante/MS. Estes encontraram as exigências mínimas correspondentes a dez mil hectares de terras contínuas, o prefeito entrou em contato com proprietários que já tinham interesse em arrendar suas terras, e com isso o Grupo passou a instalar a agroindústria que demorou aproximadamente 600 dias para concretização a partir de um investimento de R\$600 milhões.

Como temos observado através da nossa pesquisa, os benefícios estendidos são diretamente relacionados a: a) doação de áreas em núcleos industriais; b) obras de infraestrutura; c) isenção de IPTU e ISSQN; d) capacitação de mão de obra.

Vale salientar que de acordo com dados fornecidos pelo IBGE, os municípios Sul-Mato-Grossenses destacam-se no cenário nacional pela concessão de incentivos para implantação de empreendimentos, de tal forma que 63 dos 79 municípios do estado disponibilizam incentivos para atrair investidores, o que equivale a 80,7% do total.

Conforme a Pesquisa de “Informações Básicas Municipais” (2009) do IBGE, os mecanismos de incentivo estendem-se principalmente para: doação de terreno (51), seguido por isenção do ISSQN (37), isenção de taxas (29), cessão de terrenos (28), isenção total de IPTU (23) e isenção parcial de IPTU (20).

A título de exemplo, observamos em Rio Brillhante/MS, o estabelecimento da Lei 1.605, de 08 de fevereiro de 2010, com a finalidade exclusiva de possibilitar a compra de um

⁶⁸ Conforme pudemos apurar *in lócus* este é o quarto mandato como Prefeito de Rio Brillhante/MS sendo os dois últimos consecutivos.

imóvel rural com área de 7.0218 hectares para doar à empresa Delta Biocombustíveis Participações Ltda.

Também em Anaurilândia/MS, repetindo o que sucedeu em outros municípios que receberam agroindústrias canavieiras na última década observamos em 2009 a assinatura do termo de doação de uma área de terra por parte da Prefeitura Municipal destinada à construção do parque industrial da empresa Aurora.

Não obstante, haver um cenário promissor em relação aos incentivos fiscais, especialmente destinados ao setor canavieiro no Mato Grosso do Sul, é importante apontar que existe posicionamentos contrários que colocam a necessidade de impor limites à essas concessões. De acordo o Deputado Paulo Duarte, o objetivo é justamente evitar que um número restrito de grupos econômicos, sobretudo as multinacionais, controle a produção e comercialização do álcool, de tal forma que os mesmos possam impor preços e, conseqüentemente, causem prejuízos à economia do estado e dos próprios produtores⁶⁹.

Por sua vez, é de autoria do Deputado Paulo Duarte, o Projeto de Lei que visa alterar a Tabela de cobrança do FUNDERSUL (Fundo de Desenvolvimento do Sistema Rodoviário do Estado do Mato Grosso do Sul), ao passo que acrescenta a mesma à cana-de-açúcar, que fica, dessa forma, sujeita à cobrança de imposto, o qual incide da seguinte forma: 34,2% do valor de uma Unidade Fiscal de Referência quando o destinatário do produto usufruir de benefícios e incentivos fiscais do ICMS, previstos na Lei Complementar nº93, de 05 de novembro de 2001 sendo que serão cobrados 17,1% do valor de uma Unidade Fiscal Estadual de Referência de Mato Grosso do Sul (UFERMS), quando o destinatário não tiver incentivo ou benefícios fiscais.

Outra fonte de recursos é o FCO, que tem por objetivo contribuir para o desenvolvimento econômico e social da região Centro-Oeste, a partir de financiamentos destinados às atividades produtivas, como, por exemplo, aquelas de caráter industrial, agroindustrial, agropecuário, mineral, turístico, comercial e de serviços. Trata-se do que o Fundo denomina como sendo prioridades setoriais, mais precisamente vinculadas a projetos voltados à industrialização e/ou beneficiamento de matérias-primas, *commodities* e produtos primários produzidos na região, que no caso da cana-de-açúcar associa-se a outro ponto fulcral, tido como prioridade geral, qual seja, projetos com alto grau de geração de emprego.

Conforme Jerônimo Chaves, secretário executivo da FCO, nos últimos cinco anos, tem ocorrido avanços significativos de financiamentos direcionadas à expansão da Cana-de-

⁶⁹ Conforme matéria intitulada: “Duarte quer limitar incentivo fiscal para MS não virar quintal de multinacionais” publicada pelo Jornal: A Crítica em 21/09/2008.

açúcar e à renovação de canaviais, com recurso do Fundo, além de estimular desde o setor de serviços à área industrial.

Para melhor dimensionar esse cenário basta observar a liberação de recursos para ampliação ou renovação de canaviais de agroindústrias canavieiras no Estado. (Quadro 09):

Quadro 09 - Agroindústrias que receberam recursos do FCO

Unidade	Município
Infinity	Naviraí
Sonora Estância	Sonora
Eldorado	Rio Brilhante
Santa Fé	Nova Alvorada do Sul
Central Energética Vicentina	Vicentina
Maracaju	Maracaju
Passatempo	Rio Brilhante
Santa Helena	Nova Andradina
Nova América	Caarapó
Centro-Oeste Iguatemi	Iguatemi
Adecoagro	Ivinhema
Araúna	Paranaíba
Alcoolvale	Aparecida do Taboado
Monte Verde	Ponta Porã

FONTE: SEPROTUR; Trabalho de Campo (2011).

Como se não fosse suficiente, o FCO tem patrocinado projetos de implantação de unidades processadoras, destacando-se ultimamente R\$74 milhões destinados à Araúna (Paranaíba), Laguna (Batayporã), Central Energética Vicentina (Vicentina), Vista Alegre (Maracaju) e Usina Aurora Açúcar e álcool (Anaurilândia), além de outros R\$22 milhões para ampliação e modernização da agroindústria Maracaju (Maracaju).

Conforme revela o Estudo de Impacto Ambiental (EIA) da empresa Aurora Ltda. podemos verificar a distribuição dos investimentos necessários à implantação de seu parque industrial, o qual contou com apoio do governo federal e revela o investimento em uma unidade de porte médio semelhante a outros projetos em andamento no Mato Grosso do Sul. (Quadro 10)

Quadro 10 - Investimento previsto na área industrial (Aurora)

Especificação	Investimentos (R\$)
Construção civil	4.600.000,00
Instalações	13.720.000,00
Máquinas	26.500.000,00
Móveis	280.000,00
Informática	500.000,00
Despesas pré-operacionais	300.000,00
Capital de giro	2.000.000,00
Total	47.900.000,00

FONTE: Aurora Ltda.

Vale salientar que a unidade produtiva em questão tinha a previsão de moer 800 toneladas de Cana-de-açúcar, inicialmente, mas teve tal produção incrementada para 2,5 milhões, em 2012, conforme nos confirmou o engenheiro agrônomo, Edgar Cavalini em entrevista realizada em 24/04/2012.

A referida empresa (Figura 07), numa primeira etapa arregimentou 60 trabalhadores (montadores), de origem paraguaia, para instalação da planta fabril, consumando-se como um fato inovador no universo das empresas pesquisadas. Durante a fase de conclusão da instalação da planta fabril (2012), constata-se o emprego de 60 trabalhadores na área rural, 250 na planta industrial e outros 30 no setor administrativo.

A esse respeito, conforme pudemos apurar em Trabalho de Campo realizado em 10/12/2012 em Anaurilândia/MS em entrevista realizada com operador de caldeira⁷⁰, a agroindústria canavieira local tem apresentado graves problemas trabalhistas. Apontou-nos o trabalhador que não é pago o adicional noturno, finais de semana trabalhados etc.

⁷⁰ O mesmo pediu para omitir o nome.

Figura 07 - Vista da Planta Industrial da Usina Aurora Açúcar e álcool



FONTE: AZEVEDO, J.R.N. Trabalho de Campo, 2011.

O BNDES por sua vez, tem financiado os empreendimentos agroindustriais canavieiros no país, através de diversas linhas de crédito, diga-se com elevadas aportes de recursos, sobretudo a partir do governo Lula.

Vale mencionar que desde 2002, através do Programa para o Setor Sucroalcooleiro é definido que para ampliação e modernização das empresas deverão ser negociadas linhas especiais de crédito junto ao Banco do Brasil e BNDES, sendo que deverão ser alocados recursos tanto para as atividades agrícolas, como para as industriais. Programas especiais como o PRAD – Programa de Recuperação de Áreas Degradadas e o PROINFA- Programa de Incentivo a Fontes Alternativas de Energia deverão ser destacados e dinamizados no estado do Mato Grosso do Sul.

Em 2012 o BNDES lançou um novo Programa com a finalidade de alavancar a produção de etanol no país, a partir da expansão e renovação dos canaviais o qual é denominado Pro Renova, para o qual reservou orçamento de R\$4 bilhões.

Todavia, queremos ressaltar um quesito a respeito desse tipo de crédito disponível, pois apenas as agroindústrias canavieiras que tenham renda igual ou superior a R\$90 milhões estão aptas a recebê-lo. Isto reforça ainda mais a concentração dos financiamentos em torno dos grandes grupos canavieiros com maior capacidade de operação, que continuam contando com aportes privilegiados e vantagens comparativas por parte do Estado.

Dados fornecidos pelo próprio BNDES apontam que entre 2011 e 2014 o Banco deverá desembolsar para o setor agroindustrial canavieiro mais de R\$30 bilhões, direcionados segundo seu Presidente Sr. Luciano Coutinho, a expansão da capacidade produtiva, integração da rede de gasodutos, melhoria da logística e desenvolvimento tecnológico.

O Banco possui programas para o financiamento de diversos elos da cadeia produtiva, destacando-se desde o plantio da Cana-de-açúcar e de oleaginosas, aquisição de máquinas e equipamentos, desenvolvimento tecnológico, infra-estrutura para armazenagem, até co-geração de energia.

Podemos destacar os seguintes programas de financiamento do BNDES destinados exclusivamente ao setor agroindustrial canavieiro, em vigência:

- ✓ Finame agrícola – Destina-se a aquisição de máquinas e equipamentos novos, de fabricação nacional;
- ✓ Finem – Financiamento para realização de projetos de implantação, expansão e modernização;
- ✓ Moderfrota – Financiamento para aquisição de tratores agrícolas e implementos associados e colheitadeiras;
- ✓ Modermaq – Financiamento à aquisição de bens de capital;
- ✓ Funtec – Visa apoiar financeiramente projetos que objetivam estimular o desenvolvimento tecnológico e a inovação de interesse estratégico para o país;
- ✓ Proinfra – Investimento em projetos de geração de energia a partir de fontes alternativas.

Vale destaque ainda o Programa de Apoio ao Setor Sucroalcooleiro (PASS), por meio de linha vinculada ao BNDES, que prevê como item financiável capital de giro no valor máximo de R\$200 milhões por beneficiário o qual recentemente foi estendido a estrangeiros.

Esse aspecto é nitidamente percebido no transcorrer do governo Lula, quando, segundo Thomaz Júnior (2009), temos um projeto de expansão do agrohidronegócio canavieiro a qualquer custo com base nas polpudas somas liberadas pelo BNDES.

De acordo com o Thomaz Junior (2009, p. 323):

A amplitude geográfica e espacial desses negócios se liga às vultosas inversões de investimentos públicos e privados, para fazer valer o desejo da reprodução ampliada do capital. Os bancos estatais como o Banco do Brasil e BNDES, têm fomentado e apoiado grandes somas de investimentos públicos para a agricultura tecnificada. Se isso não bastasse, historicamente têm também perdoado, renegociado (via de regra com rolagem das dívidas de grandes proprietários de terra) e abonado dívidas junto a credores privados.

No caso do setor agroindustrial canavieiro, somente no período de 2004 a 2008 foram 38 projetos de novas agroindústrias aprovados no país⁷¹, o que foi motivado especialmente pelo rápido crescimento da frota de veículos *flex-fuel*, desde o início da produção de automóveis portadoras dessa tecnologia, lançadas em 2003⁷².

O advento dos veículos *flex fuel* gerou um aumento significativo no consumo de álcool hidratado no Brasil, que saltou de um montante de 4,3 bilhões de litros em 2003 para 15 bilhões de litros em 2010.

Ingrediente importante neste contexto relaciona-se à dimensão dos projetos aprovados no decorrer dos últimos anos, na medida em que verifica-se o aumento do tamanho médio das novas agroindústrias que passaram de cerca de 1,7 milhão de toneladas de cana-de-açúcar para 2,5 milhões.

Neste sentido, cabe refletirmos sobre se realmente as agroindústrias canavieiras tradicionais conseguirão sobreviver frente a esse processo de consolidação do setor. Para Roberto Holanda Filho, Presidente da BIOSUL, o tradicional produtor vai ter que se valer das vantagens que pode contar característica das pequenas empresas, embora o tamanho mínimo de agroindústria canavieira esteja aumentando, o que repercute no nível de moagem.

É válido destacar que de acordo com dados recentes do “Anuário da Cana”, nove entre dez novas unidades instaladas no país, nos últimos três anos, não contemplaram fábrica de açúcar inicialmente em suas plantas, optando por operar apenas como destilarias, num primeiro momento, aspecto este que tende a mudar haja vista o melhor aproveitamento das potencialidades do projeto.

⁷¹ Do ponto de vista do enquadramento das empresas temos: Projetos greenfields (usinas construídas a partir do zero), brownfields (ampliação) e aquisições.

⁷² Atualmente dez montadoras (Peugeot-Citroen, Fiat, Ford, General Motors, Volkswagen, Renault, Mitsubishi, Toyota, Honda e Nissan) estão fabricando e comercializando 114 modelos de veículos *flex fuel* no Brasil. (ANFAVEA)

Não obstante, de acordo com o Procana, das 240 agroindústrias canavieiras instaladas na América Latina, com exceção do Brasil, 87 estão investindo na ampliação e modernização de suas plantas agroindustriais, tendo em vista a otimização da produção e a diversificação da receita com novos derivados da Cana-de-açúcar.

A bioeletrecidade tem sido uma das principais cobranças por parte da UNICA nos últimos anos diante da alegação da existência de problemas de conexão entre as empresas e a rede de transmissão de energia dificultando o aumento na participação da eletricidade co-gerada na matriz energética.

De fato, a geração de energia pelas agroindústrias canavieiras para comércio esbarra no preço da energia junto às concessionárias, sem contar a implantação de linhas de transmissão que faltam.

No país estima-se que pelo menos 30% das agroindústrias canavieiras instaladas já exportam energia a partir de uma capacidade instalada que já ultrapassa 5% de toda produção nacional da matriz energética brasileira. (CANASUL:2010).

Vale ressaltar que já está em andamento em determinados estados brasileiros o denominado de Selo Verde, isto é, uma forma de estimular o comércio de energia a partir da produção das agroindústrias canavieiras haja vista ser essa considerada limpa e renovável⁷³.

De fato, como bem aponta Thomaz Junior (2002), existe no âmbito agroindustrial canavieiro interesse estratégico por desdobramentos em relação às novas alternativas energéticas.

Aliás, é nesse sentido que trazemos em pauta o posicionamento de Souza (2011, p. 258) que destaca em seu estudo:

Ao se apresentar como alternativa energética limpa, do ponto de vista econômico, social e ambiental, e demandar, para sua própria sustentabilidade, pesquisas e tecnologias que se adéquem ao conceito de que reivindica como seu fundamento, a agroenergia torna-se pertencente ao campo da política, da economia, da ciência e tecnologia, entrelaçando discursos e evidenciando a relação entre as formas de incorporação dos discursos tecnocientíficos pelo Estado e grupos sociais contemporâneos.

No Mato Grosso do Sul o governo concedeu incentivos fiscais diferenciados as empresas sendo que alcançaram isenção de 90% do ICMS as agroindústrias que tenham o ciclo completo produção, isto é, açúcar, álcool e energia elétrica. Vale salientar que no estado

⁷³ A esse respeito ver matéria intitulada: “Energia elétrica produzida em usina de cana poderá ter selo verde”, publicada pelo Jornal Gazeta News em 07 de junho de 2011.

as unidades agroprocessadoras de Cana-de-açúcar produzem 40% da energia elétrica consumida, sendo que a safra 2010/11 foi à primeira em que as unidades venderam a bioeletrecidade.

No estado do Mato Grosso do Sul a capacidade instalada (MW) em relação ao consumo interno é de 590 e exportação 240, diante de um consumo industrial em 2010, de 640 GWH, e um consumo residencial em 2010 de 1240 GWH.

No estado as seguintes empresas solicitaram a co-geração, vejamos: (Tabela 11).

Tabela 11 - Empresas que solicitaram co-geração no Mato Grosso do Sul

Empresa	Município	Quantidade (MW)	Tipo/Número	Publicação (DO)
Angélica Agroenergia LTDA	Angélica	30	-	6940 – 30/03/2007
LDC Bioenergia S/A	Rio Brillhante	30	-	7431-31/03/2009
Vista Alegre Açúcar e Alcool LTDA	Maracaju	30	LO 261	7496 – 09/072009
Agrenco Bioenergia Ind. e Com. De Óleos Biodiesel.	Caarapó	-	LP 285	7044 – 03/09/2007
Cosan	Caarapó	76	-	-
São Fernando Energia I LTDA	Dourados	62,5	LO 191	7224 – 11/06/2010
Monteverde Agro-energética S.A.	Ponta Porã	-	LP 133	7215 – 19/05/2008
Agro Energia Santa Luzia LTDA	Nova Alvorada do Sul	130	LP 093	7176 – 18/03/2008
ETH Bioenergia	Costa Rica	380	-	-

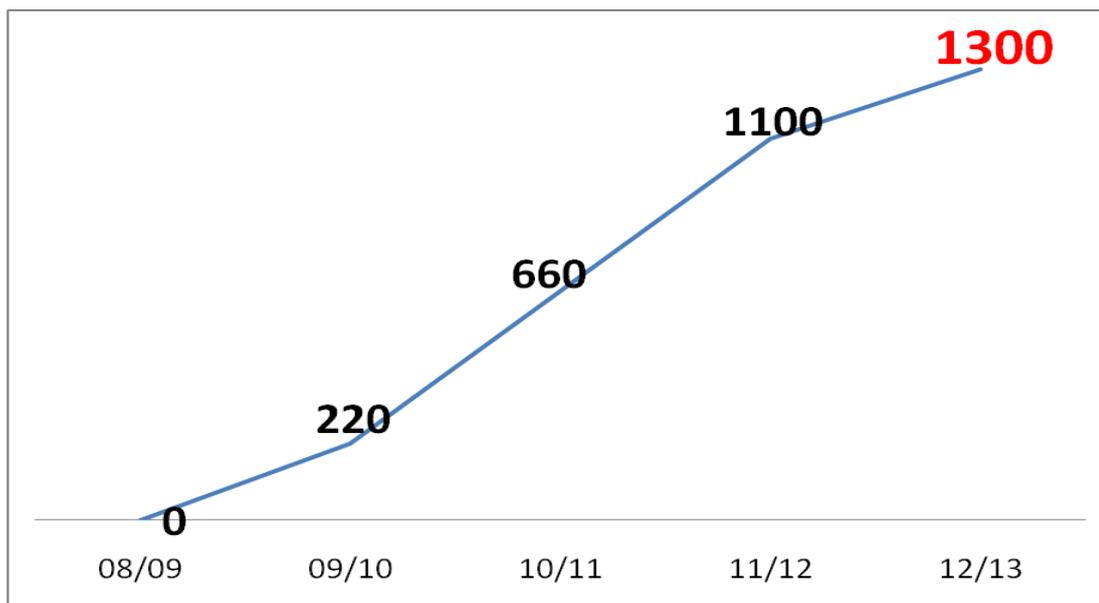
FONTE: Diário Oficial do Estado (Vários números). Org. AZEVEDO, J. R. N. (2010)

No Mato Grosso do Sul, em relação ao perfil das 14 unidades agroprocessadoras de Cana-de-açúcar na safra 2008/09, em operação, não tínhamos nenhuma geradora de bioeletrecidade, em 2009/10, das 21 unidades processadoras, havia duas produtoras de bioeletrecidade; na safra 2010/11, das 20 unidades em operação sete geravam bioeletrecidade, já na safra 2011/12, das 22 agroindústrias em funcionamento oito produziam bioeletrecidade. A título de exemplo queremos citar o caso da empresa São Fernando, que assim como outras unidades que estão em franca expansão, também pretende expandir seu potencial de co-geração. Veja que por traz da ação empresarial está impregnado o discurso pretensamente ambiental:

A caldeira da São Fernando Açúcar e Álcool é única no mundo com 100 quilos de pressão aumentando assim o potencial bioenergético da unidade que é capaz de iluminar um município de 200 mil habitantes com a bioeletricidade oriunda de seu processo de co-geração. Em sua capacidade máxima quando estiver processando até seis milhões de toneladas cana-de-açúcar a usina produzirá 114 megawatts/hora de eletricidade resgatando o carbono e contribuindo para diminuição dos gases do efeito estufa. A extração do caldo da cana-de-açúcar é feito em moenda de 90 e 100 polegadas com acionamento elétrico que garantem auto performance. (VÍDEO INSTITUCIONAL, 2010 p.01/02)

A respeito da co-geração de energia vale destacar, amparados em Domingues (2010), que por trás do discurso de energia limpa e renovável há um forte discurso ideológico vinculado à questão ambiental que demonstra na realidade um diferencial produtivo ao mesmo tempo em que camufla a exploração do trabalho nessa atividade econômica. (Gráfico 06).

Observamos a evolução da co-geração no estado do Mato Grosso do Sul nos últimos anos para melhor dimensionarmos esse processo.

Grafico 06 - Co-geração Gigawatt hora

FONTE: Biosul. Org.: VASCONCELOS, P.A.

De todo modo, há de se destacar, amparado em Vian (2003, p. 198), que após analisar a opinião de outros estudiosos do assunto entende que a: “[...] cogeração de energia como uma atividade estratégica para o setor sucroalcooleiro, mas existem ainda muitas incertezas quanto aos desdobramentos da mesma, sobre sua real importância e alcance como fator de união do Complexo a médios e longos prazos”.

Após destinar R\$6,5 bilhões para o setor em 2009, R\$7,58 bilhões ao setor agroindustrial canavieiro em 2010, foram noticiados pelo governo federal em 2011 que apesar de pretender estimular a expansão das agroindústrias pelo território nacional, receberão incentivos por parte dos Bancos oficiais as destilarias que produzirem álcool.⁷⁴

Conforme matéria publicada pelo Jornal Folha de SP, em 28 de outubro de 2007, denominada: “BNDES planeja financiar álcool na África”, a intenção é financiar a exportação de tecnologia, equipamentos e produtos para a África. Isto possibilitaria a formação de um mercado internacional do álcool. Temos, portanto, a edificação de um projeto que pretende consolidar-se em todos os quadrantes do planeta com base nos crescentes investimentos.

É importante apontar com base em Ramos (2011, p.22):

⁷⁴ Conforme matéria intitulada: “Governo quer cortar dinheiro para usinas de açúcar”, publicada pela Folha de São Paulo em 08 de abril de 2011.

No âmbito do mercado externo, duas aparentes oportunidades de ampliação dos negócios do complexo canavieiro do Brasil estão colocadas: a primeira delas está relacionada ao esperado aumento da exportação brasileira de açúcar em decorrência da ainda não concretizada revisão dos regimes açucareiros subsidiados dos países desenvolvidos, principalmente dos pertencentes à União Européia; a segunda oportunidade advém da ampliação da exportação de álcool anidro para mistura à gasolina em muitos países, também principalmente nos desenvolvidos, o que está vinculado aos acordos decorrentes das determinações do Protocolo de Kioto.

Como ressalta Sr. Cid Caldas, representante do Ministério da Agricultura, a intenção é propiciar a difusão de tecnologia para que esses países percebam a importância desse setor, entendam que momento eles estão vivendo e como eles podem investir⁷⁵. Ou ainda: “[...] enquanto não conseguirmos difundir a produção dos biocombustíveis em outros países nunca faremos deste produto como uma *commodity* internacional”. (CALDAS, 2010, p.02)

De fato como bem nos aponto Souza (2011, p. 226): “O discurso da sustentabilidade energética e da necessidade de cumprir os compromissos assumidos no Protocolo de Kioto justificam o apetite do governo brasileiro em produzir agrocombustíveis e fundamentam o Plano Nacional de Agroenergia do Brasil”.

O Plano Nacional de Agroenergia consiste em: “[...] garantir a sustentabilidade e competitividade às cadeias de agroenergia” (INSTITUCIONAL). Configurou-se no período 2006-2011 em um verdadeiro marco tendo em vista a supremacia brasileira e as possibilidades de inserção no mercado, refletindo o cariz neoliberal das mudanças e perspectivas do setor agroindustrial canavieiro no plano internacional.

Nessa caminhada é que o Brasil encampa atualmente mais de 60 protocolos assinados com diversos países, muitos dos quais da África, mostrando os benefícios da produção dos biocombustíveis⁷⁶. Como exemplo, temos o Ajuste Complementar ao acordo de cooperação técnica entre o governo brasileiro e da Zâmbia para implementação do projeto de produção de biocombustíveis⁷⁷.

⁷⁵ Como ressalta Cid Caldas (2010, p. 01): “Nós temos nos últimos 8 anos onde a economia internacional cresceu significativamente. O crescimento dessa economia acarretou crescimento da demanda de etanol principalmente na China, nos países da África e na Índia.”

⁷⁶ Cid Caldas assim se expressa em relação a esse papel fomentador do país no cenário internacional: “O nosso braço de abertura do mercado lá fora é Ministério das Relações Exteriores, o Presidente Lula quando faz suas viagens a primeira coisa que leva é o apelo e mostrando que o Brasil tem programa que é sucesso no mundo inteiro.” (p.05).

⁷⁷ Conforme DOU de 29/10/2010.

Outro país que quer acelerar os projetos de cooperação com o Brasil é justamente os EUA, que pretende criar um mercado global de etanol, isto é, mediante a transformação do etanol em *commodity*, com isso visa-se expandir a produção de etanol não apenas para América Central e Caribe, mas ainda para outros países haja ser estratégico explorar terceiros mercados.

Nesse cenário devemos estar atentos ao fato de que: “Não podemos pensar que o agrohidronegócio que se faz no Brasil é diferente do que se pratica no restante do mundo. Temos uma agricultura capitalista que agora aparece com essa cara de agronegócio.” (OLIVEIRA, 2011 p.03).

Alguns dos empreendimentos e os respectivos montantes arrecadados nessa área para financiar esse projeto do capital, concentram-se na área enfocada, sobretudo nos últimos cinco anos. (Tabela 12).

Tabela 12 - Montante de recursos financeiros arrecadados pelas agroindústrias canaveiras junto ao BNDES

Empresa	Valor (Milhões)	Mês/Ano
Passa Tempo	21,3	Dez.2005
São Fernando	338	Dez/2008
Iaco Agrícola	296	Dez/2008
Santa Luzia – ETH	377,7	Dez/2008
Vista Alegre	132,3	Set/2008
Angélica Agroenergia	150,9	Fev/2008
Caarapó	275	Set/2010
Adecoagro Vale do Ivinhema	480	Abr./2013

FONTE: UNICA; UDOP; Jornais Diversos, 2013.

Dentre as unidades em destaque vale ressaltar o caso particular da Angélica Agroenergia, (Figura 08) constituída oficialmente em 17 de março de 2006, da qual o valor arrecadado representa apenas 29% do investimento⁷⁸ realizado, que atinge ao todo R\$526,7 milhões, justificado por inovações nas áreas de cultura e industrial.

⁷⁸ Os recursos serão repassados por meio de um sindicato de bancos e agentes financeiros do BNDES liderados pelo Rabobank International Brasil, o qual inclui o ABN Amro Real, Unibanco, Itaú BBA, Bradesco e HSBC.

Figura 08 - Angélica Agroenergia - Vista frontal da Esteira de Bagaço



FONTE: Kelen Roberta Guizonni, 2011.

Dentre as inovações em destaque, vale chamar atenção para a utilização de caminhões de grande porte para transporte da Cana-de-açúcar tendo em vista garantir a produtividade elevada por viagem, e em veículos adaptados para diminuir a compactação dos solos.

Do mesmo modo é interessante destacar a agroindústria canavieira Santa Luzia, em Nova Alvorada do Sul/MS, na medida em que tem-se demonstração clara do poder público municipal em garantir o desenvolvimento do empreendimento na área. De acordo com o Prefeito Arlei Silva Barbosa:

Sempre soubemos que o nosso município tinha uma localização estratégica com economia forte e estabilizada. O nosso sonho era de transformar esta cidade em importante vitrine para o Mato Grosso do Sul. Buscamos parcerias para captar empresas para vir se instalar aqui e tivemos a grata satisfação de receber empresas respeitáveis como a usina Santa Luzia. Começamos a colher os frutos e termos a oferta de emprego numa cidade em desenvolvimento⁷⁹.

Denota-se a influência direta da participação do Estado como fomentador das relações de produção no Mato Grosso do Sul. Nesse cenário o governo do Estado, como bem assevera Oliveira (2009, p. 36): “[...] acreditando que essa expansão trará efetivamente o desenvolvimento econômico [...] defende a aprovação e implementação de projetos”.

Nesse sentido o Superintendente industrial da SEPROTUR ressalta:

Temos uma consciência muito clara de que a além do incentivo da parte tributária que nos temos feito as nossas condições naturais do estado solo, clima, são favoráveis, mas precisa ter aquele empenho do governo em infraestrutura e também uma outra parte muito importante que é a qualificação da mão de obra dos trabalhadores para trabalharem não só na atividade do campo, mas também na atividade industrial na fabricação do etanol e do açúcar. (CAMARGO, 2010, p.01)

Observemos este aspecto da qualificação profissional e os elementos que caracterizam o processo de formação dos trabalhadores envolvidos com o cenário canavieiro no Mato Grosso do Sul de tal forma que tenhamos possibilidades de compreender as formas e situações utilizadas pelo capital e pelo governo estadual e federal em atender a demanda por mão de obra e atingir os índices de produtividade exigidos.

3.2 - Ações governamentais para regular o setor

Chamamos a atenção para o processo que viabiliza a efetivação de políticas públicas de cariz econômico com intuito de patrocinar o desenvolvimento de atividades produtivas altamente concentradoras de renda, terra e capital, baseadas na exploração do trabalho e em estratégias de subordinação ao capital no contexto da luta de classes.

Não obstante, é preciso destacar em termos de ações governamentais o papel

⁷⁹ Conforme matéria publicada pelo Portal MS intitulada “Puccinelli e Grubisich inauguram usina Santa Luzia em Nova Alvorada do Sul”. Disponível em: <<http://www.portalsms.com.br/noticias/detalhe.asp?cod=959563102>> Acesso em: 18/07/2011.

incipiente e que estaria na base da pirâmide em relação às políticas futuras que marcam o cenário atual em termos de investimentos e aportes governamentais junto ao campo em geral e ao setor agroindustrial em particular.

Trata-se do papel desempenhado pelo Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), haja vista que sua implantação influenciou decisivamente os rumos e mudanças na agricultura (DELGADO, 1985).

Há que se ressaltar algumas características dessa política para entender sua relação com a modernização do campo.

Logo, observa-se que essa política implantada já em 1965 e de cunho regional abrangeu basicamente os estados de São Paulo, Minas Gerais, Goiás, Rio de Janeiro, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, beneficiou apenas parcela dos produtores rurais, visto que em suas formulações está marcado a limitação de suas ações em relação ao conjunto dos trabalhadores ligados à terra e que já nesse momento ficaram excluídos das benesses então existentes.

Não é demais dizer que nesse primeiro momento que assistimos no país um claro interesse dos governos estaduais congruentes ao plano do governo federal em beneficiar parcela dos latifundiários, os quais foram favorecidos em termos de empréstimos e oportunidades econômicas.

Entende-se a partir desse projeto e articulação política o contexto e as medidas que posteriormente passam a marcar as ações políticas no Brasil em termos relativos ao campo, haja vista que são estabelecidas já nesse momento as bases de um projeto do capital que utiliza-se da plataforma governamental para angariar recursos e possibilitar apenas aos herdeiros da ordem social os benefícios de uma política econômica.

Tão logo, temos desde então o incentivos monocultores nos país como a cana-de-açúcar e a soja e que hoje são expressão direta das opções adotadas pela elite política e econômica que domina o Brasil.

Por sua vez, nesse limiar do século XXI, quando o setor canavieiro vive um momento decisivo, no Brasil, no qual os investimentos para atenderem à demanda futura, principalmente de álcool combustível, tem atraído a atenção de diferentes instâncias do capital novas exigência são observadas e outras ações estão em gestação no país para garantir o êxito da atividade em questão.

Vian (2003, p.202) explica em seu estudo sobre a agroindústria canavieira que a dinâmica do setor extrapola os limites do complexo em questão haja vista que: “[...] o poder político dos usineiros não é mais suficiente para a garantir políticas de incentivo ao álcool e

ao açúcar”. Sendo assim, a demanda a existência de novas alianças com outros agentes da sociedade, como é o caso de ambientalistas, ONG’s, consumidores etc.

O governo brasileiro tendo em vista os esforços de promover uma imagem positiva da Cana-de-açúcar enquanto produto capaz de assumir referencial de *commodity* global e angariar ao mesmo tempo recursos ao país e possibilitar vantagens à sociedade, lança mão em 25 de junho de 2009 do Compromisso Nacional para Aperfeiçoar as Condições de Trabalho na Cana-de-Açúcar.

Este projeto é encabeçado em todo país pela UNICA, pela FERAESP, pela CONTAG e pelo Fórum Nacional Sucroenergético, sendo entendida antes de tudo como uma instância tripartite, na medida em que envolve os diferentes agentes do processo, qual sejam empresários, trabalhadores e governo federal.

Um conjunto de aspectos são vislumbrados através do “Compromisso”, dentre estes destacam: 1) Erradicar o trabalho infantil e forçado; 2) Acabar com a intermediação entre trabalhador e empresário, os denominados agenciadores ou gatos; 3) Garantir que a contratação de migrantes ocorram por intermédio do Sistema Público de Emprego; 4) Garantir o conhecimento antecipado do preço pago pela Cana-de-açúcar cortada manualmente pelo trabalhador; 5) Fortalecimento das organizações sindicais e das negociações coletivas; 6) Eliminação de qualquer remuneração de pessoas que atuam em serviços de transporte, administração e fiscalização vinculada aos ganhos dos trabalhadores; 7) Melhores práticas em relação à gestão em saúde, segurança e transporte de trabalhadores⁸⁰ etc.

Ao todo são cerca de 30 práticas empresariais a serem observadas pelas unidades agroindustriais canavieiras no país através de adesão voluntária, que confere àqueles que cumprirem as obrigações estabelecidas um certificado de conformidade.

Conforme podemos apreender através do discurso do Presidente da UNICA, Marcos Jank por ocasião do lançamento do Compromisso Nacional para Aperfeiçoar as Condições de Trabalho na Cana-de-Açúcar, a intenção fundamental com o referido passo é justamente valorizar as melhores práticas trabalhistas, de tal forma que crie-se: “[...] instrumentos de mercado que as reconheçam como exemplos a serem adotados por um número crescente de empresas” (JANK, 2010 p. 01).

Do ponto de vista dos problemas trabalhistas presentes no setor, segundo os dirigentes da UNICA se as mesmas ainda perduram isto diz respeito ao grande contingente de mão de obra do setor. Este argumento, todavia não pode ser desculpa para desrespeito algum,

⁸⁰ Considera-se neste caso, por exemplo, a ginástica laboral, pausas, reidratação, bem como, atendimento de emergência aos trabalhadores.

independentemente da atividade que considere, haja vista que se existe o emprego o mesmo deve ser oferecido em condições mínimas de funcionamento, ou seja: “[...] faz-se necessário atentarmos para as circunstâncias em que tais empregos são (e serão) gerados, e quais as condições de trabalho vividas pelos já empregados” (BARRETO, 2008 p.59).

De acordo com o primeiro escalão do governo Luiz Inácio Lula da Silva, o Compromisso Nacional para Aperfeiçoar as Condições de Trabalho na Cana-de-Açúcar prevê regras mais humanas na produção de que consideram ser um “combustível limpo” e renovável, ao mesmo tempo em que aperfeiçoa medidas de saúde e educação no país. Logo, trata-se de avanços em curso neste setor da economia que movimenta grande montante de capitais e emprega centenas de trabalhadores.

Por sua vez, para a UNICA, trata-se de: “[...] um passo decisivo e histórico que foca o presente, o futuro e coloca a adoção das melhores práticas trabalhistas em primeiro plano no setor sucroenergético”.

O compromisso contou com a adesão de 75% do setor o que significa 303 unidades produtivas de um total de 400 unidades em funcionamento no país, as quais aceitaram as regras do jogo em relação às possibilidades de mudança no ambiente institucional do setor.

No Mato Grosso do Sul, 12 das 17 agroindústrias canavieiras em funcionamento no estado em 2009, aderiram ao Compromisso Nacional para Aperfeiçoar as Condições de Trabalho na Cana-de-Açúcar e colocaram-se predispostas a atender as práticas sugeridas, seja diretamente ou através de seus fornecedores.

As agroindústrias canavieiras do estado que assinaram o Compromisso são: Alcoolvale (Aparecida do Taboado), Angélica Agroenergia (Angélica), CBAA Sidrolândia (Sidrolândia), CBAA Brasilândia (Brasilândia), a Destilaria Centro-Oeste Iguatemi (Iguatemi), ETH Eldorado (Rio Brilhante), São Fernando (Dourados), Vista Alegre (Maracaju), Safi Brasil Energia (Nova Alvorada do Sul), Energética Santa Helena (Nova Andradina), Usinavi (Naviraí) e a Central Energética Vicentina (Vicentina).

Não é demais apontar que o fato de participar desse projeto é motivo para exaltação diante da sociedade, tal como vimos no caso da São Fernando que enfatiza em material de divulgação da empresa “que o acordo firmado entre o governo federal e os elos do setor fortalece o etanol brasileiro como combustível limpo no mercado internacional.” (VÍDEO INSTITUCIONAL, 2010 p.02).

De acordo com a Biosul, grande parte das práticas previstas pelo Compromisso, tais como, fornecer alimentação, transporte, seguro de vida e alojamento já, são cumpridas

pelas agroindústrias canavieiras, sendo o desafio agora, além de assegurar que as práticas sejam cumpridas, investir através de parcerias na capacitação da mão de obra e requalificação desses cortadores.

É importante destacar que contraditoriamente empresas como Agrisul Agrícola Ltda. (Debrasa) e Destilaria Centro Oeste Iguatemi (Dcoil), no Mato Grosso do Sul, e Energética do Cerrado Açúcar e Álcool Ltda., em Goiás, as quais fazem parte da Lista Suja do Trabalho Escravo também são signatárias do presente compromisso. Nesse sentido, se considerarmos o período que compreende 2003 a 2009, é possível verificar segundo o MTE 16 unidades agroindustriais em situação semelhante nos estados de Alagoas, Goiás, Maranhão, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Pernambuco, Rio de Janeiro e São Paulo.

Todavia, a discordância nesse quesito, conforme apreende-se através da Secretaria Geral da Presidência da República, uma vez que aponta serem ações complementares, ou seja, de um lado tem papel de destaque o MTE encarregado de fiscalizar o cumprimento da legislação trabalhista vigente e punir os infratores, divulgando inclusive a Lista Suja e paralelo a isso o Compromisso Nacional para Aperfeiçoar as Condições de Trabalho na Cana-de-Açúcar que prevê medidas não exigidas pela legislação atual, extrapolando desta forma as obrigações legais.

De fato, em seus estudos Thomaz Junior (2002), já apontava que o capital agroindustrial canavieiro e suas entidades de representação já se colocavam em uma situação defensiva no tocante a embrionária e polêmica discussão acerca das reformulações da legislação trabalhista e também da estrutura sindical.

A esse respeito cabe o posicionamento de Delgado e Sant'Ana (2011, p. 208), segundo os quais:

Aparentemente o setor sucroalcooleiro teria aderido à legislação trabalhista-previdenciária, vigente há várias décadas, que em grande parte fora descumprida pelos patrões, tolerada e aceita pelo Estado – cuja tutela sobre o setor patronal se dera por cerca de 63 anos (1933-1996), sob o albergue do extinto Instituto do Açúcar e do Álcool. Mas a significação concreta desse recente movimento de formalização provavelmente reflete uma estratégia privada de desoneração de custos e riscos, relativamente às precárias condições de trabalho que coexistem nessas atividades, e que se caracterizam por um alto grau de morbidade aos trabalhadores.

Portanto, temos uma situação singular que deverá ser vista com atenção nos próximos anos, tendo em vista o respeito aos trabalhadores e a real punição aos empresários que desrespeitam os direitos desta mão de obra a qual é imprescindível para o funcionamento das unidades produtivas.

3.3. O setor canavieiro redefinindo a qualificação profissional

Temos percebido não apenas no Mato Grosso do Sul como em outras áreas de avanço do agrohidronegócio canavieiro como o Oeste Paulista a crescente demanda por profissionais qualificados, e conseqüentemente cursos preparatórios e pesquisas sobre os diferentes aspectos que envolvem a atividade produtiva da Cana-de-açúcar⁸¹.

Como ressaltou Azevedo (2008), no Mato Grosso do Sul, o objetivo é implantar uma rede de formação técnica dos trabalhadores para garantir mão de obra necessária para implantação das novas agroindústrias, sendo que às empresas cabe prover a estrutura física, com a ajuda de recursos federais, enquanto o custo dos cursos de formação técnica de profissionais ficaria a cargo do governo do estado.

No Mato Grosso do Sul temos a Fundação do Trabalho (FUNTRAB), que é um órgão do governo estadual responsável pela formulação, em linhas gerais pela gestão da política pública do trabalho, isto é, fundamentalmente com as ações de qualificação profissional e intermediação de empregos.

No estado tal relação é diretamente vinculada ao CIAT (Centro Integrado de Atendimento ao Trabalhador) que direciona os trabalhadores de acordo com o perfil dos candidatos às respectivas vagas de emprego conforme pudemos apurar junto aos CIAT's de Ivinhema, Bataguassú e Caarapó/MS.

De acordo com o entrevistado Sr. Adriano Guariento da unidade de Bataguassú/MS em 01/10/2010 o objetivo do Centro é justamente reduzir o tempo de busca do trabalhador por oportunidade sendo que isto se dá através do cadastro do trabalhador, recrutamento e pré-seleção e conseqüente convocação dos mesmos.

Como asseverou o Sr. José Corte Real Coelho, diretor executivo do trabalho de Ivinhema/MS além de formalizar a contratação o CIAT tem promovido vários cursos para

⁸¹ Conforme pudemos apurar em 2007 junto ao representante da FUNTRAB são necessários no estado do Mato Grosso do Sul pelo menos seis centros de formação profissional para atender a demanda por cursos técnicos. Neste cenário a intenção é estabelecer uma parceria na qual o município ceda o terreno, as empresas providenciem a construção e equipem o local enquanto o governo assume a manutenção do ambiente.

beneficiar os trabalhadores. Dentre as categorias atendidas estão à construção civil, eletricitas, tratoristas, artesanato⁸² e setor têxtil. Neste último caso salienta que no município o setor emprega pelo menos 400 trabalhadores diretamente sendo que foi instaurado em meados de 2006.

Segundo o entrevistado o que a administração pública tem buscado é justamente atender através de suas entidades aos clamores da população que no caso de Ivinhema/MS é marcadamente por mais empregos. Nesse caso salienta que a situação da cidade é diferenciada se comparada a de outros municípios Sul-Mato-Grossenses, pois investe na promoção de vários setores da economia não ficando, portanto, refém de um único meio de subsistência.

Aliás, isto vem de encontro com a proposta de Pochmann (2007) que avalia ser necessário uma nova política pública para o trabalho no qual haja um sistema democrático de relações de trabalho e a formação profissional voltada à diversidade produtiva.

Assim, verificamos em Caarapó/MS em Trabalho de Campo realizado em 12/12/2012 através da Sra. Ana Carolina Marques que o CIAT em parceria com a agroindústria Nova América qualificou duas turmas de trabalhadores a exemplo do curso de operador de cristalização de açúcar que durou dois anos. Em 2011 ao total foram seis turmas qualificadas destacando os cursos de mecânico industrial, operador de caldeira, eletricitista e tratorista.

De acordo com a entrevistada ocorreu no município curso específico para atender a mão de obra indígena, o qual não esteve vinculado diretamente às necessidades das agroindústrias canavieiras da região, mas sim para atender a demanda da cidade, como é o caso do curso de eletricitista predial.

Para Cícero Ávila, Presidente da FUNTRAB (2007, p. 01):

A qualificação profissional é um instrumento importante principalmente nesse momento em que o estado se depara com um processo crescente de desenvolvimento econômico que o estado vive um boom de desenvolvimento e uma grande preocupação do nosso governo é com a diversificação da matriz econômica do nosso estado.

Para Ávila (2007), o grande desafio do governo Sul-Mato-Grossense é justamente trabalhar a questão da diversificação da matriz econômica expandindo a atividade industrial,

⁸² Em Ivinhema/MS são 17 núcleos de artesanatos formados, sobretudo de mulheres que trabalham na lavoura de café e na mandioca, mas que se dedica parte do seu tempo a confecção de artesanato os quais embora classificados na categoria informal recebam apoio direto da entidade. Nesse sentido chama atenção para o papel exercido pelo Banco da Gente criado com o fim específico de atender as demandas desse tipo de trabalhador que pelo seu perfil e caráter do empreendimento dificilmente é contemplado por outras agências de fomento.

destacando-se neste caso a implantação das agroindústrias canavieiras que impactam diretamente os demais setores econômicos.

Destaca-se no estado o Plano Setorial de Qualificação Sucroalcooleiro (PLANSEQ) o qual é uma iniciativa das empresas juntamente com o governo federal e as organizações representativas dos trabalhadores no Plano Nacional de Qualificação para o Setor Sucroalcooleiro e o Plano Territorial de Qualificação (PLANTEQ/MS) os quais estão sob coordenação da FUNTRAB.

Através do PLANSEQ, em parceria com a BIOSUL, objetiva-se capacitar trabalhadores do setor que estejam desempregados, que buscam retornar à cadeia produtiva da Cana-de-açúcar ou estejam sob risco de perder seus postos de trabalho em virtude da mecanização. O Plano abrange 16 municípios, são eles: Batayporã, Brasilândia, Caarapó, Chapadão do Sul, Costa Rica, Deodápolis, Dourados, Ivinhema, Maracaju, Nova Alvorada do Sul, Nova Andradina, Naviraí, Rio Brillhante, Sidrolândia, Sonora e Vicentina/MS.

Em 2011 de acordo com a BIOSUL foram mais de 900 trabalhadores rurais capacitados nas cidades de Brasilândia, Caarapó, Costa Rica, Dourados, Nova Andradina, Sidrolândia e Rio Brillhante/MS, sendo 70% deles oriundos de agroindústrias canavieiras e 30% da comunidade local. Segundo o MTE as cidades que receberam os cursos admitiram mais de 650 pessoas como tratoristas, operadores de colheitadeiras etc.

Outra cidade que passou por recente processo de qualificação dos seus trabalhadores é Naviraí/MS envolvendo eletricitas de manutenção industrial e operadores de colhedora de Cana-de-açúcar. Estima-se que tais funções permitirão aos empregados auferir rendimentos que giram de R\$976,00 a R\$1.423,00.

Por sua vez o PLANTEQ/MS tem a função de realizar a gestão direta das ações executando o programa de qualificação nos municípios do estado na medida em que faz o mapeamento das demandas de cursos, não se restringindo apenas ao setor agroindustrial canavieiro. Os municípios atingidos pelo presente plano são: Aquidauana, Miranda, Selvíria, Três Lagoas, Bonito, Guia Lopes de Laguna, Jardim, Maracaju, Costa Rica, Ribas do Rio Pardo, Caarapó, Iguatemi, Batayporã, Ivinhema, Nova Andradina e Antonio João/MS.

Temos que interpretar esse crescente número de cursos de qualificação profissional no Estado de Mato Grosso do Sul não apenas como uma maneira encontrada pelos empresários do setor canavieiro de obter mão de obra qualificada e hábil para o trabalho nas agroindústrias especializadas pelo território, como também uma verdadeira manobra política do capital, para contornar os gargalos da industrialização forçada, num Estado sem tradição nesse setor.

Percebe-se necessidade de trabalhadores com formação técnica e dispostos a desempenhar atividades nas agroindústrias, uma vez que há um grande déficit desse tipo de profissional no estado.

É preciso dizer que há iniciativas das próprias unidades produtivas em relação à qualificação dos diferentes profissionais do seu quadro. Pudemos perceber isto mediante entrevista realizada com a Sra. Lúcia residente em Nova Andradina/MS que foi contratada pela Adecoagro de Ivinhema/ Angélica/MS para ministrar aulas de línguas aos funcionários da gerência e administrativo. Segundo a entrevistada serão dois dias por semana. A referida Sr. Lúcia que possui escola particular em Nova Andradina/MS nos afirmou que foi indicada por funcionários da própria empresa.

Para o CREA que tem acompanhado esse desenvolvimento tendo em vista propiciar melhorias para os profissionais que estão hoje nas agroindústrias canavieiras, a chegada de profissionais e de empresas de vários locais do Brasil é um fator de integração, todavia para entidade esses profissionais estão um tanto quanto desamparados. Daí ser necessário buscar parcerias, de tal forma que as empresas contatem profissionais da área para que os mesmos exerçam as suas funções dentro daquilo que a legislação prevê na sua plenitude em relação às funções, salários etc.

Em relação aos postos de trabalho, o representante da FUNTRAB destaca:

Entendemos que a prioridade deve ser para o trabalhador sul-mato-grossense, até para gente não gerar esse fluxo migratório desregulado que acaba trazendo um ônus severíssimo para segurança pública, para a saúde, para assistência social para o setor da habitação. (ÁVILA, 2007, p. 05)

Por outro lado, o sistema FIEMS promove um conjunto de ações via SESI e SENAI para dar apoio integral à produção agroindustrial canavieira. Investimento que ultrapassa cinco milhões de reais para um total de 8.100 trabalhadores devidamente qualificados em 17 empresas, entre agroindústrias e grupos corporativos.

Além dessas ações estabelece-se no Mato Grosso do Sul parcerias entre os próprios municípios, assim, por exemplo, em Fátima do Sul/MS a Associação Comercial e Industrial (ACIFAS) local firmou em 2011 convênios com o SENAI tendo em vista qualificar trabalhadores da indústria.

Vale ressaltar ainda que o SENAI Mato Grosso do Sul esta coordenando o Projeto Nacional de Qualificação Profissional para trabalhadores das agroindústrias. O referido plano será executado pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) com recursos do Fundo de

Amparo ao Trabalhador (FAT), sendo que o mesmo faz parte das políticas públicas que integram o Compromisso Nacional para Aperfeiçoar as Condições de Trabalho na Cana-de-açúcar.

O Projeto esta dividido em fases sendo que na primeira etapa serão oferecidas 12.600 vagas nos estados de Alagoas, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Paraíba, Paraná, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Rondônia e São Paulo.

Tais vagas serão destinadas aos trabalhadores desempregados (30%) e para empresas afetadas por processos de modernização tecnológica (70%), enquanto os cursos promovidos são direcionados para operador de máquina agrícola, operador de colheitadeira, operador e mantenedor de tratores agrícolas, operador de cristalização na refinação do açúcar, eletricitista de colheitadeira, eletricitista de manutenção industrial, mecânico de trator, mecânico de caldeira e operador de processo.

A título de exemplo podemos lembrar de parceria estabelecida entre unidades produtivas e o SENAI. Assim em Batayporã/MS, na agroindústria Laguna os trabalhadores vinculados aos cursos da entidade são dispensados meio período e recebem pelo trabalho um auxílio de R\$545,00.

De acordo com a Engenheira Agrônoma da Prefeitura de Nova Andradina/MS, Cornélia Cristina Nagel, a referida unidade do SESI lança dois Editais por ano, mas raramente consegue preencher as vagas uma vez que os candidatos não apresentam condições mínimas para acompanhar os estudos. Nagel (2011) enfatizou ainda em entrevista realizada 18/08/2011 que a prefeitura local fornece incentivo de R\$100,00 para atrair mais candidatos.

Como iniciativa institucional devemos destacar a criação do Pólo de Desenvolvimento Sustentável da Região de Nova Andradina/MS, o qual foi criado em 2008 e divide-se em dois setores: Qualificação e meio ambiente. Nesse espaço reúnem-se o sistema “S” juntamente com empresas situadas na região para discutir as demandas e perspectivas do setor.

Por sua vez conforme pudemos apurar através de entrevista com Sra. Laura do Senai de Nova Alvorada do Sul/MS, em 28 de março de 2012, existe uma parceria da entidade com o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC). Dentre os cursos oferecidos há os técnicos e os de Qualificação. Dentre os primeiros destacam-se Técnico em açúcar e Álcool e Técnico em Segurança do Trabalho já em relação aos cursos de Qualificação a procura é grande em relação ao Curso de Mecânico de Manutenção em Máquinas Agrícolas e de Operador de Máquinas e Implementos Agrícolas.

No Mato Grosso do Sul, é importante destacarmos a ação do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR) o qual tem por missão: “[...] promover a educação, a informação e o conhecimento em agrohidronegócio à comunidade rural de Mato Grosso do Sul, com inovação e competência, contribuindo para o desenvolvimento socioeconômico do estado.” (INSTITUCIONAL⁸³).

O SENAR está presente em 68 municípios nos quais desenvolve cursos ligados à formação profissional rural e a promoção social, particularmente atendendo aos interesses dos setores dominantes de cada porção do estado. Assim observamos, por exemplo, em Angélica/MS oferecimento do curso de manutenção de tratores a funcionários da Eldorado S.A.

Através de cursos para capacitação FETAGRI/MS em parceria com o SENAR leva também cursos aos assentamentos que variam de acordo com a demanda, como por exemplo: processamento do leite, aplicação e medicamento de bovinos, artesanato de palha de milho, administração de pequena empresa rural.

Do mesmo modo vale destacar que Cursos técnicos estiveram reunidos durante toda Expo MS Industrial para traçar as diretrizes e ações⁸⁴ no estado o que revela o interesse do setor em articular esse que parece ser um dos principais problemas do setor em curto prazo.

Vale destacar que em 2010 a Expo MS sediou a implantação do Comitê Técnico Setorial Nacional do Técnico em Açúcar e Álcool o qual visa traçar o perfil do trabalhador para atuar neste setor⁸⁵.

Sobre esse assunto é interessante ressaltar a busca crescente por parte dos cursos profissionalizantes em estabelecer parcerias com agroindústrias canavieiras da região em que se encontra.

Pudemos observar isso, por exemplo, em Bataguassú/MS uma agência de formação profissional, cujo lema é “Prepara cursos profissionalizantes” na qual, em 01 de agosto de 2010, entrevistamos uma funcionária, que deu ênfase sobre enfatizou a necessidade de vincular o teórico aprendido no curso com a prática vivenciada no ambiente da agroindústria canavieira.

⁸³ Cf. www.senar.br

⁸⁴ Conforme informações coletadas durante 4º CANASUL 2010.

⁸⁵ A esse respeito ver matéria: MS recebe encontro que formaliza criação do Comitê Técnico Setorial Nacional em Açúcar e Álcool. Disponível em: <<http://www.brasilagro.com.br/index.php?noticias/detalhes/3/27594>> . Acesso em 12/07/2011.

Conforme relatou a entrevistada, Rafaela da Costa, nesse caso específico os alunos (as) formados direcionam-se principalmente para as agroindústrias canavieiras situadas em Brasilândia (Debrasa), Batayporã/MS (Laguna) e Anaurilândia/MS (Aurora).

Nesse contexto cabe apontarmos a contribuição de Carvalho (2004, p.210), segundo o qual:

O que temos é a própria consolidação, já a partir do momento da formação do trabalhador, das atividades laborais pré-definidas nas escolas profissionalizantes. Há, pois, a necessidade da divisão entre os saberes que o trabalhador deverá desenvolver ao longo de sua carreira profissional, à medida que amplia sua escolaridade. Maior especialização acompanha sua educação profissional, que por fim esta intimamente ligada à própria divisão na produção do conhecimento com a disciplinarização do conteúdo escolar.

Outra iniciativa de qualificação de trabalhadores pode ser observada em Maracajú/MS onde estabeleceu-se uma parceria entre a LDC e a Prefeitura local em torno do Pró Jovem o qual visa atender jovens na faixa de 28 a 29 anos inserindo-os na atividade agroindustrial canavieiro.

De acordo com o gerente regional de recursos humanos das unidades da LDC no Mato Grosso do Sul, Sr. Arnaldo Milan de Souza:

Esta parceria entre a Louis Dreyfus e a Prefeitura de Maracajú/MS, tem o objetivo de aproximar o jovem do mercado de trabalho, não só para trabalhar na LCD Bioenergia, mais preparar os mesmos para trabalhar em qualquer usina ou indústria do ramo, mais em especial para as usinas de açúcar e álcool, um dos mercados que mais cresce na região, e que há uma demanda por profissionais especializados na área muito grande⁸⁶.

Em Ivinhema, foi apresentado ao sistema FIEMS em agosto de 2011 algumas opções de locais para implantação de agência do Senai tendo em vista atender a demanda da agroindústria em instalação no local⁸⁷.

Entretanto, antes mesmo de ser divulgada oficialmente a instalação da unidade do Grupo Adecoagro foram promovidos cursos de eletricista de automóveis e mecânica de máquinas com vistas a atender as necessidades do setor. Isto por que o referido município

⁸⁶ Conforme matéria divulgada pela Prefeitura Municipal de Maracajú/MS intitulada: “Cursos do Pro Jovem na reta final”.

⁸⁷ Estima-se que o Senai precise formar apenas para usina em questão 2,1 mil trabalhadores no período de 2011 a 2015 em cursos das modalidades de aperfeiçoamento profissional, aprendizagem industrial, qualificação profissional e educação técnica.

fornece trabalhadores para outras agroindústrias da região, como Rio Brillhante/MS e Nova Andradina/MS.

Nesse sentido como ressalta matéria publicada pelo Jornal Capital News, de 04 de maio de 2010⁸⁸, um diferencial dessas turmas é justamente a presença de mulheres. Em determinadas unidades produtivas como a Santa Luzia, situada em Nova Alvorada do Sul/MS, cerca de 30% das máquinas no campo são operadas por mãos femininas. Nesse caso são destacados valores como delicadeza e atenção como aspectos diferenciais em relação aos homens no trato com maquinário.

Aliás, conforme pudemos apurar através de Trabalho de Campo realizado junto a ETH unidade Conquista do Pontal (Mirante do Paranapanema/SP) em 10/05/2012 a contratação de mulheres nos pólos de atuação do Grupo configura-se da seguinte forma: Pólo SP – 421 mulheres; Pólo MS⁸⁹ – 324 mulheres; Pólo GO – 261 mulheres; Pólo Araguaia – 218 mulheres e Corporativos- 73 mulheres.

Como nos asseverou a Sindicalista Neusa da Silva Pereira em Trabalho de Campo realizado em 27 e 28 de março de 2012 a Nova Alvorada do Sul/MS: “Na Santa Luzia tem bastante mulher principalmente nas máquinas, umas plantando outras cortando Cana-de-açúcar” (p.02).

Esse aspecto pode ser visualizado a partir da fala de Roberto Holanda Filho (2010, p. 09) que assevera:

Eu vou fazer um parêntese aqui, pois o ano passado (2009) já tínhamos empregos mais qualificados e uma coisa que se percebe no setor é a presença de mulheres que tem uma produtividade até maior que a dos homens, as quais estão inclusive operando máquinas, tratores, colheitadeiras, caminhões. (Grifo nosso)

De fato, isto contrasta com a prática de unidades agroindustriais que não contratam mulheres para o trabalho no campo, tão somente para as funções relativas a gabinete, (THOMAZ JUNIOR, 2002a).

Conforme pudemos verificar tem sido uma prática das unidades produtivas instaladas recentemente no Estado o treinamento de funcionários em outras empresas já consolidadas em São Paulo.

⁸⁸ Matéria Disponível em: <www.capitalnews.com.br/ver_not.php?id=91913&Ed=Geral&cat=Noticias> Acesso em: 14/06/ 2010.

⁸⁹ Sendo 61% agrícola, 20% administrativo e 19% industrial.

É nesse cenário que percebemos em Caarapó/MS que os trabalhadores candidatos aos postos de serviço considerados “avançados” pela unidade processadora são arregimentados de outras unidades do Grupo, particularmente paulista.

Esse é o caso, por exemplo, de Jessé dos Santos, eletricista da unidade de Tarumã/SP que se candidatou e venceu a seleção interna para a vaga de líder de manutenção elétrica na agroindústria canavieira de Caarapó/MS. De acordo com o mesmo: “[...] foi um desafio muito grande, porque a empresa não encontrou mão de obra para esse setor no Estado, então, todos vieram de fora. Somente depois de algum tempo é que conseguimos capacitar alguns profissionais para a função”⁹⁰.

A esse respeito Asevedo (2010) demonstra que já em 2000 com a compra da Destilaria Santa Quitéria, atual Alcoolvale em Aparecida do Taboado/MS pelo Grupo Uniálcool tivemos a migração de trabalhadores ditos qualificados para funções requeridas da matriz paulista. Tais trabalhadores em relação ao cargo em sua maioria condiziam com o beneficiamento da Cana-de-açúcar, departamento financeiro e recursos humanos.

Enquanto isso no âmbito de alguns Grupos e unidades agroindustriais têm observado-se a redução de pessoal e enxugamento dos postos de trabalho. Domingues (2010) revela esse processo nas empresas pertencentes à LDC. De acordo com o autor em menos de um ano após a venda das empresas Passa Tempo e Maracajú pelo Grupo Tavares de Melo ocorreu à redução de mais da metade dos funcionários existentes na área administrativa, além do que o mesmo trabalhador passou a desempenhar de forma articulada sua função nas três unidades do Grupo existentes no estado.

Do mesmo modo tem recebido destaque as iniciativas particulares envolvendo as próprias entidades de classe que viabilizam cursos de qualificação nos principais pólos canavieiros do país. É exemplo a parceria existente entre UDOP, BIOSUL e STAB que através da UNIUDOP⁹¹ promove a realização de curso agrícola em áreas de expansão do capital canavieiro, como por exemplo, em Dourados/MS, Araçatuba/SP, Rio Verde/GO, Uberaba/MG e Maringá/PR⁹².

A BIOSUL é hoje símbolo da união do setor promovendo a profissionalização do setor na medida em que reuniu todos os Sindicatos em uma mesma entidade.

⁹⁰ Conforme matéria: “Setor sucroenergético é responsável por 5,6% dos empregos em MS” publicada em 25/03/2011 pelo Jornal Cana.

⁹¹ Trata-se de uma instância de ensino criada especificamente para a preparação de profissionais do setor agroindustrial canavieiro conforme a demanda do mercado.

⁹² Em 2010 teve destaque, por exemplo, em uma das etapas do curso o tema: “Plantio mecanizado da cana-de-açúcar: logística e planejamento”.

No município de Deodápolis/MS mantêm uma agência de formação profissional em parceria com a ETH Bioenergia e a Prefeitura Municipal inteiramente voltado para formação de mão de obra qualificada para as agroindústrias. Além de reforma, ampliação e modernização do Centro de Educação de Tecnologia em Dourados/MS.

De fato, o próprio setor através de seus mecanismos de comunicação tem destacado ultimamente o papel dos governos em diferentes estados da federação na preparação de mão de obra qualificada o que tem ocorrido através da promoção de cursos e infra-estrutura necessários, a exemplo do que tem-se assistido no tocante ao ensino de nível médio e superior através das ETECS e FATECS no estado de São Paulo.

Também é pertinente atentarmos para relação estabelecida entre o Sindicato dos Trabalhadores do Alcool e unidades produtivas inseridas no estado na medida em que esses têm mantido como elemento de ligação entre os trabalhadores e as referidas empresas.

Pudemos apurar isto particularmente em Nova Andradina/MS através do sindicato local que representa os trabalhadores vinculados a Adecoagro (Angélica), Debrasa (Brasilândia), Laguna (Batayporã) e Santa Helena (Nova Andradina).

Vale destacar que o referido Sindicato foi criado em 1991 representando na época apenas uma unidade produtiva em funcionamento, denominada Santa Helena e algumas dezenas de funcionários. Atualmente após 20 anos de seu surgimento representa cerca de 900 filiados da região.

De fato, nas duas últimas décadas as dificuldades para as ações coletivas fizeram com que os Sindicatos buscassem alternativas para a aproximação necessária com os trabalhadores.

Pudemos observar em outra entidade sindical, denominado Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Fabricação do Açúcar e Alcool de Rio Brillante/MS que tem extensão de base para Rio Brillante, Maracajú e Sidrolândia no Mato Grosso do Sul outra estratégia para atrair os trabalhadores que, somam na respectiva base, aproximadamente 4800 trabalhadores dos quais 1200 são filiados ao Sindicato.

Trata-se justamente da entrega junto aos referidos sindicalizados de Cesta Básica mensalmente a qual não esta vinculada a nenhum outro requisito básico como assiduidade ao serviço⁹³. Contudo, nem mesmo com essa ação o sindicalista entrevistado Oviedo Santos⁹⁴ considera que os trabalhadores valorizam o Sindicato. Nas palavras do mesmo: “[...] eles (os trabalhadores) entram por aqui pegam a cesta e saem como se nada acontecesse”.

⁹³ A entrega desse benefício ocorre a pelo menos 2 anos no local.

⁹⁴ Entrevista realizada em 25/01/2012.

Por sua vez como pudemos apurar junto ao Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Fabricação de Álcool e Açúcar de Nova Alvorada do Sul/MS a entidade que “renasceu” em 2007 após ter ficado fechada por algum tempo⁹⁵ sendo constituída eleição sindical em 2007 e 2012 respectivamente. Segundo a Presidente do Sindicato Sra. Neusa da Silva Pereira a entidade esta solicitando para os trabalhadores vinculados através da Convenção Coletiva a Cesta Básica haja vista que os mesmos atualmente não recebem tal benefício assim como o vale gás.

Como parte deste processo de expansão do capital canavieiro no estado do Mato Grosso do Sul observamos a criação de novas bases sindicais, como ocorreu em 2010, no município de Dourados/MS onde foi fundado o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Açúcar e Álcool justamente para atender a crescente demanda dos trabalhadores vinculados a esse setor.

Na verdade embora este aspecto tenha sido negado por parte de um dos sindicalistas entrevistados, Sr. Alcemir Remelli temos notado que o Sindicato funciona como verdadeiro intermediador de mão de obra, sendo grande a procura por vagas e oportunidades nas empresas representadas⁹⁶.

É importante destacarmos fato levantado pelo sindicalista em relação à qualificação, isto é, embora a procura seja grande pelos postos de serviço é flagrante a falta de preparo por parte dos trabalhadores.

Como estratégia para garantir profissionais qualificados para atuar nas empresas instaladas ou em fase de instalação Grupos como a Cosan tem disponibilizado diferentes formas de preparação de trabalhadores, como por exemplo, Programa *Trainee* que atinge diferentes áreas tais como: segurança do trabalho, administração de empresas, engenharia agrônômica, mecânica etc.

Vale destacar neste caso que uma das exigências estendida aos profissionais candidatos ao posto é justamente que os mesmos devem estar formados há no máximo dois

⁹⁵ A Sindicalista não soube nos informar por quanto tempo a entidade ficou sem funcionar.

⁹⁶ Este aspecto também pode ser observado no Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Fabricação do Açúcar e Álcool de Rio Brilhante/MS. Na referida entidade assim dizia cartaz direcionado aos trabalhadores: “A LDC-SEV uma das maiores produtoras mundiais de etanol, contrata para a unidade de Rio Brilhante, no município de Rio Brilhante os seguintes profissionais: Eletricista Industrial I, Eletricista Industrial II, Almoxarife, Mecânico automotivo, Fiscal Agrícola, Auxiliar industrial. Pacote de benefícios atrativos: Plano de saúde, PPR, Seguro de vida, alimentação, transporte, convênio com farmácia e dentista.” Em relação ao Programa de Participação os Resultados (PPR) é preciso dizer que esta é uma reivindicação dos trabalhadores encabeçada no setor canavieiro pela Federação dos Trabalhadores nas Indústrias (FTI/MS) e pelos Sindicatos de Trabalhadores nas Indústrias da Fabricação do Açúcar e do Álcool, instalados em diversos municípios do estado, sendo que atinge os trabalhadores do setor administrativo e industrial com exceção dos cortadores de Cana-de-açúcar que são representados por outro Sindicato.

anos, o que denota caráter seletista de tal estratégia na medida em que há a possibilidade de utilizar-se do trabalhador por mais tempo.

Por sua vez, a agroindústria Sonora implantou o setor de Treinamento e Desenvolvimento (T&D), o qual visa proporcionar: “[...] técnicas de relacionamento interpessoal, incentivar a auto-estima e o crescimento tanto pessoal quanto profissional dos colaboradores, pois acredita que um funcionário capacitado para o trabalho, desempenha e produz com maior eficiência” (INSTITUCIONAL, 2011).

Relacionado a isso outra prática estabelecida pelas agroindústrias canavieiras é justamente a definição do denominado funcionário do mês, isto é, conforme o setor de atividade da empresa é escolhido aqueles que despontam em relação ao conjunto dos trabalhadores de tal forma que se estabelece uma verdadeira concorrência interna para se vencer e aparecer aos olhos dos diretores e colegas de trabalho como funcionário dedicado, real exemplo aos demais empregados.

Via de regra, como mecanismo de estímulo lançado pelas empresas os trabalhadores em destaque são premiados ao final do mês com fotos seguidos por dados pessoais nos jornais e panfletos de circulação interna da empresa, além do recebimento de pequenos brindes como bonés e camisetas.

Ao mesmo tempo observou-se nas empresas o estabelecimento daquilo que se convencionou chamar de “recordes do mês” o qual vincula-se a setores específicos da agroindústria e que tem por objetivo, mês após mês aumentar o índice de produção alcançados pelos trabalhadores de tal forma que é recorrente atrelar o sucesso ou insucesso desse ou daquele mês aos esforços coletivos empreendidos na execução da tarefa.

Observamos, portanto, que as estratégias definidas pelas unidades produtivas para se alcançar o máximo de esforço por parte do trabalhador em seu labor diário é feito em mão-dupla de tal maneira que atinge ao mesmo tempo o universo individual e coletivo dos trabalhadores.

Antunes e Alves (2004) denominam isso como uma referida: “[...] inserção engajada do trabalho assalariado na produção de capital” isto porque tem-se a captura integral da subjetividade operária.

Aspecto marcante nas agroindústrias canavieiras é justamente o discurso em torno dos ditos “colaboradores”. Isto é, o trabalhador passa a receber uma nova definição que atende aos interesses empresariais de amigo da empresa quando na realidade é designado segundo sua performance no trabalho e atendendo padrões pré-estabelecidos de produtividade.

Bernardo (2009), retrata em sua obra “Trabalho duro, discurso flexível” a natureza do processo de gestão no método de trabalho toyotista, na qual propositalmente o chefe é denominado líder, o diretor é o gestor e o trabalhador é “colaborador” sendo empreendida sobre o mesmo uma crescente pressão em relação à produtividade exigida, gerando um excesso de responsabilidades, que perpassa por mecanismos de constrangimento pessoal através da imposição de metas a serem alcançadas.

Temos a dissimulação da dominação presente nas relações de trabalho através de uma cooptação ideológica dos trabalhadores utilizando para tanto o próprio discurso.

Desta forma Bernardo (2009), chama atenção das artimanhas empresarias para alcançar tal intento, isto é, obter o controle dos trabalhadores ao mesmo tempo em que possibilita encantamento do trabalhador e a empresa. Para autora busca-se com isso vincular uma imagem de visão compartilhada na qual é latente a descaracterização da empresa como lócus de objetivos econômicos.

Como bem destaca Coriat (1994), para o perfeito desenvolvimento da produção sob o regime de trabalho toyotista a empresa exige e requer engajamento entre os trabalhadores o que configura-se como condição essencial para o sucesso da atividade que se dedica.

Assim, no universo da gestão do capital das empresas canavieiras, verificam-se novas formas de controle do capital, evidenciadas fundamentalmente pela ação empresarial engajada em diferentes níveis de desenvolvimento técnico, produtivo e organizacional, que se estruturam cada vez mais pelo paradigma do capital financeiro e pela lógica da reestruturação metabólica do capital que, por sua vez, extravasa, os limites impostos pela denominada reestruturação produtiva enquanto explicação para as transformações em curso.

Neste sentido, Alves (2000); Antunes (1999); Thomaz Junior (2003) chamam a atenção para o fato de que as mudanças nas formas de organização do processo de trabalho se dão às expensas da alteração do antigo padrão de acumulação capitalista.

Na verdade, como bem coloca Alves (2009, p. 187): “[...] no campo da produção de capital, busca-se apropriar não apenas de habilidades técnico-profissional da força de trabalho, mas de disposições subjetivas/anímico - volitivas do trabalho vivo em prol dos interesses de produção de mercadorias.”.

Outro Grupo empresa que tem manifestado interesse em relação aos cursos de qualificação é o ETH. Em 2010 a ETH Bioenergia estabeleceu parceria com o CETEC SENAI Dourados/MS com vistas a atender em torno de 950 trabalhadores. Segundo Luiz Pereira de Araújo Filho responsável pelo setor de pessoas e sustentabilidade da empresa:

A ETH prevê que na próxima safra sejam necessários 860 operadores de máquinas e motores elétricos, mais 205 para atuar em áreas como mecânica automotiva, solda, lubrificante e 40 líderes de frentes agrícolas, responsáveis por coordenar operação de plantio e colheita⁹⁷.

Em Costa Rica/MS onde a ETH Bioenergia fez o lançamento da pedra fundamental da agroindústria em 20 de junho de 2011, configurando o Pólo dois de produção da Brenco que terá capacidade combinada de 10 milhões de toneladas/safra com outras duas unidades previstas em Paranaíba (MS) e Itajá (GO) houve a qualificação já em 2010 de 1.515 pessoas.

Isto atesta o próprio movimento do capital canavieiro no estado que tem buscado se antecipar à latente necessidade por mão de obra preparada nas empresas, o que é possível devido à parceria entre os diferentes agentes do setor em pauta.

Vale ressaltar que o capital canavieiro tem buscado demonstrar interesse pela qualificação. Nesse sentido em 2009 tendo em vista recolocação da mão de obra o setor agroindustrial canavieiro lançou o Programa RenovAção no estado de São Paulo⁹⁸ que consiste em treinar e qualificar sete mil trabalhadores por ano, número este que dificilmente será alcançada se permanecer o ritmo atual de requalificação. Entre os cursos oferecidos estão os de motorista canavieiro, operador de colheitadeira, eletricista de colheitadeira, mecânico de tratores e soldadores⁹⁹.

Vale destacar que o referido projeto foi agraciado durante a ocorrência da FENASUCRO & AGROCANA (Sertãozinho/SP) com o Prêmio MasterCana Social Centro-Sul 2011 como melhor iniciativa de responsabilidade socioambiental. Observa-se assim que o setor agroindustrial canavieiro apresenta uma clara preocupação em divulgar suas realizações frente à sociedade na medida em que manifesta os resultados iniciais de sua ação em prol da requalificação.

Do ponto de vista dos trabalhadores rurais ressalta-se a preocupação em atender a mão de obra vinda do corte da Cana-de-açúcar haja vista as disposições legais da Lei nº 3.304

⁹⁷ Conforme matéria publicada pelo MS Já intitulada: “Nova Alvorada do Sul terá qualificação para atender usina”. Disponível em: < <http://www.msja.com.br/noticias/nova-alvorada-tera-qualificacao-para-atender-usina>> Acesso em: 18/07/2011.

⁹⁸ As primeiras turmas começaram a ser treinadas em 2010 nas cidades de Ribeirão Preto, Presidente Prudente e Araçatuba/SP. A esse respeito ver matéria: John Deere abre primeiras turmas do Programa Renovação. Disponível em: <http://www.deere.com.br/pt_BR/ag/news/2010/03/news_04_03_2010.html>. Acesso em: 13/07/2011.

⁹⁹ O referido programa conta com o apoio do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) além do patrocínio da Case IH, Syngenta e John Deere.

que impõe, no Mato Grosso do Sul, desde 2010, a diminuição da colheita manual¹⁰⁰. Assim, coloca-se a necessidade de preparar os cortadores de Cana-de-açúcar para serem reaproveitados em outros setores das unidades processadoras através de cursos de qualificação.

De fato, segundo Vian (2003, p. 205), é preciso pensar em novas alternativas que: “[...] conciliem tecnologia, preservação e geração de empregos, mas não exclusivamente na cana.”.

Vale salientar que a Convenção Coletiva do Trabalho do setor canavieiro aponta a possibilidade de qualificação desses trabalhadores pelos empresários do estado. É colocado nos seguintes termos: “Os empregadores se comprometem, na medida do possível, a capacitar os trabalhadores (as) rurais, principalmente os cortadores de Cana-de-açúcar do estado”.

Contudo, o mesmo documento não elucida em que circunstância ocorre tal situação e nem dimensiona o que denomina “na medida do possível”. Entendemos nesse caso a existência de uma brecha para ação dos ditos empresários no tocante ao oferecimento de condições viáveis de qualificação aos trabalhadores.

A esse respeito, conforme observamos através da realização dos Trabalhos de Campo poucas têm sido as empresas que efetivamente tem possibilitado o remanejamento da mão de obra utilizada no corte para outras funções.

Observamos que a responsabilidade fica a cargo, sobretudo do trabalhador. Assim verificamos, por exemplo, situações em que o funcionário se lança a realizar determinados cursos com a esperança de ser promovido na empresa.

Este é o caso verificado com Jonas Santos que atualmente pertence ao setor de automação da agroindústria, mas que começou na linha de produção. Segundo o mesmo a sua “evolução” no quadro da empresa se deu devido ao seu empenho. Ressalta que em 2001 realizou curso de Técnico em Açúcar e Álcool. O trabalhador salienta que achava muito cansativo conciliar o trabalho e o estudo e pensou não poucas vezes em desistir, mas via naquilo uma possibilidade de ganho (rendimentos) condições melhores.

Também é importante destacar o papel dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais na medida em que segundo a Lei 6.964/2007 que estabelece redução gradual da queima da Cana-de-açúcar cabe aos mesmos: “[...] com a participação e colaboração dos municípios onde se localizam as agroindústrias canavieiras, criação de programas de qualificação

¹⁰⁰ Tal disposição é variável conforme o estado da federação, sendo que no estado de São Paulo, por exemplo, a previsão para o fim do corte manual é 2014.

profissional dos trabalhadores, a fim de capacitá-los a se adaptarem às novas técnicas agrícolas”.

Temos percebido morosidade a esse respeito, sobretudo nos municípios que somente recentemente receberam projetos agroindustriais, de tal forma que parecem não dispender esforços para essa questão embora seja considerada uma situação fundamental por parte da FETAGRI/MS cabendo ação imediata pelos seus entes.

De acordo com Sr. Cid Caldas, do Ministério da Agricultura já houve reunião com o Ministério do Trabalho para definição de quantos trabalhadores poderão ser qualificados no Mato Grosso do Sul. Para o mesmo: “[...] todos nos temos um compromisso grande em requalificar os trabalhadores e logo não vai ter mais espaço, porque aquela cana-de-açúcar que hoje é colhida manualmente terá de ser colhida com máquina”. (CALDAS, 2010, p. 14)

Associado a isto temos apreendido investimentos crescentes no âmbito de pesquisa e desenvolvimento no setor agroindustrial canavieiro. Como parte desse movimento foi inaugurada no Estado do Mato Grosso do Sul em 2010 a unidade Embrapa Cana¹⁰¹.

Em termos gerais queremos salientar que:

Os ganhos de produção e produtividade atribuídos à pesquisa fazem com que a Embrapa seja reconhecida por sua atuação e competência no cumprimento da atribuição que lhe foi confiada. Mas pensamos mais do que isso, uma das grandes atribuições da empresa foi criar as condições necessárias para a mudança de mentalidade no campo, a partir de uma formação discursiva decorrente da economia, traduzida em desenvolvimento econômico. (SOUZA, 2011, p. 44).

Nesse sentido, conforme temos acompanhado tem sido estabelecidas conversações entre a BIOSUL e a Embrapa Agropecuária Oeste visando novas práticas no âmbito canavieiro. Conforme pudemos apurar a entidade que é vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), tem trabalhado com pesquisas que seguem o novo ciclo de desenvolvimento da cana-de-açúcar caracterizada pela gramínea crua, isto é, sem necessidade das queimadas.

Do mesmo modo como vem ocorrendo tais relações de incentivo à pesquisa no setor agroindustrial canavieiro observa-se ação direcionada em garantir o pleno desenvolvimento das exigências e pendências das agroindústrias canavieiras. Ação essa que pode ser observada através do portfólio criado pelo órgão em 2011 denominadas “Inovações

¹⁰¹ Esta veio se juntar com outras unidades instaladas no estado, a saber: Embrapa Agropecuária Oeste, Embrapa gado de corte, Embrapa Pantanal e Embrapa Transferência de Tecnologia.

para o setor sucroenergético”, o qual visa fazer o mapeamento das principais demandas do setor no estado do Mato Grosso do Sul.

Aliás, como bem lembra-nos Souza (2011, p.53): “A incorporação da ciência e da técnica, como um novo campo de valorização do capital foi um fator decisivo para que as fronteiras do Complexo Agroindustrial se tornassem mais flexíveis”.

Assim, tão logo temos a necessidade de aumento da produtividade e especialmente de controle dos trabalhadores na medida em que os mesmos são encurralados frente ao poder simbólico das máquinas as quais são vistas como ameaças ao trabalhador que depende daquela atividade para se reproduzir. Logo uma questão central pode ser dimensionada no processo de racionalização a qual deve ser entendida no âmbito da apropriação da ciência a serviço do capital.

Isto é particularmente importante quando consideramos que o progresso da ciência no modo de produção capitalista ao ser visualizado como o desenvolvimento das técnicas proporcionam o fortalecimento da dominação do capital sobre o trabalho. (THOMAZ JUNIOR, 2002).

Por sua vez, em relação à formação de mão de obra entre os índios têm ocorrido discussões entre o Ministério Público do Trabalho e a Comissão Permanente de Investigação e Fiscalização das Condições de Trabalho no Mato Grosso do Sul no intuito de atender as demandas dos indígenas, isto é, as suas prioridades em termos de cursos profissionalizantes.

Nesse sentido, ressaltamos encontro entre as referidas entidades e a comunidade indígena Jaguapiru em Dourados/MS em setembro de 2011, haja vista que nesse município a previsão para mecanização do corte da Cana-de-açúcar é válida para 2012.

Assim, em Dourados/MS vimos à realização do Programa Qualifica Dourados que abrange os índios das aldeias Bororó e Jaguapiru que juntas formam a reserva indígena mais populosa do país, sendo uma iniciativa da Prefeitura municipal para inserir essa população no mercado de trabalho formal.

De acordo com informações disponibilizadas pelo governo do Mato Grosso do Sul a intenção é justamente criar um Plano Setorial de Qualificação (PLANSEQ) indígena que atenda a pelo menos três mil trabalhadores que atualmente atuam nas agroindústrias. De acordo como Puccinelli (2011): “[...] um PLANSEQ indígena supriria a necessidade de confecção de vagas para esses trabalhadores¹⁰²”.

¹⁰² Conforme matéria: “André propõe ao Ministro plano de qualificação para trabalhador indígena” publicada pelo Jornal Notícias MS em 20/08/2011.

Não obstante, há se de destacar a existência do Programa de Assistência Social (PAS) instituído pela Lei nº 4.870/1965 o qual prevê dentre outros benefícios aos trabalhadores à formação profissional. Vale salientar, entretanto que as agroindústrias canavieiras revelam grande resistência à implementação deste programa cabendo, pois ao Ministério Público ação em prol da aplicação de semelhante questão.

Não é demais lembrar que o PAS obriga o recolhimento por parte das agroindústrias, destilarias e fornecedores de Cana-de-açúcar de 1% do preço oficial do saco de açúcar sobre o total produzido e comercializado, 2% do total do valor oficial do litro de etanol produzido e comercializado e 1% sobre o valor da tonelada de cana-de-açúcar produzida e comercializada.

Para o Procurador do Trabalho da 24ª Região, Paulo Douglas Almeida de Moraes¹⁰³ a aplicação correta de referente recurso possibilitaria que parte dos atuais cortadores de Cana-de-açúcar indígena fossem aproveitados mediante plano de alfabetização e requalificação profissional. Assim os mesmos poderiam atuar no próprio setor agroindustrial canavieiro, porém na área industrial haja vista o trabalho ser mais leve e melhor remunerado, sendo que os demais trabalhadores teriam a oportunidade de ocupar vagas em outros setores econômicos.

Vale lembrar que em 2010 o Ministério Público Federal (MPF) e o Ministério Público do Trabalho (MPT) do Mato Grosso do Sul ajuizaram ações civis públicas contra a União e agroindústrias localizadas na porção sul do estado.

Neste caso, envolveu os municípios de Dourados/MS, Ponta Porã/MS, Fátima do Sul/MS, Naviraí/MS e Nova Andradina/MS tendo em vista a implementação do PAS. A condenação das agroindústrias canavieiras foi estimada em R\$3 milhões referentes ao pagamento das parcelas vencidas do PAS desde outubro de 2000 quando deixou de ser realizada a fiscalização até o atual momento.

Como se não bastasse às agroindústrias canavieiras alegaram que prestam assistência social aos seus empregados mediante políticas internas de benefícios ou conforme normas coletivas o que de fato não convenceu o MPF e o MPT que estipulou multa diária de R\$100 mil caso as empresas não cumpram suas obrigações.

É nesse contexto que vimos em 2012 novamente a ação do MPF e do MPT em torno da cobrança de providências oriundas do PAS em relação à agroindústria canavieira. Isto é, particularmente referente à agroindústria canavieira Dcoil a qual foi solicitada que

¹⁰³ Cf. artigo intitulado: “O direito indígena e a questão laboral nas usinas de álcool e açúcar do Mato Grosso do Sul” In: As violências contra os povos indígenas em Mato Grosso do Sul. Campo Grande: CIMI, 2011.

destine investimentos em programas assistenciais direcionados aos trabalhadores agrícolas e industriais¹⁰⁴.

Observamos que a questão da qualificação é um elemento circunstancial para entendermos o agrohidronegócio canavieiro no Mato Grosso do Sul haja vista que a alteração da situação vigente no tocante as relações de produção passa necessariamente pela possibilidade e incursão da preparação dos trabalhadores sob bases menos perversas.

De fato, a qualificação é parte desse processo, mas não é o suficiente para transformação das condições de exploração. Faz valer nesse sentido, o estímulo crescente no plano da produção por parte do estado de situações concretas de sustentabilidade.

Por fim, é preciso chamar atenção para o fato de que ao discutimos a tecnificação e a qualificação do trabalho como integrantes de um processo mais geral que envolve ações concomitantes entre Estado e capital é interessante não desvincular desse fato que a distribuição em que ocorre esse fenômeno permite compreendermos as áreas e fronteiras do país que mais atraem investimentos e interesses e do mesmo modo nos dá elementos para caracterizar os modos pelos quais os diversos capitais estão se organizando no Mato Grosso do Sul, como as empresas agilizam suas ações e como estão participando no mercado agroindustrial canavieiro, além de trazer pistas basilares quanto aos modos como a divisão de trabalho se organiza no espaço em questão.

3.4 – Estratégias de dominação do capital agroindustrial canavieiro

Têm sido uma prática do setor agroindustrial canavieiro diante dos problemas advindos da expansão canavieira no estado, omitir a todo custo a realidade ao mesmo tempo em que cria-se estratégias para demonstrar as benesses do avanço da gramínea.

A esse respeito observamos amparados em Vian (2003, p. 195), que: “[...] as instituições, ou seja, o Estado e as políticas públicas, a cultura organizacional, a estrutura social e a forma de organização dos agentes econômicos e sociais influem de maneira significativa na formulação das estratégias empresariais”.

Também é preciso não se esquecer que a atividade canavieira, dada a dimensão do projeto em questão impacta em setores fundamentais do desenvolvimento urbano e rural dos

¹⁰⁴ Conforme matéria intitulada: “Justiça determina que usina aplique recursos em programas assistenciais” publicada pelo Jornal Campo Grande News em 14/02/2012.

municípios que as abrigam, logo, há desdobramentos especialmente nas pequenas cidades em relação à: habitação e transportes, saúde, segurança; água e energia; lazer e educação.

Nesse sentido, é claro o apontamento do Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico de Rio Brillhante/MS, Sr. Aleson Alípio Cândido entrevistado em 26 de janeiro de 2012, que enfatizou o exemplo de sua cidade, a qual em 2006 apresentava em torno de 26 mil habitantes e com a instalação de mais dois projetos agroindustriais - sendo uma agroindústria canavieira e outra de biodiesel¹⁰⁵ em 2012 - soma-se mais de 31 mil habitantes.

Isto de acordo com Cândido (2012) é muito significativo e representou a criação de 36 salas de aulas o que equivale a necessidade direta de construção de mais três escolas além de Creches, postos de saúde para atender diretamente a população residente na área.

Estas demandas se repetem em outros municípios canavieiros do Mato Grosso do Sul, como por exemplo, Nova Alvorada do Sul/MS, onde o Secretário do Planejamento, Sr. Márcio França, destacou algumas desvantagens em relação ao aumento do fluxo de veículos pesados que resulte em estradas vicinais danificadas e, conseqüentemente, gastos dos cofres públicos com reformas e pavimentações.

França (2012) cita como exemplo a demanda por Creche no município que suplantou o crescimento populacional. Assim lembra: “Em 2005 nos tínhamos 180 vagas para Creche e hoje nós temos 900, indo para 1100 vagas e ainda há demanda e por que isso aconteceu? As mulheres que ficavam em casa, envolvidos com os serviços domésticos e com os filhos, hoje trabalham nas usinas¹⁰⁶”.

Não obstante, a esse respeito desde 2002 através do Programa para o Setor Sucroalcooleiro que estabelece os marcos de ação da “Câmara Setorial Sucro-alcooleira no estado do Mato Grosso do Sul” temos a definição de projetos sociais e ambientais nos municípios canavieiros.

A esse respeito identificamos relação estabelecida entre a empresa Raízen e a Fundação Cosan em parceria com a APAE de Caarapó/MS haja vista o estabelecimento do Projeto Detane Raízen – Plano de Inclusão Social o qual tem por objetivo o cadastramento de pessoas portadoras de necessidades especiais.

¹⁰⁵ Trata-se da Delta Biocombustíveis Indústria e comércio LTDA. Todavia, além desta identificamos no decorrer dos Trabalhos de Campo as seguintes unidades: Biofull S.A. Usina de Biodiesel; Ultrabio S.A. Usina de Biodiesel; Wordbio S.A. Usina de Biodiesel; Agrenco Bioenergia Ind. Com. De Óleos Biodiesel.

¹⁰⁶ É importante destacarmos que nesse cenário, como bem atesta Carvalhal (2003, p.45): “[...] a função remunerada pressupõe a existência de jornada dupla de trabalho e o conflito interno por deixar a casa e filhos em busca de trabalho remunerado e profissionalização.”

Verifica-se com essa ação a possível inserção da força de trabalho no âmbito empresarial de tal forma que transmite-se em primeira instância uma imagem de empresa preocupada com a sociedade.

Outro exemplo a se destacar diz respeito ao Grupo ETH, o qual lançou o Programa Energia Social para Sustentabilidade Local, o qual vincula-se à suposta melhoria das condições socioeconômicas e ambientais dos municípios próximos às unidades produtivas.

Assim, em Nova Alvorada do Sul/MS onde foi inaugurado laboratório de análises clínicas em junho de 2011 para atender a população local o Programa ora aludido objetiva: “[...] promover o desenvolvimento sustentável da região e a qualidade de vida nos locais de atuação da ETH”, sendo que seu sucesso “depende do compromisso de todos os envolvidos: ETH, comunidade, parceiros e governo local” (INSTITUCIONAL, 2010). (Quadro 11).

Quadro 11: Atividades previstas no Programa Energia Social

Atividades	1ºSem 2010	2ºSem 2010	1ºSem 2011
Realização de pesquisas para orientar a formação de Conselhos e Comissões.	X		
Capacitação dos Conselhos, Comissões temáticas e comunidade.	X	X	X
Desenvolvimento de projetos locais	X	X	X
Implantar Ponto de Cultura da Sustentabilidade		X	X
Site/boletins do programa e seus projetos	X	X	X
Monitoramento e Avaliação do Programa	X	X	X
Seminários Regionais		X	
Seminário Nacional do Programa			X

FONTE: ETH, 2010.

Esse Programa reflete em primeiro lugar a contrapartida obtida junto ao BNDES na captação de recursos para as respectivas unidades do Grupo ETH, tão logo demonstra a preocupação política, não necessariamente comprometida com os interesses da sociedade.

Sendo um Programa corporativo abrange todas as empresas do Grupo, destacando-se no Mato Grosso do Sul a unidade Santa Luzia situada em Nova Alvorada do Sul/MS. Conforme ressalta o representante da ETH Sr. Juraci Rodrigues Bastos com o qual pudemos conversar em 10/05/2012 o referido programa poderia estabelecer nos municípios em que atua as agroindústrias canavieiras qualquer projeto que atendesse a população sem, contudo consultar a sociedade local o que de fato não faz, afinal conforme chamou a atenção

buscam estabelecer parceria com os diferentes seguimentos da comunidade de tal forma que estabeleçam engajamento entre as partes.

Como bem destaca Bastos (2012, p. 01/02):

É uma verba que nos reservamos no valor x alias é um valor que nos reservamos para trabalhos sociais no entorno destas usinas assim poderíamos investir um determinado valor e fechava já estaríamos fazendo nosso trabalho social, mas achamos melhor que não seja dessa maneira junto com a comunidade definimos as pessoas que são da comunidade e que tem alguma influencia na comunidade em diversas áreas na área da saúde na área da educação na segurança e montamos o que chamamos de comissões temáticas envolvendo integrantes da ETH com integrante da cidade do município mesmo é da área da educação saúde segurança cultura essas pessoas encontram-se mensalmente para discutir projetos que fossem interessantes para o município que seja sustentável por que a verba é para ser direcionada para esses projetos e esses projetos devem ser sustentáveis no momento em que a ETH entrou com a verba o projeto tem que se manter.

Este é sem dúvida um dos projetos que tem sido elaborado pelo setor agroindustrial canavieiro como forma de minimizar os desequilíbrios causados pela atuação da agroindústria canavieira nas áreas de avanço da Cana-de-açúcar. Por isso é preciso olharmos com cautela para o conjunto dos programas estabelecidos no raio de ação das agroindústrias canavieiras e filtrarmos as sutilezas desse processo de dominação do setor sobre o conjunto da sociedade.

Como bem salienta Vian (2003, p. 195): “[...] A mudança da política e do ambiente Institucional, por sua vez, obrigou as empresas a adotarem estratégias diferenciadas das anteriores, buscando a competitividade nacional e internacional”.

A articulação escalar das relações de produção, circulação e consumo evidenciam-se nos projetos públicos e privados pelo capital agroindustrial canavieiro ao ter incluídas nas pautas econômicas nacionais acordos sempre bilaterais entre a produção brasileira e os mercados consumidores.

Desta maneira, o enfrentamento da questão se faz pela crítica à dependência de mercado efetuada pela bilateralidade e, portanto, mantém a estrutura nacional (econômica, política e social) refém de um *modus operandi* do capital.

Nestes tempos de crise econômica, desde 2008, as políticas econômicas neoliberais foram reestruturadas e suas ações efetivaram-se para o direcionamento da prevalência às instituições financeiras. Assim, não podemos creditar o econômico como o

organizador efetivo, mas antes, sem negá-lo jamais, o papel das instituições políticas e suas ingerências.

Diante disso, afirmamos que as articulações escalares do capital agroindustrial canavieiro partem das premissas políticas, dos projetos de Estado e das necessidades econômicas classistas, já que a compreensão dos mecanismos do capitalismo passa pela materialização do uso do território.

Os postulados econômicos originam-se das condições de classe, da hegemonização das relações de produção vinculadas às exigências do mercado internacional representado por suas burguesias.

Neste sentido, as reflexões sobre capital agroindustrial canavieiro e estratégias de dominação desta passa pelos acordos institucionalizados, ou seja, os Estados tem papéis significativos na elaboração de uma agenda produtiva para o setor agroindustrial, portanto, as articulações no processo produtivo e comercial dependem da confirmação dos interesses das elites dominantes dos Estados.

O interesse pelos produtos agroindustriais, seja na produção e/ou no consumo, estão diretamente ligados às exigências do que se convencionou chamar de mercado. Entendemos, grosso modo, que o mercado nada mais é que as ações internalizadas de uma elite internacional no território nacional; assim, os avanços do mercado internacional sobre o território nacional têm levado a uma articulação ideológica justificadora da produção, circulação e comércio da Cana-de-açúcar enquanto mercadoria.

Portanto, as estratégias de dominação do capital agroindustrial canavieiro relacionam-se diretamente as estratégias do capital internacional, visto que, a produção agrícola brasileira e a transformação dessas em mercadoria são direcionadas pelas exigências do mercado internacional.

Urge a ampliação da temática para além do território, para o início do mercado, ou seja, pensarmos o território por ele mesmo, numa ação geográfica politizada, impede que questões escalares sejam redefinidas, logo, faz-se necessário, pensarmos geopoliticamente as estratégias do capital internacional sobre o nacional no setor produtivo agroindustrial.

O capital internacional predomina sobre o nacional, mas não se pode visualizar simplesmente o predomínio, pois as relações do capital nacional são também de favorecimento por essa relação, ou seja, os agroindustriais brasileiros articulam-se internamente às políticas de Estado para que essa relação seja processada e efetivada. As relações econômicas vinculam-se as políticas, porém não se organizam apenas internamente, pois são necessários direcionamentos para além das políticas nacionais.

Neste sentido, entendemos que essas articulações territoriais são estratégias do capital agroindustrial para o fortalecimento de suas ações políticas e econômicas, ou em outras palavras, a associação do capital nacional ao internacional tem como centralidade a efetivação do aumento da taxa de lucro e a acumulação de capitais em proporções incalculáveis.

A partir deste entendimento afirmamos que existe uma Geopolítica do capital agroindustrial canavieiro, pois a mesma insere-se nas decisões do e pelo Estado gerindo-o em conformidade às suas necessidades produtivas, logísticas e comerciais. Torna-se mais complexo a temática ao refletirmos sobre as relações do capital internacional nas decisões do Estado brasileiro a partir de suas necessidades em aumentar a taxa de lucro.

Isto nos leva a considerar como aspecto marcante no atual estágio de desenvolvimento agroindustrial canavieiro o papel das informações e sua articulação com a redução dos tempos das decisões como elemento necessário para garantia de rentabilidade.

Por seu turno, a complexidade desse assunto fundamenta-se pelo dinamismo das políticas de Estado, sua estrutura interna e suas relações internacionais. Desta forma, os acordos internacionais comerciais não são tão inocentes, pois tais levam, inevitavelmente, a um arranjo e/ou rearranjo territorial, conseqüentemente, político, econômico e estrutural.

Assim, compreendemos como Geopolítica do capital agroindustrial canavieiro o conjunto de ações políticas e econômicas que atingem diretamente o território nacional. Frisamos que as estratégias associativas do capital nacional e internacional formam uma unidade de ações quando são convenientes a ambos, nas últimas décadas.

Conforme temos procurado demonstrar nesta tese essa associação tem se apontado benéfica. O alerta referente à Geopolítica da Cana-de-açúcar centra-se na capacidade instrumental do capitalismo efetuar mudanças significativas no território nacional e atingir diretamente os trabalhadores em uma balança que sempre agita e oscila, mas acaba beneficiando os projetos e avanços do capital.

Neste jogo escalar é marcante os avanços e recuos desse projeto avassalador de domínios de corpos e mentes de uma classe subalterna e altamente dependente que atrela ainda nos tempos atuais sua sobrevivência à lógica perversa das relações econômicas baseados quase que exclusivamente nos valores de troca.

As ações Geopolíticas do capital agroindustrial canavieiro instrumentalizam as próprias ações do Estado, pois esse é organizado para que beneficie e promova o triunfo destes investimentos com a ampliação das taxas de lucros para os capitais nacionais e internacionais.

Ao ampliarmos a problemática verificamos que as *commodities* representam papel decisivo nas políticas de Estado com consequências diretas para a economia nacional. De forma geral, as *commodities*, por meio dos Grupos econômicos e produtores, detêm considerável poder sobre as bases territoriais brasileiras.

Quando dizemos que existe uma Geopolítica da Cana-de-açúcar referimo-nos ao açúcar como alimento mais consumido do mundo e ao álcool como energia; assim, as relações de poder e, portanto, de comando, centram-se na capacidade produtiva e nas necessidades comerciais as quais estão intimamente ligadas à lógica econômica da ordem mundial vigente.

Por sinal a própria Divisão Internacional do Trabalho (DIT) está em jogo na medida em que entendemos que estrutura-se e delimita os espaços de cada um, de cada país no cenário mundial e não permite, por exemplo, excluir deste ambiente os elementos e marcas desse processo globalizador.

Essa Geopolítica, na atual conjuntura, precisa ser compreendida como definidora de práticas do Estado, para isso o Estado é ajustado de maneira, segundo Souza (2011), na qual as estratégias de legitimação do capital canavieiro sejam respaldadas legalmente e, deste modo, entendemos que essa legalidade leva a construção de uma moralidade sempre em defesa dos agrocombustíveis.

Não é demais dizer que a construção ideológica engessa a crítica de forma geral e torna inópia a análise pública quanto aos caminhos que o Estado brasileiro está sendo direcionado.

Esse trabalho define-se como crítico na desconstrução dos caminhos solidificados quanto aos discursos e práticas do capital agroindustrial canavieiro, portanto, pensar essa Geopolítica significa construir um caminho crítico operacionalizado pelo marxismo o qual possibilita tecer um contradiscurso à hegemonia e contra-senso do capital o qual é sem medida, altamente expansionistas em seus atos e ações e por isso mesmo não mede consequências para garantir a estruturação dos seus desígnios no território e na sociedade.

Historicamente, o capital agroindustrial no Brasil tem influência considerável, todavia, a reflexão que precisa ser feita é como as ações do capital internacional alcançaram o capital agroindustrial nacional e edificaram práticas que influenciam o Estado.

Desde a criação do Programa Nacional do Alcool (PROALCOOL) o Estado direcionou seus investimentos para os setores agroindustriais canavieiros e industriais vinculados ao setor os quais possibilitaram o desenvolvimento deste setor e o avanço econômico e político dos produtores agroindustriais.

Essa reorganização produtiva do Estado interferiu diretamente nas negociações comerciais com o mercado internacional, uma vez que foram os próprios países desenvolvidos que aprimoraram tais relações pela dependência tecnológica dos países periféricos, como o Brasil, e pela necessidade em buscar fontes de matérias-primas e produtos agroindustrializados.

A dependência econômica e tecnológica da agroindústria brasileira liga-se diretamente as políticas nacionais energéticas as internacionais, deste modo, a dependência deveria ser mútua, todavia, as exigências do mercado e o poderio econômico levam a subtração dessa reciprocidade, já que o capital internacional tem mais “peso” e “força” sobre o nacional.

Essa relação tem levado a sistematização de políticas nacionais favorecedoras do cenário geopolítico dependente nacional sendo que tal dependência é articulada pelo capital agroindustrial canavieiro pelo mercado internacional somado a conjuntura econômica, social e política do Brasil.

A conjuntura brasileira nas últimas décadas permitiu o avanço do poder do capital agroindustrial canavieiro, principalmente por causa da extrema pobreza que resultou em mão de obra “barata”, financiamentos do Estado para o setor agroindustrial canavieiro com juros baixíssimos, apoio a construção e melhorias da logística nacional, intermediação do Estado nas negociações comerciais internacionais e apoio jurídico.

Em outras palavras, o Estado brasileiro apoiou totalmente o desenvolvimento do setor agroindustrial canavieiro e permitiu o avanço do capital agroindustrial sobre todo o território nacional e hoje se edifica entre ações e articulações que se caracterizam em atender predominantemente a elite econômica.

Ao mesmo tempo o Estado apresenta uma ação dúbia e contraditória que não escamoteia ou pelo menos não deixa de vincular medidas gerais que demonstrem sua preocupação com a classe trabalhadora e os direitos em questão a exemplo do que vemos em relação ao Compromisso Nacional para Aperfeiçoar as Condições de Trabalho na Cana-de-Açúcar aos acordos e convenções coletivas e demais dispositivos jurídicos que regulam o ambiente institucional.

O Estado brasileiro muito se esforçou para que o projeto classista agroindustrial fosse efetivado e tivesse pleno domínio sobre todas as políticas agrícolas, desta forma, tais políticas sempre impediram as reformas necessárias para a ampliação da justiça no campo como, por exemplo, a Reforma Agrária.

De fato, o Estado brasileiro classista definiu suas prioridades para o campo ao organizar a produção e priorizar a exportação de *commodities*; assim, o território brasileiro foi definido produtivamente voltado para o mercado internacional, naquilo que o Geógrafo Milton Santos definiu como *espaços extrovertidos*.

Não é demais lembrar que já no governo militar Castelo Branco (1964-1967) os planos econômicos foram direcionados para o mercado internacional.

Conforme Bado (2006), o governo lança o PAEG – Plano de Ação Econômica do Governo – o qual tinha como centralidade a abertura econômica para o capital internacional criando mecanismos de compensação a esse capital. Em outras palavras, permitiu que os financiamentos internos fossem efetivados por meio dos compromissos financeiros oriundos, principalmente, do fundo monetário internacional.

Diante disso, entendemos que as políticas econômicas nacionais promoveram a dependência ao mercado externo e efetivou uma série de medidas práticas forçando o país a ter um papel de fornecedor de *commodities* no mercado internacional, fornecimento financiado com recursos provenientes de empréstimos realizados juntos aos organismos financeiros internacionais.

Esses empréstimos depois de efetivados foram direcionados para uma elite agrária a qual em pouco mais de uma década aperfeiçoou o setor ao acrescentar a “industrialização do campo” e foram fortalecidas enquanto classe como agroindustriais.

O Estado, neste sentido, teve e tem como centralidade o favorecimento de uma classe, para isso tomou empréstimos em organismos internacionais e os direcionou por meio de órgãos públicos nacionais para a elite agrária brasileira, ao mesmo tempo em que promoveu reestruturações políticas, econômicas e jurídicas para beneficiar essa elite.

Em conformidade com Mészáros (1993), compreendemos que esse movimento do capital internacional sobre o nacional e o papel do Estado como distribuidor destes recursos personifica o capital e, portanto, a personificação tem trato político e jurídico redefinindo as prioridades de investimentos por meio de financiamentos.

A personificação do capital no Brasil não foi centrada na promoção de uma classe e de uma estrutura produtiva independente, uma vez que a personificação liga-se diretamente as exigências dos Estados desenvolvidos, como os Estados Unidos e a Europa Ocidental, deste modo, a Geopolítica do capital agroindustrial canavieiro foi forjada pela dependência ao capital internacional.

A dependência ao capital internacional aumentou consideravelmente ao tecer substanciais mudanças na Geografia da produção agrícola brasileira, fomentando atividades

de transformações da matéria prima em produtos industrializados, como o álcool e o açúcar. Com o PROÁLCOOL as relações geopolíticas se intensificaram e a necessidade em buscar mercado externo promoveu o atrelamento da produção nacional às exigências internacionais.

Assim, a crise do petróleo na década de 1970, foi o impulso fundamental para a justificativa do governo brasileiro quanto aos investimentos no setor agroindustrial canavieiro, ou seja, não precisava com isso se explicar muito nem para a população em geral e nem para parte da elite do país que não beneficiou-se com esses investimentos num primeiro momento. A crise era a justificativa máxima.

Os empréstimos internacionais realizados pelo governo brasileiro nos anos de 1960 a 1980 levaram, posteriormente, a um engessamento econômico que culminou em hiperinflação - com média anual em 1988 e que segundo Cerqueira (1997), de 934% - desemprego em massa e juros abusivos para os trabalhadores nas décadas de 1980 e 1990.

O pior deste cenário foi a ingerência das instituições internacionais credoras do Brasil, mais recente no governo Fernando Henrique Cardoso o histórico de ingerências foi extremamente acentuado com resultados desastrosos para a classe trabalhadora.

Esses empréstimos fizeram com que fosse consolidada uma política internacional no territorial nacional culminando no domínio geopolítico das instituições internacionais. Tais empréstimos favoreceram realmente as elites agrárias brasileiras e alguns empresários, pois segundo Szmrecsányi e Moreira (1991, p.71), os empréstimos concedidos tinham juros baixos para a realidade econômica daquele momento:

As condições para a concessão desses financiamentos, parcialmente custeados por empréstimos externos (inclusive do Banco Mundial), eram extremamente favoráveis para os que quisessem valer-se deles, com taxas subsidiadas de juros e de correção monetária, cujos níveis eram muito inferiores aos da inflação da época e, principalmente, dos anos posteriores.

A organização produtiva territorial brasileira teve, portanto, como direcionador o Estado numa espécie de parceria público-privada não explicitada, porém negociada via empréstimos com juros inofensivos para o pagamento do capital emprestado pelo Estado as instituições internacionais de crédito; assim, a classe dominante favorecida ao pagar os empréstimos para o governo federal não era capaz de subtrair o montante da dívida externa brasileira, já que os juros eram diferenciados.

O Estado arcou com o endividamento público federal para favorecer latifundiários e empresários brasileiros e, deste modo, permitiu a dependência aos capitais internacionais e o domínio geopolítico dos mesmos sobre o território nacional.

Assim, os programas públicos de financiamentos e incentivos ao setor agroindustrial canavieiro atrelaram a economia nacional à dependência dos mercados externos, grosso modo, o Estado brasileiro optou por integrar o mercado como fornecedor de *commodities*.

Destacamos ainda a diminuição das taxas de custos para a necessidade em subtrair custos a mão de obra brasileira é perfeita, pelos baixos salários, em suma, as condições do Estado, jurídicas e econômicas, promoveram a ampliação dos investimentos no setor agroindustrial canavieiro.

Todo o aparato desenvolvimentista do Estado, da classe dominante nacional em consórcio com o capital internacional inviabilizaram melhorias nas condições de vida dos trabalhadores do setor agroindustrial canavieiro, diante disso, entendemos que o jogo do Estado é o mesmo das políticas institucionalizadas pelos organismos internacionais de crédito, como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial, sem qualquer preocupação com a classe-que-vive-do-trabalho.

Como sinalizou Marx (2008, p. 24):

A procura por homens regula necessariamente a produção de homens assim como de qualquer mercadoria. Se a oferta é muito maior que a procura, então uma parte dos trabalhadores cai na situação de miséria ou na morte pela fome. A existência do trabalhador é, portanto, reduzida à condição de existência de qualquer outra mercadoria. O trabalhador tornou-se uma mercadoria e é uma sorte para ele conseguir chegar ao homem que se interesse por ele. E a procura, da qual a vida do trabalhador depende, depende do capricho do rico e capitalista.

Na atual conjuntura o trabalhador continua refém das amarras do capitalismo e esse apoiado pelo Estado; assim, entendemos que o projeto do capital agroindustrial canavieiro é permitir-se sempre vincular ao capital internacional e, desta maneira, aceitar as ingerências do mesmo no território nacional quando tais forem vantajosas para os mesmos.

Percebemos que historicamente as relações de poder configuram o papel do Estado sendo que a classe trabalhadora ainda é refém deste processo; evidente que não condenamos os trabalhadores a servidão voluntária, mas compreendemos os embates de força, o conflito capital x trabalho.

Os antagonismos presentes em tais esferas fazem-nos crer mais uma vez e apoiar nas idéias colocadas no Manifesto Comunista de Marx e Engels (1848), na medida em que, verificamos que o projeto do capital é hegemônico e que os trabalhadores continuam sendo em pleno século XXI, amiúde todas as técnicas, a tecnologia existente e amplamente desenvolvida em diversas partes do planeta, a ancora para o projeto de domínio do capital sendo, tão logo, inegável sua importância.

Esses jogos de poder redefinem constantemente os papéis sociais e econômicos da classe trabalhadora, deste modo, afirmamos que as questões geopolíticas incidem agressivamente sobre a classe trabalhadora, deste modo, os efeitos econômicos e políticos atingem sempre primeiramente e com mais agressividade a classe trabalhadora.

Diante desses elementos é mais do que necessário refletirmos sobre o papel macro/micro das políticas e dos acordos econômicos, por isso insistimos na temática geopolítica como fechamento desta tese.

Neste sentido, entendemos que hoje as questões relacionadas ao setor agroindustrial canavieiro partem das articulações escalares imbricadas ao poder econômico, político e até mesmo militar, pois as interferências nos territórios produtores de Cana-de-açúcar são constantes seja por definições relacionadas ao mercado como medidas protecionistas ou mesmo exigências mais diretas sobre a produção por meio da qualidade dos produtos, até mesmo a tomada direta do território através de financiamentos para o Estado e a também a compra de unidades produtoras.

Assim, o capital internacional tem poder soberano sobre o território nacional por meio de ações concretas deste capital, principalmente a aquisição de empresas do setor com associações internacionais realizadas em setores estratégicos de tecnologias e automobilístico.

Essa reconfiguração efetiva-se na constituição dos papéis implementados pelo setor financeiro ao coordenarem a compra e venda de commodities impedindo a autonomia comercial dos produtores de açúcar e álcool (ou biocombustíveis?)

Essa não autonomia pela vinculação aos projetos econômicos, políticos e tecnológicos ao mercado financeiro internacional tem levado diretamente muitas unidades processadoras do setor canavieiro a abrirem processos de falências, tais processos quando aprovados pelo judiciário possibilitam a essas empresas negociarem em longo prazo suas dívidas com fornecedores, com o Estado e também com os trabalhadores.

Em outras palavras, é importante apontarmos o papel das agroindústrias canavieiras no mercado internacional uma vez que, por exemplo, permite que a falência também não seja tão mau negócio, visto que as negociações amplas e com prazos estendidos

promovem a não desintegração do patrimônio destas unidades produtoras, pois posteriormente a massa falida será leiloadada e os custos do processo de falência somados aos credores e trabalhadores serão ressarcidos de seus prejuízos, todavia, o processo é longo e os trabalhadores não são contemplados de imediato, já que depende sempre da finalização do processo judiciário.

Em realidade a capacidade produtiva e organizacional do capital agroindustrial canavieiro, naquele momento - na verdade desde 2007 - as expansões e fusões estavam sendo comprometidas pelos abalos sofridos com a crise econômica de 2008, mas ainda não transparecia o cenário que temos atualmente, pois neste momento muitas agroindústrias canavieiras em todo Brasil entraram em processo de falência sendo que anterior a isso já buscávamos explicações referentes a essa dependência que culminou na atualidade em uma crise micro-escalar pela articulação macro:

Podemos observar que a formação econômica nacional se estruturou a partir de relações de dependência com o exterior que por sua vez somente tardiamente conseguiram se reestruturar sem, contudo se refazer de forma autônoma. Daí termos em setores do agronegócio atualmente relações de produção e de trabalho marcados pela ação de grupos estrangeiros e nacionais fortemente estruturados que buscam a extração de riquezas com vistas à acumulação de capitais. (AZEVEDO, 2010, p. 84-85).

Com as falências das agroindústrias oriundas dos rearranjos econômicos mundiais provocados pela crise econômica se tem hoje outro cenário, como apontou Pressinott (2012, s/p):

O setor sucroalcooleiro deve passar por uma nova rodada de fusões e consolidações, segundo avaliação do consultor Arnaldo Luiz Corrêa, da Archer Consulting. Isso porque, segundo ele, 50% das usinas brasileiras estão com problemas de fluxo de caixa com dívidas que chegam a R\$ 42 bilhões, o mesmo que o Produto Interno Bruto (PIB) do setor anualmente.

“A consolidação vai ocorrer, assim que a crise econômica europeia der uma esfriada, porque agora os possíveis compradores estão muito receosos para fazer qualquer aquisição”, diz.

No entanto, as negociações não atingirão nem de longe os preços praticados em 2007, quando 25 operações entre usinas foram realizadas, sendo 18 com empresas estrangeiras. Na ocasião, o preço médio pago por uma usina era de US\$ 130 por tonelada de cana moída. Naquele ano, companhias como a multinacional americana Bunge, a espanhola Abengoa, os asiáticos Noble Group, as francesas Louis Dreyfus Commodities e Tereos adquiriram usinas no país.

[...]

Hoje pela manhã [refere-se ao dia 29 de maio de 2012], Olam International fechou um negócio de US\$ 240 milhões com a Usina Açucareira Passos, sendo US\$ 128 milhões pela aquisição da usina e o restante em investimentos. Com capacidade anual de moagem de 1,75 milhão de toneladas de cana por safra, o preço pago seria de US\$ 73,14 por tonelada de cana moída, corroborando a opinião de Corrêa que o prêmio não seria tão alto como em 2007. A trading, que tem capital aberto na bolsa de Cingapura, é a maior exportadora de açúcar do mundo e ainda não tinha negócios com cana no Brasil.

Diante da conjuntura desfavorável naquele momento as empresas nacionais abriram falências e essas foram compradas por muitas multinacionais, como informou Pressinott (2012) e Siqueira e Castro Junior (2010).

Isso não significou o enfraquecimento definitivo das unidades processadoras de Cana-de-açúcar com capital nacional, mas possibilitou uma nova configuração econômica e política no setor agroindustrial em questão, com demanda direcionada pelos mercados internacionais, todavia, tais mercados também enfrentaram problemas e o que seria um “negócio desonesto” as aquisições das agroindústrias canavieiras brasileiras tornaram-se também um problema pela queda da taxa de lucro diante da crise iniciada em 2008 e a impossibilidade destes *tradings*¹⁰⁷ aumentarem essas taxas inviabilizaram alguns negócios.

A título de exemplo podemos lembrar como a não aquisição da Açucareira Passos pela Olam International. Conforme Pressinott (2012) a agroindústria Açucareira seria adquirida em maio de 2012, todavia a transação não se concretizou e o negócio foi desfeito em dezembro do mesmo ano. Segundo Batista (2012, s/p):

¹⁰⁷ *Tradings* são empresas especializadas em vendas externas que atuam como intermediárias dessas transações comerciais.

A Olam International, uma das maiores tradings da Ásia, desistiu de comprar a Usina Passos, produtora de açúcar localizada em município mineiro de mesmo nome. O compromisso de aquisição da usina chegou a ser comunicado oficialmente pela Olam no fim de maio à bolsa de Cingapura, onde tem capital aberto. Hoje, as duas empresas encerraram as negociações. Na época do anúncio, a trading informou que pagaria US\$ 126,8 milhões pela Usina Passos e desembolsaria outros US\$ 115,5 milhões em cinco anos para aumentar a capacidade de moagem de cana da unidade. Com isso, a Olam faria sua estréia em produção de açúcar no país. No Brasil, a empresa tem apenas operação de trading de commodities.

No entanto, em setembro, em consequência da realização da auditoria, a Olam adiou por 90 dias o fechamento da operação para que fossem resolvidas pendências ambientais e tributárias. Segundo apurou o Valor, essas pendências foram atendidas, no entanto, a trading, ao final do prazo de 90 dias, teria feito outra série de exigências impossíveis de serem cumpridas. Por isso, no mercado especula-se que o motivo da desistência da Olam possa ser explicado também pela turbulência pela qual atravessa a companhia asiática em nível global. Ao fim de novembro, as ações da trading asiática recuaram 10% por causa de especulações de que poderia entrar em insolvência. Naquele momento, o CEO da empresa Sunny Verghese, disse que a companhia poderia “recalibrar” sua política de aquisições rápidas, caso isso acalmasse os acionistas.

Na atual conjuntura os papéis econômicos e políticos não figuram como certos, ou seja, mesmo o capital internacional sendo soberano ele também entra em crise e não consegue avançar seus investimentos diretos sobre o território nacional de forma definitiva, porém não nos enganemos com a volatilidade destes capitais, eles se metamorfoseiam conforme a necessidade; assim, expandem investimentos ou os retraem a partir da subtração ou aumento das taxas de lucros.

O mesmo afirmamos quanto ao capital agroindustrial canavieiro, pois este não é vítima do capitalismo globalizado, ele metaboliza-se em conformidade as especulações necessárias para a ampliação de seus ganhos reais e simbólicos.

Assim, a expansão e retração dos investimentos do capital nacional, em consórcio ao capital internacional, efetiva-se pela colaboração política, econômica e tecnológica, num jogo articulado de relações onde as manobras e estratégias são elaboradas tendo em vista maximizar a reprodução do capital em nível mundial.

As relações econômicas, sociais e políticas imperiosas para os trabalhadores são forjadas anteriormente pelos acordos que beneficiam constantemente as elites nacionais e internacionais; assim, a Geopolítica agroindustrial faz-se também pelas lutas de classes, quando os trabalhadores fazem greves, paralisações, protestos, resistências e sabotagens, pois esses elementos de lutas interferem diretamente na plantação, colheita e industrialização da Cana-de-açúcar.

Deste modo, os capitalistas organizam-se em esfera mundial para não sofrerem as consequências de forma ampliada quando os trabalhadores se organizarem politicamente; assim, o fluxo de capitais que tem seu início no aparelho produtivo e mercadorias inauguradas com maior intensidade a partir da década de 1980 tem permitido maior controle produtivo e comercial por parte das classes dominantes nacionais e internacionais em todo mundo conforme apontou inúmeros estudiosos da questão agrária no Brasil.

Diante dessas questões é mais do que pertinente pensarmos as relações de poder pelo ponto de maior impacto nas relações comerciais internacionais no presente e também como ponto especulativo para o futuro, isto é, as relações no setor de energia a partir dos biocombustíveis.

A relação bioenergética mundiais tem apresentado ao Brasil quadro satisfatório nas projeções econômicas dos próximos anos, todavia essa relação tem ainda impeditiva que carecem de análises como a pressão dos Estados Nacionais produtores por meio de barreiras alfandegárias; ao mesmo tempo é importante pensarmos nas falências das unidades produtoras de açúcar e álcool brasileiras e as transferências destas para o controle do capital internacional.

Observamos a partir desse momento alguns elementos que marcam a consolidação da matriz agroindustrial canavieira e o discurso em torno do agrohidronegócio, uma vez que busca-se a todo custo escamotear a perversidade das relações sociais, das condições de trabalho e produção a que estão submetidos os trabalhadores em contraposição aos condicionantes econômicos e políticos edificante deste projeto estruturante do capital metabólico no Brasil e no Mundo.

3.5 - O papel do capital agroindustrial canavieiro para a consolidação da matriz bioenergética

Os agrocombustíveis em escala planetária estão em evidencia nas discussões políticas e ambientais, pois aparentemente eles são menos poluidores e ideologicamente melhor para toda a sociedade. Na verdade esse discurso mascara uma série de aspectos que entendemos ser de suma importância para análise econômica do setor produtivo em pauta e da economia de modo geral.

Interessante constatar que semelhante discurso apresenta ampla divulgação pela mídia e até mesmo pela escola, por meio de livros didáticos e professores comprometidos com

essa visão limitante, que camufla, deforma e mascara uma forma de produção que preza em primeiro lugar as prioridades externas.

O *lobby* do setor sucroenergético produtor do etanol, matriz no Brasil da produção bioenergética, sobre as decisões do Estado brasileiro é muito forte; assim, o setor agroindustrial canavieiro organizado e estruturados já a algumas décadas em torno por exemplo de entidades de representação articuladas e que tem sua confluência direta em entidades como a UNICA, BIOSUL, UDOP e tantas outras existentes no Brasil e no mundo.

Na realidade é crescente e têm grande alcance nas decisões do Estado as ações estabelecidas em termos regionais e nacionais as ações das entidades de representação do capital haja vista que atual em várias escalas, tão logo tem forte influência nas medidas, decisões governamentais nos diferentes estados brasileiros, o que pode ser entendido ao passo que compreendemos que historicamente o setor agroindustrial canavieiro foi beneficiado por políticas públicas do próprio Estado.

Aumentou consideravelmente na década de 2001 o poder do setor agroindustrial canavieiro por estar vinculado diretamente a uma matriz energética, ou seja, a produção de um combustível o qual movimenta parte dos automóveis nacionais e já se projeta a utilização do mesmo em maior escala nos Estados Unidos e União Européia.

Todavia, existem dois discursos quanto ao futuro do agrocombustível feito da Cana-de-açúcar, o primeiro, defendido pela UNICA (2013) e que afirma que a produção e consumo de agrocombustíveis poderá ter significativo aumento nos próximos anos em todo o mundo, pois o discurso politicamente e ecologicamente correto coloca essa matriz energética como ponto central na substituição, em parte ou total, dos combustíveis fósseis.

Por outro lado, há em questão um segundo discurso, defendido pela EPE (2013) – Empresa de Pesquisa Energética - entende que ocorrerá uma queda na produção motivada entre outros motivos por problemas climáticos, endividamentos do setor, falência de algumas unidades processadoras, aumento no preço dos insumos e aumento no preço do açúcar em escala mundial.

A projeção da UNICA parte das projeções entendidas pela Petrobrás Biocombustíveis, ou seja, a empresa mista (público-privado); assim, questionamos a real condição de expansão do setor bioenergético por meio da agroindústria canavieira.

Diante disso, entendemos que o papel do Estado na projeção da Petrobrás Biocombustíveis e da UNICA é de suma importância, pois o mesmo destinará nos próximos anos muitos incentivos fiscais, diminuição de tributos, destinação de recursos como empréstimos a médio e longo prazo e aumento da quantidade de etanol na gasolina.

Nesse sentido, frisamos o Estado como indutor principal nas relações de produção deste setor, ao mesmo tempo em que o Estado também negocia com o mercado internacional e busca constantemente subtrair as mazelas disponíveis nas relações comerciais para favorecer o setor agroindustrial.

Em resumo, entendemos que o Estado empenha-se sempre e ao máximo para promover melhorias significativas nas taxas de lucro deste setor e facilitar a circulação e reprodução de capitais como jamais vimos antes no cenário mundial.

Não devemos ser ingênuos em relação ao empenho do Estado e ao fato deste não atingir ou influenciar a classe trabalhadora, uma vez que ao contrário do que é passado pela ideologia dominante, os trabalhadores são elementos marcantes e como peças da engrenagem produtiva são constantemente submetidos a condições precárias de tal modo que direta ou indiretamente ocorre a exploração destes em toda a cadeia produtiva bioenergética e com o beneplácito e apoio do Estado.

Como apontou Marx e Engels (1848), o capitalismo expandiu-se e com ele toda a sua sorte, isto é, a produção, circulação e consumo efetivaram-se em escala global de tal forma que atualmente não é possível pensar a ação de grupos econômicos isolados das estratégias que caracterizam a geopolítica mundial do agrohidronegócio.

Assim, o setor agroindustrial canavieiro também teve essa efetivação e a classe trabalhadora desse setor também em nível global sente a pressão das investidas desses capitalistas, uma vez que a pressão vem, por exemplo, de diversas vias, seja dos investimentos diretos em tecnologia e a substituição dos trabalhadores, das barreiras alfandegárias, os subsídios, o preço mundial da mão de obra etc.

Em outras palavras, todas as justificativas anteriores pesam sobre os trabalhadores e não existe um projeto alternativo em nível global para a melhoria da vida destes, pelo contrário, existe outro projeto que inclui os trabalhadores como explorados em nível global pelas novas exigências por causa da consolidação mundial de uma nova matriz energética.

A classe trabalhadora não faz parte desta nova consolidação – aliás, nunca fez -, pois na atualidade tal traz suficiência na demanda tecnológica e inopera as atividades tradicionais desempenhadas pelos trabalhadores, neste sentido, são direcionados alguns trabalhadores para o aperfeiçoamento técnico para operarem tecnologias; Aliás conforme demonstramos um dos novos elementos que compõe o cabedal geopolítico do capital agroindustrial canavieiro é o aperfeiçoamento e a formação profissional destes trabalhadores nessa nova consolidação do setor.

Em todo território nacional as ofertas de cursos em nível de instrumentalização, aperfeiçoamento, graduação e especialização para o setor agroindustrial canavieiro nos últimos dez anos foram aumentados significativamente, pois o novo modelo bioenergético depende além de fatores tecnológicos também humanos.

Não obstante, existem nesses mesmos espaços grupos de discussão e de trabalho que, sobretudo na última década tem produzido materiais fruto de pesquisa que demonstra a incongruência e limites do capital agroindustrial canavieiro para o desenvolvimento do país, tal qual o Centro de Estudos de Geografia do Trabalho (CEGeT) e que tem permitido acompanhar de perto a escalada do agrohidronegócio nos diferentes quadrantes do planeta.

Nesse sentido, quando se coloca em evidência a ação do Estado é necessário atentar ao fato de que o mesmo não interfere na relação trabalho e trabalhador para beneficiar o segundo, pelo contrário quanto aos trabalhadores estes são sempre exigidos e essas determinações capitalistas operam até mesmo no seu comportamento, pois os acordos do Estado com o setor agroindustrial canavieiro sempre visam ampliar sua taxa de lucro e garantir a acumulação de capitais.

Essa ampliação somente é possível com a conjuntura favorável, portanto, qualificar os trabalhadores é importante para que as metas das agroindústrias canavieiras sejam efetivadas, pois dependem de um “tipo” específico de trabalhador. Esse “tipo” como não nasce pronto, precisa ser “qualificado”, e deve ser “sem medida”, doce aos desígnios mercadológicos mesmo quando submetidos ao amargo sabor das relações de trabalho precarizadas em inúmeras áreas do país e do mundo.

Segundo o Jornal Dourados Agora¹⁰⁸ foram “qualificados” em 2012 somente no Mato Grosso do Sul 897 trabalhadores do setor agroindustrial canavieiro:

O objetivo do plano é qualificar trabalhadores do setor, tanto os que estão desempregados e os que correm risco de desemprego devido à mecanização da colheita da cana.

“É importante a qualificação, pois as usinas demandam pessoas qualificadas, com a mecanização da usinas esses trabalhadores estarão aptos para exercerem outras funções”, destaca Paulo Aurélio Vasconcelos, gerente executivo da Biosul. (DOURADOS AGORA, 2011, s.p).

¹⁰⁸ Conforme matéria publicada em 22/04/2013 no Jornal Dourados Agora intitulada: “Projeto qualifica 897 trabalhadores do setor sucroalcooleiro em MS”. Acesso em 22/04/2013.

Isto é, exercer funções novas necessárias para a plantação, colheita e produção de açúcar e álcool, em outras palavras, aperfeiçoar o trabalhador para as novas funções fundamentais para o desenvolvimento e consolidação do modelo de produção adotado e o sucesso da matriz energética.

As empresas não pensaram nisso sozinhas e nem agem solitariamente, pois esse aperfeiçoamento é um projeto de Estado para a classe trabalhadora a partir do setor agroindustrial canavieiro e que tem sua sustentação por meio do Plano Nacional de Qualificação do Setor Sucroalcooleiro, o qual foi implementado em 2010 pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), e que por sinal utiliza recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

Assim, trata-se de uma verdadeira cadeia na qual observa-se vinculações diretas haja vista que por sua vez o FAT é integrante das políticas públicas conduzidas pelo Compromisso Nacional para Aperfeiçoar as Condições de Trabalho na Cana-de-Açúcar.

O Plano de Qualificação alcançou todo território nacional e constituiu desde a implementação o direcionamento para as classes trabalhadoras do setor agroindustrial canavieiro, ou seja, estão sendo constituídos trabalhadores nos “moldes” exigidos pelas relações internacionais de produção e comércio, pois os mesmos precisam de aptidões profissionais colaborativas as quais permitem as unidades agroindustriais canavieiras brasileiras efetivarem-se no mercado internacional.

Esses novos cargos, que são os cargos que eles estão se capacitando agora, muitos deles nem existiam, como por exemplo, motorista de colhedora, então a mão de obra especializada para a mecanização é outra, e nós tínhamos que fazer isso de qualquer forma”, afirma a gerente de Responsabilidade Social da Única, Maria Luiza Barbosa. (G1, 2013, s.p).

Desta forma, esses novos cargos fazem parte do “pacote” da reestruturação produtiva vinculada a um projeto amplo ideologicamente construído como globalização. A urgência para a qualificação dos trabalhadores direciona os mesmos para a “corrida” imperiosa do capitalismo nesta última década, visto que o aumento das concorrências internacionais tem levado a pressão constante para a classe trabalhadora.

As exigências do mercado agroindustrial canavieiro efetuaram nos trabalhadores novas obrigações que os tem consumido, pois tais exigências levam-os a busca constante pela dita qualificação.

Esse é um elemento importante para pensarmos a geopolítica deste setor em pauta da economia e do próprio capital, pois com as exigências ampliou-se a escala de concorrência dos trabalhadores não sendo mais apenas concorrentes pela mão de obra local, mas agora já internacional.

Deste modo, entendemos a partir de Marx (2008), como os trabalhadores tornam-se e se refazem no movimento da qualificação constante, qualificação para o capital e tornam-se novos sujeitos disponíveis para os planos dos capitalistas.

Compreendemos essas questões em um cenário no qual o trabalhador não pode ser percebido simplesmente a partir da lógica nacional, mas inserido na reestruturação capitalista em nível mundial, pois os trabalhadores não concorrem no mercado de trabalho apenas com os de sua nação, visto que a concorrência entre os trabalhadores foi acelerada e ampliada para níveis globais.

Aos trabalhadores são estendidas as exigências pela alegação da qualificação e, portanto, sua condição e modos de vida atrelam-se a tais, subtraindo toda e qualquer autonomia destes.

Outro elemento importante nesse cenário para refletirmos sobre as ações geopolíticas do capital insere-se na organização produtiva mundial, visto que o açúcar enquanto *commodities* tem um circuito comercial garantido e formalizado, deste modo, a produção de açúcar sempre estará na agenda comercial de vários países e em negociações nos mercados futuros, esse *commodities* garantem poderes econômicos e políticos nas negociações entre empresas e também entre Estados.

A força política e econômica brasileira, principalmente nas últimas duas décadas, tem sido atrelada - pela mídia e pelas especulações do Estado - a capacidade em produzir *commodities*, deste modo, as negociações internacionais brasileiras tiveram peso significativo na balança comercial a partir dos resultados obtidos pelo agrohidronegócio.

Por sua vez, os números impressionam quando analisados sem a devida atenção crítica, já que os aumentos constantes do Agrohidronegócio na balança comercial têm levado à construção ideológica que favorece o imaginário social quanto ao papel deste setor, como se o mesmo fosse capaz de recuperar qualquer crise econômica, ser sustentável e promover o desenvolvimento brasileiro sozinho.

Esses discursos persuasivos e marcadamente ideológicos têm provocado o anestesiamiento da crítica e a própria inoperatividade desse setor que concentra cada vez mais poder e riqueza haja vista que conforme já destacamos a mídia em geral está fortemente atrelada aos interesses em questão e é ressaltado constantemente as benesses do referido setor

da economia nacional e internacional e suas condicionantes e consequências positivas omitindo por seu turno outros elementos mais sutis que caracterizam o processo de expansão do capital no mundo e que impactam diretamente os sujeitos sociais envolvidos na

Não é demais apontar que esse elemento ideológico associado à pressão dos trabalhadores para qualificação tem levado o debate para outra seara, já que o discurso impede, de forma geral, o levante contra essa forma de produzir no campo brasileiro e organizar o território nacional a partir de uma forma de produção alternativa pautada, por exemplo, na produção camponesa.

Deste modo, por um lado o capital agroindustrial canavieiro domina as relações de produção e por outro domina a espacialização dessas relações, portanto, sobre os trabalhadores as especulações são sempre reais e muito intensas, seja pelas condições de trabalho com suas exigências, seja pelo imaginário da sociedade em relação ao papel construído ideologicamente pelo setor canavieiro.

Assim, os dois primeiros elementos fundamentais para a geopolítica da Cana-de-açúcar são os domínios sobre os trabalhadores e o imaginário geral da população como se pode comprovar no livro organizado por Souza e Macedo (2010) editado e publicado pela UNICA.

Destacamos ainda o terceiro elemento que são as relações de poder nas negociações no mercado global de *commodities* intermediado pelo Estado brasileiro, somamos o quarto elemento que se torna vital para a compreensão desta Geopolítica, isto é, o papel do capital internacional no setor agroindustrial.

Nesta conjuntura é fundamental refletirmos quanto às operações de falências empreendidas no ano de 2012 e 2013 das agroindústrias de Cana-de-açúcar, pois entendemos que essas falências fazem parte de um jogo mais amplo que beneficia diretamente ao capital internacional com consentimento do nacional, uma vez que as mesmas são negociadas com investidores estrangeiros.

Segundo Gregory e Oliveira (2005), articuladores de uma visão pró-agrohidronegocio, afirmam que os investimentos diretos são importantes para o crescimento econômico de um país, todavia, esses investimentos somente virão se acompanhados de retornos, para isso enumera como fundamental o país ter: recursos naturais, mercado doméstico considerável, ambiente econômico e político estável, perspectiva de crescimento, liberdade para operar, capital humano, disponibilidade de fornecedores locais, risco baixo para os investimentos, estabilidade cambial, manutenção dos contratos, proteção da propriedade intelectual e transparência burocrática.

Esses elementos são os pontos chaves para a confirmação dos investimentos estrangeiros no Brasil, pois os mesmos garantem retorno adequado a tais investimentos; assim, tais pontos são de suma importância para refletirmos quanto às ações do capital estrangeiro no Brasil e suas articulações com o capital nacional.

As operações e os investimentos internacionais no setor agroindustrial nos últimos anos levaram o setor a não ter mais predomínio nacional da produção, uma vez que a produção ocorre em terras brasileiras, porém o capital e a taxa de lucro são processados em bancos estrangeiros.

De fato, as fusões e aquisições das agroindústrias canavieiras brasileiras por grupos estrangeiros nos últimos anos têm confirmado o calendário de investimentos acordados entre empresas estrangeiras e o Estado Brasileiro na forma de investimentos diretos. Esse calendário é construído mundialmente pelas grandes empresas e pelo capital especulativo (MARINOV; MARINOVA, 2000).

Apoiando as empresas privadas nacionais o governo brasileiro nas últimas décadas pavimentou um amplo caminho para que as empresas internacionais tomassem conta definitivamente do setor, uma vez que a expansão do capital internacional tem levado a confirmação do que entendemos por Geopolítica da Cana-de-açúcar, isto é, desde o início das atividades agroindustriais canavieiras no país os investimentos foram de capital internacional para o setor; assim, entendemos que esses investimentos iniciais já projetavam o desenvolvimento do setor e, posteriormente, como nos dias atuais, o retorno destes pela batuta das fusões e aquisições.

Enquanto o governo brasileiro persegue a internacionalização da produção de agrocombustíveis, o setor sucroalcooleiro atravessa um período inédito de desnacionalização. Em 2004, o capital estrangeiro respondia por apenas 5% da produção do setor. Ao final de 2011, esta participação já era da ordem de 40%. O Centro Brasileiro de Infraestrutura (CBIE) estima que este percentual possa chegar a 60% até 2016. (SCHLESINGER, 2012, p. 18).

As vendas ou fusões destas empresas não se dão apenas pela “quebradeira” anunciada pelo setor agroindustrial nos anos de 2008 até 2013, também são “oportunidades” de negócios como anunciou um corretor:

Eu diria que há mais de 40 usinas sendo negociadas neste momento", garante o corretor Roberto Barrancos, da região de Araçatuba, que atua na comercialização de grandes usinas.

Mas há também quem esteja atrás de novas oportunidades, garante o corretor Wilson Lucas, de Marília, que tem 33 usinas listadas em seu site de comercialização, 17 delas de grande porte. "São proprietários que possuem dívidas com bancos, mas nenhuma está sendo colocada à venda por causa disso. Eles estão atrás de oportunidades", diz. Segundo ele, essas oportunidades seriam potenciais compradores estrangeiros -95% do total -, principalmente da China, Estados Unidos e Índia, e alguns da América Central, Venezuela e países Árabes.

Negociações. Nem corretores nem usineiros revelam os nomes das empresas, mas elas variam de pequenas a grandes projetos, dos mais variados tipos de proprietários. Como a usina Itamarati, na região de Cuiabá (MT), que chegou a ser a maior usina do País e foi colocada à venda nesta semana pela proprietária, Ana Cláudia de Moraes, filha do ex-rei da soja, Olacyr de Moraes. Na safra passada, a usina, que tem capacidade para 6,3 milhões de toneladas de cana, processou 4,4 milhões de toneladas - a previsão é 5,2 milhões de toneladas na safra 2012/2013-, mas dívidas de R\$ 1,5 bilhão com fornecedores, tributos e bancos não puderam ser renegociadas. O banco norte-americano J.P. Morgan estaria acompanhando a negociação dos ativos. (SIQUEIRA, 2012, s.p.).

As empresas estrangeiras no Brasil iniciam um novo ciclo na reestruturação produtiva globalizada, visto que dominam a produção, circulação e comercialização, ainda serão mais poderosas ao transformarem o álcool em *commodities* e essa é a próxima etapa Geopolítica visualizada pelas empresas estrangeiras, pois terão domínio total sobre o mercado internacional e a bolsa de futuros.

Todos esses elementos são camuflados ideologicamente já que os trabalhadores vivem uma completa dependência, seja pelas exigências ou pela concorrência; assim, para fecharmos a compreensão sobre esses pontos focaremos nas ações isoladas de entidades específicas que estão se estruturando em termos de garantia de condições adequadas de trabalho e qualidade de vida dos trabalhadores vinculados ao Agrohidronegócio no Mato Grosso do Sul.

3.6 - O *merchandising* do agrohidronegócio: programas e eventos em torno da agroindústria canavieira

Neste item pretendemos trazer para discussão os principais temas e assuntos vinculados ao agrohidronegócio canavieiro na busca de alicerçar seu domínio sobre o conjunto da sociedade.

A começar pelo Projeto *Ágora*, tem-se a iniciativa dos representantes do agrohidronegócio canavieiro dos principais Estados produtores do país – GO, MG, PR, MT, MS – com vistas a defender os benefícios das intituladas energias renováveis à saúde pública e ao meio ambiente. O referido projeto conta com o apoio de entidades de representação do setor canavieiro em nível nacional, além dos Sindicatos da categoria patronal. Além de empresas, como: Monsanto¹⁰⁹, Itaú/Unibanco, Basf, SEW Eurodrive e Dedini¹¹⁰.

No Mato Grosso do Sul, por exemplo, ocorreu em 25 de novembro de 2009 o Seminário: O Setor sucroenergético e a Assembléia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul.

Já, em 25 de agosto de 2011, tivemos em Rio Brillhante/MS¹¹¹, a oficina Estudo Municípios Canavieiros, a qual teve extensão em: Dourados/MS e Caarapó/MS, e têm por objetivo levar à sociedade uma nova visão do segmento, partindo justamente da preparação de professores do ensino fundamental, tendo em vista seu contato com o público e sua capacidade de persuasão especialmente em tratando-se das pequenas cidades.

Segundo consta em seu estatuto seus objetivos gerais são: a) Esclarecer e promover questões relacionadas com as mudanças climáticas e meio ambiente, destacando a contribuição do etanol e da bioeletricidade; b) Informar e fomentar a cadeia produtiva sucroenergético, salientando os seus impactos e benefícios sobre a economia brasileira; c) Empreender esforços para ampliar o consumo do etanol em veículos automotores e

¹⁰⁹ A Monsanto juntamente com a Syngenta e a Du Pont controlam sozinhas cerca de 44% da venda de sementes no mundo.

¹¹⁰ No Brasil em particular, no contexto da atividade canavieira teve destaque no que tange a constituição da agroindústria canavieira o grupo Dedini¹¹⁰ que se estabeleceu a partir de oficina mecânica, fato este que não pode ser observado de forma isolada, mas no contexto da: “[...] necessidade da manutenção de equipamentos industriais importados” (MAMIGONIAN, 1976, p.17), os quais se tornavam custosos e pouco interessantes para o capital, principalmente num momento em que o Estado de São Paulo começava a se destacar e precisava ganhar o mercado nacional, sendo que no caso Dedini esta além de consertar agroindústrias canavieiras: “Tornou-se fabricante de usinas completas [...]” (Ibidem), fato este que a coloca como a maior fornecedora de plantas e equipamentos do Brasil para o setor canavieiro.

¹¹¹ A esse respeito ver matéria: “Rio Brillhante recebe oficina Estudo Municípios Canavieiros” publicada pelo Jornal Dourados News em 24/08/2011.

motocicletas, incentivando novos usos do produto (ônibus, tratores, bioplásticos¹¹² etc.) e o crescimento da bioeletricidade; d) Esclarecer mitos sobre o setor agroindustrial canavieiro.

Conforme podemos apreender o foco desse projeto é atingir justamente a sociedade em geral, especialmente os consumidores de tal forma que seja assimilada pelos mesmos o discurso empreendido. Nesse sentido, como aspecto fundante este abarca o universo das escolas, isto é, busca atingir o público do ensino fundamental e médio dos Estados aludidos além da Bahia, Rio de Janeiro e o Distrito Federal¹¹³.

É notório lembrar que o referido projeto foi agraciado em 2011 com o prêmio máximo do jornalismo empresarial denominado “Empresa do ano de 2011” da Associação Brasileira de Comunicação Empresarial (ABERJE), bem como do prêmio nacional de Comunicação Integrada.

Tais episódios demonstram, antes de qualquer coisa, a articulação do setor canavieiro em torno de suas demandas e aspirações empresariais, permitindo desta forma, a legitimação de seus interesses e posturas políticas¹¹⁴.

Conforme a matéria: “Brasil precisa de nova imagem, o de “economia verde”, publicada, em 26 de abril de 2010, o país precisa mudar sua “marca” no cenário internacional, optando por o tido “selo verde” o qual vincularia a imagem do Brasil à sustentabilidade¹¹⁵.”

A esse respeito corrobora Bruno (2009), segundo a autora o agronegócio, cada vez mais, procura se associar à idéia de sustentabilidade social e ambiental. Isto é, busca-se reconhecimento mundial do etanol como um produto ambientalmente correto o que estaria atrelado a uma denominada responsabilidade social e econômica.

Nesse sentido, ao destacar o papel da UNICA em sua investigação Souza (2011, p. 99/100), ressalta: “Para atrair investidores as empresas precisam demonstrar viabilidade econômica, mas também são cada vez mais questionadas quanto à compatibilidade de suas ações em relação às dimensões ambientais e sociais”. E, completa, dizendo:

¹¹² Recentemente novas empresas como a multinacional BASF tem entrado no mercado de bioplásticos o que implica na ampliação do uso do etanol na indústria química.

¹¹³ O referido evento concede anualmente o prêmio Top Etanol tendo em vista “estimular” a ação dos participantes.

¹¹⁴ Na rabeira desse projeto vimos a edificação de novas ações que envolvem no Mato Grosso do Sul a Fundação Bradesco, o Grupo Adecoagro e os municípios de Angélica/MS e Ivinhema/MS através de suas escolas municipais vinculado particularmente as primeiras séries do ensino fundamental. A esse respeito procuramos entrevistar a Secretaria de Educação do Município, mas não a encontramos na ocasião da realização do Trabalho de Campo.

¹¹⁵ Para conferir matéria completa ver: <[HTTP://www.canaldacana.com.br/novo/view/index/?act=listar&cod_editoria=3751](http://www.canaldacana.com.br/novo/view/index/?act=listar&cod_editoria=3751)>. Visitado em 02 de julho de 2010.

O discurso da “sustentabilidade” passa a ser uma condição para aqueles que atuam nas atividades sucroalcooleiras. A plasticidade do termo e o embate para definição do conceito de “sustentabilidade” no espaço econômico refletem parte da luta pelo poder no seio da sociedade. (SOUZA, 2011, p.100).

Entendendo como parte integrante deste contexto, temos observado que as agroindústrias canavieiras, embora tenham em termos institucionais o comprometimento com a causa ambientalista, demonstram, na prática, inúmeras provas que nega este ideal, como, por exemplo, quando planta ao redor da cidade em locais não permitidos, quando estende suas plantações até as proximidades das margens dos rios e matas ciliares, ou mesmo, quando atea fogo e derruba árvores seculares nas áreas arrendadas para o facilitamento de suas atividades.

Neste sentido vale lembrar o papel desta chamada agroindústria canvieira (produto do desenvolvimento ocorrido através dos tempos, desde o engenho da época colonial) que, se, por um lado, foi fruto de enormes divisas para o país, especialmente através da exportação dos produtos derivados, de outro, foi agente implicador de um avassalador processo de concentração fundiária, agravando as desigualdades sócio-econômicas, submetendo milhares de trabalhadores a viverem na miséria e na indigência assistida, além desse nefasto cenário social, há que se registrar as implicações avassaladoras no meio ambiente, com a prática monocultora, o uso de agrotóxicos, a destruição das matas ciliares, o assoreamento dos cursos d’água etc., fatos ainda presentes na atividade canvieira brasileira.

Especificamente sobre os agrotóxicos, conforme pudemos apurar junto ao Sindicato da categoria, através de contato por *e-mail*, a configuração entre 2005 e 2009 ultrapassou os níveis previstos.

Tomando por exemplo as palavras de Porto-Gonçalves (2010, 123-124): “[...] é preciso que fique claro que a solução dos problemas ambientais não é de natureza técnica, mas de uma opção político-cultural, pois, afinal, a técnica deve servir à sociedade e não esta ficar subordinado àquela”.

Como ressalta o editorial de abril de 2010, do Jornal Cana: “Jank optou por utilizar-se de argumentos sólidos, apresentados a partir de resultados cientificamente comprovados, dados e pesquisas para enfrentar e vencer históricas desconfianças da imprensa e opinião pública a respeito do setor sucroenergético” (EDITORIAL, 2010, p.05)

É válido ressaltar também o fato do capital agroindustrial canvieiro utilizar-se do discurso ambientalista para arrecadar fundos. Isto é particularmente importante na medida em que segundo dados do Ministério do Meio Ambiente, somente em 2009 o país gastou R\$2,5

bilhões em ações verdes, isto é, que tinham como foco a produção de energia limpa. Por sinal, nesse âmbito temos ainda o estímulo aos créditos de carbono¹¹⁶ e do ‘etanol celulósico’ advindo do bagaço da Cana-de-açúcar, como é o caso da Angélica Agroenergia. (Figura 09)

Figura 09 - Operação de Descarte de Bagaço na Angélica Agroenergia



FONTE: Kelen Roberta Guizonni, 2011.

Novaes (2007), ressalta em seu estudo intitulado: “Migrantes: trabalho e trabalhadores no complexo agroindustrial canavieiro”, que os empresários do setor canavieiro querem apagar da memória social a imagem “arcaica” da escravidão, da casa grande e senzala e reafirmar a figura do empresariado moderno, empreendedor, ético e comprometido com a sustentabilidade ambiental e social.

De acordo com Bruno (2009, p. 125), “[...] o processo de constituição do agronegócio como palavra política é indissociável da construção da imagem dos empresários do agronegócio”.

¹¹⁶ Estima-se que hoje existam cerca de 6.500 projetos de crédito de carbono em desenvolvimento e 2.300 já registrados em todo o mundo. No Brasil são aproximadamente 460 projetos de transferência de créditos dos quais 175 já aprovados. Desse montante, o setor agroindustrial canavieiro representa 29%.

Mendonça (2006), também contribui nesse sentido destacando a figura do empresariado rural, que na realidade veio substituir a figura do latifundiário. Por sinal é dada a essa velha personagem uma nova roupagem traduzida sob o signo da modernidade, como exemplo último de “racionalidade, criatividade e espírito de criatividade”.

Aliás, para Bruno (2009, p. 122): “[...] é a noção de atraso e de modernidade que fundamenta a classificação sobre quem pode e quem não pode pertencer ao agronegócio”.

De acordo com Marcos Jank: “[...] há muitas informações equivocadas. Há falsas dicotomias, envolvendo questões trabalhistas e conservação ambiental¹¹⁷”, sendo necessário de acordo com o representante de o setor agroindustrial canavieiro construir uma nova visão sobre o empresariado o qual aposta no desenvolvimento tecnológico no campo.

Logo, como assevera João Guilherme Sabino Ometto, em artigo intitulado: “A identidade do agronegócio¹¹⁸”, busca-se o reconhecimento da própria sociedade pela representação econômica desse setor, a qual em sua opinião não é devidamente propagada pela falta de comunicação e esclarecimento junto a população.

Também como aponta o Editorial de dezembro de 2009, do Jornal Cana, outro aspecto a ser destacado é justamente a denominação de usineiro alcinhada aos proprietários de agroindústrias canavieiras no país.

Isto porque, segundo este Jornal que é o principal expoente do pensamento do setor¹¹⁹ “usineiros, é “uma expressão que remete invariavelmente às antigas eras escuras do colonialismo e coronelismo nacionais, onde barões da Cana-de-açúcar e do Café agiam, sim, como senhores de engenho e de escravos, mas isto em tempos que lá se foram.” (EDITORIAL, 2009, p. 05).

Assim, faz parte de suas intenções fundamentais a construção de uma imagem social da empresa preocupada com as questões ambientais e sociais. Por isso priorizam ações voltadas para a certificação dos seus produtos, para a obtenção dos selos de qualidade (ISO¹²⁰)

¹¹⁷ Neste sentido é válido consultar a matéria: Agronegócio quer melhorar imagem do segmento, publicado pela Unica e disponível em: <<http://www.unica.com.br/clipping/show.asp?cppCode=7F94277A-5604-4A48-81B4-78E0514FA503>> Acesso em: 27/07/2011.

¹¹⁸ Artigo disponível em: <http://www.jornalcana.com.br/conteudo/noticia.asp?area=Producao&secao=Opini%F5es&ID_Materia=39199> Acesso em: 27/07/2011.

¹¹⁹ Este Jornal tem uma tradição de mais de 20 anos no setor agroindustrial canavieiro no país sendo considerado o principal veículo de informações da mídia especializada. De acordo com o Ibope é o mais lido (89%), o mais assinado (97%) e a principal fonte de informação do setor (39%).

¹²⁰ ISO – International Standardization Organization, em português: Organização Internacional de Padronização.

que os credenciam no mercado internacional e que referenda o balanço social de suas empresas¹²¹.

Com o intuito de referenciar o desenvolvimento do agrohidronegócio canavieiro no Mato Grosso do Sul, outra ação promovida pelo capital canavieiro é justamente a Feira de Negócios do Setor de Energia (FEICANA/FEIBIO) que teve sua última etapa ocorrida em Campo Grande/MS.

Conforme é anunciado pela organização do evento, a expectativa é justamente reunir os setores industrial, agrícola e comercial, e promover acordos comerciais para impulsionar a economia.

A FEICANA/FEIBIO será realizada a cada dois anos tendo em vista acompanhar a retomada plena de investimento de bioenergia e atrair expositores na medida em que de acordo com um dos seus representantes Flávio Nasser: “[...] estamos caminhando de acordo com a recuperação do mercado”.

É interessante neste sentido, apreendermos o depoimento de entidades de classe como a Federação da Agricultura do Mato Grosso do Sul (FAMASUL), que ressaltou durante a Feira que: “[...] eventos como este, aproximam os mais diversos atores de toda cadeia produtiva da bioenergia no país e no mundo. Demonstram o potencial que temos, consequentemente abrem portas e criam oportunidades”.

De acordo com o Presidente da UDOP, Sr. Antonio Cesar Salibe:

Apoiamos a feira por acreditarmos em seu potencial e na sua contribuição para o progresso do setor da bioenergia, por isso levaremos uma estrutura de atendimento a nossas associadas, mostrando os principais serviços prestados, tais como o trabalho institucional do setor; qualificação de mão de obra e representatividade de nossas associadas. (FEIBIO, 2010)

De fato, a Feira mais do que uma amostra real do potencial da agroindústria canavieira junto ao público de executivos da agroindústria, diretores de unidades produtivas, empresas fornecedoras e demais profissionais ligados à área, tem o poder de trazer à tona a performance do setor ao conjunto da sociedade de tal forma que possibilite arrebatar novas apostas com base em apoio amplo e irrestrito da mesma.

¹²¹ A respeito das certificações e selos de qualidade conferir a dissertação de mestrado de Oliveira (2003). A autora aponta os referidos referenciais como uma estratégia do capital agroindustrial canavieiro visto que: “[...] ao buscar melhoras em sua performance ambiental consegue diferenciar os produtos e conquistar novos mercados”.

Não obstante, é destacado pelo Superintendente da Indústria e do Comércio da SEPROTUR, Jonathas Soares de Camargo, o fato da Feira além de atrair investidores nacionais e internacionais ter o poder de aproximar o interesse da mídia pelas discussões do agrohidronegócio, o que a seu ver é fundamental para o incremento do setor.

Na verdade, Mato Grosso do Sul segue a trajetória de outros estados como o de São Paulo e Paraná¹²², que ao longo do tempo, sobretudo das duas últimas décadas, criou um conjunto de aportes técnicos (e políticos) para o desenvolvimento da agroindústria canavieira, entendendo neste caso não apenas infra-estrutura, mas também conhecimento e pesquisa sobre a temática.

Nesse sentido vale destacar que: “[...] a capacidade tanto do capital como da força de trabalho de se moverem, rapidamente e a baixo custo, de lugar para lugar, depende da criação de infra-estruturas físicas e sociais fixas, seguras e, em grande medida, inalteráveis.” (HARVEY, 2005, p.145).

Basta dizer, que no Oeste Paulista, a partir do *boom* canavieiro presente em Araçatuba/SP e região, responsável pela segunda área do estado de São Paulo com mais cana-de-açúcar, fomentou-se durante vários anos a promoção do agrohidronegócio a partir da realização da FEICANA, que foi responsável por mais de 7 anos consecutivos por colocar a referida região na agenda política do setor.

Pretende-se com a FEICANA repetir no Mato Grosso do Sul o que ocorreu em Araçatuba, isto é, a atração de inúmeras empresas ligadas ao setor, mais precisamente aquelas que fornecem equipamentos, propiciando dessa maneira o avanço da atividade e, conseqüentemente, a menor dependência do estado de São Paulo, que concentra as principais empresas do segmento canavieiro¹²³.

Para Camargo (2010, p. 02):

[...] precisamos justamente trazer aqui para o Estado não só as usinas para produção de açúcar e álcool mas também as empresas fornecedoras de máquinas e equipamentos para esse segmento e o governo pretende e estamos trabalhando firmemente para elevarmos ainda a agregação do valor e quem sabe no futuro possamos contar no Mato Grosso do Sul com uma Alcoquímica; esse é nosso projeto.

¹²² O estado do Paraná é representado pela ALCOPAR na instância estadual estando vinculado à UNICA no âmbito nacional.

¹²³ Especialmente Sertãozinho/SP e Araçatuba/SP.

Nesse sentido, vale salientar o Projeto de Desenvolvimento da Cadeia de Fornecedores do Setor Sucroenergético, vinculado a Prefeitura de Dourados/MS que está em andamento e visa preparar empresas locais para fornecer produtos e serviços para as agroindústrias canavieiras, especialmente do setor metal-mecânico, o que é particularmente importante para esta porção do estado na medida em que concentra 14 agroindústrias canavieiras.

É importante destacar a participação já no primeiro encontro destinado a viabilizar o referido projeto de empresários dos setores de fornecimento de peças, siderurgia, serviços, tornearia, manutenção industrial, auto-elétrica, reparação automotiva, indústria de máquinas e comércio de veículos, o que atesta o grande interesse de diferentes agentes em participar dos negócios envolvendo a atividade canavieira.

De acordo com a Secretária de Agricultura, Indústria e Comércio de Dourados/MS, Sra. Neire Colman, a intenção é justamente trabalhar para organizar, qualificar e certificar as empresas de tal forma que possam entrar no mercado e atender as demandas das unidades processadoras.

Como parte desse processo o Prefeito de Dourados/MS, Sr. Murilo Zauith recebeu em 05 de dezembro de 2011 empresários do setor canavieiro oriundos de Sertãozinho/SP¹²⁴, os quais destacaram o interesse em instalar empresas no município a partir de um investimento de cerca de R\$10 milhões. Durante a visita foi destacado pelo poder público local, a Lei de Incentivo Fiscal como aspecto importante no fomento à atração de novos negócios.

Em 2012 pudemos verificar a concretização da promessa assumida em 2011 durante, o CANASUL, de instalação de empresas oriundas do ramo agroindustrial canavieiro proveniente do estado de São Paulo no Mato Grosso do Sul. Como exemplo, ocorreu a vinda da Megh Waxes & Emulsions que sediou-se em Dourados/MS a partir de incentivos que inclui o terreno para instalação da indústria. A referida empresa tem como foco atender exclusivamente as unidades instaladas na região, bem como a exportação através dos Portos de Concepción no Paraguai e Paranaguá (PR).

Como parte desse processo a prefeitura de Dourados/MS conseguiu novos parceiros para desenvolver o projeto: “Pólo de Serviços do setor Sucroenergético de Dourados e Região”. Trata-se justamente da parceria estabelecida com o Centro Nacional das Indústrias

¹²⁴ Conforme matéria intitulada: “Murilo recebe empresários do setor sucroenergético” publicada pelo Jornal O Progresso em 06 de dezembro de 2011.

do Setor Sucroenergético e Biocombustíveis (CEISEBR), a qual vai abrir um ponto de atendimento em Dourados e a própria BIOSUL com sede em Campo Grande/MS.

Outro evento marcante para o setor canavieiro no Mato Grosso do Sul tem a ver com a ocorrência do Congresso de Tecnologia da Cana-de-açúcar (CANASUL), que vem ocorrendo desde 2007 no estado e cumpre a agenda do dia em relação aos negócios e oportunidades do setor.

Trata-se de um evento de abrangência estadual, que congrega as principais entidades de representação do capital do país e tem propiciado discussões acirradas em torno da dinâmica da atividade canavieira no estado, até porque condiciona uma série de atores sociais envolvidos nesta cadeia produtiva, especialmente os produtores, fornecedores e membros de entidades de classe que respondem pelas principais demandas do agrohidronegócio.

O Congresso de Tecnologia da Cana-de-açúcar (CANASUL) é amplamente coberto por entidades de representação do capital como a UDOP, que possibilita ampla divulgação e destaque no âmbito setorial, sendo momento oportuno para reunir em um mesmo espaço os diferentes agentes da cadeia produtiva juntamente com a sociedade em geral.

É possível apreendermos através da estrutura do evento a própria linha de desenvolvimento do setor, ou seja, desde o panorama do desenvolvimento da agroindústria canavieira no estado até as potencialidades e restrições que possibilitam ou impedem o pleno estabelecimento das empresas na região, sem contar as ações do governo e de entidades de classe em prol do crescimento da atividade no Mato Grosso do Sul.

Vale chamar atenção ainda para realização da Bienal dos Negócios da Agricultura do Brasil Central, organizado pelas federações da agricultura de Goiás, Mato Grosso do Sul, Distrito Federal e Mato Grosso, que colocou em foco, em 2011, entre outros aspectos, a ausência de modais eficientes de transporte, muito embora essa porção do país represente 35% da produção nacional de alimentos e 18% das exportações¹²⁵.

Não é demais lembrar que ainda em 2002 o Programa para o Setor Sucroalcooleiro estabelecia a necessidade de melhorar a infra-estrutura de transporte no estado, viabilizando as exportações de açúcar e álcool por “Corredores de Exportação”.

Daí a necessidade de equipar os terminais portuários de Ladário/MS, Porto Murtinho/MS e Bataguassú/MS, os quais seriam utilizados para escoarem os volumes previstos de açúcar e álcool, na forma de granéis. Do mesmo modo utilizar recursos do

¹²⁵ A esse respeito ver matéria: “O Brasil Central é a China brasileira para os próximos anos, diz consultoria” publicada pelo Portal Agrosoft em 16/08/2011.

Tesouro Nacionais arrecadados através da CIDE (Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico) previsto na Lei nº 10.336, de 19/12/01.

Além de Eventos de abrangência nacional e estadual podemos apontar a ocorrência de eventos localizados, em municípios que vêm assumindo, a partir de 2005 importância no setor canavieiro em virtude da expansão da agroindústria no Mato Grosso do Sul.

Este é o caso, por exemplo, de Costa Rica/MS, aonde vimos a atuação da Brenco¹²⁶ (Brail Renewable Energy Company) em parceria com o poder público local, em uma medida de integração entre os interesses de implantação da agroindústria juntamente com empresas e pessoas coligadas ao agrohidronegócio que possam ver nesse segmento oportunidades de negócios. Vejamos o enunciado:

Brenco realizará encontro de oportunidades em Costa Rica dia 28
Acontece nesta quinta-feira, 28 de fevereiro de 2008, a partir das 19h, no auditório da secretaria da educação, em Costa Rica (MS), o primeiro Encontro de Oportunidades para empresários Costa-riquenses a ser promovido pela Brenco – Companhia Brasileira de Energia Renovável. (D.O. COSTA RICA, 26/02/2008)

Relacionado a isto temos visto como o desenvolvimento das atividades da empresa inclusive o oferecimento de moção de congratulações e apoio oferecido pelo poder público local, diante dos serviços prestados à comunidade. Trata-se de marcar entre os protagonistas em questão estreita relação de cumplicidade na qual é enaltecido as ações promovidas, de tal forma que reconhece-se e valoriza-se a atuação empresarial.

Além de eventos de envergadura estadual devemos sinalizar para promoção por parte de unidades agroindustriais canavieiras do estado, de festas voltadas à divulgação das benesses do setor, dada sua propagada excelência econômica e produtiva. Como exemplo podemos destacar a Festa da Cana que ocorre anualmente em Sonora/MS.

¹²⁶ A Brenco criada em 2007 para ser uma das líderes na produção de etanol como outras tantas empresas do ramo canavieiro revela a intrínseca relação do setor com o denominado mundo financeiro. Para se ter idéia desse aspecto basta dizer que o administrador da dita companhia, Sr. James Wolfensonhn é ex-diretor do Banco Mundial. Seu fundador Sr. Henri Reichstad é antigo presidente da Petrobras, sem falar que conta com a presença dentre seu quadro acionário de um dos fundadores da Google, Sr. Vinod Khosla.

Aliás, conforme pudemos verificar mediante entrevista junto ao proprietário do Hotel Rio, em Rio Brillhante/MS, o comércio em geral fica aquecido com as atividades do setor canavieiro¹²⁷.

Do mesmo modo é prática veiculada por algumas empresas a organização de festa de fim de safra, a qual é marcada pelo sorteio de prêmios aos trabalhadores da área agrícola, como bem demonstra Asevedo (2010), no tocante a agroindústria canavieira Alcoolvale (Aparecida do Taboado/MS).

A esse respeito, a denominada empresa aponta ainda:

A usina mantém diversos trabalhos destinados aos colaboradores como: distribuição anual do prêmio em participação nos lucros e resultados, convênio médico hospitalar, Bolsas de estudos aos alunos do curso de agronomia de Ilha Solteira, facilitação ao nível superior para colaboradores de diferentes áreas da usina, projeto de humanização do trabalhador rural através de convênio de extensão universitária com a área de serviço social da Fundação Educacional de Santa Fé do Sul. (VÍDEO INSTITUCIONAL, 2007, p.01)

Chamemos a atenção também para ocorrência de Exposições em geral, as quais vinculam-se à performance do campo, e que vem ultimamente destacando a produção canavieira no estado.

Como exemplo, observa-se a EXPOAGRO que em 2007 noticiou com entusiasmo os primeiros investimentos do setor na região¹²⁸ através da implantação da agroindústria Dourados S.A. a qual conforme nos apontou o Sr. Paulo Aurélio Vasconcelos (BIOSUL) em entrevista realizada em 13/12/2012 não saíra do papel sendo que as propriedades arrendadas com plantio de Cana-de-açúcar foram vendidas à agroindústria São Fernando, sediada no mesmo município.

Por sua vez, a mesma exposição em sua 47ª edição (2011) contou com duas palestras envolvendo a dinâmica canavieira no estado: Perspectivas para o Setor Bioenergético em Mato Grosso do Sul e Cenários Futuros das Cadeias de Agroenergia centrada nos aspectos de mercado, políticas públicas e de tecnologia.

¹²⁷ Embora estejamos dando o exemplo de Rio Brillhante/MS este aspecto também pode ser observado em outras cidades por nos visitadas que receberam unidades produtivas de açúcar e álcool como é o caso de Ivinhema/MS, onde concentra-se os trabalhadores do grupo Adecoagro. Como nos apontou integrante do STR local: “A maioria dos trabalhadores de Angélica é daqui, especialmente os chefes, gerentes, etc devido a infra-estrutura que temos”. (PEREIRA: 2012, p.01).

¹²⁸ A esse respeito ver matéria: “Pioneiro leva o futuro energético à Expoagro”, publicada pelo Diário MS em 24 de maio de 2007 (Caderno Especial).

Isto demonstra a intrínseca relação entre o processo de afirmação do setor enquanto atividade econômica importante na região de abrangência da agroindústria canavieira, e a própria promoção do agrohidronegócio enquanto sustentáculo da economia dessa porção do estado.

Por fim, vale ressaltar como parte desse movimento de ascensão do setor agroindustrial canavieiro do estado, que Mato Grosso do Sul contemplou em 2011 a abertura oficial safra nacional de Cana-de-açúcar. O referido evento ocorreu na unidade Santa Luzia do Grupo ETH, em Nova Alvorada do Sul/MS e contou com a presença das principais membros do setor canavieiro do país.

Vejamos no 4º capítulo as questões elementares da Geopolítica da Cana-de-açúcar e os condicionantes estratégicos que marcam o domínio e o controle do capital no agrohidronegócio canavieiro de tal modo que compreendamos os artifícios e manobras políticas que permitem o edifício do capital e acumulação sem limites do setor em pauta que não por acaso oscila com as crises, mas continua sendo estruturada em suas ações e projetos econômicos instalados e previstos.

Do mesmo modo, destacamos nesse capítulo, os elementos que marcam a consolidação da matriz energética ao mesmo tempo em que temos na vertente deste processo a organização e resistência ao capital sinalizada no Mato Grosso pela ação de entidades como Comissão de Fiscalização e Erradicação do Trabalho Escravo e que são especialmente importantes para apreendermos que o trabalho enquanto elemento fundamente na relação orgânica entre homem e natureza se estrutura e faz um contraponto essencial no jogo de forças estabelecido em sociedade.

CAPÍTULO 04

A DEGRADAÇÃO DO TRABALHO NA AGROINDÚSTRIA CANAVIEIRA NO MATO GROSSO DO SUL

4.1 - Marcos e pressupostos da degradação do trabalho

Mato Grosso do Sul aparece no cenário midiático como um dos mais dinâmicos, na medida em que representa uma fronteira agrícola-econômica para a expansão de capitais, seja na agricultura ou na própria indústria agroprocessadora, bem como do DI agrícola.

Contudo, no que tange propriamente, ao campo, ampara-se largamente no discurso da produção da soja, da carne e, mais recentemente, da Cana-de-açúcar, os quais sustentam a sua economia e expressam sua situação frente aos demais estados da federação.

Contraditoriamente localiza-se na área tensões em torno da utilização de trabalho precarizado na medida em que situa-se na orla que envolve desde o desrespeito ao trabalho, no que tange aos procedimentos de arregimentação, contratação, formas de pagamento, às normas de saúde e segurança, enfim a materialidade das formas degradantes e assemelhadas à escravidão.

Conforme já desenvolvemos em trabalho anterior¹²⁹, é possível fazer uma analogia com as características do próprio sistema de produção vigente no Brasil, no período de colonização, quando, segundo Caio Prado Júnior, tínhamos a tríade monocultura, latifúndio e trabalho escravo – *plantation*¹³⁰.

Aliás, no Brasil como bem esclarece Oliveira (2011, p. 03): “Nossa agricultura, historicamente, utilizou-se do trabalho escravo. Ela começou com a escravidão e, no imaginário do capitalista brasileiro, paira a idéia de que se pode abusar dos trabalhadores”.

Em tratando-se de exploração do trabalho e particularmente em relação ao que tem denominado-se como “trabalho degradante”, é preciso esclarecer que pode ser entendido como tal aquele tipo de trabalho em que o empregado possui o direito de ir e vir, mas que tem a sua prestação de serviços condicionada, geralmente, a locais insalubres, jornadas excessivas, sem o fornecimento de alimentação de qualidade, de equipamentos de segurança etc.

Por outro lado, o chamado “Trabalho Escravo”, diz respeito ao conjunto formado pelo trabalho degradante e o cerceamento da liberdade, isto é, perda do direito de ir e vir, tal qual nos é assegurado pela constituição em seu artigo 5º.

¹²⁹ Queremos chamar atenção para o nosso Mestrado em Geografia realizado junto a UFGD (2008) cujo título é: “Expansão da agroindústria canavieira no Mato Grosso do Sul: Relação capital x trabalho e reconfiguração espacial”.

¹³⁰ O latifúndio propriamente dito não se diferencia essencialmente das características do agrohidronegócio, ao passo que este se alicerça na exploração sem precedentes dos trabalhadores, inclusive enquanto trabalho escravo, pois em inúmeras fazendas, em todo o país, em especial nas áreas de fronteiras, verificamos a ocorrência do cerceamento da liberdade de ir e vir dos trabalhadores e, somado a este, o sistema de barracão, caracterizado pela dívida impagável dos sujeitos, contraída junto aos seus patrões.

Concordamos com Pereira (2008, p. 35/36), ao destacar que:

A escravidão contemporânea não se vale mais da aquisição, mas do uso e descarte dos seres humanos. Ainda que este seja o limite necessário para garantir lucros elevados, para diminuir despesas, viabilizar empreendimentos econômicos no campo e na cidade, muitos deles financiados por empréstimos de dinheiro público ou por incentivos fiscais.

Todavia, é preciso considerar como fator preponderante não apenas a falta de liberdade de ir e vir para caracterizar o trabalho escravo, mas o princípio constitucional da dignidade da pessoa humana uma vez que o Trabalho Escravo tem como elemento norteador justamente a sujeição do trabalhador, a qual pode ser de natureza física ou psicológica.

Nesse sentido Bruno e Vieira (2009), destacam em seus estudos que do ponto de vista do trabalhador, o trabalho escravo apresenta-se como uma situação limite de exploração na qual tem-se paralelamente o trabalho não pago, a existência de maus-tratos por parte do empregador e o trabalho exaustivo.

Desta forma: “[...] os maus-tratos, o relacionamento sem consideração e respeito por parte do empregador, com xingamentos, agressividade, são considerados sinônimo de escravidão” (BRUNO; VIEIRA, 2009, p.166) aos olhos dos trabalhadores, isto porque a referida humilhação soa aos mesmos como o equivalente do castigo físico da escravidão de outrora.

Não obstante, de acordo com a autora: “[...] concepções e valores dos oprimidos, por vezes, naturalizam a exploração a que são submetidos, legitimando as formas de dominação” (BRUNO; VIEIRA, 2009, p.161) de tal forma que os mecanismos de coerção são verdadeiras armas nas mãos dos empresários que usam de má fé para garantir o controle dos trabalhadores.

Segundo Vilela e Cunha (1999), tal forma de exploração passou a integrar a agenda nacional especialmente a partir da década de 1990 quando a imprensa nacional passou a dar ampla notoriedade ao assunto. Bem como atraiu o interesse de inúmeras organizações não governamentais, entidades sindicais de trabalhadores, organismos internacionais etc.

Segundo Pereira (2008), o Brasil foi o primeiro país a reconhecer a existência em seu território de formas modernas de escravidão o que implicou por parte do Ministério Público do Trabalho (MPT) na tomada de medidas de proteção às vítimas dessa forma de exploração, tendo em vista a violação dos direitos fundamentais trabalhistas.

Nesse sentido, foi instituído pelo governo brasileiro em 1995 o Grupo Executivo de Repressão ao Trabalho Forçado (GERTRAF) e o Grupo Móvel de Fiscalização no âmbito do Ministério do Trabalho, com o intuito de apurar denúncias de trabalho escravo e tráfico de pessoas.

No entanto, há de se destacar que a completa erradicação do trabalho escravo atrela-se a um conjunto de ações da sociedade que inclui como assevera Bruno e Vieira (2009), tanto organismos públicos como a própria sociedade civil através das organizações de classe, entidades de direitos humanos etc.

No caso específico da atividade canavieira temos a criação do “Núcleo de Prevenção e Enfrentamento das Irregularidades Trabalhistas e Sociais nas atividades Sucroalcooleiras no estado de Mato Grosso do Sul”, o qual objetiva investigar as condições de trabalho na agroindústria ao passo em que:

[...] ao lado de denúncias acerca da questão indígena e de trabalhadores nordestinos, relacionados às usinas de açúcar e álcool (com a recente chegada de novas usinas de açúcar e álcool, algumas, ao lado de outras antigas, teimam em desrespeitar os mais mezinhos direitos trabalhistas e previdenciários de seus prestadores de serviços. (PEREIRA, 2008, p.45)

Em relação à expansão da Cana-de-açúcar no Mato Grosso do Sul e em Nova Alvorada do Sul/MS em particular é importante considerar o posicionamento do Sindicalista Ramão Escalante Mareco, segundo o qual as condições de trabalho:

Irregular; irregular pelo seguinte: não está bom para o trabalhador? não tá bom porque do preço do salário nós esta na justiça nós esta nós ministério porque estão desrespeitando o trabalhador e ele e não estão cumprindo a emissão quando teve audiência pública na Câmara Municipal disse que 50% ia ser da área do trabalhador braçal e 50% para maquinário e eles não estão cumprindo nem 10%. Hoje canavieiro que tinha naquele tempo era de 7 a 8 mil pessoas, hoje está tendo apenas 60 pessoas daquela empresa da área rural. (MARECO, 2012, p.01)

Nesse sentido é válido destacar que existem posicionamentos no estado que identificam a existência de dois tipos de agroindústrias canavieiras, isto é, unidades que são antigas e que tem atuado desrespeitando à legislação trabalhista e ambiental, e outras empresas que realmente são de capital estrangeiro e que por esta “natureza diferenciada” possui uma preocupação maior com a questão trabalhista e ambiental.

Isto, de fato, não condiz com a realidade conforme temos verificado através da realização da pesquisa de campo e documental, vide a análise dos Inquéritos Civis Públicos (Portarias) apresentado adiante.

Não obstante, do ponto de vista do discurso, conforme foi nos apontado pelo Sr. Eduardo Corrêa Riedel Presidente da FAMASUL: “Uma preocupação que nós temos é que o setor tenha um crescimento pautado pela consciência ambiental e trabalhista e atuamos também no sentido de estimular esta situação”. (RIEDEL, 2007, p. 01)

As unidades produtivas estão estruturadas diferencialmente quanto à performance técnica e produtiva, o que as põem em níveis diferenciados quanto à escala da produção, produtividade, ganhos etc.

Por fim, devemos ressaltar outra forma de exploração denominada como sendo “trabalho forçado”, a qual, segundo a Convenção nº 29 da OIT, de 1930, refere-se a: “[...] todo trabalho ou serviço exigido de uma pessoa sob a ameaça de sanção e para o qual não tenha-se oferecido espontaneamente”.

Vale ressaltar que, conforme Art. 149, do Código Penal, reduzir alguém à condição análoga à de escravo, quer submetendo-o a trabalhos forçados ou a jornada exaustiva, quer sujeitando-o a condições degradantes de trabalho, quer restringindo, por qualquer meio, sua locomoção em razão de dívida contraída com o empregador ou preposto, acarreta reclusão de dois a oito anos e multa, além de pena correspondente à violência¹³¹.

Ainda, segundo o artigo:

§ 1º Nas mesmas penas incorre quem:

I- cerceia o uso de qualquer meio de transporte por parte do trabalhador, com o fim de retê-lo no local de trabalho;

II- mantém vigilância ostensiva no local de trabalho ou se apodera de documentos ou objetos pessoais do trabalhador, com o fim de retê-lo no local de trabalho.

§ 2º A pena é aumentada de metade, se o crime é cometido:

I- contra criança ou adolescente;

II- por motivo de preconceito de raça, cor, etnia, religião ou origem.

- §§ 1º e 2º acrescidos pela Lei nº 10.803, de 11-12-2003.

¹³¹ Caput e pena com a redação dada pela lei nº 10.803, de 11-12-2003.

Concordamos com Moreyra (1999), ao apontar que não trata-se de exagero de linguagem utilizar a expressão trabalho escravo para designar situações nas quais são atingidos: “[...] os interesses dos trabalhadores do ponto de vista coletivo ou difuso” (p.23).

De fato, como expressa Smith (1988, p. 175): “A necessidade de acumulação do capital leva a uma franca expansão geográfica da sociedade capitalista, conduzida pelo capital produtivo”.

Nesse contexto, fala-se em novas formas de escravidão, as quais não se limitam ao caso em que: “[...] famílias inteiras são deslocadas para pontos afastados do território nacional tem seus documentos retidos, são constrangidos a assumir dívidas para a própria sobrevivência e são obrigados a trabalhar em condições degradantes”. (MOREYRA,1999, p.22).

Nesse sentido, é importante ressaltar o posicionamento do agrohidronegócio¹³² que enfatiza em seu discurso que a denominação trabalho escravo acarreta consequências diretas ao agricultor, como por exemplo: a) dano moral; b) inclusão na lista suja do Ministério do Trabalho, o que implica no impedimento de receber crédito agrícola; c) multas vultuosas etc.

Na verdade, observa-se que para o capital a intenção é justamente criar um aparato que mascara as reais condições a que estão submetidos os trabalhadores nos diferentes segmentos do agrohidronegócio a que estão vinculados, de tal forma que é desqualificado as ações e significados dos órgãos e instrumentos reguladores.

Como pudemos apreender mediante depoimento do representante da Comissão Permanente de Investigação e Fiscalização das Condições de Trabalho no Mato Grosso do Sul, é preciso ter claro que: “[...] quando se pensa em trabalho escravo se pensa na corrente amarrada nos pés e é diferente, pois, existe escravidão pior do que isso é o aprisionamento de índios que têm aqui no estado que não conseguem ir embora porque não conseguem acabar de pagar a dívida” (PAULETTI, 2007, p.08).

Este fenômeno direciona-se especialmente à Região Centro Oeste e Norte do Brasil, através das frentes pioneiras de ocupação, mas continuam mais recentemente a partir da expansão das monoculturas, especialmente da Cana-de-açúcar em meio a um processo de “cumplicidade entre o arcaico e o moderno” na medida em que temos o envolvimento de empresas consideradas modernas protagonistas de verdadeiros escândalos quanto às práticas precarizadoras do trabalho.

¹³² Conforme artigo: “Uma crítica à crença generalizada de que existe “trabalho escravo” na agricultura brasileira” de Gervásio Castro de Resende, publicada pela Unica (Opinião), 2011.

Nesse caso, é fundamental esclarecermos amparados em Oliveira (2011, p.03) que: “Não existe agricultor capitalista moderno e agricultor capitalista atrasado.” Logo, “Ambos usam instrumentos que oprimem”. (idem, p.03).

Nesse sentido, presenciamos no Mato Grosso do Sul, complexa trama envolvendo as relações de trabalho especificamente no campo, sendo possível identificar as mais diversas situações: a) trabalhadores com carteira assinada pela unidade agroindustrial sem intermediação dos empreiteiros; b) trabalhadores com carteira assinada pela unidade agroindustrial, com contratação pelos empreiteiros; c) trabalhadores sem carteira assinada.

Em relação à contratação de empreiteiros que recrutam mão de obra diarista para trabalhar na lavoura da Cana-de-açúcar temos observado que se concentram especialmente nas etapas de plantio e preparação de terra. Embora esse expediente venha sendo negado por parte das unidades agroindustriais com as quais tivemos contato durante a pesquisa como bem nos relatou o gerente agrícola da agroindústria canavieira Aurora a qual não possui nem mesmo Empresa Agrícola vinculada.

Por outro lado, do ponto de vista das formas de exploração sobre o trabalho podemos elencar os mais comuns, quais sejam: 1) descumprimento de acordos e dissídios coletivos; 2) descumprimento dos direitos trabalhistas, não pagamento da contribuição previdenciária, e depósito do Fundo de Garantia e Tempo de Serviço (FGTS); 3) desassistência à saúde e demais direitos trabalhistas; 4) crescente terceirização de serviços e admissão de trabalhadores por meio de empresas subsidiárias, “gatos” e agentes vinculados às empresas¹³³.

É como bem aponta Barreto (2012), em pesquisa desenvolvida no Pontal do Paranapanema/SP, área que como Mato Grosso do Sul, apresenta-se como uma importante fronteira para o capital canavieiro, que incorporada somente em fins da década de 1970 e meados de 1980 ao projeto agroindustrial canavieiro revela-se como um dos mais ousados de todo país tendo em vista a investida de inúmeras multinacionais e Grupos empresariais já consolidados em outras áreas ou regiões do Brasil.

No tocando especialmente a terceirização como bem ressalta Barreto (2012, p.200): “[...] objetivando a redução dos custos no processo produtivo, o setor tem investido

¹³³ Aliás, esse quadro pode ser visualizado de forma bastante ilustrativa através de documentários: A verdade do Gato (CPT/GO), Tabuleiro do Xadrez e Cana no Pontal? os quais dimensionam cenas e cenários da exploração do trabalho no país a partir da expansão do agrohídronegócio canavieiro e de suas mazelas e que podemos utilizar como recurso de mobilização do cenário conflito capital X trabalho em Mini-curso realizado junto à UEMS/Glória de Dourados em 2007 (AZEVEDO, J. R. N; MONDARDO, M. L.). Particularmente esse último vídeo-documentário citado é fruto de pesquisa financiada pela FAPESP, no âmbito do CEGeT, sob a coordenação do Prof. Dr. Antonio Thomaz Junior.

cada vez mais na terceirização do trabalho, sobretudo no setor da colheita e transporte”. E completa: “Nessa perspectiva, terceirizar comparece como mais uma estratégia usada pelo capital para geração de lucro e para desmobilizar os trabalhadores envolvidos no processo produtivo”. (idem).

Vale ressaltar em relação a esse último aspecto que a Convenção Coletiva do Trabalho (2010/2012), que rege o setor canavieiro no estado do Mato Grosso do Sul, define através de sua 12ª cláusula que os empregadores não poderão usar gatos ou agenciadores na contratação de empregados para prestar-lhes serviços na lavoura canavieira.

De fato, concordamos com Barreto (2012) quando destaca em seu trabalho que quando se coloca em questão os reatamentos da territorialização da agroindústria canavieira percebe-se novas e velhas formas de reprodução do capital, de tal forma que alcança-se em primeira instância o intento principal voltado a extração da mais-valia, que por sinal está eivada de suor dos trabalhadores mas vislumbrados a partir de “uma nova roupagem” (idem, p. 172).

Assim, por exemplo, a respeito da contratação de trabalhadores por gatos identificamos recentemente (06/2011) que a Infinity Agrícola tem lançado mão desse recurso para atender a demanda da Usinavi, a qual apresenta uma capacidade produtiva em expansão.

Vale salientar que a empresa para garantir essa produção de 3,2 milhões de toneladas lança mão de uma área de 35 mil hectares e aproximadamente 2.966 trabalhadores.

É nesse sentido que verificamos, conforme informações disponibilizadas pelo Ministério Público do Trabalho, que ocorreu a contratação de 542 trabalhadores em seus locais de origem, sendo parte arregimentados no Norte de Minas Gerais e estados do Nordeste, e 285 trabalhadores indígenas das aldeias da região.

A ata da Assembléia Geral demonstra essa situação vivenciada pelos trabalhadores no local:

ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 22 DE JULHO DE 2011, PRÓXIMO AO ALOJAMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS DA EMPRESA INFINITY AGRÍCOLA DE NAVIRAÍ-MS AS 14:00 (QUATORZE HORAS). Aos Vinte e Dois Dias do Mês de Julho de Dois Mil e Onze, no alojamento dos Pernambucanos e Maranhenses reuniram-se os trabalhadores do Corte de Cana da Infinity Agrícola ou Usinavi para discutirem sobre os problemas que estão ocorrendo com os trabalhadores em relação a situação de todos com a empresa. Presente na reunião o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Naviraí-MS, senhor Alexandre Gomes da Silva, o vice-presidente senhor Osvaldo Ribeiro da Silva e o assistente técnico do Sindicato senhor Valter Zanferrari que foi nomeado pelo presidente para fazer a Ata da reunião. O presidente do Sindicato interpelou os presentes para saber em que “pé” estavam as coisas. Ouviu dos presentes muitas reclamações em relação ao baixo custo do preço do metro da cana, baixos salários e tantos outros problemas que passo a relatar a seguir, sendo: Preço da cana abaixo do normal, **péssimas condições de trabalho, falta de apoio nos dias de frio, não fornecem roupas adequadas.** No **Acampamento as condições estão péssimas, com falta de higiene, alimentação péssima, chegando ao ponto de na Janta ser oferecido até mesmo restos do almoço.** No alojamento comporta em torno de **vinte pessoas, chega a ficar até quarenta pessoas,** o teto do alojamento esta danificado e quando chove goteira em todos os lugares. **As fossas estão com um mal cheiro horrível, em fim, o alojamento segundo os trabalhadores não tem a mínima condição de habitação.** Outras reclamações foram feitas pelos trabalhadores que passam a relatar, sendo elas: Fiscal ameaça os trabalhadores, **“Tonhão” Fiscal usa maus tratos com o pessoal** e vive ameaçando a todos. Ambulância quando leva os trabalhadores para os hospitais, não dão assistência durante os tratamentos. Exigem que os trabalhadores cortem a cana logo após atearem fogo, quando a cana ainda está quente. No Acampamento moram em torno de Quatrocentas pessoas e só existem doze fossas que não comportam todos os moradores, pois também só tem doze vasos sanitários. Existe desonestidade por parte dos fiscais com relação a medição da cana. A ambulância não traz os doentes até o acampamento, deixando os mesmos na beira da estrada. Os Fiscais não marcam os dias trabalhados, dizem que foi comprovado dias trabalhados e não marcados pelos Fiscais. Foi também comprovado **ônibus que transportam pessoal em péssimas condições, faltando parafusos nas rodas e outros danos, este fato foi fotografado e portanto comprovado.** Diante de tanto sofrimento **os trabalhadores já não acreditam mais em acordos com a usina** e só aceitam conversar em acordo estando presente o Sindicato, a FETAGRI-MS e o MINISTÉRIO PÚBLICO, caso isto não seja possível **a decisão tomada por unanimidade dos trabalhadores é voltar para a terra de origem.** Informaram também que **caso o Ministério Pública não tomar providencias dentro de vinte e quatro horas** todos os trabalhadores irão se mudar para dentro da Usina, esta decisão foi tomada durante a Assembléia. Exigem também a presença de Imprensa Falada, escrita e televisada. Não suportam mais tanta falsidade por parte dos usineiros, que só visam o lucro da empresa e aos trabalhadores nada. Existe ainda outros reclames, principalmente em relação aos atestados, onde são cobrados pela empresa o valor de R\$ 7,00 dos trabalhadores. Chegou-se mesmo ao cúmulo de a empresa pagar uma diária no valor de R\$ 5,00. Finalizando, o trabalhador de nome José Ribamar Silva Martins ter cortado o dedo e a empresa não mais pagou seus salários. Estas portanto são as condições e reivindicações dos trabalhadores do corte da cana na Usinavi (Infinity Agrícola). Nada a mais havendo a tratar a Assembléia foi encerrada e lavrada a Ata que após ser lida e aprovada foi por todos assinada. (Ministério Público do Trabalho)

Associado a esse contexto devemos salientar que a Usinavi foco de nossas atenções em virtude dessa situação descrita foi autuada em 2012 em R\$10 milhões por trabalho degradante, mais precisamente a título de dano moral coletivo. Vale destacar que tal medida se insere em um contexto de reiteradas constatações de irregularidades entre 2009 e 2012, apreciadas de perto por parte do Grupo Especial de Fiscalização Móvel, formado por auditores do trabalho, policiais federais e procuradores do trabalho.

A título de exemplo, podemos mencionar entre as situações encontradas na agroindústria canavieira Usinavi pelo menos dois trabalhadores mortos em acidentes de trabalho com tratores que carregam Cana-de-açúcar, sem contar vários outros casos em que trabalhadores acidentaram com perdas de dedos, cortes profundos etc.

Relacionado à Usinavi é importante destacarmos outro fato ocorrido em 2012, envolvendo trabalhadores de seu quadro em uma perseguição política. A situação foi denunciada por lideranças sindicais ao passo em que dois empregados da agroindústria teriam sido demitidos porque resolveram integrar uma chapa para concorrer às eleições do Sindicato dos Trabalhadores.

De acordo com o Presidente da Federação dos Trabalhadores nas Indústrias de Alimentação e Afins, de Mato Grosso do Sul (FTIAA/MS), Sr. Vilson Gimenes Gregório (2012, p. 01): “Não podemos permitir que atitudes anti-sindicalistas prevaleçam em empresas instaladas em nosso estado. Os trabalhadores têm direito de eleger seus representantes sindicais para lutar pelos seus interesses [...]”¹³⁴.

A esse respeito devemos lembrar que o Tribunal Regional do Trabalho (TRT) suspendeu o processo eleitoral do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Açúcar e Álcool de Naviraí e definiu que fosse reintegrado ao quadro da empresa Infinity Bio Energy os trabalhadores demitidos.

É válido destacar que de acordo com o representante da UNICA, Sr. Antonio de Pádua Rodrigues, que as empresas têm buscado medidas que beneficiam os trabalhadores dentre as quais o fim da terceirização¹³⁵. Não é isso, todavia, que foi divulgado pelo Jornal O Estado de SP, em 07 de junho de 2006¹³⁶, que sinaliza para crescente terceirização nas operações agrícolas e de logísticas das agroindústrias canavieiras com a expansão da atividade.

¹³⁴ A esse respeito ver matéria intitulada: “Usina é acusada de demissão política de lideranças sindicais”, publicado pelo Jornal Sidrolândia News em 04/04/2012. Acesso em 20/04/2012.

¹³⁵ Folha de SP, 29 de abril de 2007.

¹³⁶ Cf. Terceirização chega ao canavial (Agrícola).

Já em relação ao Trabalho Escravo e formas assemelhadas presenciamos no Brasil, conforme dados da Comissão Pastoral da Terra (CPT) o seu aumento entre 1998 e 2009, bem como das pessoas envolvidas. Por sinal, nos últimos anos a expressiva maioria dos trabalhadores resgatados em situações análogas à escravidão estavam ligados com a atividade canavieira.

No Mato Grosso do Sul o Ministério do Trabalho realizou em 2008, dez operações as quais abrangeram quatorze fazendas e culminou no resgate de 236 trabalhadores em situação de trabalho escravo, resultando em multas na casa de R\$534 mil.

Por sua vez, em 2009, foram realizadas três operações e fiscalizado cinco estabelecimentos, resgatando 22 trabalhadores em condições análogas à escravidão, mas não foram emitidas multas. Efetivamente, isto demonstra a persistência de práticas de exploração no território por parcela do empresariado.

Nesse contexto, o Ministério Público do Trabalho age instaurando como procedimento imediato o Inquérito Civil Público ou ajuizando a Ação Civil Pública, de tal maneira a obrigar o empregador a não praticar tais atos que ferem o direito à liberdade do trabalhador.

Vale destacar com base na matéria intitulada “Cana Concentra Trabalho Degradante”, publicada no Jornal Folha de São Paulo, de 17 de fevereiro de 2008, a qual aborda que os empresários, via UNICA, compreendem como casos isolados o fato de se encontrar trabalhadores em situação degradante nos canaviais.

Dessa forma, utilizar-se os números de 2007 para fazer um diagnóstico, poderíamos concluir de maneira apressada que os 3.117 casos de trabalho escravo no Brasil parecem irrisórios frente ao império da geração de empregos e renda nos municípios do país.

Não obstante, não é de se estranhar como pudemos verificar em Anaurilândia/MS, a euforia em torno da instalação da agroindústria, como atesta a fala de alguns trabalhadores entrevistados entre 2007 e 2012, da agroindústria Canavieira Aurora, particularmente quando esta unidade estava em fase embrionária: “[...] é muito bom à instalação da usina no município, é uma verdadeira vitória para todos, já que ela vai trazer emprego e movimentar o município, em todos os setores”.

Esse contexto de euforia se repete em Angélica/MS, haja vista a instalação do Grupo Adecoagro no local. Observa-se neste município a atração de muitos profissionais que são seduzidos pelas novas oportunidades de trabalho. Aliás, é clara a mudança no perfil demográfico, assim se comparamos, observamos que entre a década de 1990 e início da de

2000 a população reduziu-se de 8.834 para 7.356 habitantes, já em 2010 verifica-se 9.170 pessoas. (IBGE).

Na verdade, quando se considera a territorialização da agroindústria canavieira em determinado município estima-se, segundo gerente industrial da Eldorado S.A., o qual pudemos entrevistar em 2009, Sr. Max Eduardo Vieira Bruno, a geração de empregos, que vai de 280 a 2500 trabalhadores por município, a depender do nível de tecnificação da unidade em instalação.

Nesse sentido, é interessante apontar com base em pesquisa promovida pela Wiabiliza Soluções Empresarias, que tem ocorrido, sobretudo nos estados do Mato Grosso do Sul e Goiás, devido a recente expansão canavieira e consequente territorialização de novos grupos produtores, a migração de diversos profissionais paulistas.

A título de exemplo, conversamos durante Trabalho de Campo realizado entre os dias 27 e 28 de fevereiro de 2012, com o Sr. Adilson, natural de Dracena/SP, mas que trabalhava até 2010 na destilaria Santa Fany¹³⁷ em Regente Feijó de onde saiu em decorrência de sua falência. Após o ocorrido e sabendo do início das obras da agroindústria canavieira Ivinhema/MS o referido trabalhador enviou currículo e foi selecionado pela Adecoagro, estando no momento em fase de experiência. Segundo o trabalhador tão logo se “efetive” na empresa buscará sua família para residir em Ivinhema/MS.

Desta forma, é interessante notar que a venda da força de trabalho e o fato de deslocar-se no território se dá segundo a lógica do capital:

A circulação das forças de trabalho é o momento da submissão do trabalhador às exigências do mercado, aquele em que o trabalhador, à mercê do capital e das crises periódicas, se desloca de uma esfera de atividade para outra; ou por vezes aquele em que sucede o trabalhador ser “sensível” a toda variação da sua força de trabalho e da sua atividade, que lhe deixa antever um melhor salário (GAUDEMAR, 1977: 194).

Outro exemplo pode ser apreendido através de entrevista realizada com a Sra. Solange Cruz, em 27 de fevereiro de 2012, moradora de Ivinhema/MS e que voltou ao município após o início das obras da empresa Adecoagro. De acordo com a mesma, apesar de

¹³⁷ A referida destilaria está incluída desde os anos 2000 no rol de empresas com sérias dificuldades econômicas do Estado de São Paulo. Conforme pudemos levantar (AZEVEDO:2005) trata-se desde então de um dos principais focos de problemas trabalhistas da região de Presidente Prudente/SP, envolvendo uma gestão tumultuada em torno da figura do empresário Jaques Samuel Blinder. Destaca-se o fato que desde o pedido de falência da empresa, ainda não foi acertado com trabalhadores e fornecedores de Cana-de-açúcar os devidos encargos.

ter nascido no município e ter vivido nele até seus 18 anos, desde então buscou fora condições para viver, primeiramente, em Sidrolândia/MS e depois em Bauru/SP, onde permaneceu por 3 anos.

É sabido, no entanto que tais cargos representam reduzida parcela dos empregos gerados nas empresas e não expressam a realidade vivenciada pelo conjunto dos trabalhadores. Ainda assim, é válido lembrar que tais profissionais dificilmente se instalam nas pequenas cidades, preferindo via de regra se instalarem nas cidades principais da região onde é oferecido mais produtos e serviços.

Conforme entrevista realizada em 24 de janeiro de 2012, com Adalberto da Silva, trabalhador do setor canavieiro, é fácil deslocar de uma empresa para outra quando se tem determinada formação. O mesmo cita o seu caso, formado em licenciatura em matemática e não satisfeito com o salário recebido cursou técnico em Química. Trabalhou primeiramente na fase de construção da LDC-SEV entre dezembro de 2007 a dezembro de 2009, e desde 2010 esta exercendo a função pela qual formou em outra unidade produtiva instalada em Dourados/MS (São Fernando).

De acordo com Adalberto da Silva a mudança de empresa se deu em virtude de facilitar seu deslocamento diário já trabalhava no turno B e chegava em sua residência altas horas. Ainda de acordo com Adalberto da Silva, desde final de 2011, o fluxo de trabalhadores está quente haja vista a inauguração de novas unidades agroindustriais canavieiras, a exemplo disso observa-se o deslocamento de pessoas de empresas situadas na Grande Dourados para outras na porção Leste do estado.

Concordamos com Barreto (2008), quando destaca que em relação à promoção de empregos, o que observa-se é que as empresas buscam apenas a mão de obra precarizadas para atuar no corte da Cana-de-açúcar, enquanto cargos ligados à gerência ou outros que requerem maior confiança da empresa é trazido de fora, geralmente do estado ou município onde está à sede do Grupo ou que já tem um currículo extenso no setor.

Assim, do ponto de vista do empresariado a geração de empregos justifica qualquer coisa, aliás, para Maurílio Biagi Filho: “[...] o salário do cortador de Cana-de-açúcar está muito acima da média brasileira de remuneração. Por isso é que atrai tanta gente¹³⁸”.

A esse respeito, observamos a média salarial paga aos trabalhadores da cultura de Cana-de-açúcar no estado do Mato Grosso do Sul para dimensionarmos a realidade de tais empregos gerados. (Quadro 12)

¹³⁸ Cf. Folha de São Paulo, 03 de maio de 2007 – Dinheiro.

Quadro 12: Média Salarial dos Trabalhadores nas Etapas Agrícolas da Cana-de-açúcar no Mato Grosso do Sul

Município canavieiro	Salário (R\$)
Anaurilândia	Não Consta
Angélica	Não Consta
Aparecida do Taboado	536,33
Batayporã	632,12
Brasilândia	Não Consta
Caarapó	601,65
Costa Rica	570,19
Dourados	794,54
Fátima do Sul	578,04
Iguatemi	Não Consta
Maracajú	581,04
Naviraí	555,79
Nova Alvorada do Sul	644,69
Nova Andradina	881,66
Ponta Porá	707,24
Rio Brillhante	589,19
Sidrolândia	587,25
Sonora	551,39
Vicentina	562,24

FONTE: Perfil do Município (jan. 2010 a set.2011)
Org.: AZEVEDO, J. R. N. (2011)

É possível diagnosticar que a média salarial dos trabalhadores em questão é relativamente baixa se pensarmos que o salário mínimo atual é de R\$622,00. Na verdade isto contrasta com o depoimento do empresário Maurílio Biagi Filho exposto anteriormente e expõe a dura realidade de centenas de trabalhadores envolvidos com a atividade canavieira.

Observa-se de acordo com a Quadro 12, que o maior rendimento obtido pelos trabalhadores está em Nova Andradina/MS onde alcança-se R\$881,66 mensais seguido por Dourados/MS com R\$794,54 e Ponta Porã que comparece com R\$707,24. No outro extremo tem-se o rendimento médio para Aparecida do Taboado/MS, de apenas R\$536,33, de Sonora/MS com R\$551,39 e Naviraí/MS com R\$555,79 mensais.

Contraditoriamente não é isso que é alardeado pelos representantes do capital, segundo os quais: “[...] a faixa salarial já é a maior do Estado, e são R\$90 milhões mensais em relação aos outros setores, e isso nos orgulha muito é a maior margem salarial”.

Estamos aqui nos referindo a um crescente grau de formalização no âmbito da agroindústria canavieira a qual conforme destaca Delgado e Sant’Ana (2012) não representa um dado positivo de modernidade mas ao contrário esconde outra situação, isto é: [...] “O grau de morbidade” das relações de trabalho em Cana-de-açúcar estivera em grande medida

escamoteado às condições de forte informalidade no emprego e, portanto, não apareciam como problema de política social” (Idem, p.211).

Em tratando-se dos trabalhadores rurais, mais especificamente os cortadores, o empresário ressalta serem: “[...] pessoas sem referência de vida na roça”. Ou seja, com: “[...] vivência urbana e uma constituição física completamente diferente da do lavrador”. (DELGADO E SANT’ANA, 2012, p.)

De fato, como reforça Biagi Filho (2007, p. 06): “Muitos não encontram trabalho na cidade e vêm tentar nos canaviais o último reduto para sobreviver”. E continua: “[...] garanto que boa parte deles, mesmo assim, ganha mais do que os fiscais que hoje denunciam usinas e fornecedores por trabalho escravo”.

Vejamos a situação dos cortadores de Cana-de-açúcar no Mato Grosso do Sul, haja vista que de acordo com a Comissão e da Subcomissão de Investigação e Fiscalização das Condições de Trabalho: [os cortadores]: “Eram confinados em alojamentos totalmente isolados, situados no meio dos canaviais, verdadeiras pocilgas, em barracos apinhados, muitos deles de lonas, onde se misturavam velhos, adultos e crianças” (p.221), sem contar que “[...] perfaziam até quatorze horas diárias de trabalho, sendo transportados em caminhões boiadeiros superlotados ou em carrocerias abertas e baixas, no meio de ferramentas”.

Como bem revela a pesquisa realizada por Barreto (2012, p. 212) referente ao Pontal do Paranapanema: “[...] a despeito de ser uma prática comum entre os empresários canavieiros contratar a mão de obra migrante para o corte da cana, não é comum essas empresas organizarem seus alojamentos de acordo coma as premissas das Normas Regulamentadoras”.

O Jornal do Povo assim se refere às condições dos alojamentos da empresa Debrasa, situada no município de Brasilândia/MS, flagrada em 2007, cujas instalações encontravam-se em condições degradantes pelo Grupo Especial de Fiscalização Móvel do Ministério do Trabalho.

Os alojamentos foram encontrados sem condições de habitabilidade, higiene e conforto, com muito lixo espalhado pelo chão, moscas e outros insetos e restos de comida por todo o local e esgoto a céu aberto, além de estarem superlotados, com homens amontoados, sem armários ou locais para guarda de roupas e objetos de uso pessoal, em desacordo com as normas de segurança e saúde do trabalhador. (JORNAL DO POVO, 16 de novembro de 2007, nº 3.829, p. 04)

Como se não bastasse, nesses casos: “[...] os trabalhadores não eram registrados pelas usinas que não assumiam o vínculo direto com ele, a alimentação era péssima e a remuneração, baixíssima” (JORNAL DO POVO, 16 de novembro de 2007, nº 3.829, p. 04).

Em relação à agroindústria canavieira Debrasa é valioso o relato de Ribeiro (2001, p.123), segundo o qual:

A microrregião agroindustrial da Debrasa confirma esse fenômeno com sua horizontalidade paisagística marcada por plantações de cana, equipamentos e infra-estruturas voltadas ao seu processamento. *Caracteriza-se como um pólo atrativo de força de trabalho indígena e não-indígena*, fazendo surgir uma Vila Industrial habitada por centenas de moradores, formando um mercado de consumo local, com fornecimento de instrução escolar não apenas aos indivíduos circunvizinhos à propriedade, como também filhos de fazendeiros dos arredores etc. A verticalidade (em nível econômico, técnico e informacional, comandado pelo Grupo José Pessoa) da atuação produtiva em âmbito nacional e com distribuição de derivados no mercado global” (Grifo nosso).

É interessante destacar que as empresas que possuem a prática de manter os trabalhadores alojados quase sempre resistem à entrada de órgãos de fiscalização tal como o Ministério Público, Comissão de Fiscalização do Ministério do Trabalho, Sindicatos e, inclusive, de pesquisadores, como pudemos vivenciar em trabalhos de campo realizados no Mato Grosso do Sul¹³⁹.

Uma característica marcante dos alojamentos das agroindústrias canavieiras diz respeito à sua localização estratégica, na medida em que situam-se quase sempre nos arredores das empresas, ou seja, estão situadas em locais para melhor servir aos interesses do capital.

No entanto, os alojamentos destinados aos migrantes e indígenas situam-se em áreas separadas e distantes tal como constatamos na Energética Santa Helena, em Trabalhos de Campo, realizados em 2007, o que se justifica pela necessidade de se evitar o contato entre os trabalhadores migrantes, geralmente alagoanos, baianos etc. e os indígenas.

No que tange aos alojamentos devemos lembrar do Projeto de Lei nº147/09 (Processo nº225/09) de autoria do Deputado Pedro Kemp, que dispõe sobre a obrigatoriedade de alguns requisitos para os alojamentos ou moradias destinadas aos trabalhadores rurais, sejam migrantes ou indígenas.

¹³⁹ Como nos disse um trabalhador da usina Ivinhema, Sr. Adilson em Trabalho de Campo realizado entre 27 e 28 de fevereiro de 2012: “[...] a empresa é bastante rígida e não aceita visitas”, sendo necessária vistoria de técnico de segurança do trabalho e acompanhamento de psicólogos e acrescenta: “[...] nem mesmo nos funcionários, podemos levar os filhos e familiares até a empresa”.

Fato interessante diz respeito ao suposto fechamento de Alojamentos construídos por unidades produtivas atuantes em Rio Brillhante/MS, conforme nos apontou o Sr. Ovídio Santos, em Trabalho de Campo realizado em 25 e 26 de janeiro de 2012. Segundo o entrevistado dado a mecanização não foi mais necessária abrigar os referidos trabalhadores os quais foram substituídos pelas máquinas.

Observa-se que a acomodação dos trabalhadores tornou-se uma questão para as agroindústrias canavieiras a partir da ação de fiscalização do Ministério do Trabalho. Nesse sentido, a empresa Vista Alegre, sediada em Maracaju/MS, construiu 40 casas, de 55 metros quadrados, para abrigar funcionários provindos de outras localidades, bem como alojamentos com o objetivo de abrigar até 600 trabalhadores rurais migrantes.

A empresa Alcoolvale, de Aparecida do Taboado/MS, é outra empresa que oferece alojamentos aos trabalhadores migrantes sendo que neste caso a unidade agroprocessadora fornece casa e energia elétrica. Como medida de precaução é interessante ressaltar que a empresa pode punir os trabalhadores que, por ventura, entrarem em alguma confusão.

Conforme acompanhamos através da programação dos principais eventos do setor canavieiro, o tema relativo à fiscalização tem sido alvo de interesse e debate. Como exemplo, tivemos durante a FEICANA/FEIBIO, realizada em 2011 em Araçatuba, a mesa intitulada “Fiscalizações e atuações no setor sucroenergético em 2010”.

De acordo com João Augusto, do Grupo de Saúde Ocupacional (GSO) a fiscalização tem se especializado na área de segurança do trabalho¹⁴⁰, com destaque para a NR 31 responsável por estabelecer os preceitos a serem observados na organização e no ambiente de trabalho¹⁴¹. Também a NR 33 que versa sobre espaços confinados, são temas que os fiscais e os auditores estão exigindo das empresas quanto à qualidade.

Nesse sentido, queremos destacar, por exemplo, o caso da empresa Sonora Estância que possui no tocante a área de segurança do trabalho, o Serviço Especializado de Segurança e em Medicina do Trabalho (SESMT), administrado pelo Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA), o qual através de uma política de conscientização e

¹⁴⁰ Conforme destaca o presidente da Associação Sul-Mato-Grossense de Engenharia e Segurança do Trabalho (ASMEST) acompanha todo ramo da engenharia e procura de uma forma geral oferecer e buscar com que profissionais qualificados em sua área preste serviços. Esses serviços vão desde inspeções, avaliações e participação nos programas das empresas, eles estão todos voltados para atender as exigências do CREA, do Ministério do Trabalho e hoje acompanham as certificações que as empresas buscam.

¹⁴¹ Na agricultura, pecuária, silvicultura, exploração florestal e aquíicultura, bem como em relação às exigências da parte industrial.

treinamentos busca estabelecer normas tendo em vista a supervisão e inspeção de áreas de trabalho.

Vale ressaltar que de acordo com o representante do Grupo de Saúde Ocupacional (GSO) os auditores fiscais, têm autonomia em relação à interpretação de pontos que são divergentes ou que não são concordantes. Então, por exemplo, nas áreas de vivência há estados que aceitam barracas sanitárias e há estados que não. Logo, cada estado ou região, por conta da interpretação, adota um consenso do que é aceitável ou não.

Por sinal, tal situação dificulta sobremaneira a constatação e conseqüente defesa do direito desses trabalhadores, especialmente sobre a realidade que cerca as relações de trabalho no corte manual da Cana-de-açúcar.

A esse respeito Thomaz Júnior (2002) apontou em seus estudos que o capital deixa transparecer a clara intenção de obter apoio da sociedade civil para consecução de seu projeto de dominação substituindo desta maneira os trabalhadores do corte manual.

Nesse contexto é criado 1992 pela Assembléia Legislativa, uma Comissão Parlamentar de Inquérito, haja vista a: “[...] denúncia que pesavam sobre usineiros, principalmente pela truculência da segurança interna, pelas condições de vida e trabalho dos plantadores e cortadores de cana e pelo aliciamento ilegal” (COMISSÃO:1999, p.221).

Segundo Matéria publicada pelo Jornal Folha de SP, em 30 de dezembro de 2007, intitulada: “Sem assistência cortador corre riscos”, a entrevistada Sra. Maria Cristina Gonzaga (FUNDACENTRO), afirma que ocorre uma série de situações de desrespeito ao trabalhador, sendo marcante a falta assistência, acompanhamento médico, embora a legislação exija exame admissional periódico e demissional, o que na maioria dos casos não ocorre.

Relacionado a isto fizemos um levantamento junto às agroindústrias canavieiras e empresas coligadas, de problemas diretamente ligados à exploração do trabalho, tendo por base as informações do Ministério Regional do Trabalho (MRT). (Quadro 13).

Quadro 13 - Diagnóstico de Irregularidades no Setor Canavieiro no Mato Grosso do Sul

EMPRESA	CIDADE	PROBLEMAS ENCONTRADOS
Agrícola Carandá LTDA	Nova Alvorada do Sul	Crime contra a organização do trabalho: aliciamento; Coação; Alojamento inadequado.
Agro Energia Santa Luzia LTDA	Nova Alvorada do Sul	Outras fraudes.
Agro Energia Santa Luzia LTDA	Nova Alvorada do Sul	Trabalho escravo ou degradante
Agro Industrial Destisul LTDA	Cassilândia	Falta de anotação na CTPS; Não pagamento de salário.
AGROP (Guilherme Schunn Diniz Junqueira e Marcelo Schunn Diniz Junqueira)	Nova Alvorada do Sul	Atraso no pagamento do salário.
AGROTEC	Sidrolândia	CTPS e registro; Insalubridade; Periculosidade; Desvio de função; horas excedentes; anotação irregular; salário; Transporte.
Alcoolvale Agrícola e Comercial LTDA	Aparecida do Taboado	Fraude na contratação e na dispensa de empregados contratados por prazo indeterminado.
Alcoolvale Agrícola e Comercial LTDA	Aparecida do Taboado	Condições de trabalho inadequadas; Ausência de EPI; Ausência de capa de chuva; Ausência de local para descanso; Horas excedentes; segurança saúde trabalho agricultura; Prorrogação da Jornada de trabalho.
Alcoolvale Agrícola e Comercial LTDA	Aparecida do Taboado	Não Pagamento de verbas rescisórias; Horas-extras; Segurança saúde trabalho agricultura; Prorrogação da Jornada de trabalho.
Alcoolvale Agrícola e Comercial LTDA	Aparecida do Taboado	Jornada de trabalho; Excesso; Salário; Piso salarial; refeitório; irregularidades.
Alcoolvale Agrícola e Comercial LTDA; CANAVALE Agrícola e Comercial LTDA; Uniálcool Agrícola LTDA	Aparecida do Taboado	Outras Fraudes.
Andrela União Agrícola LTDA e BRENCO	Costa Rica	Instalações sanitárias e jornada de trabalho.
Andrela União Agrícola LTDA e BRENCO	Costa Rica	Não pagamento de salário; Falta de pagamento do 13º
Aurora Açúcar e Alcool	Anaurilândia	Registro de empregados; Falta de anotação e anotação incorreta em CTPS.
Aurora Açúcar e álcool; José Aparecido de Paula – ME	Anaurilândia	Alimentação do trabalhador; pagamentos não contabilizados; EPI; Condições sanitárias e conforto; Abuso do poder diretivo do empregador e salário.
Bertin LTDA	Naviraí	Genéricos; Discriminação; Discriminação por exercício regular de direito.
Bertin S/A	Naviraí	Meio ambiente do trabalho – Espaços confinados.
Bioenergia do Brasil S/A; Pedro Darcy de Moraes	Campo Grande?	Terceirização irregular.
BRENCO	Paranaíba	Períodos de repouso; Repouso semanal remunerado; Sindicato.
BRENCO	Paranaíba	Nr – outras normas regulamentadoras – TEM; Alojamentos irregulares.
Brilhante Energia Açúcar e Alcool LTDA	Maracaju	Terceirização através de empresa interposta
Cargil Agrícola S/A	Sidrolândia	Falta de vagas em Creche
Cassiano da Silveira	Paranaíba	Trabalho análogo ao de escravo, condição degradante, trabalho forçado , “truck system”, jornada exaustiva.
CBAA	Sidrolândia	Trabalho rural de menores

CBAA e Fazenda Pantanal	Sidrolândia	Crime contra a organização do trabalho..
CBAA; AGRISUL Agrícola LTDA	Brasilândia	Não pagamento de férias; Atraso no pagamento de verbas rescisórias; Não recolhimento de FGTS; Retenção das contribuições previdenciárias.
Central energética Vicentina LTDA	Vicentina	Trabalho rural.
Companhia Agrícola Sonora Estância; Rio Corrente Agrícola S/A; Federação dos Trabalhadores nas Indústrias do Estado de MS	Campo Grande	ACT/CCT – Ilegalidade de Cláusulas.
DCOIL LTDA	Iguatemi	Terceirização; EPI; Coação.
Destilaria Centro Oeste Iguatemi LTDA – DCOIL	Iguatemi	Pagamento irregular de salário.
Diplomata S/A Industrial e Comercial	Iguatemi	Relação de emprego; Atraso no pagamento de salários; Pagamento de salários por fora.
DM construtora de obras LTDA	Chapadão do Sul	Acidente de trabalho com morte.
Dourados S/A Álcool e Açúcar	Dourados	Agentes físicos (NR 24).
Edson Bessão e CIA. TODA - EPP	Ivinhema	ACT/CCT.
EMAC – Empresa Agrícola Central LTDA	Brasilândia	Estabilidade: Membro da CIPA; Estabilidade: acidentado.
EMAC – Empresa Agrícola Central LTDA (Fazenda Debrasa)	Brasilândia	Criança e adolescente: Trabalho infantil.
Energética Brasilândia LTDA; EMAC - Empresa Agrícola Central; AGRISUL – Agrícola LTDA; Usina Debrasa	Brasilândia	Discriminação por direito de petição.
Energética Brasilândia LTDA; EMAC - Empresa Agrícola Central; AGRISUL – Agrícola LTDA; Usina Debrasa	Brasilândia	Salário; Horas-extras; Cesta básica; EPI; FGTS; Meio ambiente de trabalho; exame admissional; CTPS.
Energética Santa Helena LTDA	Nova Andradina	Discriminação a trabalhadores
Fazenda Barro preto (José Bonifácio)	Anaurilândia	Trabalho em ambiente insalubre ou perigoso.
Fazenda Campo Bom	Chapadão do Sul	Falta de anotação na CTPS; Ausência de registro de empregados; Condições de trabalho: Meio ambiente insalubre; Irregularidade no transporte; Ausência de refeitório.
Fazenda Carambola III; Fazenda Canta Galo; Fazenda Salamanca	Dourados	Trabalho infantil irregular; Falta de anotação em CTPS; Não pagamento de Horas-extras; Pagamento de salários com atraso; Trabalho em feriados.
Fazenda Cedro e Fazenda Fatsul	Dourados	Meio Ambiente; Trabalho escravo ou degradante; Falta de anotação em CTPS e trabalho infantil.
Fazenda Chico Pio – Sr. Francisco Sales Andrighetto	Chapadão do Sul	Trabalho Análogo ao de escravo; Condição degradante.
Federação dos Trabalhadores nas Indústrias do Estado do MS; Sindicato das Industrias do Açúcar e Álcool do Estado de MS	Campo Grande	Mediação.
FETAGRI/MS	Campo Grande	Mediação.

Fulvio Gernandes Parucci	Dourados	Não pagamento de férias; não recolhimento de FGTS e atraso no pagamento de salários.
Glauco José Lourenço	Nova Andradina	Fraude na relação de emprego.
Iaco Agrícola S/A e STR	Chapadão do Sul	Horas-extras; horas excedentes; feriados; salário; Sindicato.
Iaco Agrícola S/A	Chapadão do Sul	Trabalho análogo ao de escravo.
Iaco Agrícola S/A		Vale transporte; Ausência de uniforme; Horas-extras; desvio de função; Meio ambiente do trabalho.
Iaco Agrícola S/A e STR	Chapadão do Sul	Residual; Sindicato.
Jacinto Francisco da Costa (Fazenda São José)	Nova Andradina	EPI; CTPS.
Laguna Álcool e açúcar	Batayporã	Trabalho infantil.
Lineu de Paula Leão; Fazenda Santa Elza	Costa Rica	Trabalho escravo ou degradante.
Louis Dreyfus Commodities Bioenergia S/A – LDC	Maracaju	Salário.
Louis Dreyfus Commodities Bioenergia S/A – LDC	Rio Brilhante	Trabalho rural: indígena.
Louis Dreyfus Commodities Bioenergia S/A – LDC; Usina Passa Tempo S/A; Fazenda Quinhão; AGROARTE empresa agrícola S/A; Coimbra Cresciumal S/A	Rio Brilhante	Jornada de trabalho; Salário; EPI; Saúde e segurança; Vale transporte.
Nova América S/A	Caarapó	Falta de pagamento de verbas rescisórias; atraso no pagamento.
Ricardo Estefano Enderle Bannak	Chapadão do Sul	CTPS e Registro de empregados.
Safi Brasil Energia LTDA	Rio Brilhante	Trabalho Rural; Indígena.
Safi Brasil Energia LTDA	Nova Alvorada do Sul	Jornada de trabalho: Intervalos entre e intra-jornadas
São Fernando Açúcar e Álcool LTDA	Dourados	EPI; agentes químicos.
São Fernando Açúcar e Álcool LTDA	Dourados	Discriminação a trabalhadores.
São Fernando Açúcar e Álcool LTDA	Dourados	Meio Ambiente do Trabalho.
Seara Alimentos	Dourados	Jornada de trabalho; Prorrogação irregular; Compensação; Banco de horas.
STR e Sindicato da Indústria de Fabricação de Álcool do Estado do MS	Maracaju	Genéricos; ACT/CCT; Ilegalidade de cláusulas.
Usina Cachoeirinha; Valderi Guimarães; fazenda Cristal	Nova Alvorada do Sul	Trabalho rural: indígena.
Usina Maracaju	Maracaju	Acidente do Trabalho com morte.
Usina Paranaíba – Marcelo Bassam	Paranaíba	Irregularidade no fornecimento de EPI; Ausência de registro de empregados; Alojamentos irregulares.

FONTE: Inquéritos Civis Públicos – Portarias (MPT). Org.: Azevedo, J.R.N., 2011.

Com base nessas informações é válido ressaltar que os problemas encontrados nas agroindústrias canavieiras pesquisadas vinculam-se as suas áreas de abrangência, logo não restringe-se apenas a sua localização.

Assim, a perspectiva da natureza do processo de trabalho é analisada, por exemplo, em István Mészáros, o qual propicia uma leitura do que vivemos atualmente, em pleno século XXI. Ou seja: “[...] Nesse meio tempo, a selvageria real do sistema continua firme” (MÉSZÁROS, 2008, p.150).

Nesse parecer concordamos com Thomaz Junior (2009, p.34), quando destaca que:

[...] não há como pensar em movimento metabólico do capital sem considerarmos o tempo e o espaço, ou o caráter histórico e a estrutura qualificada de relações, interações fundantes da relação homem-meio e homem-homem, em síntese a sociedade geograficamente posta, em cuja base o trabalho (e suas múltiplas relações) reconstrói esse processo dialeticamente e nos possibilita enxergar as relações de propriedade, de poder, portanto a própria organização da sociedade pela base.

Queremos deixar claro com isso que com base na realidade vivida pelos diferentes sujeitos sociais, homens e mulheres, no labor diário, que o capital, ou para usar a expressão cunhada pelo próprio Mészáros (2008), “metabolismo societário do capital”, enquanto relação social, marcadamente relacional, isto é, intercambiável no âmbito dos processos sociais orgânicos e inorgânicos, expresso diretamente entre a natureza e o homem, num sem fim de relações destrutivas e irreformáveis. (THOMAZ JÚNIOR, 2011).

É possível concluir que existe uma intrincada relação entre agroindústrias canavieiras e as empresas coligadas ao agrohidronegócio quanto às práticas de desrespeito às relações de trabalho no campo, que se somam desde o agenciamento, contratação e vigência das atividades laborais e formas de pagamento com base na produção.

A título de exemplo o Ministério Público do Trabalho pronuncia a Portaria nº53, de 03 de novembro de 2008:

Considerando os elementos fáticos e jurídicos constantes em trâmite neste ofício em Três Lagoas/MS, em face da Agrisul Agrícola LTDA e, CBAA Companhia Brasileira de Açúcar e Álcool.

Considerando que estão sendo investigadas irregularidades de natureza grave, desrespeitando normas trabalhistas, como o atraso no pagamento de salários, atraso no pagamento de verbas rescisórias, não recolhimento do FGTS, retenção das contribuições previdenciárias, e não pagamento de férias, em desacordo com as exigências constitucionais [...]

Resolve:

Determinar a instauração de INQUÉRITO CIVIL para, sob sua presidência, apurar os fatos supra mencionados em toda a sua extensão e, se for o caso, propor as medidas judiciais cabíveis. [...]

Envolve neste sentido a maior parte dos projetos antigos, incluindo especialmente as empresas agrícolas, além de novos projetos em andamento no estado. Trata-se de uma série fragilidades no tocante ao ambiente de trabalho, ou melhor, que fere o que entendemos como trabalho digno e em conformidade com a lei.

É importante destacarmos conforme nos apontou o Presidente do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Fabricação do Açúcar e Álcool de Rio Brillhante/MS, Sr. Oviedo Santos, em 25/01/2012, que a unidade mais problemática em todo o Estado do Mato Grosso do Sul, no tocante aos direitos dos trabalhadores, é na atualidade, a unidade Santa Olinda, pertencente ao Grupo J. Pessoa, localizada em Sidrolândia/MS.

Essa empresa, que é campeã em situações de desrespeito, corre o risco de ser a qualquer momento embargada. Para o Presidente Sr. Oviedo Santos a maior preocupação é que há na empresa trabalhadores que estão há mais de 15 ou 20 anos, e possuem idade avançada para o trabalho, o que os impossibilita de ingressarem em outras unidades produtivas.

A preocupação do sindicalista se confirmou, pois em fevereiro de 2012, com demissão de 349 funcionários por parte da agroindústria canavieira Santa Olinda da parte técnica, serviços gerais e administrativos, sendo os mesmos provenientes especialmente do Distrito de Quebra Coco. Vale mencionar que destes trabalhadores cerca de 80 pessoas prepararam-se para promover manifestação tendo em vista reivindicar justamente o pagamento de salários e acertos referentes a demissão.

Nesse sentido, vale destacarmos amparados em Thomaz Junior (2002) o fato de existir uma distância entre o aspecto jurídico/formal da elaboração das pautas, da

efetivação das campanhas salariais por exemplo no âmbito da agroindústria canavieira e o descolamento da realidade concreta dos operários.

Aliás, é frequente a ocorrência nas empresas de paralisações e pequenas greves para reivindicar melhores condições de trabalho, pagamento de salários atrasados, de férias etc., conforme pudemos apurar através da mídia nos últimos anos. Segundo o sindicalista, Oviedo (2012), greves longas como eram feitas em outras épocas não são mais viáveis, haja vista a sobrecarga imposta aos trabalhadores e o respectivo impacto junto à empresa¹⁴².

Não é coincidência que a unidade Santa Olinda faz parte do Grupo J. Pessoa, juntamente com a unidade Debrasa, situada em Brasilândia/MS. Esta última unidade, até 2008, era vista por muitos estudiosos e militantes como o verdadeiro Calcanhar de Aquiles¹⁴³ em relação a desrespeito aos preceitos da NR-31 e das condições de trabalho a que estavam submetidos os trabalhadores.

Queremos deixar claro que situações de greves e paralisações em agroindústrias canavieiras no Mato Grosso do Sul não estão apenas as antigas unidades produtoras, exemplo disto pode ser visualizado na paralisação de 1 dia ocorrida na empresa Santa Luzia do Grupo ETH em 2011, protagonizada pelo STR de Nova Alvorada do Sul/MS haja vista o pedido de melhores salários e o pagamento de hora etinere aos trabalhadores.

É fundamental termos em vista que conforme nos foi relatado pelo STR de Nova Alvorada do Sul/MS através do Sr. Ramão Escalante Mareco, os trabalhadores envolvidos foram sumariamente despedidos da empresa Santa Luzia, ficando nas mãos da justiça a solução do impasse.

Do mesmo modo tais situações de desrespeito envolvem o contexto ambiental como podemos averiguar na agroindústria canavieira São Fernando (Dourados) que em 2011 teve que assinar Termo de Cooperação e Compromisso de Responsabilidade Ambiental, Indígena e Trabalhista, diante de uma atuação conjunta do Ministério Público Federal (MPF), Ministério Público Estadual (MPE) e Ministério Público do Trabalho (MPT). A partir desse ato a empresa comprometeu-se a não

¹⁴² Como exemplo é bom lembrar que em 2008 cerca de 300 funcionários entraram em greve os quais não haviam recebido o pagamento referente a dezembro de 2007 e as férias coletivas. Já em 2009, o MPT precisou intermediar a negociação de salários atrasados haja vista o pagamento da 2ª parcela do 13º salário e valores referentes a férias e rescisões contratuais de trabalhadores demitidos, sendo que na ocasião não houve acordo.

¹⁴³ Expressão utilizada por Maucir Pauletti em entrevista por nos realizada para caracterizar as agroindústrias canavieiras problemáticas atuantes no Mato Grosso do Sul.

realizar ou promover o plantio de Cana-de-açúcar em áreas de preservação permanente, identificadas e demarcadas como de reserva legal.

Relacionado a esse episódio pudemos verificar através da mídia impressa a ocorrência de duas autuações em agroindústrias canavieiras em 2012, sendo uma em Rio Brilhante/MS e outra em Costa Rica/MS, ambas pela prática de incêndio ilegal. As multas por sua vez atingiram o montante de 2,1 milhões de reais no primeiro caso e 378 mil no segundo caso, cifra essa que parece ser grande, mas que não é capaz de equiparar o dano causado junto a uma área de 1,5 mil hectares e 223 hectares, respectivamente.

Queremos deixar claro que tais episódios também estão correndo em outras porções do país, conforme apontamos para a região do Pontal do Paranapanema onde a Cana-de-açúcar:

[...] também vem expandindo para as áreas de vegetação remanescente, reservas legais, assentamentos rurais, áreas de preservação permanentes (APP), terras griladas, enfim uma pluralidade de formas de uso e situações jurídicas que já estão seriamente ameaçadas e /ou sendo palco da expansão da cana-de-açúcar. (AZEVEDO; BARRETO; THOMAZ JUNIOR, 2010, p.04/05)

Nesse sentido, lembramos que como aspecto paliativo para as implicações resultantes de instalação de unidades produtivas no território Sul-Mato-Grossense verificamos as denominadas compensações ambientais. Chamamos atenção, por exemplo, empresa Ivinhema Agroenergia que atingirá R\$2.436.741,80 tendo em vista ações de preservação ambiental.

Também é válido apontar em Ivinhema/MS a construção de um Aterro Sanitário que está sendo realizado nas proximidades da rodovia MS 141, que faz a ligação com o município de Angélica, atender os dois municípios já que há unidade do Grupo Adecoagro instalado em ambos os municípios.

A esse respeito é interessante a explicação dada pelo Sr. Paulo Cezar Tamanini, Técnico da Secretaria de Desenvolvimento Sustentável de Ivinhema/MS, entrevistado em 28 de fevereiro de 2012, segundo o qual não é obrigação do Grupo investir na edificação de obras, embora no papel esteja posto que todo empreendimento deva gerar 0,5% em compensação ao município. Logo, esquece-se do compromisso estabelecido por lei, sendo o que é obrigação metamorfoseia-se como favor à população.

Vejamos um trecho de sua fala para melhor verificarmos este aspecto:

A lei diz que tem que ter compensação ambiental, mas depende do município não tem nada a ver diretamente com a usina mesmo eu entendo que vai ter alguma ação voltada ao meio ambiente a usina está ajudando a construir o aterro sanitário estão fazendo um papel comum Angélica/MS e Ivinhema/MS. É uma ação ambiental que ela não tem uma obrigação de fazer isso, ela está fazendo primeiro pelo meio ambiente e para atender suas necessidades; lógico que ela tem que depositar o lixo num aterro sanitário controlado como aqui em Angélica é lixão a em céu aberto ela tava pagando para levar seu lixo fora ou ela construía um aterro lá na usina, mas ela achou melhor ajudar os dois municípios. (TOMANINI, 2012, p.02).

Vale o destaque de Adriana Farina Galbiati segundo a qual no início da década de 2000: “No Mato Grosso do Sul, poucos municípios possuía programas de coleta seletiva de resíduos; alguns realizam a compostagem do lixo e, até o momento, nenhum possui aterro sanitário¹⁴⁴”. (GALBIATI, 2012, p. 03)

Por sua vez, em 2010 dos 79 municípios do estado apenas Dourados, Três Lagoas, Naviraí e Aquidauana estavam com seus Aterros Sanitários em funcionamento, isto é, pelo menos 90% dos municípios Sul-Mato-Grossenses terão que se adequar tendo em vista a Lei¹⁴⁵ sancionada que obriga os municípios implantarem Aterros Sanitários e acabar com os denominados, “Lixões” até 2014, em todo o país.

Relacionado a isto no Mato Grosso do Sul são os seguintes os órgãos que legislam sobre o Meio Ambiente: Instituto de Meio Ambiente Pantanal (IMAP/MS), Instituto de Meio Ambiente do Mato Grosso do Sul (IMASUL), Secretaria de Estado de Meio Ambiente, das Cidades, do Planejamento, da Ciência e Tecnologia (SEMAC).

Além de tais órgãos, uma série de empresas tem se especializado em realizar auditorias, levantamentos e laudos em geral, de tal modo que atendam ao crescente interesse em questão vinculado a instalação de agroindústrias canavieiras, a título de exemplo, vejamos uma das quais tivemos contato durante a realização da pesquisa e que tem sede no município de Campo Grande/MS.

É buscando adequar-se às normas mínimas de funcionamento e tendo em vista as prerrogativas ambientais que agroindústrias canavieiras instaladas no estado como a Alcoolvale, anunciam certos cuidados em relação à planta fabril, assim vejamos:

¹⁴⁴ A esse respeito ver o texto: “O gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos e a Reciclagem”. Disponível em: <<http://www.amda.org.br/objeto/arquivos/97.pdf>>. Acesso em: 12/03/2012.

¹⁴⁵ Decreto de Lei 7.404/2010. (Plano Nacional de Resíduos Sólidos).

A Alcoolvale se preocupa com o cumprimento das normas ambientais instalou caixas de sedimentação de concreto, lavador de gases nas chaminés das caldeiras, circuito fechado de água, separação de cinzas através de peneiras rotativas dentre outras inovações que visam melhorar a qualidade ambiental. (VÍDEO INSTITUCIONAL, 2007, p.01)

Do mesmo modo outra unidade situada em Dourados/MS (São Fernando) ressalta:

Todo controle operacional da indústria é feito no centro de operações de processos industriais garantindo um monitoramento real de todas as etapas de produção proporcionando assim informações precisas e intervenções imediatas. Toda a água consumida no processo industrial é tratado e reutilizada através de circuito fechado o que garante uma economia de mais de 50% na captação desse recurso. (VÍDEO INSTITUCIONAL, 2010, p.02)

Do ponto de vista do capital é válido ressaltar o discurso feito por representante da BIOSUL:

Então existe um processo bastante complexo, custoso, inclusive, para que instalamos qualquer unidade do setor e aí além dessas coisas que nos temos a cumprir existe projetos voltados a educação, você tem projeto de monitoramento de água, monitoramento de fauna, recomposição de mata nativa, monitoramento fauna e da icnofauna, ou seja, existe todo um processo muito complexo. (HOLANDA FILHO, 2010, p. 12)

De um modo geral é preciso considerar que há uma variedade de situações de desrespeito às normas de saúde e segurança do trabalho, sem contar os casos de: falta de registro em Carteira de Trabalho, não recolhimento do FGTS, excesso de jornada de trabalho e falta de Equipamento de Proteção Individual (EPI). Também é importante destacar ainda os casos de inadequação dos EPIs, conforme nos lembra Alessi e Navarro (1997, p. 116) que ressaltam:

Os EPIs que são confeccionados, em geral, com material não adequado ou que não apresentam muitas opções de tamanho, acabam se tornando obstáculos para o trabalhador, antes de ser um instrumento de segurança. O equipamento que não se adéqua ao corpo acaba atrapalhando os movimentos requeridos na operação de corte da cana, prejudicando a produtividade do trabalho.

Relacionado a não utilização de EPI, o Sr. José Leôncio de Oliveira, Supervisor de Segurança do Trabalho na Energética Santa Helena, em Nova Andradina/MS, destaca que os tipos de acidentes mais frequentes na roça são corte de mão e pé e na indústria batida no braço e tropeção.

O técnico chamou ainda atenção para o posicionamento dos trabalhadores como prejudicial para saúde. Os acidentes são mais frequentes com os jovens. Neste caso, existe resistência em utilizar os EPI's pelos trabalhadores, em especial dos óculos.

Apesar desse cenário é importante ressaltar que de acordo com o Secretário da Agricultura de Dourados/MS, Sr. Amaral Vieira, o Ministério Público do Trabalho (MPT) avançou-se bastante nos últimos anos, pois antes: “[...] os trabalhadores não usavam viseira, chapéu, luvas, botas e o que é pior, as empresas cobravam pelos mesmos”.

Outra demanda destacada pelos trabalhadores é justamente a *hora in itinere* que corresponde ao tempo gasto pelo trabalhador no trajeto de sua casa para o local de trabalho e no retorno. A referida demanda foi incluída em 29 de julho de 2011 na segunda rodada de negociação de cláusulas econômicas da Convenção Coletiva do Trabalho com o setor canavieiro diante da determinação judicial.

Conforme identificamos através de Trabalho de Campo, a Convenção Coletiva do Trabalho para o Setor Canavieiro encontra-se embargada até março de 2012, devido à discordância em torno da *hora in itinere* em relação ao setor patronal representado pelo Sindicato das Indústrias da Fabricação do Alcool do Estado de Mato Grosso do Sul.

Bernardo (2009, p. 418), explica que: “[...] nas formas de organização individuais e ativas, cada trabalhador arrisca o conflito aberto”. Assim: “[...] ainda que consiga por vezes dissimulá-lo; mas os que assim se empenham na luta não a decidem em conjunto, por isso não há uma complementaridade tática entre suas ações” (*idem*).

A esse respeito é possível verificar casos de marcante desrespeito com os trabalhadores, como podemos identificar em Caarapó/MS, onde cerca de 400 indígenas e 20 trabalhadores rurais contratados pela Nova América, são obrigados a percorrer 375 quilômetros de ida e volta por dia para chegar aos canaviais.

Conforme pudemos apurar junto ao STR de Caarapó/MS em Trabalho de Campo realizado em 12/12/2012 através da Sra. Cleonice, a agroindústria Nova América aceitou repassar aos trabalhadores apenas 20 minutos quanto ao percurso realizado, mesmo após assembléia que reuniu cerca de 440 trabalhadores de

Caarapó/MS e Amambaí/MS. Dado a não aceitação por parte dos trabalhadores e Sindicato, foram demitidos 186 trabalhadores agrícolas, configurando em uma situação de absoluto desrespeito aos direitos dos trabalhadores.

É discutida a possibilidade por parte do empresariado de fornecer em troca outros benefícios que não necessariamente o pagamento em dinheiro¹⁴⁶. Neste caso usualmente é oferecido aos trabalhadores auxílio funeral, auxílio alimentação, participação no lucro da empresa, entre outros. No Mato Grosso do Sul somente no campo estima-se que cerca de 18 mil trabalhadores têm direito ao referido benefício.

Segundo nos informou Oviedo Santos, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias de Fabricação do Açúcar e do Álcool, de Rio Brilhante/MS, uma das unidades agroindustriais que não negociaram *hora in itinere* foi a ETH.

Para o SINDAL/MS as negociações avançaram na medida em que foram firmados acordos coletivos com os trabalhadores rurais em relação as seis unidades: Aparecida do Taboado/MS, três unidades em Rio Brilhante/MS e duas unidades em Maracajú/MS. Logo, observa-se desta forma que o Sindicato patronal tem grande poder de barganha nessas unidades produtivas.

Na agroindústria Laguna Álcool e Açúcar Ltda. identificamos que os trabalhadores têm solicitado um período de 3 horas, mas, no entanto não vem sendo atendidos. Como agravante, um funcionário da empresa, Sr. José Augusto da Silva nos apontou que os trabalhadores de Batayporã/MS são os primeiros a serem pegos e os últimos a serem entregues.

Não obstante, conforme pudemos acompanhar no período subsequente à realização dos Trabalhos de Campo (Jan./2013-Jun./2013), através da mídia eletrônica, tais expedientes estão sendo atendidos por meio de acordos entre as partes. Desse modo, verificamos que ocorreu um acordo judicial entre empresa e trabalhadores para ressarcimento do tempo de percurso gasto no trajeto dos trabalhadores no período de maio de 2011 a março de 2012.

Na verdade, deve ficar claro em mais esse episódio que o capital travestido de modernidade no país só se adéquam as normas legais e comprazem às leis previstas no direito do trabalho por motivos e sanções previstos em leis e que acarretem consequências e onerações reais aos seus negócios e atividades econômicas.

¹⁴⁶ Sobre esse assunto ver matéria intitulada: “Trabalhador de usina decidirá sobre hora extra no itinerário” publicada no Jornal Correio do Estado, em 13/08/2011.

Por sua vez é possível fazermos amplo debate envolvendo Sindicato e trabalhadores sobre a disponibilização da *hora in itinere* aos funcionários da agroindústria canavieira Santa Luzia, do Grupo ETH do município de Nova Alvorada do Sul/MS, onde os trabalhadores obtiveram apenas 25 minutos garantidos pelo acordo coletivo da categoria.

Conforme entrevistas realizadas junto ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais e Sindicato dos Trabalhadores as Indústrias de Fabricação de Álcool e Açúcar, há posicionamentos divergentes quanto ao assunto.

Assim, enquanto o STR não aceita o valor disponibilizado pela empresa¹⁴⁷, considerando um verdadeiro insulto aos trabalhadores que saem às 4:00 da manhã e retornam às 18:00, o Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias de Fabricação de Álcool e Açúcar, aponta não ter problemas com a empresa envolvida, de tal forma que em caso de descontentamento dos trabalhadores estes devem entrar na justiça para alcançar seus objetivos.

Vejamos o posicionamento do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Fabricação de Álcool e Açúcar, de Nova Alvorada do Sul/MS, para melhor compreendermos esse cenário:

Só que *hora in itinere* é o seguinte: se o trabalhador entrar na justiça ele ganha porque o Ministério Público não quer saber ele quer saber que o funcionário tenha *hora in itinere* então às vezes quando chega na negociação a empresa não quer pagar a hora *in itinere* mas acaba o acordo e a *hora in itinere* fica de fora porque derrepente você pede um valor e a empresa não quer e aí o que acontece é que o funcionário sai de lá e coloca na justiça o Ministério Público a empresa acaba tendo que pagar então esse ano as horas *in itinere* lá no acordo coletivo, lá em Campo Grande quando a gente vai na reunião, não conseguimos fechar lá o acordo então ficou para gente acertar na base do Sindicato e aqui a gente acertou 25 minutos de *horas in itinere* aí o que acontece se o trabalhador acaba saindo daqui e acha que aquilo está pouco ele vai na justiça e acaba ganhando mais, e aí no acordo você sempre briga daqui briga dali um torce para cá outro torce para lá, mas acaba se acertando. (PEREIRA, 2012, p. 04)

¹⁴⁷ A esse respeito afirma o Sr. Ramão Escalante Mareco: “[...] com menos de 4 horas, 4 horas e 30 minutos não tem acordo. Acordo existe se pagar 3 horas. O salário que paga ao trabalhador é de R\$350 reais. Eu tenho holerite passo para você ver”.

Outra empresa em que é possível observar a cobrança pela *hora in itinere* pelos trabalhadores é na Angélica Agroenergia, onde verifica-se a ação conjunta do STR de Ivinhema e de Novo Horizonte do Sul/MS, pela busca deste direito.

É importante apurar no estado do Mato Grosso do Sul a criação de um núcleo formado por 12 procuradores com a finalidade de lidar especificamente com as demandas do setor canavieiro. A esse respeito ocorreu em 2009 o “Seminário Estadual de Segurança e Saúde do Trabalho: As atividades laborais na cadeia produtiva do açúcar e do álcool no Estado”.

Ainda neste sentido é importante destacar a criação do Plano Nacional para Erradicação do Trabalho Escravo que visa combater as formas contemporâneas de escravidão dado que como bem atesta o documento celebrado pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) em 2003 constitui condição básica para o Estado Democrático de Direito.

Entendemos amparados em Vilela e Cunha (1999, p. 39), que:

A definitiva erradicação das novas formas de escravidão no Brasil pressupõe o sucesso de políticas sociais mais amplas, particularmente a concretização de uma política fundiária que democratize o acesso à propriedade rural, o apoio ao pequeno produtor, implementação de programas de geração de emprego e renda nos focos de recrutamento de trabalhadores rurais e punição judicial dos responsáveis por essas práticas desumanas de relações de trabalho.

Todavia, essa prática é ainda mais perversa quando considera-se os trabalhadores indígenas, os quais perfazem um total de mais de 5 mil trabalhadores.

Tal aspecto é enfatizado pelo Presidente do STR de Nova Andradina/MS, Sr. Adílson Remelli, na medida em que este aponta que este tipo de trabalho não interessa à população local, não apenas pelas características do trabalho, mas especialmente pelo sistema de trabalho caracterizado pelo 5 X 1 (cinco dias de trabalho por um de descanso). O sindicalista explica que o trabalhador está acostumado a ficar de folga nos finais de semana e não se condicionar aos interesses da agroindústria canavieira que quer atenção constante do empregado.

Também foi enfatizado em entrevista realizada com trabalhador migrante em Rio Brillhante/MS, (Figura 10), pois o mesmo enfatiza que os empregos gerados no

setor canavieiro são ocupados, sobretudo pelos de fora que seriam compostos por migrantes. Para ele os trabalhadores locais não são afeitos a esse tipo de serviço.

Figura 10 - Trabalhador migrante na etapa do corte da Cana-de-açúcar



FONTE: Trabalho de Campo, 2012.

Em tratando-se do aliciamento da população local não podemos perder de vista também a perspectiva dos próprios trabalhadores locais, ao passo que entendem que os trabalhadores do município são preguiçosos e, além do que, não têm a destreza necessária, daí dizerem que a agroindústria canavieira está certa em trazer pessoas de outras localidades para trabalharem, uma vez que são estes o que realmente têm “pegada”.

Aliás, como nos apontou em 26/01/2012, o Presidente do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Fabricação do Açúcar e do Álcool, de Rio Brillante/MS: “[...] aqui na cidade só não está empregado quem não quer mesmo”.

A esse respeito, como já salientou Oliveira (2009), os migrantes assimilam esse sistema mais facilmente do que os trabalhadores locais por estarem distantes de suas famílias e não terem como ficar junto das mesmas nesse período.

Vale enfatizar que esse sistema de trabalho é variável, assim em outras unidades agroindustriais do estado, como a Eldorado S.A., predomina o sistema 6 X 1 (seis dias de trabalho por um de descanso). Isto demarca uma implicação fundamental sobre o trabalhador, na medida em que enquanto no regime 6x1 o trabalhador tem oito folgas em dois meses no regime 5x1 goza de dez folgas no mesmo período. Não obstante, neste último caso as folgas só caem no domingo a cada sete semanas, prejudicando sobremaneira a vida familiar e social do trabalhador.

Nesse sentido é interessante o posicionamento do representante do Instituto do Meio Ambiente de Dourados (IMAM/MS), o qual aponta: “[...] a gente não queria esse tipo de trabalho para nossa população indígena; nós queríamos um trabalho mais digna”, e completa: “[...] melhor dar uma outra solução para questão do que partir para um trabalho praticamente escravo, para depois deixar desempregado devido à mecanização”. (IMAM, 2007, p.02).

Devemos deixar claro nesse momento amparados em Thomaz Junior (2009) que estamos sob a vigência dos fundamentos da civilização da barbárie, a qual é fortemente destrutiva e por sua natureza cruel descarta, desemprega desrealiza a força de trabalho.

Do ponto de vista do capital vale mencionar o posicionamento de Leontino Balbo Júnior¹⁴⁸, diretor da agroindústria canavieira São Francisco, o qual argumenta que a transição nestes últimos quinze anos da cana-de-açúcar queimada para cana-de-açúcar crua não funciona sozinha, sendo necessária reorganizar todo sistema produtivo de maneira que o ser humano intervenha o menos possível.

Põe-se aqui, a necessidade de um questionamento, ao passo que se defendermos enquanto solução para os problemas ambientais a mecanização do corte da cana-de-açúcar, estaremos frente ao dilema do desemprego dos cortadores de cana-de-açúcar e da população de modo geral envolvidas com a atividade.

A esse respeito vale ressaltar o posicionamento de Alves (1991, p. 03):

No que tem a ver com a pretensa vantagem ambiental da cana-de-açúcar, vários interesses se somam e quase nada de políticas públicas é formulado para garantir a inserção no mercado de trabalho formal, dos trabalhadores que safra após safra são dispensados, sobretudo na etapa do corte, tendo em vista o crescimento da mecanização.

¹⁴⁸ Este debate foi mediado pelo Jornalista Washington Novaes e contou com a participação ainda de Carlos Nobre, diretor do CPTEC/INPE e Sérgio Guimarães, coordenador do Projeto Fogo/ICV.

Ou seja, torna-se necessário rever as políticas que norteiam o meio ambiente, para que não se vincule através de medidas claramente comprometidas com os interesses do capital, os interesses da maioria, dos trabalhadores.

Compreendemos, portanto, que a questão ambiental que aqui procuramos abordar e que faz parte do nosso universo de estudo é carregada por uma complexa trama de relações, influenciando de modo diversos sujeitos sociais, entre os quais e, principalmente, os trabalhadores, os quais muitas vezes tornam-se o pressuposto para inúmeras ações, mas que na realidade são apenas instrumentos de dominação por parte do capital e do Estado.

Todavia, é importante destacar que o emprego de mão de obra local é apontado como prioridade pela própria Convenção Coletiva do Trabalho do setor canavieiro que descreve:

Os empregadores darão preferência à contratação de trabalhadores dos municípios sedes e vizinhos das usinas e destilarias e do local da cana plantada através de parcerias com os STRs – Sindicato dos Trabalhadores Rurais, que indicarão trabalhadores, desde que estes trabalhadores estejam aptos a trabalhar no corte da cana-de-açúcar, com desenvoltura e técnicas apropriadas, sem o que fica livre a Empresa para contratar trabalhadores de outras localidades. (15º CLÁUSULA/CONVENÇÃO COLETIVA)

Inclusive, conforme pudemos apurar junto à FETAGRI/MS a partir das negociações e da própria Convenção Coletiva do Trabalho, uma das principais pautas discutidas nos últimos anos é justamente para dar preferência para a mão de obra local, entretanto a classe patronal sempre alegava que os trabalhadores de Mato Grosso do Sul não têm muita vocação, muito interesse para esse trabalho.

Como exemplo dessa questão, queremos chamar atenção para a situação dos trabalhadores de Batayporã/MS, na medida em que os mesmos não vêm sendo contratados pela agroindústria Laguna, fato este que causa descontentamento por parte dos trabalhadores e comunidade local. Aliás, esse cenário vem sendo objeto de discussão da Câmara municipal conforme pudemos apurar através da mídia eletrônica¹⁴⁹.

¹⁴⁹ Conforme matéria publicada pelo Jornal Imagem em 23/04/2012 intitulada: Resumo da 8ª sessão ordinária da Câmara de Batayporã em 16/04. Disponível em: <<http://www.jornalimagem.com.br/index.php?pg=3&id=15278>> Acesso em: 27/08/2012.

É importante afirmar, conforme temos observado através das entrevistas realizadas junto aos STR's do estado, que suas ações em relação ao setor é muito mais no sentido de apoiar o capital do que coibir alguma prática da empresa, mesmo que isso custe caro ao trabalhador.

Nesse sentido devemos nos perguntar: O papel dos Sindicatos na atualidade é de enfrentamento? De fato, as negociações tornaram-se mais ásperas, pois as mobilizações dos trabalhadores estão cada vez mais difíceis.

A esse respeito Barreto (2012, p. 178), ressalta que:

[...] na verdade, as exigências que formalizam os acordos coletivos de trabalho firmados entre empresas e sindicatos têm se voltado muito mais para atender às exigências de produção das agroindústrias, que defender os interesses e o bem-estar dos trabalhadores.

Por outro lado, a possibilidade de discutirmos aspectos concernentes ao movimento sindical no país e particularmente a respeito do Sindicato é fundamental para dimensionarmos a ação dos movimentos sociais e neste aspecto não incorrer em generalizações que desconsiderem as lutas sociais promovidas historicamente por tais entidades.

É importante mencionar nesse momento o que Thomaz Júnior (2002) mencionou no início da década de 2000, ou seja, enquanto aos Sindicatos têm sua abrangência territorial delimitadas pelas fronteiras municipais a ação do capital se dá de forma articulada no território, isto porque a cana-de-açúcar e as respectivas agroindústrias canavieiras ultrapassam os limites territoriais.

Isto é particularmente importante ao passo que conforme demonstra inúmeros estudiosos o movimento sindical passa por grandes desafios no limiar do século XXI em virtude do poder do capital que, como podemos verificar, está associado especialmente ao risco do desemprego.

Neste aspecto, outro elemento a ser considerado se refere ao espalhamento dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais envolvidos na atividade canvieira, o que demonstra de forma particular o fracionamento dos trabalhadores em diversas entidades sindicais (THOMAZ JUNIOR, 2002).

Portanto, devemos compreender a história sindical ancorada nas múltiplas mudanças dos últimos anos que reforçaram as condições de precarização do trabalho, de subtração do salário real, bem como o desejo maquiavélico de uma elite econômica e

política em retirar vários direitos dos trabalhadores, dentre tais o décimo terceiro salário, férias de trinta dias e contribuição previdenciária. Assim, os cenários futuros apontam novos desafios que somente serão compreendidos e assimilados mediante o resgate das lições das lutas na história.

Assim, é válido o posicionamento da FETAGRI/MS (2007, p. 05) que justifica o fato de alguns Sindicatos serem mais atuantes que outros no estado diante das demandas a eles alcinhas, assim explica:

[...] nós temos um percentual dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais que são bem atuantes, outros talvez, um pouco por falta de experiência e alguns até por falta de condições financeiras, mesmo porque o que impede que o sindicato dos trabalhadores é que, por exemplo, a mensalidade do sócio o trabalhador vai lá e paga quando ele que e precisa né geralmente por que muitos sindicatos urbanos já é descontado direto de folha e aí tem a receita garantida e aí tem a contribuição sindical que é aquela obrigatória por lei mas tem uma grande inadimplência, muitos não recolhem, principalmente agricultor familiar [...] esse são os que menos contribuem então assim a dificuldade financeira dos sindicatos dos trabalhadores rurais é complicada e é uma situação difícil porque os trabalhadores estão distantes, estão lá na fazenda e o sindicato tem que disponibiliza de carro..então tem uma grande resistência da questão financeira para proporcionar um maior trabalho voltado para essa categoria.

Todavia, a FETAGRI/MS destaca a existência de Sindicatos que dão exemplo no sentido de plena participação e engajamento como é o caso do situado em Sonora. De acordo com a Federação em questão, todo trabalho é voltado para o setor canavieiro e o Presidente do Sindicato de “lá”: “[...] levanta de madrugada, ele tá lá acompanhando e 3 horas da tarde ele vai embora e acompanha toda a pesagem da Cana-de-açúcar, todos problemas que acontecem e fica todo o dia e então nós desejávamos que todos os sindicatos pudessem ser assim”. (FETAGRI, 2007, p.05)

Não trata-se, portanto, aqui, de apresentar mais uma história com vistas a enaltecer esse ou aquele Sindicato e ou sindicalista, tampouco enaltecer um padrão de ação adotado por determinada entidade sindical. De fato, como diria Göettert (2001, p. 58): “A história do movimento sindical é, sobretudo, a história de cada um que fez de sua vida o envolvimento em suas lutas e desafios”.

Tal situação é bastante complexa e pode ser dimensionada por um lado pela participação dos trabalhadores. Desta forma em Nova Alvorada do Sul/MS a Presidente

do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Fabricação de Alcool e Açúcar enfatiza:

Com a usina nos não temos muitos problemas não, com o trabalhador a gente fala de dificuldades, a gente faz reunião chama ele e são difícil deles participar, a participação é pequena inclusive a gente esta conversando bastante com eles a respeito deles participar mais esta se interagindo mais. (PEREIRA, 2012, p.05)

Nesse contexto quando perguntamos, por exemplo, em Ivinhema/MS, cidade com 22.061 mil habitantes, segundo o Censo Demográfico 2010, qual é o número de associados filiados e em dias? O Sr. Francisco Alves Barbosa, Presidente da entidade, desde 1987, nos atesta: “Filiados eu tenho onze mil e pouco, mas em dia é pouco, a minoria, às vezes a pessoa fica 20 anos sem pagar o Sindicato e para aposentar nos procura”. (BARBOSA, 2012, p. 04).

A conjuntura não é diferente em Nova Alvorada do Sul/MS, aonde segundo o Presidente do STR Sr. Ramão Escalante Mareco, cerca de 1000 trabalhadores filiados ao Sindicato, apenas 40 estão em dia. De fato, conforme nos revelou que as principais dificuldades do Sindicato estão relacionadas às finanças, à secretaria que são péssimas.

É preciso lembrar, amparados em Johnson (1997, p. 208), que: “Um sindicato é um conjunto de trabalhadores que se organizam para promover seus próprios interesses em relação a empregadores, sobretudo em torno de questões de salários, promoção, condições de trabalho e segurança no emprego”.

Conforme temos identificado através das entrevistas junto aos STR's do estado do Mato Grosso do Sul, a quase totalidade dos Sindicatos apresenta em seus quadros integrantes que estão desde a fundação da entidade ou quando não há mais de uma década à frente do Sindicato, caracterizando desta forma uma estrutura enrijecida e marcadamente imobilista que compromete a própria dinâmica do trabalho. Do mesmo modo é possível perceber a presença familiar nesse meio de tal forma que em alguns casos a presidência é passada para entes da família ou então os ditos familiares compõem a chapa sindical em apreço.

Como assegura Carvalhal (2004, p. 28):

As organizações dos trabalhadores, notadamente os sindicatos, demonstram dificuldades para enfrentarem a combinação de transformações econômicas, tanto no plano macro (decorrentes da mundialização do capital e das políticas econômicas neoliberais por parte do Estado brasileiro), quanto no plano das empresas, através da reestruturação produtiva, com as transformações na sociabilidade em termos de individualização e esvaziamento da política.

Em Anaurilândia/MS, por exemplo, o sindicalista entrevistado, Sr. F. B. R., em 19/08/2011 ressaltou: “[...] temos um bom relacionamento, pois entendemos a necessidade da empresa agora se a gente faz muito pressão o trabalhador que acaba perdendo”.

Entendemos que o Sindicato dos Trabalhadores em questão não foge à regra do que se denominou nos anos 1990, no âmbito sindical como sindicalismo propositivo¹⁵⁰. Como destaca Boito Junior (1999), um verdadeiro “Método de ação sindical” no qual buscava-se a todo custo evitar o confronto entre patrão e empregado, optando pela lógica da conciliação sem contestação.

Na verdade, os trabalhadores devem compreender o Sindicato como lócus da resistência, como fonte de direito e coletividade, mas para isso que pese os desafios crescentes para as lideranças sindicais.

Os trabalhadores não podem tornar-se reféns na medida em que as lutas sindicais podem possibilitar a formação de experiências para a classe trabalhadora, conseqüentemente, as organizações das ações sindicais desenvolvem culturas para atuações políticas dos trabalhadores.

Observamos a seguir um dos embates surgidos no Mato Grosso do Sul a partir da territorialização do principal Grupo agroindustrial canavieiro do país, mais precisamente no município de Caarapó/MS, onde é possível perceber as contradições do processo de inserção capitalista em choque direto com a sociedade local.

¹⁵⁰ A ação sindical propositiva pressupõe a elaboração de propostas sindicais dentro dos marcos das Leis de mercado para as negociações com empresários e governos neoliberais.

4.2 - O trabalho escravo e o desenvolvimento do capital

Pretendemos demonstrar algumas relações existentes entre Grupos importantes como a Cosan que tem a Shell como parceira e a prática de ações ilícitas nas atividades agroindustriais canavieiras.

A Shell é signatária do acordo Better Sugarcane Initiative, o qual prescreve que a produção canavieira não violará direitos humanos e trabalhistas. Não obstante, o Grupo Cosan/Shell arrenda propriedade rural¹⁵¹ que já passou pelos estudos de identificação e delimitação da FUNAI, em terras indígenas Guyaroká, no município de Caarapó/MS. A referida área foi declarada terra indígena pela Portaria 3219/2009 do Ministério da Justiça¹⁵².

Na verdade se insere no contexto do Território Indígena Guyaroká do qual contempla juntamente com a citada fazenda Santa Claudina também a fazenda São Sebastião do Ipacarái (356 ha) de posse do Sr. Orlando Duarte Vilela e a Fazenda Santa Cecília cujo proprietário é o Sr. Bernardino Franco. (REPÓRTER BRASIL: 2012).

Contraditoriamente, conforme matéria publicada pela CIMI¹⁵³, o BNDES, tem financiado tais Grupos empresariais, (Figura 11) o que é vetado pela resolução 3813/2009, do Banco Central.

¹⁵¹ Trata-se da fazenda Santa Claudina que abrange uma área de 4.313,51 hectares segundo o INCRA, sendo pertencente ao Deputado José Teixeira (DEM).

¹⁵² Conforme publicação no DOU de 08 de outubro de 2009.

¹⁵³ Conforme matéria publicada em 11 de maio de 2010 intitulada: “BNDES financia usinas que compram cana cultivada em áreas indígenas em MS”.

Figura 11 - Propaganda do BNDES



FONTE: Dourados News, 2011.

O Estado através de financiamentos favoreceu e favorece um pequeno grupo de industriais (diga-se também grupos internacionais), latifundiários e grandes exportadores, objetivando modernizá-los e integrá-los na economia do mercado internacional.

Como bem relata Vian (2003, p. 183), ao demonstrar os elementos que caracterizam aquilo que entende como sendo a: “[...] desnacionalização e a desregionalização do complexo canavieiro” no Brasil, observa-se, por exemplo, que no tocante à Cosan e, por extensão, seu significado frente ao capital estrangeiro que: “O negócio ampliou os ganhos de escala da empresa, pois toda a administração das usinas, envolvendo controles financeiros, de qualidade, compras e vendas, é centralizada em São Paulo e em Piracicaba. Além disso, há o ganho logístico de escala” (VIAN, 2003, p. 183).

Essa política de regulação financeira está inserida no favorecimento de financiamentos com juros abaixo do mercado, longos prazos de pagamentos, sendo que a direção e as exigências dos órgãos estatais de financiamentos estão na modernização das indústrias para que as mesmas se tornem competitivas internacionalmente, ao mesmo tempo em que também favorecem indústrias de capital internacional.

Deste modo, esta contradição do Estado nada mais é que a tipificação de um Estado organizado para e pelas elites, restando ao povo apenas o duro labor e a resignação de sua condição.

De fato, não se tem respeitado nesse caso a Convenção Internacional 169, especificamente em seus artigos 14 e 15 que prescreve a salvaguarda do direito dos povos interessados de utilizar terras que não estejam exclusivamente ocupadas por eles, bem como, de proteção aos recursos naturais existentes.

Do mesmo modo essa situação desrespeita o Estatuto do Índio, Lei nº6001 de 19 de dezembro de 1973, que em seu artigo 18 prevê que: “[...] as terras indígenas não poderão ser objeto de arrendamento ou qualquer ato ou negócio jurídico que restrinja o pleno exercício da posse direta pela comunidade indígena ou pelos silvícolas”.

Como subterfúgio a Cosan alega que o arrendamento é feito pela Nova América Agrícola S/A. Contudo, o produto é vendido para a Nova América Agroenergia, sendo de fato pertencentes ao Grupo detentor de seus ativos.

É preciso reforçar que no município de Caarapó/MS a família Junqueira possui várias propriedades, bem como investidores estrangeiros e políticos, conforme podemos demonstrar através dos dados do Cadastro de Imóveis Rurais (Quadro 14).

Quadro 14 - Propriedades da Família Junqueira e Políticos

Caarapó/MS	Fazenda Santo Antonio da Matinha	Ramez Tebet ¹⁵⁴	1.126,2243
	Fazenda São José	John Francis Walton ¹⁵⁵	1.018,6045
	Fazenda Renascença	Lucia Diniz Junqueira Novaes e José Roberto Ramos Novaes	1.563,7385
	Fazenda Renascença – Quinhão 02	Lucia Diniz Junqueira Novaes	104,6168
	Fazenda Renascença – Quinhão 06	Lucia Diniz Junqueira Novaes	452,4897
	Fazenda Terra do Boi	Lucia Diniz Junqueira Novaes	2.934,0484

FONTE: Incra/MS (2010).

Org.: AZEVEDO, J.R.N. (2013)

A violência contra indígenas nas áreas exploradas não é recente como atesta matérias publicadas pelos Jornais locais, em junho de 2000, acerca de disparos contra indígenas acampados à margem da rodovia que dá acesso à fazenda Santa Claudina, resultante na morte de bebê indígena.

Em 2007 a Cosan foi incluída na Lista Suja do Trabalho Escravo¹⁵⁶, em virtude de operação do Grupo móvel de fiscalização do governo federal que liberou 42 trabalhadores da agroindústria canavieira Junqueira, em Igarapava/SP. Nesta ocasião, foram lavrados 13 autos, os quais estavam relacionados ao fato de manter trabalhador menor de idade em locais insalubres; limitação do empregado em relação à liberdade de dispor de seu salário; admitir ou manter empregado sem o respectivo registro em livro, ficha ou sistema eletrônico competente; deixar de disponibilizar água potável etc.

Esta ocorrência se realiza surpreendentemente em uma empresa que se filia com pactos de compromisso empresarial como, por exemplo, o de Compromisso Nacional para Aperfeiçoar as Condições de Trabalho na Cana-de-Açúcar, em nível federal, e do Protocolo Ambiental, em nível estadual.

¹⁵⁴ Além de Caarapó/MS o referido político possui importantes propriedades em Nova Alvorada do Sul/MS, Santa Rita do Pardo/MS e Três Lagoas/MS.

¹⁵⁵ O referido proprietário possui negócios com a Nova América. Assim podemos destacar, por exemplo, a Rio Elba Empreendimentos e Participações Ltda. que é uma empresa que atua na promoção de financiamento de veículos e que John Francis Walton possui 15,30%. Não é demais lembrar também que o grupo Nova América além de atuar em setores relacionados a agricultura (Cana-de-açúcar, açúcar e etanol) atua a frente de serviços financeiros envolvendo bancos comerciais privados e financeiras.

¹⁵⁶ Cf.: “Caso Cosan: aliciamento, dívidas e cortador de 17 anos”, publicado pelo Repórter Brasil em 20 de janeiro de 2010.

Não obstante em 08 de janeiro de 2010 o Grupo Cosan conseguiu escapar da sanção da lista, cuja uma vez em que foi concedida liminar em seu favor, com base no fato de que a empresa autuada seria terceirizada, denominada “José Bispo Colheita”.

Esta prática se contrapõe ao discurso empresarial que alega se comprometer em contratar apenas empresas terceirizadas: “[...] regularmente constituídas e financeiramente idôneas, assegurando ao trabalhador condições análogas às dispensadas aos empregados próprios”.

Como sanção em decorrência dessa ação, o BNDES bloqueou operações com o Grupo, do mesmo modo que a Rede Walmart, signatária do Pacto Nacional de erradicação do Trabalho Escravo, o que foi imediatamente destituído com o parecer favorável a Cosan.

Por sinal, em março de 2007, o Grupo Cosan já havia assinado Termo de Ajuste de Conduta¹⁵⁷ (TAC), com a Procuradoria Regional do Trabalho, da 15ª Região, para disciplinar justamente a contratação de terceirizados nas 17 agroindústrias canavieiras paulistas ligadas a ela naquele momento. Pelo acordo, a Cosan se comprometeria a diminuir progressivamente a contratação de 20% em 2007, 15% em 2008, 10% em 2009, chegando a zero na safra 2010.

Na verdade é preciso ter em conta que conforme estabelece o Decreto 6.961 de 17 de setembro de 2009 o qual aprovou o Zoneamento Agroecológico da Cana-de-açúcar, estão excluídas de possíveis financiamentos públicos as terras indígenas.

Conforme informações do Repórter Brasil (2012) a Raízen Caarapó firmou Compromisso de Cooperação com a FUNAI pelo qual se compromete a suspender em caráter definitivo até novembro de 2012 a aquisição para sua unidade produtora de Cana-de-açúcar oriunda de áreas já declaradas.

Devemos destacar também a incidência do plantio de cana-de-açúcar por outras agroindústrias canavieiras do estado em territórios indígenas já reconhecidos, mas em processo de homologação. Esse é o caso das agroindústrias canavieiras: Monteverde, Dourados e São Fernando.

Assim, em Ponta Porã/MS a Monteverde é arrendatária de pelo menos 5 propriedades que incidem sobre área indígena Jatayvary. (Quadro 15).

¹⁵⁷ Trata-se de um título executivo extrajudicial elencado no artigo 876 da CLT. É um importante instrumento de regularização de práticas trabalhistas, sendo que a parte investigada compromete-se a agir de acordo com os dispositivos legais, sob pena de multa.

Quadro 15 - Relação de propriedades e produtores de cana-de-açúcar no interior da TI

Nome	Fazenda	Área com Cana-de-açúcar	Fim do arrendamento/parceria
Norma Zabon Conci, Márcia Conci e Beatriz Conci	Santa Luzia	139	Dez. 2013
Eliana Martin Torres	Guarida	135,4	Mai. 2012
Maria Tereza Coronel Dorneles	Três Marias	99,3	Dez.2012
Donizete Moreira Lima	El Shadai	70,3	Dez.2014
Odite Nunes Nazário Stefanello	Dependência	268,2	Dez. 2014

FONTE: Repórter Brasil (2012).

Org.: AZEVEDO, J.R.N. (2013)

Vale salientar que no caso da agroindústria canavieira Monteverde mesmo tendo em vista a pressão do Ministério Público e da própria sociedade organizada: “[...] tem se negado a romper o contrato de fornecimento de Cana-de-açúcar com as fazendas que ocupam”. (REPÓRTER BRASIL, 2012, p.13).

Ainda de acordo com a referida ONG quando colocado o impedimento legal da produção de Cana-de-açúcar em áreas indígena dado o Zoneamento Agroecológico da Cana-de-açúcar é dito pela empresa pertencente à multinacional Bunge que: “[...] os contratos são anteriores a esse zoneamento e o cultivo do canavial no ciclo atual não foi objeto de financiamento público” (REPÓRTER BRASIL, 2012, p.13).

Por sua vez, na agroindústria canavieira São Fernando, identificou-se o plantio de Cana-de-açúcar em duas fazendas, as quais são: El Shadai e Serrana.

Nesse sentido, em relação à expansão canavieira sobre os espaços indígenas é válido o posicionamento do Sr. Jorge Eremites de Oliveira, que cita o caso do impacto de uma destilaria de álcool no município de Eldorado/MS sobre comunidade Caiuá e Guarani. De acordo com o entrevistado a geração de trabalho apresenta impactos que são negativos e positivos. Gera-se renda para as pessoas também tem impacto negativo porque gera dependência dos indígenas em relação ao trabalho assalariado. Impacto negativo porque às vezes tira os homens do convívio coletivo.

A esse respeito vale destacar o posicionamento de Tim Cahill, especialista da anistia para temas relacionados ao Brasil, segundo o qual: “O governo precisa garantir a proteção dessas terras. Sabemos que o desenvolvimento econômico do Brasil é muito importante e a cana pode trazer resultados importantes”.

De acordo com Tim Cahill o: “[...] governo precisa regular essa expansão, até mesmo com policiamento. O desenvolvimento não pode ser baseado na violência ou em violações aos direitos humanos¹⁵⁸”.

É importante destacar nesse cenário o posicionamento da população indígena, especificamente, Guarani, sediados em Caarapó/MS, que em julho de 2011, elaboraram uma carta de repúdio a ação da agroindústria canavieira Cosan, onde pedem a retirada da empresa da área, tendo em vista que a mesma tem comprometido a qualidade do ambiente em que habitam.

Nesse sentido, enfatizam que desde o início do plantio de Cana-de-açúcar na região, em 2005, não é possível encontrar ervas e outros vegetais utilizados para elaborar remédios artesanais, além do que: “[...] a saúde ficou ruim para todos, as nascentes de rios ficaram rasas e os peixes de rios e lagos sumiram¹⁵⁹”.

De fato, conforme esclarece o documento “Em terras alheias” produzido pelo Repórter Brasil, os problemas ambientais se destacam em um cenário de expansão do capital no campo. Isto sem contar a ação anterior de fazendeiros sobre o Território Indígena na medida em que causou efeito devastador sobre a vegetação nativa.

Em relação a Carta descrita é importante ressaltarmos a ação de políticos como bem comparece em cena o ilustríssimo Deputado José Teixeira (DEM), o qual é apontado pelos indígenas: “[...] como um dos principais responsáveis por danos ambientais na TI nos últimos anos”. (REPÓRTER BRASIL, 2012, p.14).

É nesse contexto marcado por contradições que queremos sinalizar para ação de uma entidade criada no Mato Grosso do Sul com a finalidade de combater toda forma de exploração do trabalho no âmbito da agroindústria canavieira e que tem papel de destaque na luta por condições dignas de vida dos trabalhadores.

4.3 - Ação estatal na fiscalização das condições de trabalho

O surgimento da Comissão Permanente de Investigação e Fiscalização das Condições de Trabalho no Mato Grosso do Sul está intimamente ligado com o

¹⁵⁸ Conforme matéria: “Anistia: canaviais desrespeitam Lei” publicada pelo Jornal O Estado de São Paulo, em 29/05/2008.

¹⁵⁹ Conforme matéria: “Caarapó: Índios Guarani lançam manifesto pedindo retirada da usina” publicada pelo Jornal Caarapoense em 09/09/2011.

desenvolvimento nesse Estado de atividades produtivas que lesam ou que impactam diretamente a sociedade.

De acordo com um dos seus idealizadores e membro efetivo da Comissão Permanente de Investigação, Sr. Maucir Pauletti, em entrevista realizada em 20 de setembro de 2011, a Comissão foi pensada em 1992/93 num contexto de denúncias de trabalhadores em carvoarias e de agroindústrias canavieiras de Mato Grosso do Sul, que estariam em situação de escravidão.

Isso culminou, após várias articulações, na criação de uma CPI na Assembléia Estadual que a partir de várias visitas a esses locais, associado à investigação feita e pela gravidade da situação, resolveu-se num ato oficial, criar um fórum permanente de investigação sobre as condições de trabalho na agroindústria canavieira no Mato Grosso do Sul.

Sua atuação incide diretamente sobre as ações de empresas que de alguma forma representam formas regressivas de relações de trabalho, das condições de trabalho pautadas no desrespeito à dignidade humana. Ou seja, tem sua marca nos processos de luta contra a exploração do trabalho e de combate a toda forma de espoliação humana.

A exploração do trabalho é iminente e não trata-se de uma relação social exclusiva do capitalismo. Do mesmo modo é importante precisar que no próprio bojo do modo de produção capitalista a sua penetração não se dá de forma homogênea, tampouco respeitando os limites jurídicos, conforme podemos apreender em Mészáros (2008, 2011); Harvey (2005), entre outros.

Conforme destaca Pauletti (2011, p.01): “[...] o nosso principal papel é de ser canal de captação destas denúncias que surgem de toda parte e aí pela secretaria encaminhamos a quem é de direito e, além disso, articulamos visitas aos locais para as fiscalizações”.

Segundo Pauletti (2011) as atividades da Comissão de Fiscalização que outrora pautava-se principalmente no âmbito das carvoarias, mantém-se até hoje, porém, envolvem ainda na atualidade os aspectos marcantes da exploração e conflito típico da Cana-de-açúcar, braquiária, algodão (sazonal), erva-mate, colheita de feijão (sazonal), serrarias, cerâmicas e outros.

Além de investigar e fiscalizar as condições de trabalho a entidade cumpre o papel de divulgar nas diferentes instâncias a problemática das relações de trabalho, tendo em vista a participação da sociedade com a qual atua em parceria promovendo,

por exemplo, audiências públicas com o intuito de conscientizar empregados e empregadores sobre o cumprimento da lei, além da divulgação de relatórios de viagem.

Vale ressaltar que a mesma é datada de 18 de junho de 1993, sendo o resultado de uma resolução conjunta de várias entidades, destacando-se a Secretaria Estadual de Cidadania, Justiça e Trabalho (SECJT), Delegacia Regional de Trabalho (DRT) e Instituto Nacional de Seguridade Social. (INSS)¹⁶⁰.

Como destaca Silva (2002, p. 25) a Comissão: [...] “é hoje o grande pilar na busca de melhoria das condições de trabalho de um modo geral”, sendo “seu papel reconhecido pelos vários atores sociais envolvidos na questão”.

Como exemplo disso aponta que: “No primeiro dos relatórios elaborados pelos Procuradores do Trabalho acerca do labor indígena nas destilarias de MS, datado de 16/03/1998” diz-se que: “[...] a referida comissão tem sido digna de elogios e a principal fonte de informação para o Ministério Público do Trabalho” (SILVA, 2002, p.25).

Dentre as principais questões que preocupam a Comissão Permanente de Investigação no Mato Grosso do Sul, têm-se destacado as condições de alojamento, a falta do uso de equipamentos de proteção individuais (EPIs), consumo de álcool e outras drogas nas agroindústrias canavieiras¹⁶¹, o aliciamento de adolescentes para o corte de Cana-de-açúcar, além disso ressalta-se também o descumprimento dos direitos trabalhistas no pagamento de verbas rescisórias.

Sobre o aliciamento de adolescentes para o trabalho na Cana-de-açúcar é importante mencionar o caso envolvendo a empresa Agrisul Agrícola Ltda. e a Companhia Brasileira de Açúcar e Álcool (CBAA), de Sidrolândia, que foram condenadas a pagar nada menos que R\$5 milhões de indenização por dano moral coletivo pela infração.

¹⁶⁰ É importante destacar que a Comissão nasceu vinculada especificamente à cargo das pendências relativas a carvoarias e destilarias entretanto em: “[...] 1996, a Comissão e Subcomissão tomaram a decisão de retirar as palavras “carvoarias e destilarias de seu nome” com o intuito de abranger outras atividades de fiscalização e investigação.

¹⁶¹ Não podemos omitir as relações que se manifestam por dentro e/ou por trás dos canaviais das usinas, quando nos postamos as relações de trabalho e de produção a que os trabalhadores se vêem subjugados e, desta forma, cooptados por meio de seu aliciamento através do tráfico de drogas in loco de trabalho em tratando-se particularmente do município de Sidrolândia/MS. Para saber mais detalhes deste complexo assunto consultar o texto “As relações dos cortadores de Cana-de-açúcar com a produção do salário (mais-valia) e com o sindicato da lavoura no município de Porecatu/PR” de autoria de Túlio Barbosa. In.: Anais do 3º Encontro de Estudos Agrários: Mudanças e Permanências no Espaço **Agricultura Brasileira em Questão**, Curitiba/PR, 2003. A esse respeito ver também as seguintes matérias: “Traficante entrega droga de moto-táxi em Nova Andradina/MS”, publicada em 15/07/2009 pela TV Morena e “Droga interceptada seria entregue no Distrito de Quebra Coco” publicada em 21/09/2011 pelo Jornal Sidrolandia News, que demonstra a estreita ligação entre trabalhadores e tráfico nos canaviais sul-mato-grossenses.

A sentença asseverou que as empresas do Grupo J. Pessoa devam, de forma solidária, assumir as obrigações de não manter empregados em condições precárias, garantindo, pois, a proteção ao trabalho e, nesse sentido, zelar para que ninguém seja submetido a tratamento desumano, degradante ou humilhante.

Nessa ocasião 1.011 trabalhadores, dos quais 820 indígenas foram encontrados em condições degradantes com o agravante de que foi constatado pelo MPT, que os trabalhadores indígenas eram discriminados na medida em que eram mantidos em condições piores que as os demais empregados.

Vale dizer que em 2009 foram diagnosticadas irregularidades nas aldeias indígenas Bororó, Panambizinho e Jaguapiru, em Dourados/MS, por transportar adolescentes para a agroindústria canavieira Santa Olinda, sendo fundamental nesse sentido a ação do Ministério Público do Trabalho (MPT) na vistoria e coibição de tal situação.

Por sua vez, verificou-se o fornecimento de documentos de terceiros aos menores conduzidos até a empresa, sendo o arregimentador agraciado com a participação de 8% sobre a produção dos jovens indígenas que se dispunham ao trabalho na atividade canavieira.

Do mesmo modo, têm sido combatidos a todo custo pela entidade o sistema de barracão no quais os patrões compram o produto na cidade e vendem na área de moradia por preços exorbitantes, sendo em geral pelo menos três vezes mais caro de tal forma que o trabalhador nunca acaba de pagar a dívida que contraiu.

Vale salientar que tal sistema pode ser identificado conforme assevera Fabrini (2008), nas regiões de predomínio de grandes propriedades vinculadas à pecuária de corte localizada no sul de Mato Grosso do Sul e demais regiões do Brasil (Sul do Pará, Norte do Tocantins, Centro-Sul do Maranhão).

É importante lembrar ainda que, é justamente nessa porção do estado que esta presente a ação da Coopernavi, atual Usinavi, onde: “Alguns fazendeiros da região estão entregando sua terra em arrendamentos para a Coopernavi [...] que praticamente, monopoliza os arrendamentos para a reforma de pastagens com a plantação de Cana-de-açúcar” (FABRINI, 2008, p. 76)

Conforme pudemos apurar em entrevista com o Sr. Maucir Pauletti (2007 e 2011), o principal instrumento utilizado quando conseguem detectar algum foco de trabalhadores que estão em situação irregular é justamente as notificações e multas, o que de fato quase sempre é contestado pela empresa.

Nesses casos o discurso empresarial fala mais alto, demonstrando o poder vinculado à marca, pelo poder e pelo domínio da situação. Logo a alegação conduzida pelos mesmos recai geralmente sobre as empresas agrícolas, as quais se eximem de responsabilidades atribuídas às agroindústrias.

É nesse cenário, de ações e tentativas de uma situação não degradantes e mais humanas aos trabalhadores, que observamos embora em caráter ensaístico, alguns cenários em termos de possibilidades e condições diferenciadas de vida e de trabalho no Mato Grosso do Sul frente à alternativa veiculada pelo poder do agrohidronegócio e das alianças econômicas e políticas estabelecidas em torno do presente assunto no âmbito geográfico. Acho que esse item pode sair, pois está deslocado aqui.

4.4 - Ação do capital agroindustrial canavieiro na dizimação/destruição dos territórios indígenas

No Mato Grosso do Sul estima-se que existam cerca de 69.000 índios, distribuídos em 74 aldeias, em 28 municípios, compondo ao todo seis etnias indígenas: Guató, Ofaié-Xavante, Guarani-Kaiowa e Nandeva, Kadiweú, Terena e Camba. (SILVA, 2002).

Segundo Brand (2001, p. 59):

Mato Grosso do Sul é o estado brasileiro que possui a segunda maior população indígena no país, perfazendo aproximadamente 50.000 pessoas [...] Os Kaiowá/guarani e os terena apresentam o maior contingente populacional com respectivamente, 25 mil e 20 mil pessoas, e constituem, em termos quantitativos, duas das mais importantes populações indígena do país.

O processo de reconhecimento das terras, vistoria e demarcação, no Mato Grosso do Sul não interessa a elite agrária, pois culminará na transformação de áreas produtivas ao capital em aldeias. Logo, a burguesia rural Sul-Mato-Grossense entende que trata-se de uma verdadeira ameaça ao setor produtivo estadual.

Conforme revela matéria publicada pelo jornal Correio do Brasil em 30/10/2012 o governador André Puccinelli ignorou pedido de regularização fundiária feita pelos índios Kaiowá no estado. De maneira que: “[...] zombou da idéia de que a

terra, num estado como o Mato Grosso do Sul, cuja principal atividade econômica é a agricultura, poderia seja retirada das mãos dos produtores que cultivam a terra há décadas para devolvê-la aos grupos indígenas¹⁶².”.

No Mato Grosso do Sul temos a presença, por exemplo, dos Guaranis e Kaiowá a partir do século XIX, quando começam a ser explorada a erva mate, e somente após a chegada das frentes colonizadoras que tem início as primeiras reservas indígenas.

Segundo Mizusaki (2009), a origem dos problemas com as terras indígenas ocorre com o processo de ocupação da fronteira pelos não índios no início do século XX. Neste momento os nativos começaram a ser introduzidos no sistema de aldeamento o qual não correspondia às reais necessidades de reprodução dos mesmos originalmente isto porque trata-se de um processo em que os índios foram sendo confinados em parcelas de seu territórios demarcados¹⁶³.

É indissociável de tal cenário a participação da Cia Matte Laranjeira, a qual ainda em 1882 obtém do governo brasileiro o arrendamento das terras da região, ultrapassando em 1.895 hectares em uma área de 5.000.000 de hectares¹⁶⁴. A ação da companhia estende-se até 1942 quando finda o contrato de arrendamento devido ao enfraquecimento de tal atividade econômica.

Como bem ressalta Alonso Junior (2011, p. 23): “A Companhia Matte Laranjeira foi um marco no processo de ocupação do povoamento não-indígena no então sul de Mato Grosso, mas esse processo foi freado pelo poder desmedido que a Companhia exercia sobre aquela região”.

Ainda de acordo com Alonso Junior (2011, p. 24) é importante destacarmos que:

Esse intenso processo de ocupação no antigo sul de Mato Grosso fez com que se gerassem graves problemas em relação as terras indígenas nesse espaço, pois a ideologia dominante do grupo que trabalhava no SPI visava uma pressuposta integração rápida dos índios à sociedade nacional, o que de certa forma favorecia o estabelecimento de áreas reduzidas para os índios e a liberação das demais terras para a ocupação pelos não-indígenas.

¹⁶² Conforme matéria intitulada: “Governador do MS ‘zombou’ de pedido de terra para os Kaiowá”, p. 01.

¹⁶³ Vale ressaltar que o território tradicional dos Guaranis e Kaiowás abrangia cerca de 20 mil quilômetros quadrados sendo reduzido drasticamente após a chegada das frentes exploratórias.

¹⁶⁴ Segundo Carli (2008, p.47): “A empresa organizou o espaço regional, estruturou portos, construiu estradas e até mesmo alguns quilômetros de ferrovias, além da Fazenda Campanário, onde ficava sua sede.”

Aspecto central nesse contexto relaciona-se ao fato de desde então a Companhia interessar-se em ocultar que grande parte dos trabalhadores dos ervais era indígena na medida em que reconhecer a presença dos índios significava admitir que as terras não estavam desocupadas, quando na ocasião era permitido o arrendamento somente de terras devolutas. (BRAND, 1997).

É, portanto, a partir da década de 1940 que temos o desenvolvimento de novas atividades econômicas na região, notadamente agricultura e pecuária. Destaca-se neste momento a ação do governo federal através da criação das Colônias Agrícolas Nacionais (Decreto-Lei 3059, de 14 de fevereiro de 1941) as quais foram consequência da Marcha para Oeste.

Buscava-se então promover a Reforma Agrária em terras devolutas de tal forma que se combatesse o latifúndio. Tal política resultou de fato na transferência de indígenas para reservas criadas a partir da segunda década do século XX¹⁶⁵.

Vale ressaltar, amparados em Carli (2008, p. 60) que com essa ação o governo Vargas não visava fechar o cerco aos latifundiários, mas: “[...] agir com relação aos trabalhadores, considerados como excedentes de mão de obra, os quais formavam áreas de “tensão social” em determinadas regiões”.

Tal processo de transferência foi acelerado com a criação da Colônia Agrícola Nacional de Dourados (CAND¹⁶⁶) em 28 de outubro de 1943 através do Decreto-Lei 5941, haja vista que na medida em que chegavam os colonos – sobretudo nordestinos e sulistas - passou-se a verificar conflitos entre índios e não-índios.

Diante disso, era exigida a retirada dos indígenas dos locais onde estavam instalados, cabendo ao SPI transportar os nativos até os postos indígenas quando os mesmos resistiam.

Para Lutti (2009, p.30):

¹⁶⁵ De acordo com Brand (1997), data de 1928 quando o SPI concluiu a demarcação das oito primeiras reservas na região sul do Mato Grosso do Sul, sendo que novas áreas foram demarcadas somente no final da década de 1980, sobretudo após a Constituição Federal de 1988.

¹⁶⁶ No Mato Grosso do Sul temos a ação de várias colônias além da própria CAND, dentre as quais devemos ressaltar: Companhia Viação São Paulo Mato Grosso que adquiriu terras de Jean Bata, onde atualmente localiza-se Bataguassú, Anaurilândia e Batayporã; a Companhia Moura Andrade que deu origem a Nova Andradina; a Sociedade de Melhoramentos e Colonização SOMECO S/A que se localiza nas terras onde se encontra Novo Horizonte do Sul e Ivinhema; a Companhia Vera Cruz, atual município de Naviraí. Para mais informações ver Pebayle e Koechilin (1981).

Conduzir os índios aos postos indígenas foi a maneira encontrada para liberar as terras para a exploração econômica, de tal forma que a resistência era tomada como uma recusa à ordem, um ato subversivo, digno de punição. Uma forma de puni-los era negando-lhes o acesso a recursos oferecidos pelo estado apenas aos indígenas reservados. Aqueles que recusavam a territorialização na reserva eram considerados “desaldeados”, não recebendo nenhum tipo de assistência por parte do estado.

De acordo com o autor já nesta época a intenção era justamente liberar áreas indígenas para que fossem exploradas economicamente, bem como integrar o índio à sociedade, haja vista que: “[...] seria mais fácil racionalizar a mão de obra indígena”. (LUTTI, 2009, p.33).

Como aponta o antropólogo indígena Tônico Benites aproximadamente 15 mil indígenas Guaranis e Kaiowá em todo o país estão residindo às margens das rodovias além de outros cerca de 30 mil que se assentam nas reservas ou postos indígenas.

Atualmente, o fato de o Bancada Ruralista pressionar o governo contra a demarcação de territórios indígenas o que agrava ainda mais a situação do conflito no estado. Como exemplos deste cenário têm várias ações e articulações que marcam o embate estabelecido no Mato Grosso do Sul e destaca-se a atuação incisiva do Estado e de políticos em particular.

Assim em 2011, observamos no estado a votação de um projeto de lei de autoria do deputado Laerte Tetila em torno do estabelecimento do Fundo Estadual para Aquisição de Terras Indígenas em Mato Grosso do Sul (FEPATI/MS) o qual objetiva amenizar os conflitos de terra na medida em que apresenta a capacidade de indenizar os fazendeiros que possuam títulos emitidos pelo próprio governo federal das terras consideradas indígenas.

Por sua vez, assistimos em 2012 no Mato Grosso do Sul a ação envolvendo o arrendamento de terras da União¹⁶⁷ à fazendeiros pelos índios o que acarretou a ação direta do Ministério Público Federal (MPF/MS) particularmente em relação a reserva indígena de Dourados e que no caso específico envolveu o desenvolvimento do agrohironegócio do milho e da soja, os quais são bastantes significativos na região da Grande Dourados.

¹⁶⁷ Conforme pudemos apurar o arrendamento das terras que pertencem a União é ilegal e desta forma configura-se como crime seu ato. (Lei n.8.176/1991).

Já em 2013 pudemos acompanhar amplamente o conflito entre indígenas e fazendeiros no Mato Grosso do Sul, especialmente envolvendo a área.

Conforme esclarece o Documento “Em Terras alheias” produzido pelo Repórter Brasil recaiu sobre esse cenário de reconhecimento de territórios indígenas a própria valorização do agrohidronegócio na medida em que atinge as áreas de expansão da fronteira agrícola. Assim para se ter uma idéia basta dizermos que:

Em números totais, por exemplo, o presidente Fernando Collor de Melo homologou 112 Terras Indígenas (TIs) entre 1991 e 1992, e entre 1992 e 1994, Itamar Franco homologou 18. Nos seus oito anos de governo, Fernando Henrique Cardoso homologou 145 TIs. Já no mandato de Luiz Inácio Lula da Silva ocorreram 79 homologações, e no de Dilma Rousseff, apenas três. (RELATÓRIO REPÓRTER BRASIL, 2012, p. 28/29)

Não obstante o Estado revela-se um grande defensor do agrohidronegócio como modelo de desenvolvimento agropecuário, legitimando o discurso que vem ganhando força, de que a expansão da atividade canavieira por si só é positiva ao conjunto da sociedade.

De fato, é enunciado que o problema do índio não é a questão da falta de terra, mas de falta de políticas da FUNAI. Neste sentido, é válido o posicionamento de Lima (2007, p. 09), o qual questiona sobre o emprego de mão de obra indígena nos canaviais do estado: “É possível apontar coisas boas em relação de vinda de oferta de trabalho? Eu fico em dúvida em relação ao que seria essas coisas boas, pois é muito mais uma desculpa: ah! eu vou dar trabalho ao índio que ele não vai se preocupar em reivindicar sua terra”.

De acordo com o advogado da FIEMS, Sr. João Campos, tal cenário impacta negativamente no plano de expansão das agroindústrias canavieiras no Estado, o que pode ser vislumbrado pelos próprios dados, isto é, apenas 30% das 75 empresas que manifestaram interesse inicialmente de fato se territorializaram¹⁶⁸.

Segundo o antropólogo Lima (2007), é preciso ficar claro que regularização fundiária indígena, ao contrário do que se fala largamente na imprensa, não é invenção nem de antropólogo nem de pesquisador. Na verdade esse processo de regularização apenas delimita uma terra que constitucionalmente atribui-se à União.

¹⁶⁸ Cf. Materia do Jornal Diário MS, de 14 de julho de 2009.

Afinal: “A Constituição Federal fala: é reconhecido aos índios o direito originário das terras que tradicionalmente ocupam. Deve a União demarcar, proteger e fazer respeitar todos indígenas” (LIMA, 2007, p.01).

O primeiro passo seria a identificação e delimitação um estudo feito por um grupo de trabalho coordenado por antropólogos que vai basicamente preocupar com duas questões: Quais são eram as famílias e suas histórias que ocupavam determinada área. A segunda questão muito importante é a indicação dos limites de onde começa e onde termina. A segunda etapa da regularização fundiária é a publicação de um relatório, ou resumo de um relatório que é produzido por esse grupo de trabalho.

A terceira fase da regularização fundiária dá-se o nome de Emissão da Portaria Declaratória. Através dessa portaria é emitida uma ordem para que haja a demarcação física da área ocasião em que ocorrerá a colocação dos autos. O ato de homologação pelo Presidente da República e finalmente o registro dessa área no estatuto.

Todavia, além do viés administrativo e judiciário da ação verifica-se um processo político, qual seja de intensa mobilização que existe tanto de um lado quando do outro para se promover a regularização fundiária, qual seja entre índios e fazendeiros. (Quadro 16).

Quadro 16 - Listagem das 73 Terras Indígenas sem providência no MS

Terra indígena	Povo	Município
Aldeia Campestre	Guarani-Kaiowá	Antonio João
Arivada Guasu	Guarani-Kaiowá	Tacuru
Ava Tovilho	Guarani-Kaiowá	Caarapó
Bakaiuva	Guarani-Kaiowá	Bela Vista
Bocaja	Guarani-Kaiowá	Iguatemi
Batelh'ie Botelha Guasu	Guarani-Nhandeva	Tacuru
Buena Vista	Guarani-Kaiowá	Juti
Cabeceira Comprida	Guarani-Kaiowá	Antonio João
Cambaretã	Guarani-Kaiowá	Deodópolis
Campo Seco	Guarani-Kaiowá	Caarapó
Canta Galo	Guarani-Kaiowá	Amambaí
Cerro Peron	Guarani-Kaiowá	Paranhos
Che Ru pai Kuê	Guarani-Kaiowá	Juti
Chorro	Guarani-Kaiowá	Bela Vista
Curupaity	Guarani-Kaiowá	Dourados
Espadim	Guarani	Paranhos
Garcete Kue	Guarani-Kaiowá	Sete Quedas
Gua'ay	Guarani-Kaiowá	Caarapó
Guapuku	Guarani-Kaiowá	Dourados
Itaco'a	Guarani-Kaiowá	Itaporã
Itapoa Takuaremboiy	Guarani-Kaiowá	Paranhos
Japorã	Guarani-Kaiowá	Tacuru
Jatei Kue	Guarani-Kaiowá	Dourados
Javevyry	Guarani-Kaiowá	Naviraí
Jepopete	Guarani-Kaiowá	Itaporã
Juiu – Barrero e Picadinha	Guarani-Kaiowá	Itaporã
Jukeri e Tatarem	Guarani-Kaiowá	Laguna Carapã
Kamba	Kamba	Corumbá
kA'ajari	Guarani-Kaiowá	Amambaí
Kaakaikue	Guarani-Kaiowá	Caarapó
Kaipuka	Guarani-Kaiowá	Coronel Sapucaia
Kinikinawa	Kinikinawa	-
KM 20 – Barrero Guasu	Urucuty/ Guarani-Kaiowá	-
Kunumi Vera	Guarani-Kaiowá	Caarapó
Kurupa'y Voca	Guarani-Kaiowá	Naviraí
Kurupy	Guarani-Kaiowá	Naviraí
Kurusu Amba	Guarani-Kaiowá	Amambaí
Lagoa de Ouro	Guarani-Kaiowá	Caarapó
Laguna Perui	Guarani-Kaiowá	Eldorado
Laguna Vera	Mboreguari, Mbaracajá/ Guarani-Kaiowá	Amambaí
Laranjeira Nhanderu	Guarani	Rio Brillhante
Laranjaty e Arroyo 'i	Guarani	Japorã
Lucero	Guarani	Coronel Sapucaia
Mabirijui	Guarani-Kaiowá	Naviraí
Mbarakajá Porã	Guarani-Kaiowá	Amambaí
Mbaragui	Guarani-Kaiowá	Coronel Sapucaia
Mboiveve – Jety'ay	Guarani-Kaiowá	Amambaí
Npuku	Guarani-Kaiowá	Caarapó
Ouro Verde	Guarani-Kaiowá	Ponta Porã

Pantanal	Guató	Corumbá
Poique	Guarani-Kaiowá	Caarapó
Porto Deseado	Guarani-Kaiowá	Caarapó
Portrerito	Guarani	Paranhos
Pueblito Kue	Guarani-Kaiowá	Tacuru
Quintino Kue	Guarani-Kaiowá	Laguna Caarapã
Quinze de Agosto	Guarani-Kaiowá	Angélica
Rancho Lima	Guarani-Kaiowá	Laguna Caarapã
São Lucas	Guarani-Kaiowá	Tacuru
Samakuã	Guarani-Kaiowá	Amambaí
São Pedro	Guarani-Kaiowá	Caarapó
Suvirando Gua'akua Yvyrapyraka	Guarani-Kaiowá	Antonio João
Takuru Menby	Guarani-Kaiowá	Tacuru
Takuapiry	Guarani-Kaiowá	Coronel Sapucaia
Tangara'y Karanguata'y e Kururu'y	Guarani-Kaiowá	Tacuru
Tapesu'aty	Guarani	Paranhos
Tereré	Terena	Sidrolândia
Toro Piré	Guarani-Kaiowá	Dourados
Tujukua	Guarani-Kaiowá	Dourados
Valiente Kue	Guarani	Paranhos
Ypo'i e Triunfo	Guarani	Paranhos
Ypytã	Guarani-Kaiowá	Tacuru
Yvyhukue	Guarani-Kaiowá	Tacuru
Yvype	Guarani-Kaiowá	Caarapó

FONTE: CIMI, 2011.

Destaca-se no Quadro 16 o fato de chamar atenção dentre as terras indígenas sem providência aquelas localizadas em municípios como o de Caarapó/MS, Dourados/MS e Naviraí/MS onde a expansão da Cana-de-açúcar ocorre e se intensifica.

Trata-se de uma situação de conflito territorial, cuja luta se expressa entre os povos originários que reivindicam permanência e mais áreas de terra de um lado e a burguesia agroindustrial-financeira de outro. Logo, temos: “Luta essa, dos povos do campo pela terra de trabalho, terra como forma de reprodução material e simbólica da vida de um lado, e do outro lado a terra de comércio/negócio/exploração dos proprietários latifundiários e dos capitalistas do agronegócio” (MOTA, 2008, p.03).

A esse respeito como assevera Asevedo (2010), no Mato Grosso do Sul temos a ocorrência: “[...] de conflitos violentos entre indígenas e proprietários de terras não indígenas” o que pode ser visualizado na mídia. (Quadro 17).

Quadro 17 - Processo de Demarcação de Terras Indígenas no Mato Grosso do Sul

Jornal	Matéria
Diário MS, 20-07-2008	Rio Brilhante contra a demarcação
Portal MS, 05-08-2008	A demarcação de terras indígenas em MS e as fronteiras da discórdia
Itaporã Hoje, 19-08-2010	STF autoriza retomada das demarcações de terras indígenas em MS
Campo Grande News, 05-11-2010	Fetagri vai a Brasília cobrar demarcação em terras no MS
Diáronline, 23-11-2010	Estudos sobre demarcação de terras indígenas em MS devem ser concluída em 2011
Dourados News, 02-02-2011	MPF/MS nega pedido de demarcação terras indígenas
O Progresso, 09-02-2011	A novela das terras indígenas
Correio do Estado, 04-07-2011	Morte de índio reflete demora da demarcação

FONTE: Jornais Diversos.

Org.: AZEVEDO, J. R. N., 2011.

É fundamental destacar que: “[...] na raiz da violência está a cobiça pela terra fértil, que começou na década de 1880, com o cultivo de erva mate, e se estende até os dias de hoje” (WENZEL, 2012, p.02).

Através das manchetes dos Jornais selecionados no Mato Grosso do Sul é possível perceber claramente os diferentes posicionamentos a respeito da demarcação de terras o que revela um cenário conflitante em torno da viabilidade desse projeto para a sociedade.

Como bem salienta Souza (2011, p.259): “Nesse cenário polêmico percebe-se que a disputa em torno da expansão da atividade canavieira permeia diversos discursos como o econômico, social, político, jurídico, técnico, científico e midiático”.

Nesse sentido, como bem lembra Alonso Junior (2011, p.33), ao analisar as impressões encontradas a partir da leitura das páginas do Jornal, o Progresso:

Para alguns setores da sociedade no caso do Mato Grosso do Sul, o direito à posse da terra pelos índios, garantido na constituição, deve ser negado em nome da “propriedade privada”. Ao analisarmos algumas publicações do Jornal O Progresso percebemos que esse veículo de comunicação também compartilha a idéia de que sendo a economia do estado de Mato Grosso do Sul fortemente agrária, os direitos indígenas devem ser sacrificados em nome do desenvolvimento econômico, e que segundo as reportagens feitas com proprietários rurais, o estado depende quase exclusivamente do agronegócio.

Não obstante, Souza (2011, p. 259), contribui nesse aspecto caracterizado por um jogo de interesses ressaltando justamente que: “[...] embora apresente uma multiplicidade de discursos, por vezes, se detém em torno de uma polarização de argumentos. O que se averigua é uma divisão clara entre atores sociais que participam do conflito”.

Vale destacar nesse cenário que: “Dado o monopólio total da mídia pela ideologia dominante, seus mais altos representantes podem distorcer tudo da maneira que bem entenderem, a fim de fazer prevalecer o interesse da ordem dominante” (MÉSZÁROS, 2007, p. 365).

Assim, enquanto do ponto de vista dos indígenas temos a busca de parceiros e aliados, como a busca de órgãos públicos ou mesmo o apoio de movimentos sociais, de ONG’s, de antropólogos no sentido de orientação para reivindicar meios de verificar o andamento do processo. Por outro temos a mobilização e fortalecimento dos produtores contra os movimentos sociais agrários de uma maneira geral com destaque para a formação de Sindicatos, de ONG’s etc. (LIMA, 2007).

Na verdade, é fundante que movimentos sociais, trabalhadores, sindicalistas e pesquisadores aprofundem reflexões sobre o destrutivismo do capital, na medida em que é preciso apostar e investir em novas alternativas e na construção da resistência organizada. (THOMAZ JUNIOR, 2009).

É preciso atentar também para a teia de relações de dominação política, que tem como elo de sustentação o Estado e, como principais sujeitos sociais envolvidos e prejudicados os trabalhadores, os quais são utilizados enquanto mão de obra barata para o capital.

No Mato Grosso do Sul a mão de obra indígena diminuiu nos últimos anos porque algumas agroindústrias canavieiras deixaram de contratar trabalhadores indígenas, mas ainda prevalece especialmente no setor agrícola de algumas empresas.

Os rebatimentos das alterações instituídas no processo produtivo materializam-se, pois, na exploração do território pelo capital a partir de relações de dominação e controle sobre o trabalho, que ao mesmo tempo em que determinam os níveis de sua reprodução ampliada, também referenciam a reação dos trabalhadores.

Segundo o Deputado Reinaldo Azambuja (PSDB), que é líder da bancada do agrohidronegócio: “Vários investimentos que seriam realizados no setor

agropecuário de nosso Estado, estão parados. Os investidores querem aumentar a produção, porém não tem segurança necessária por causa da questão indígena¹⁶⁹”.

Cabe aqui trazer ao debate um aspecto fundamental sobre os atores sociais envolvidos nesta trama na medida em que quando temos em foco a figura do Sr. Reinaldo Azambuja (PSDB) deve ficar claro a todos que o político em questão que como vimos é detentor de terras nas ricas paisagens de Maracajú/MS também possui um dos 20 maiores patrimônios declarados pela bancada ruralista, aspecto este que não esta apartado de condicionantes econômicos e de cujo estratégico em relação à investimentos no setor agroindustrial canavieiro Sul-Mato-Grossense. (Quadro 12).

¹⁶⁹ Cf. Matéria publicada no Jornal Diário MS, em 08 de março de 2009.

Quadro 18 – Bancada Ruralista: os 20 maiores patrimônios declarados

Nome	Partido	UF	Profissão	Valor Patrimônio Total
João José Pereira de Lyra	PTB	AL	Industrial e Advogado	R\$240.395.155,75
Etivaldo Vadão Gomes	PP	SP	Pecuarista e Empresário	R\$192.511.136,64
Blairo Borges Maggi	PR	MT	Não informou	R\$143.272.924,99
Jacob Alfredo Stoffels Kaefer	PSDB	PR	Não informou	R\$95.728.260,00
Newton Cardoso	PMDB	MG	Advogado, Empresário, Administrador e Sociólogo	R\$77.956.890,08
Sandro Antônio Scodro	PR	GO	Administrador de Empresas	R\$70.992.163,06
Tasso Ribeiro Jereissati	PSDB	CE	Empresário	R\$63.537.081,27
Vittorio Mediolli	PV	MG	Empresário	R\$36.756.876,28
Reinaldo Azambuja Silva	PSDB	MS	Agropecuária	R\$31.907.723,00
Ivo Narciso Cassol	PP	RO	Empresário	R\$29.874.832,00
João Herrmann Neto (07/03/1946 a 12/04/2009)	PDT	SP	Engenheiro Agrônomo	R\$27.852.887,52
Paulo César de Oliveira Lima	PMDB	SP	Eng. Civil, Jornalista, Pecuarista, Empresário e Educador	R\$26.141.278,84
Eunício Lopes Oliveira	PMDB	CE	Agropecuária e Empresário	R\$25.639.317,78
Osvaldo de Souza Reis	PMDB	TO	Empresário	R\$22.737.636,03
Carlos Gomes Bezerra	PMDB	MT	Industrial, Advogado e Professor	R\$18.431.261,49
Paulo Roberto Gomes Mansur	PP	SP	Radialista, Empresário e Engenheiro Eletrônico	R\$16.229.185,27
Odillio Balbinotti	PMDB	PR	Agropecuária e Empresário	R\$16.066.180,57
Teotônio Brandão Vilela Filho	PSDB	AL	Economista	R\$14.623.903,60
Íris de Araújo Rezende Machado (Dona Íris)	PMDB	GO	Administrador Público	R\$14.173.468,69
Jayme Veríssimo Campos	DEM	MT	Não informou	R\$14.142.116,37

FONTE: Declaração de Bens à Justiça Eleitoral (2010). Org.: COSTA, S. H. G., 2012.

Observa-se, nesse caso, que o capital lança mão para justificar os investimentos canavieiros que estão parados a questão indígena uma vez que estes ocupam áreas que estão diretamente ligadas aos seus interesses expansionistas no estado do Mato Grosso do Sul.

Concordamos com Wenzel (2012, p. 03/04), segundo o qual:

Precisamos também nos contrapor aos argumentos que os indígenas são um empecilho ao desenvolvimento econômico e que ocupam muita terra, 12,5% do território brasileiro. O problema não são a preservação das terras indígenas, pois são garantia de diversidade de milhares de espécies de seres vivos e plantas, e contribuem com o meio ambiente da população do mundo inteiro. O problema é o grande latifúndio que produz commodities, mas acaba com a biodiversidade, polui o ar, os rios, os lençóis freáticos, o mar, e ainda provoca sérios problemas de saúde ao povo brasileiro com a aplicação de seus agrotóxicos.

Vale salientar conforme apuramos junto à FETAGRI/MS que a Convenção Coletiva de Trabalho é estendida para todos os trabalhadores cortadores de Cana-de-açúcar, independente de ser índio ou não, e tem buscado regulamentar as relações de trabalho nesse setor.

Isto porque de acordo com a entidade, a FUNAI: “[...] tem deixado muito a desejar por que não acompanha porque o pacto indígena de 2002, o último, e inclusive a Comissão de Investigação tentou, nós tentamos por várias vezes, propondo mudanças, mas nunca conseguimos negociar então prevalece 2002” (FETAGRI/MS, 2007, p. 04).

Sobre esse aspecto pudemos entrevistar em Trabalho de Campo realizado em 12/12/2012 a Sra. Maria Aparecida Mendes de Oliveira, Coordenadora da FUNAI, a qual nos apontou que a entidade tem realizado grande esforço no sentido de acompanhar e fiscalizar o trabalho dos indígenas dentro das agroindústrias canavieiras do estado. De acordo com a entrevistada existe um Plano de Ação da FUNAI nesse propósito, e conversas com outras entidades parceiras como Ministério Público do Trabalho haja vista combater formas de precarização no Mato Grosso do Sul.

No Mato Grosso do Sul o emprego de mão de obra indígena pelas agroindústrias canavieiras remonta ao início da década de 1980, mais precisamente a 1982 quando ainda de forma experimental foi utilizada a primeira turma para o corte de Cana-de-açúcar.

De acordo com Silva (2002), os primeiros indígenas a se submeterem ao trabalho na Cana-de-açúcar foram os Terenas, todavia no decorrer dos anos generalizou a absorção por parte das empresas desses trabalhadores.

Conforme destaca Ulian (2008, p. 173):

O confinamento nas reservas e a insuficiência de terras já configuravam, em 1960, as aldeias Terena em reservas de mão de obra para grandes fazendeiros. Em fins dos anos 1970 essa mão de obra passou a ser visada também pelos usineiros que se instalaram na região, intensificando-se seu uso após meados da década de 1980.

Esse primeiro momento de arregimentação dos trabalhadores indígenas era desprovido de qualquer normatização e, por isso mesmo, sujeito as mais diversas formas de desrespeito às condições de trabalho, ficando conhecida como uma fase do “vale-tudo”.

Dentre os ingredientes que vislumbravam estava no fato da mão de obra barata situada nas proximidades das agroindústrias canavieiras e que representaria do ponto de vista das unidades produtivas a possibilidade de substituição dos migrantes provenientes de outras porções do país.

A esse respeito é válido apontarmos para o estudo de Barreto (2012), o qual identificou no Pontal do Paranapanema uma imagem negativa que perpassa em relação ao trabalhador migrante e que por sinal não esta imune de conceitos e visões da população em geral do Mato Grosso do Sul.

De fato, conforme revela a pesquisa realizada por Barreto (2012) entre os problemas identificados destacam-se: crescimento dos índices de prostituição, de alcoolismo, violência contra a mulher, lotação nos postos de saúde, aspectos esses que vem somar com o fato de muitos dos moradores das cidades sede de agroindústrias canavieiras entenderem que: “[...] estes trabalhadores tiram o lugar/ posto de trabalho que deveria ser preenchido por um trabalhador local/regional” (BARRETO:2012, p.97).

Também, segundo o que nos apontou a FETAGRI/MS (2007), quando fizemos nossos primeiros contatos com entidades de classe no estado por conta da realização do Mestrado junto à UFGD/MS, as agroindústrias canavieiras Sul-Mato-Grossenses são contempladas atualmente com mão de obra que vem de fora, sobretudo do nordeste e de Minas Gerais. Já a mão de obra do estado vinculada as unidades produtivas são caracterizadas especialmente pela presença dos indígenas.

De acordo com Silva (2002), nesse processo de inserção dos trabalhadores indígenas nas agroindústrias canavieiras do Estado tivemos a evolução normativa do trabalho, com base em quatro momentos ou fases características:

- 1) Contrato de Livraria: Os trabalhadores possuíam condições precárias de trabalho na medida em que não lhes era assegurado o registro em

carteira sem contar que não contavam praticamente com nenhuma outra garantia trabalhista.

- 2) Contrato de Locação de Serviço: Tratou-se antes de qualquer coisa da normatização do que se fazia sem qualquer registro. Embora tenha significado melhoria nas relações de trabalho, envolvendo indígenas e o empresariado agroindustrial canavieiro, não repercutiu na anotação da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) dos mesmos.
- 3) Contrato Padronizado: Nesse tipo de relação verificou melhoras substanciais aos trabalhadores e maior custo aos usineiros, além de maior responsabilidade aos capitães e cabeçantes. Nele consta pela primeira vez a relação nominal de trabalhadores que prestava serviços para fins de Comunicação de Acidente de Trabalho (CAT). Vale ressaltar que houve resistência por parte do empresariado, culminando na não contratação de índios.
- 4) Contrato por Cooperativa: Caracterizado pelo não vínculo empregatício esta forma de trabalho foi largamente apoiada pelo empresariado agroindustrial canavieiro que livraram-se dos encargos trabalhistas e previdenciários. Neste tipo de contrato os indígenas estariam sempre sujeitos ao poder do empregador e, portanto, submissos às suas vontades. Logo, o trabalho indígena nesses moldes é marcadamente caracterizado pela subordinação e não pela coordenação.

Por sua vez, se inicialmente o número de trabalhadores indígenas contratados pelas agroindústrias canavieiras era irrisório, esse porcentual avançou significativamente no decorrer dos anos, de tal forma que já em 2004 tínhamos, conforme estimativa do Ministério Público do Trabalho (MPT), entre 5 e 7 mil índios envolvidos na colheita da Cana-de-açúcar. Hoje, estima-se que esse número seja bem mais expressivo.

Nesse quesito é importante salientar que a clara intenção por parte do capital, via entidade de representação, de ocultar os verdadeiros números em relação aos trabalhadores indígenas e migrantes envolvidos com a atividade canavieira, conforme pudemos verificar através de entrevista realizada em 19 de setembro de 2011 com o Sr. Paulo Aurélio Vasconcelos (BIOSUL), nos salientou que há no estado aproximadamente 2 mil trabalhadores indígenas e outros 2 mil migrantes.

Como bem aponta Barreto (2012, p.212): “[...] envolvidos pelas estratégias do agrohidronegócio canavieiro e guiadas pela necessidade de trabalho e subsistência, milhares de migrantes (**em todo o país**) deixam suas origens, suas famílias, em busca de trabalho/emprego. (GRIFO NOSSO).

Nesse processo, o mais incrível que nota-se é justamente o fato de vincular-se por parte do capital a existência da ideologia da preguiça quando o foco são os índios. Queremos dizer com isso que esses sujeitos são vistos com maus olhos quando analisados pelo viés do trabalho. É como se os mesmos seres não fossem trabalhadores capazes de executar as tarefas e atividades desempenhadas pelos demais trabalhadores na atividade canavieira.

Em relação à esta ideologia que se impõe nos canaviais Sul-Mato-Grossenses é de bom grado lembrar que: “Sempre é retomada para subvalorizar povos, etnias os grupos humanos (mulheres, negros etc.) superexplorando-os além dos limites minimamente aceitáveis à (sub) existência” (RIBEIRO, 2009, p.112).

É válido ressaltar que os índios são largamente utilizados nos canaviais sul-mato-grossenses desde a safra de 1982 primeiramente com a agroindústria canavieira Sonora, alardeando-se posteriormente a referida prática junto às demais unidades produtivas.

De fato, é propagado pelos setores dominantes da sociedade que o indígena é um sujeito preguiçoso não afeito ao trabalho, o que é um resquício da colonização portuguesa no país que esta imagem foi criada em represália à resistência do índio perante a escravidão imposta pelo branco.

A esse respeito Homero Lima, analista pericial do MPF aponta:

Também é muito curioso a gente tem expectativa que tem um preconceito sobre os índios que dizem que eles são preguiçosos é extremamente curioso como os trabalhadores os indígenas vão para as usinas e eles são escolhidos a dedo porque eles [...] não sente dor não sente fome não sente o impacto do sol bebe puçá água consegue trabalhar sem almoçar mas isso é um trabalho que não é nada de preguiçoso mas que tem um efeito extremamente severo. (LIMA, 2007, p. 08)

A prática vincula-se especialmente ao fato de tratar-se de um serviço que é tipicamente marcado por baixos salários e trabalho desgastante, não interessando via de regra à massa de trabalhadores locais.

De acordo com Ribeiro (2009, p. 114):

Valendo-se de um velho sofisma, as empresas e agentes dominantes passaram a assinalar como um dos fatores para a situação de atraso sócio-econômico dessa região, antes as demais, a inclinação inata da personalidade do indivíduo sulmatogrossense à preguiça.

Temos nesse contexto a superexploração do trabalho mediante a dominação do capital justificada pelos agentes exploradores dessa mão de obra.

Do ponto de vista do Contrato de Trabalho, atualmente está em vigência o denominado Contrato de Equipe o qual pressupõe que o trabalho não possa se realizar senão mediante esforços comuns de um grupo de empregados, sendo regido pela CLT e legislação esparsa, tendo em vista a proteção pela legislação trabalhista e previdenciária.

De fato, conforme salientou Maucir Pauletti (2011), a regularização da mão de obra indígena é algo inédito no estado, tendo papel circunstancial o Ministério Público do Trabalho com sua atuação firme sobre o assunto.

Nessa relação mantém-se a divisão de tarefas de tal forma que continua a existir a figura do cortador de cana-de-açúcar, chefe de turma, bituqueiro etc. sendo os contratos determinados por prazos de 45, 60 e 180 dias.

Nesse tipo de contrato os principais atingidos são os próprios usineiros e cabeçantes, uma vez que os primeiros tiveram que suportar os ônus atribuídos pela legislação, quanto à proteção e, os segundos, considerados como empregados (chefes de turmas), tiveram sua remuneração diminuída devido aos descontos legais.

Não podemos, no entanto, nos enganar e pensar que a figura do cabeçante não atua mais nos canaviais sul-mato-grossenses em virtude da predominância do Contrato de Equipe.

Na verdade, ainda temos inclusive a instituição da chamada carta comunitária que foi estabelecida há cerca de 15 anos atrás que é uma contribuição realizada em forma de desconto a qual é feita a partir do adiantamento quando os índios vão para as agroindústrias canavieiras de tal forma que 15% do que é adiantado é descontado, sendo 7,5% oriundo do trabalhador e 7,5 do empregador.

A esse respeito é interessante o posicionamento da FETAGRI/MS (2007, p. 04), segundo a qual:

[...] hoje já têm muitos indígenas que eles preferiam ter a mesma relação de trabalho igual os demais só que é uma coisa que assim o ministério público do trabalho até hoje não abriu mão acha que tem que preservar os costumes indígenas, mas já tem os indígenas que já tá querendo mudar isso essa relação de trabalho, mas esta prevalecendo este pacto indígena com vários órgãos.

Então, esse dinheiro é revertido em uma taxa comunitária que é passada pelo capitão/cabeçante, só que o mesmo não usa para a comunidade, mas sim para o seu próprio grupo macro familiar e que acaba criando no interior dos indígenas uma estrutura de poder na qual se beneficia os aliados a parte dos inimigos.

De acordo com Homero Lima (2007), grande parte dos crimes que estão sendo veiculados pela imprensa tem essas motivações, isto é, briga interna por conta de disputa, sendo que partes dos capitães contam com os seus cabeçantes, uma espécie de gatos. A arregimentação para esses contratos acabam gerando uma série de conflitos internos por conta da divisão desses recursos.

Nesse sentido, é destacado no estado do Mato Grosso do Sul a violência envolvendo tais sujeitos a qual tem motivações diversas, mas especialmente aquela oriunda da posse da terra. (Tabela 13).

Tabela 13 - Assassinatos de Indígenas no Brasil e em Mato Grosso do Sul (2003-2010)

Anos	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	Total
Mato Grosso do Sul	13	18	29	28	53	42	33	34	250
Restante do Brasil	29	19	14	30	39	18	27	26	202
Total	42	37	43	58	92	60	60	60	452
MS (% de assassinatos)	33%	48,6%	67,4%	48%	58%	70%	54%	57%	55,5%

FONTE: Relatórios de Violência Contra os Povos Indígenas no Brasil – CIMI 2003-2010

Do mesmo modo que os casos de assassinatos entre a comunidade indígena é preocupante os casos de suicídio que atinge os índios no estado. Batista (1995, p.22) assim comenta a situação: “[...] o problema do índio no Mato Grosso do Sul [...] deve ser priorizada, sobretudo visando prevenir-se para que o etnocídio que atinge principalmente os vários casos de suicídios dos índios na região de Dourados, não absorva lentamente toda a sociedade”.

A esse respeito destacamos o filme Terra Vermelha, de direção de Marco Bechis, que trata o caso dos índios Guarani-Kaiowá no Mato Grosso do Sul a partir de um cenário de conflito com os fazendeiros em torno da luta pela terra¹⁷⁰.

Como bem esclarece Wenzel (2012, p.02):

A situação de violência a que estão submetidos acaba gerando também conflitos internos que resultam também em mortes trágicas. Tradicionalmente, sempre que surgia um conflito interno, os grupos familiares se separavam territorialmente. Agora não há mais para onde ir. A única chama da esperança é retomar o tekoha (território, pueblo, morada) da qual foram expulsos ao longo do último século.

Observamos que Mato Grosso do Sul é claramente foco da violência indígena no país conforme atesta os dados da última década. Conforme a Antropóloga Lúcia Helena Rangel¹⁷¹, “os números são assustadores”, sendo que fica a questão sobre a violência imposta, isto é, “quem a comete? O progresso, o desenvolvimento, o agronegócio, a lei?”.

Assim queremos destacar a necessidade de se cumprir o que é definido pela Convenção nº107 da OIT, em seu artigo 15, que aponta ser necessário:

Cada membro deverá, no quadro de sua legislação nacional, tomar medidas especiais a fim de assegurar aos trabalhadores pertencentes às populações interessadas uma proteção eficaz no que concerne ao recrutamento e às condições de emprego durante o tempo em que tais trabalhadores não possam beneficiar-se da proteção de que a lei dispensa aos trabalhadores em geral.

Nesse contexto queremos destacar que a substituição da mão de obra indígena é economicamente inviável para as agroindústrias, isto, pois, o aumento dos custos para trazer para Mato Grosso do Sul trabalhadores de outras regiões, além do fato significativo que está ligado à contestação das condições de trabalho a que são submetidos e consequentes exigências trabalhistas.

¹⁷⁰ A esse respeito vale o apontamento de Fernandes (2001, p. 53) segundo o qual: “[...] com a expansão do capitalismo no campo e, conseqüentemente, com a sujeição da renda da terra ao capital, a luta pela terra é, antes de mais nada, uma luta contra a essência do capital: a expropriação e a exploração.”

¹⁷¹ Conforme artigo intitulado: “As violências em números, gráficos e mapa”. CIMI: Campo Grande, 2011.

Verificamos nesse momento as principais características do processo de degradação do trabalho que está ocorrendo no Mato Grosso do Sul em virtude do avanço da agroindústria canavieira.

4.5 - Os assentamentos rurais no contexto da expansão da Cana-de-açúcar

Uma das estratégias das agroindústrias canavieiras ao se estabelecerem em uma região diz respeito à geração de emprego e renda. Nesse sentido, um dos aspectos que nos chamou refere-se ao trabalho ou mão de obra dos assentados. Em relação a isso realizamos entrevistas nos Sindicatos sobre a contratação de trabalhadores ligados aos assentamentos. De acordo com o relato dos entrevistados, as empresas preferem contratar funcionários mais tecnicamente preparados. (Tabela 14).

Tabela 14 - Assentamentos Rurais localizados na área de abrangência das Agroindústrias Canavieiras Aurora, Laguna e Santa Helena

Município	Projeto de Assentamento	Área (ha)	Nº de famílias	Ano
Angélica	Angélica	1.824,00	150	2005
Batayporã	São Luiz	1.599,61	114	1994
	São João	856,1606	58	1996
	Mercedina	803,2433	56	1996
Brasilândia	Mutum			1996
	Reassentamento Pedra Bonita	3.344,13	85	2008
Nova Andradina	Casa Verde	29.859,99	471	1987
	Teijin	28.497,82	1.126	2002
	Santa Olga (4)	1.488,30	170	2004

FONTE: INCRA (MS), 2010.

Org.: AZEVEDO, J.R.N., 2010.

Atrela-se de forma discriminatória nesse caso o fato desses trabalhadores residirem no campo à sua condição de trabalho.

Não obstante, em outras áreas um dos aspectos que nos chamou a atenção no decorrer da pesquisa é a incorporação dos trabalhadores junto a esta atividade econômica como bem podemos notar em Rio Brilhante/MS e adjacências.

De acordo com técnico da AGRAER por nos entrevistado em 26/01/2012 os empregos disponibilizados pelas agroindústrias canavieiras na área são a tábua de

salvação para os trabalhadores assentados, incluindo especialmente a mão de obra jovem residente no local.

Aliás, conforme pudemos apurar em Trabalho de Campo realizado em 27 e 28 de março de 2012 em Nova Alvorada do Sul/MS temos inclusive a contratação de trabalhadores assentados do município por agroindústria de Rio Brilhante/MS, denominada Eldorado S.A..

Em relação aos trabalhadores assentados contratados por agroindústrias locais isto ainda ocorre, mas em menor proporção na medida em que era frequente principalmente quando estava em pleno funcionamento a empresa Safi Brasil Energia Ltda., a qual conforme nos revelou o sindicalista Ramão Escalante Mareco, Presidente do STR de Nova Alvorada do Sul/MS não utilizava em suas áreas de expansão a máquina, mas sim preferencialmente a mão de obra braçal.

Consequentemente assiste-se a cooptação da força de trabalho jovem para a atividade canavieira quando, na verdade, não conseguem ver e, de fato, é cada vez mais complicado se ter outras formas de gerir a vida numa sociedade onde os interesses se fazem dominante. Com isso, é cada vez mais latente a redução das formas de trabalho.

Somente em Rio Brilhante/MS, Maracajú/MS e Sidrolândia/MS que estão sob a circunscrição do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Fabricação do Açúcar e Álcool de Rio Brilhante temos a territorialização dos seguintes assentamentos (Tabela 15).

Tabela 15 Assentamentos Localizados na área de abrangência das Agroindústrias LDC-SEV, Passatempo, Eldorado, LDC Bioenergia, Santa Luzia e CBAA

Município	Projeto de Assentamento	Fazenda	Área (ha)	Nº de famílias	Ano
Rio Brilhante	Triângulo	Faz. Triangulo	927,1312 (ha)	50	22/12/1997
	Taquara	Faz. Taquara I e Taquara II	1.550,28	67	10/08/1998
	Fortuna	Faz. Fortuna I e II	2.383,19	108	11/08/1998
	São Judas	Faz. Capão Redondo; Faz. Carrapicho; Faz. São Judas Tadeu; Faz. Salada	4.155,36	187	09/10/1998
	Bonsucesso	Faz. Bonsucesso; Faz. Jatubazinho; Faz. Passatempo	664,7972	27	27/10/1999
	Fortaleza	Faz. Bonsucesso; Faz. Fortaleza; Faz. Passatempo	384,9028	14	27/10/1999
	Margarida Alves	Faz. Beco do Sossego	3.429,18	120	29/12/2000
	Silvio Rodrigues	Faz. Engenho Novo	3.182,33	120	14/09/2001
	Lagoa Azul	Faz. Lagoa Azul	1.507,07	123	27/12/2005
Maracaju	Santa Guilhermina	Faz. Santa Guilhermina da Quinta	7.994,72	224	22/12/1997
	Cantagalo	Faz. Indaiá	1.256,60	50	22/09/2000
	Valinhos	Faz. Valinhos	2.033,80	86	21/12/2001
Sidrolândia	Capão Bonito	Faz. Capão Bonito	2.585,39	133	20/10/1989
	Capão Bonito II	Faz. Capão Bonito	8.231,50	308	14/10/1997
	São Pedro	Faz. São Pedro; Faz. Esperancinha; Faz. Cachoeira	8.592,23	295	23/12/1998
	Vista Alegre	Faz. Vista Alegre	1.030,82	50	10/11/1999
	Vacaria	Faz. Vacaria	1.049,14	48	27/03/2000
	Gibóia	Faz. Capão Bonito	7.218,70	238	11/07/2000
	Capão Bonito III	Faz. Santa Lucia	600,0000	23	27/12/2000
	Geraldo Garcia	Faz. Estância Belém – Quinhão 01 e Quinhão 02	5.775,21	182	29/12/2000

	Santa Terezinha	Faz. Santa Terezinha	1.537,91	64	13/08/2001
	Eldorado	Parte da Faz. Eldorado	9.968,22	620	02/08/2005
	Altemir Tortelli (Estrela)	Faz. estrela	1.489,99	115	27/12/2005
	Barra Nova	Faz. Barra Nova	3.940,42	306	27/12/2005
	Alambari	Parte da Faz. Eldorado	8.206,70	589	27/12/2005
	Eldorado II	Parte da Faz. Eldorado	9.608,60	786	27/12/2005
	Santa Lucia	Faz. Santa Lúcia	1.322,29	100	09/03/2007
	Eldorado Parte	Fazenda Eldorado Parte	818,7501	70	07/12/2007

FONTE: INCRA (MS), 2010.

Org.: AZEVEDO, J.R.N., 2012.

Queremos esclarecer de que ao contrário do que ocorreu em algumas áreas do estado de São Paulo, a Cana-de-açúcar não adentrou os assentamentos. Não obstante, conforme identificamos em Ivinhema/MS através de trabalhador rural detentor de lote¹⁷², onde se localiza o Assentamento São Sebastião¹⁷³ ocorreu por parte do Grupo Adecoagro responsável pela agroindústria Ivinhema a proposta de plantio de Cana-de-açúcar no assentamento, mas foi recusada pelos assentados¹⁷⁴.

Também identificamos a tentativa de avanço da Cana-de-açúcar sobre outro Assentamento no Mato Grosso do Sul, este sediado em Bataguassú e intitulado Aldeia que diferentemente de outras áreas esta vinculada ao MST e a FETAGRI/MS. De acordo com o entrevistado Sr. Arlindo Vieira dos Santos de uma Associação denominada “CRESCER” que atua no âmbito do Assentamento a idéia proposta pela agroindústria que estava se instalando no município – Itaguassú - era justamente a implantação da Cana-de-açúcar na porção sob a gestão da Federação em questão. Neste caso seriam destinados dois hectares para agroindústria canavieira em cada lote.

Em relação à atuação específica da FETAGRI/MS é preciso dizer que a mesma trabalha em prol da Reforma Agrária de tal forma que possa levantar as áreas

¹⁷² O referido entrevistado não mora no lote.

¹⁷³ O assentamento formado por 100 famílias compreende uma área de 2.967,67 hectares sendo que foi constituído em 1998.

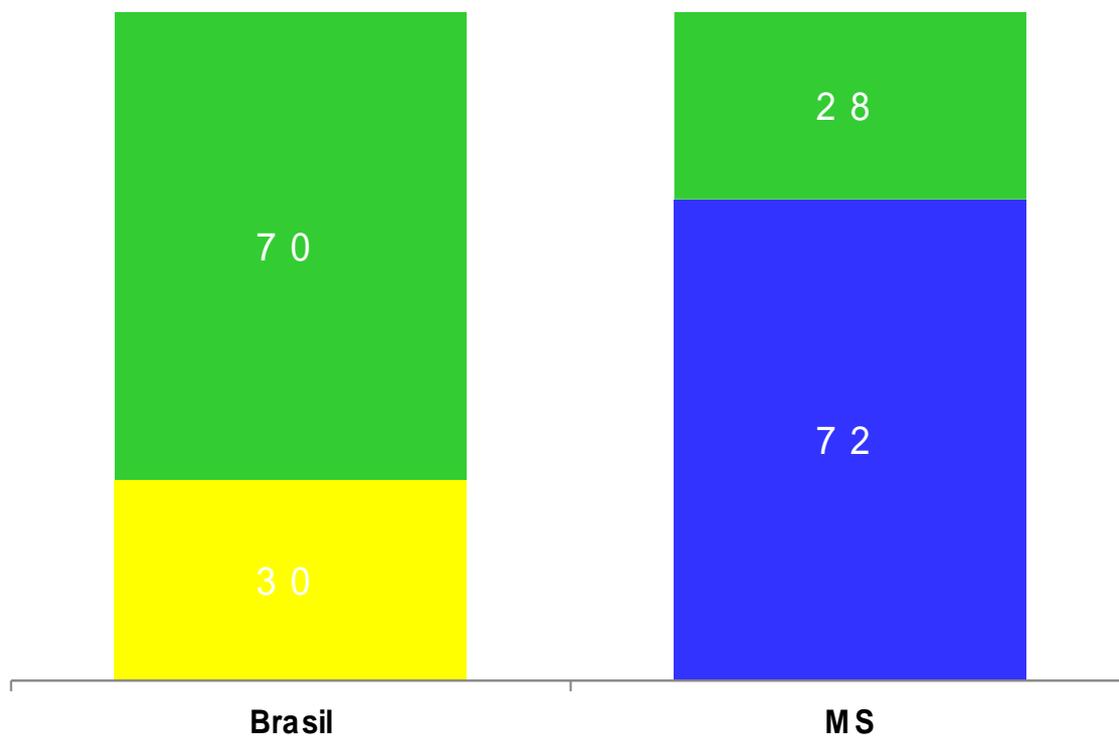
¹⁷⁴ Thomaz Júnior (2009) demonstrou em sua Tese de Livre Docência a ação envolvendo a usina Alcídia (Teodoro Sampaio/SP) e o Banco do Brasil através de uma parceria intitulada BB- Convir Integração Rural. É apontado pelo autor dentre os motivos que levaram os assentados a vincularem-se a esse projeto o fato de passarem por ameaças oriundas dos capitalistas tendo em vista a efetivação dos contratos de arrendamento. Como resultado temos sérios danos aos assentados que orbitam em torno do “[...] endividamento, frustração, sentimento de ser enganado, o cenário de perdas e a impossibilidade de tirar proveito dos ganhos que o capital extraiu de dentro do seu lote.” (p.335).

improdutivas e posteriormente levar para o INCRA, para vistoriar, e neste sentido tem buscado ajudar a coordenar os acampamentos porque tem atualmente mais de 12 mil famílias acampadas ligadas a entidade, em mais de 100 acampamentos.

É nesse sentido, que lançamos nossos olhares para o avanço da mecanização nos canaviais Sul-Mato-Grossenses tendo em vista as prerrogativas ambientais e sociais que marcam esse cenário no estado.

4.6. - O processo de mecanização nos canaviais e os impactos nas relações de trabalho

Conforme pudemos averiguar através da análise de matérias e informações disponibilizadas pelo setor canavieiro, no país, é uma preocupação essencial do capital manifestar/publicizar o grau de mecanização alcançado, tanto na colheita quanto no plantio, sobretudo a partir de 2009, quando têm se acirrado os debates em torno da exploração/degradação do trabalho. (Gráfico 07).

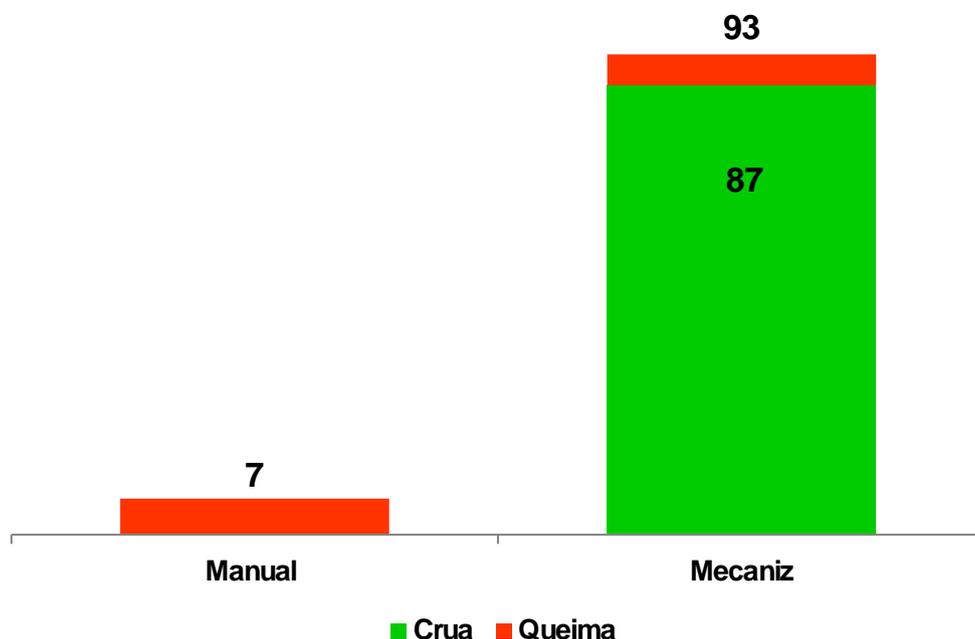
Gráfico 07 - Plantio Mecanizado - Mato Grosso do Sul - Safra: 2012/2013

FONTE: Biosul.

Org.: Vasconcelos, P. A., 2012.

Todavia, há de se ressaltar que o Estado Lei nº 3.304, de 30 de julho de 2007, que determina que até 2016 a colheita terá que ser totalmente mecanizada, sendo os produtores, incluindo as agroindústrias canavieiras obrigados a partir de 2010 a diminuir em 16,75% por ano, a área de colheita manual (Gráfico 08).

**Gráfico 08 - Colheita Mecanizada da Cana-de-açúcar em Mato Grosso do Sul –
Safrá:2012/2013**



FONTE: BIOSUL. ORG.: Vasconcelos, P. A., 2012

Vale destacar que contribui sobremaneira para o avanço da mecanização o fato da declividade do terreno não ser elevada, especialmente superior a 12% na maior parte do território Sul-Mato-Grossense.

Para atingir a meta de 100% da colheita mecanizada estima-se, todavia, que seja necessário romper barreiras organizacionais e também do próprio produto, isto é, adaptação do maquinário e da logística. Cabe destacar que o Estado também está implementando o Programa Estadual de Logística, que é muito importante frente ao desenho dessa nova demanda, não apenas do setor agroindustrial canavieiro, mas que contemple o crescimento do Estado como um todo¹⁷⁵.

Cabe destacar amparados em Vian (2003), que tendo em vista o mercado mais competitivo as unidades agroindústrias têm buscado estratégias de especialização na produção de açúcar e álcool, bem como, no que tange especificamente à produtividade. De acordo com o autor: “Essas empresas investiram (algumas ainda estão no processo) na automação industrial, na mecanização da agricultura,

¹⁷⁵ De acordo Roberto Holanda Filho grandes player de logística já vieram ao Mato Grosso do Sul de tal forma que há conversa de forma consolidada com essas empresas quer seja no ramo rodoviário ou modal.

principalmente da colheita, e na logística de transporte e produção de cana.” (VIAN, 2003 p.147).

Nesse sentido, Vian (2003), coloca o exemplo da empresa norte-americana Du Pont a qual através do que convencionou chamar “serviço aplicado” vende às agroindústrias o “defensivo químico” a ser utilizado na lavoura e, paralelamente, monitora a presença de ervas daninhas nessas áreas.

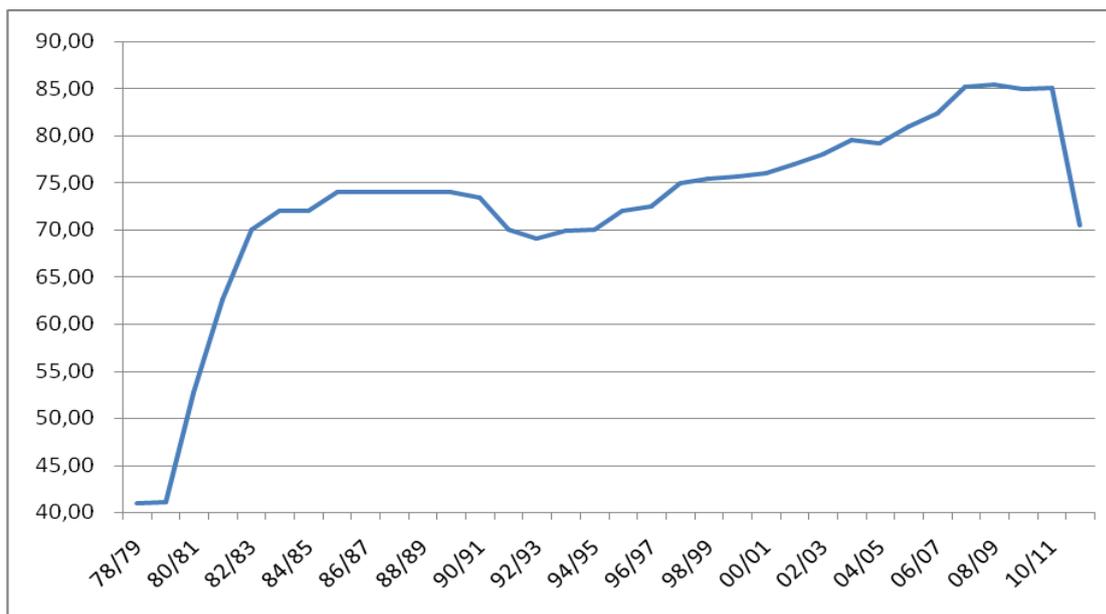
Observa-se, desta maneira, formas que são reais estratégias de reprodução do capital no campo e que vinculam em um mesmo setor da produção diferentes formas de intervenção de tal maneira que cria-se um verdadeiro ciclo, o qual é a marca direta da subordinação.

Daí termos relacionado a isso também o investimento pesado em novas variedades¹⁷⁶ de Cana-de-açúcar que facilitem a mecanização, sem perda de produtividade.¹⁷⁷

Neste sentido é importante atentarmos para a evolução tonelada/hectare de cana-de-açúcar no Mato Grosso do Sul. (Gráfico 09).

¹⁷⁶ Temos como exemplo a Rede Interuniversitária para o Desenvolvimento do Setor Sucroenergético (Ridesa) que somente em 2010 lançou treze novas variedades de cana-de-açúcar através do Programa de Melhoramento Genético. No Mato Grosso do Sul é interessante observar a existência de uma estação experimental em Rio Brillhante, sendo resultado parceria entre a usina Eldorado e a UFSCar.

¹⁷⁷ É importante ressaltar algumas das características desejáveis para a cultura além da produtividade, quais sejam: alto teor de sacarose, rusticidade, resistência satisfatória à pragas e doenças, variedades precoces, médias e tardias, boa brotação de soqueira, longevidade do canavial, florescimento ausente ou eventual, hábito crescimento ereto, adaptação à colheita mecanizada e sem queima, adaptação ao plantio mecanizado.

Gráfico 09 - Produtividade da Cana-de-açúcar no Mato Grosso do Sul (t/ha)

FONTE: BIOSUL.

ORG.: VASCONCELOS, P. A.

Verifica-se evolução acentuada da produtividade desde 1978/79 com ligeira queda na safra 1992/93. Tão pouco em 2010/11 vivencia grande recuo tonelada/hectare significando em outras palavras uma decaída de 85 ton. para 70 ton/ha.

Também é importante dizer conforme pudemos constatar no Mato Grosso do Sul, particularmente nos municípios de Maracaju e Rio Brillhante, que o corte manual se restringe especialmente à Cana-de-açúcar provinda de fornecedores.

Inclusive, é justamente nesse primeiro município que desde 2009 está em gestação à formação de uma associação dos fornecedores de Cana-de-açúcar, algo inédito no estado de Mato Grosso do Sul, mas bastante comum no estado de São Paulo e inclusive a edificação na área de pesquisa de uma Associação Sul-Matogrossense dos Fornecedores de Cana (SULCANAS), presidida pelo Sr. Paulo Diniz Junqueira Filho e que passa a existir em 2013 com a crescente necessidade de garantir estoques de terras disponíveis às agroindústrias canavieiras instaladas no Mato Grosso do Sul¹⁷⁸.

¹⁷⁸ Não obstante é importante lembrar que até meados de dezembro de 2012 quando tivemos a oportunidade de realizar entrevistas junto à Biosul/Campo Grande/MS não havia consubstanciado a presente entidade sendo que, porém está em gestação e faz parte dos planos expansionistas desse projeto em curso de avanço do capital canavieiro no Mato Grosso do Sul, sendo assim mais um elemento que explica e permite entendermos as redefinições organizacionais do setor canavieiro no estado e no Brasil através dos imperativos produtivos e econômicos.

A esse respeito é importante afirmar amparados em Thomaz Junior (2002), que os fornecedores de Cana-de-açúcar têm sua representação política assentada na estrutura oficial do enquadramento sindical das categorias econômicas. Trata-se de uma herança vertical que se expressa individualmente na forma de regulações diferenciais, impondo uma gestão fragmentária.

Segundo estudos de Thomaz Junior (2002), a figura dos fornecedores têm apresentado sensível perda de importância a nível nacional, o que se explica pelo fato da fúria expansionista dos empresários agroindustriais de um lado e por outro o desprestígio dos fornecedores assenta-se também nas dificuldades atestadas para a implantação de maquinários, novas exigências técnicas para assegurar a qualidade da matéria-prima e rendimento agroindustrial.

É importante destacar que a ampliação dos fornecedores, os quais são caracterizados por fazendeiros que produzem Cana-de-açúcar, cortam e entregam na agroindústria canavieira preocupa entidades como a Comissão de Fiscalização das Condições de Trabalho na medida em que as mesmas começam a fragilizar as relações de trabalho.

De acordo com Oliveira (2003), até meados dos anos 1990, o uso da máquina colheitadeira no corte de Cana-de-açúcar restringia-se basicamente às empresas de grande porte e mais capitalizadas, entretanto este panorama tem se modificado nos últimos anos, não somente devido ao seu barateamento e maior aperfeiçoamento técnico como também em razão das alegações de que a queima da gramínea provoca efeitos maléficos sobre o meio ambiente e a própria saúde humana, o que acarretou na ampliação no uso das colheitadeiras pelas médias e pequenas empresas do setor.

Não obstante como bem nos aponta Thomaz Junior (2002), não há relação direta entre o fato das empresas agroindustriais canavieiras serem de pequeno, médio e grandes portes, com a maior ou menor amplitude e qualidade da integração das etapas do processo.

É importante destacar que a escalada da mecanização e, por sinal, a própria expansão da colheita mecanizada nos canaviais é de perto um fator político, embora seja alardeado pelo capital canavieiro que o custo da mão de obra é caro e que a máquina não visa substituir ninguém, apenas está para suprir uma possível falta e baratear seu custo.

Por outro lado, os trabalhadores das agroindústrias de maneira geral, ou seja, os que estão ligados à planta fabril, ou então os inseridos no processo de produção agrícola (cortadores de Cana-de-açúcar, catadores de bituca etc.) e os condutores, nota-se a ocorrência de um verdadeiro peneiramento e conseqüente escolha daqueles que manifestam menor politização/sindicalização, a ponto destes (os trabalhadores) ficarem prejudicados em razão de tal situação, uma vez que é interessante ao capitalista tão somente funcionários passivos, enfim subordinados aos seus interesses.

É deste modo que, tratando-se das agroindústrias canavieiras que percebe-se a ocorrência de uma acirrada e violenta opressão sobre os trabalhadores, e de modo especial sobre os cortadores de Cana-de-açúcar, que vivem a cada dia a incerteza da manutenção de seu trabalho, uma vez que, o capitalista (o fornecedor de Cana-de-açúcar, o empresário agroindustrial canavieiro) cada vez mais se utiliza da mecanização do corte da gramínea para impor suas vontades e aspirações.

Embora seja visto em muitos casos como fator puramente ecológico, não se restringe tão somente ao mesmo, pois o que nota-se é que todo este mecanismo foi criado para controlar o processo produtivo, uma vez que antes o capital estava submetido às imposições trabalhistas, ao passo que, por exemplo, na ocorrência de greves/paralisações quase sempre todo o processo produtivo ficava afetado por falta de pessoal, só com conseqüente normalização da situação após o atendimento das reivindicações feitas pelos trabalhadores, deixando assim o capital de mãos atadas.

“Diante da intensificação da mecanização do corte da cana os trabalhadores perdem força no embate com o capital, que agora atribui o “poder de fogo” aos operadores de máquinas, tratoristas e motoristas envolvidos na mecanização” (OLIVEIRA, 2003 p. 200).

Queremos dizer com isso que não é estranho esse fenômeno ocorrer ou mesmo expandir consideravelmente após crises de mão de obra, greves ou acordos coletivos nos quais resulte aumento dos custos.

Contudo é importante ressaltar que mecanização total da colheita de Cana-de-açúcar depende de uma série de fatores de ordem técnica, destacando-se entre eles as:

[...] implicações na disponibilidade de máquinas, assistência técnica e de financiamento, logística de equipamentos e veículos no campo, a configuração dos talhões do canavial, a existência ou a adaptação de equipamentos para a recepção na usina ou destilaria, seja para a cana inteira (com ou sem queima), seja para a cana picada. (RAMOS, 2005, p.49)

No caso específico da Cosan, maior Grupo processador de Cana-de-açúcar do mundo, detentor das marcas Esso, Móbil, Açúcar União e Açúcar da Barra, a intenção é que até 2014 90% a colheita seja mecanizada, alcançando em 2017 100% da área plantada com Cana-de-açúcar.

Como parte desse processo, em 2009 o Grupo investiu R\$50 milhões na compra de novos equipamentos destinados à mecanização. Atualmente, a companhia possui aproximadamente 500 colheitadeiras.

Não obstante, como bem aponta Thomaz Junior (2002), em uma agroindústria canavieira onde o ritmo da produção não depende do ritmo de trabalho, a produtividade resulta do rendimento global das instalações e também da performance dos equipamentos.

No Mato Grosso do Sul, conforme destacou Backes (2009), outras empresas como a Vista Alegre (Maracajú), Dourados (Dourados) e Adecoagro (Angélica) desde 2008 efetuaram a compra de novos maquinários, tendo em vista o corte mecânico da gramínea, ficando apenas a operação de plantio a cargo da operação manual.

Não obstante, o uso de máquinas para colheita da cana-de-açúcar, no Brasil, em média situada em torno de 30% ainda é pequena se comparada a outros países como a Austrália, onde 100% do corte são realizados mecanicamente¹⁷⁹.

Nessa empreitada, como ressalta Thomaz Junior (2002, p.201): “[...] se consolida com a incorporação de novos atores sociais (novos profissionais) no processo produtivo, como os operadores de máquinas (colheitadeiras) e o aumento da importância dos tratoristas, motoristas de caminhões e o fortalecimento dos bituqueiros.”.

Outra questão interessante diz respeito ao fato de que se estabelece uma série de implicações oriundas desse processo no ambiente de trabalho, destacando-se a

¹⁷⁹ O Brasil já dispõe de tratores e colhedoras de última geração, mas acredita-se que ainda existem detalhes técnicos que demandam sua evolução.

diferenciação e a segmentação da mão de obra em trabalhadores permanentes e temporários. Esses últimos em safristas e volantes, de tal modo que vislumbram-se dois horizontes marcados pelos trabalhadores ditos qualificados e os considerados não qualificados.

É factível notar, com base em Ramos (2005, p. 52), que os empregos existentes (diretos) - “mantidos e/ou gerados por essa ocupação qualificada na lavoura” somados aos que estão sendo criados com a formação de novas agroindústrias canavieiras: “[...] dificilmente serão suficientes para compensar a menor utilização de trabalho na lavoura canavieira em decorrência daquela mecanização, mesmo em face dos ritmos estimados de crescimentos das produções envolvidas (cana, açúcar e álcool)”.

Por sinal, conforme a UNICA, o rendimento médio do trabalhador dos canaviais é maior que o dos empregados nas culturas de café, arroz, milho e mandioca, com rendimento inferior somente em relação ao trabalhador nas fazendas de soja, que por tratar-se de atividade altamente mecanizadas, demandam mão de obra mais qualificada.

Assim, com o avanço da mecanização inúmeros trabalhadores são excluídos do processo de trabalho ou ainda reorganizados a partir de novas funções, isto é: “O capital, ao mecanizar o corte da cana, não só elimina trabalhadores do processo de produção, mas redefine e recriam novos atores sociais, reenquadrando-os em novas funções operativas para o processo de trabalho e em novas atividades.” (THOMAZ JUNIOR, 2002 p.202).

Temos neste sentido a intensificação da divisão técnica do trabalho que promove novos tipos de trabalhadores mediante a redefinição integral ou parcial do mercado de trabalho e as próprias relações sociais de trabalho.

Conforme Alves (1991), no corte mecânico de Cana-de-açúcar, ocorre à substituição do trabalhador assalariado pela máquina, sendo que: “a sua introdução é antecedida pelo cálculo comparativo entre custo de operação da máquina e o salário pago por unidade colhida” (p.79).

Observamos o custo de 01 hectare de Cana-de-açúcar:

- Terra de pastagem: R\$ 3.300,00
- Terra pronta: R\$ 2.800,00
- Rendimento e Receita obtidos na lavoura = 92 toneladas/hectare (5 cortes)

É importante lembrar, ainda, que a adoção da máquina colheitadeira está relacionada não apenas à vantagem econômica e à imposição da sociedade, por tratar-se particularmente de um mecanismo de controle sobre os trabalhadores envolvidos na atividade canavieira. Isto é, nesse universo, temos uma complexa teia de dominação marcada pela redefinição das formas de contratação, seleção e remuneração da força de trabalho como ingredientes fundamentais do movimento de controle exercido crescentemente pelo capital. Ou seja, a incorporação de novas tecnologias no setor canavieiro aprofundou a dinâmica de exploração/degradação do trabalho.

Concordamos com Chesnais (1996, p.304) quando ressalta que:

A destruição de postos de trabalho, muito superior à criação de novos empregos, não é só uma espécie de fatalidade atribuída “à tecnologia” em si mesma. Ela resulta, pelo menos em igual medida, da mobilidade de ação quase total que o capital industrial recuperou, para investir e desinvestir à vontade, “em casa” ou no estrangeiro, bem como da liberalização do comércio internacional..

Isto é, ocorre a subordinação real do trabalho ao capital, mediante a alienação do trabalhador, através de um grau de exploração crescente por parte das agroindústrias canavieiras sobre os trabalhadores rurais que, por sua vez, encontram-se cada vez mais marginalizados do processo econômico do país.

Tudo isto em nome de uma maior produtividade/lucratividade baseado em investimentos crescentes no patamar tecnológico do setor e conseqüente desinteresse quanto àqueles que realmente são responsáveis pela sustentação do sistema (o *nós* da cana¹⁸⁰).

É preciso deixar claro que esse panorama de crescente mecanização do processo produtivo no labor da Cana-de-açúcar atrela-se a uma teia de relações entre diferentes agentes envolvidos no setor canavieiro, sendo destaque os altos investimentos no desenvolvimento de tecnologia pelas empresas produtoras de máquinas e equipamentos. A título de exemplo podemos ressaltar o caso da John Deere, a qual estima-se um investimento diário de até US\$2 milhões dedicados ao segmento¹⁸¹.

¹⁸⁰ Alusão à denominação utilizada por Thomaz Júnior (2002) que significa os atores sociais submetidos no processo de produção agroindustrial canavieiro, ou seja, os trabalhadores envolvidos nas atividades agrícolas e do processamento agroindustrial da Cana-de-açúcar.

¹⁸¹ Para mais informações ver: “A escolher: Com novas opções a cada safra, canavicultor tem a disposição máquinas cada vez mais econômicas e eficientes”. (ANUÁRIO DA CANA-DE-AÇÚCAR, 2009).

Isto é particularmente importante ao passo em que diante do atual mercado globalizado especialistas do setor apontam que o atraso tecnológico pode ser desastroso para o aproveitamento de todas as oportunidades projetadas para o setor.

O corte mecanizado de Cana-de-açúcar, além de promover desemprego no campo, também produz invalidez e mortes nos canaviais brasileiros, tendo em vista que a máquina tornou-se um parâmetro poderoso de medida da produtividade do trabalho pelas empresas agroindustriais canavieiras, especialmente no momento da contratação e seleção da mão de obra para o corte manual¹⁸².

É nesse contexto que se insere o crescente número de mortes de trabalhadores rurais envolvidos no corte de Cana-de-açúcar no país, sobretudo nos últimos anos conforme apontou Silva (2006), sem contar outros problemas de saúde, como as lesões por esforços repetitivos (LER), enrijecimento muscular (câimbras), dores corporais, tensão no pescoço, fraqueza e desidratação decorrentes do esforço físico freqüentemente relatadas pelos trabalhadores.

Assim, se até na década de 1980 tínhamos como referência em relação à quantidade de Cana-de-açúcar cortada uma média de 5 a 6 toneladas por trabalhador/dia, na década de 1990 esse valor subiu para 9 a 10 toneladas e, atualmente, registra-se valores que giram em torno de 12 a 13 toneladas.

Aspecto interessante diz respeito à perspectiva das empresas em relação aos casos em que os trabalhadores apresentam baixo rendimento em relação a produtividade, haja vista que no Mato Grosso do Sul, por exemplo, na medida em que temos a expansão da atividade canavieira verifica-se a intensificação da exploração do trabalho em níveis jamais vistos, o que coloca em relevo o aumento constante da produtividade, associada, pois, à performance técnica da máquina colheitadeira e ao fato dos ganhos nem sempre proporcionais aos esforços despendidos.

¹⁸² Não obstante, o ritmo e a intensidade do trabalho no corte manual, passa a ter referência dos ganhos de produtividade no corte mecanizado. Sadi Dal Rosso constatou a partir de pesquisa realizada no Distrito Federal que ocorre a intensificação do trabalho. Segundo Dal Rosso, isto diferencia-se do que comumente entendemos como sendo produtividade do trabalho na medida em que trata-se do crescente aumento da produção de determinados bens e produtos numa variação temporal. Por outro lado, quando consideramos a intensificação trabalho é preciso somar a isto o que o referido autor nomeia com o sugestivo adjetivo: Mais trabalho¹⁸²! Assim, nas palavras do autor: [...] “Um serviço é considerado mais intenso quando, mantidas a duração da jornada e as mesmas condições de infra-estrutura produtiva, o trabalhador apresenta mais ou melhores resultados, em decorrência do mais trabalho despendido” (DAL ROSSO: 2008, p.55).

Neste sentido, nos foi destacado que quando os trabalhadores não alcançam nove toneladas de Cana-de-açúcar/dia é dado aos mesmos prazos de alguns meses para que entrem no ritmo de trabalho exigido.

Na agroindústria canavieira Laguna, conforme destacou o funcionário José Augusto Fonseca, com o qual conversamos em 19/08/2011, o trabalhador deve cortar no pelo menos 50 metros de Cana-de-açúcar por dia para receber o mínimo da categoria profissional que é de R\$573,80. Não obstante, não devemos esquecer que conforme a cláusula 3^o nenhum trabalhador poderá receber salário inferior ao piso normativo.

Associado a isso vale lembrar o registro de um trabalhador que entrevistamos o qual enfatizou que quando entra a mulher e o homem e esta corta pouca Cana-de-açúcar parte da tonelada dele é jogada para ela, mas quando esta trabalha sozinha e não atinge a meta logo acaba sendo cortada, isto é, na próxima safra não é mais contratada. Neste caso eles colocam na carteira de trabalho a frase: “fora da produção”.

Assim é preciso que as mulheres iniciem a luta por equiparação de salários e jornada de trabalho, pois não basta conquistar seu espaço no processo produtivo, faz-se necessário conquistar direitos que não são dados a elas no cotidiano do trabalho.

Ressalta-se, ainda, que tais metas aludidas anteriormente se estendem ao conjunto dos trabalhadores. De acordo com trabalhador rural Marcos Antonio do setor fertirrigação de uma agroindústria canavieira situada no Mato Grosso do Sul, existe um conjunto de metas a serem atingidas pelos diferentes setores da empresa tanto no campo como na planta fabril. Assim, esclarece que devem atingir pelo menos 300 hectares diários na operação costal.

Segundo ele na operação Berthould há um tanque de dois mil litros e dois funcionários fazendo catação de ervas daninhas que envolvem duas frentes. A primeira frente faz limpeza de carreador e a segunda catação no meio do canavial¹⁸³.

Para Manoel de Barros¹⁸⁴, da mesma empresa, mas do setor de bituca, recém contratado na safra 2010/11, a meta na empresa funciona da seguinte forma: O trabalhador deve atingir 700 toneladas por turno, isto é, a cada 24 horas, totalizando 2100 toneladas/dia.

¹⁸³ Em unidades agroindustriais como a Alcoolvale localizada em Aparecida do Taboado/MS o sistema de fertirrigação com vinhaça e águas residuais abrange uma área de 4,5 mil hectares haja vista o preparo e conservação do solo que é complementado através da aplicação de calcário e gesso.

¹⁸⁴ Nome fictício.

Esse ritmo de trabalho é intensificado de diversas formas: no ganho de brindes, tal quais eletrodomésticos, bicicletas e motos para aqueles que se despontam; na garantia de empregos no período da entressafra, quando aproximadamente metade do pessoal do campo é despedida; e ainda, somado ao ritmo, a constância no trabalho, que rende a concessão de uma cesta básica.

No caso da cesta básica é importante destacarmos que trata-se de uma reivindicação de trabalhadores de inúmeras agroindústrias canavieiras recentemente instaladas no estado, conforme pudemos verificar em Batayporã/MS, onde em julho de 2011 trabalhadores migrantes oriundos do Maranhão, fizeram paralisação de dois dias para cobrar da empresa Laguna mais ações. Dentre os itens cobrados ressalta ainda a solicitação de plano de saúde¹⁸⁵ e disponibilização de ambulância/enfermeiro no local de trabalho.

Em relação ao recebimento de cesta básica devemos lembrar, no entanto que há mecanismos de regulação por parte da empresa, mesmo onde há concessão desse benefício aos trabalhadores, assim identificamos na empresa Angélica Agroenergia o fato do funcionário ter direito a cesta desde que não falte nenhum dia do trabalho caso contrário perde o direito à mesma.

Por sua vez, o mesmo não se repete na Agroindústria canvieira Ivinhema também pertencente ao Grupo Adecoagro, conforme nos atestou o Presidente do STR de Ivinhema/MS Sr. Francisco Alves Barbosa, em Trabalho de Campo realizado em 28/02/2012. Nesta unidade o trabalhador deixa de ter o direito à cesta quando ausenta-se do trabalho por dois dias.

Como mecanismo coercitivo é possível notar a existência em determinadas empresas do sistema de gancho. Assim, quando o trabalhador falta do serviço sem trazer atestado médico, recebe uma advertência verbal e na reincidência ocorre a advertência escrita. Se houve uma terceira falta do mesmo trabalhador é dado ao mesmo o que vem se denominando gancho que é a suspensão inicial de um dia de trabalho, mas que poderá ser de até três dias se faltar por uma quarta vez. Isto acontece segundo os trabalhadores, como forma de precaver os trabalhadores em relação ao excesso de faltas, isto porque ocorrendo uma quinta falta injustificada o mesmo trabalhador é despedido por justa causa.

¹⁸⁵ Conforme pudemos apurar junto ao Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Fabricação de Alcool e Açúcar de Nova Alvorada do Sul foram conquistas recentes da entidade junto a ETH o Plano de Saúde ao conjunto dos trabalhadores vinculados, Programa de Participação nos Resultados (PPR) e as horas *in itinere*.

Vale destacar que existe inclusive uma disposição em relação ao controle de faltas pelos trabalhadores através de campanha de conscientização pelos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais, conforme aponta a Convenção Coletiva do Trabalho. Trata-se de um mecanismo lançado para coibir as denominadas faltas injustificadas entre os trabalhadores.

Queremos aqui chamar atenção para uma medida cerceadora identificada por nós na unidade de Ivinhema/MS. Conforme nos relatou o Sr. Francisco Alves Barbosa do STR local a empresa não contrata para seus quadros os trabalhadores que tenham pedido suas contas ou que tenham sido “mandados embora”.

A esse respeito não tivemos a oportunidade de conversar com nenhum trabalhador da agroindústria canavieira, mas nos remete em primeira instância a uma medida de caráter punitiva de pouco alcance, haja vista que a rotatividade de trabalhadores é muito grande.

Conforme identificamos em Trabalho de Campo, realizado em Nova Andradina/MS, através de entrevista com o Sr. Adilson Remelli, em 18/08/2011, o fornecimento de brindes era uma prática da Energética Santa Helena até 2008 quando devido à ação do Ministério Público foi vetada tal prática.

Neste sentido, outra prática coercitiva adotada pela empresa na época, condizia a desobrigar o trabalhador a pagar pela alimentação, desde que cortasse pelo menos 15 toneladas diárias.

Outro expediente diagnosticado na região relaciona-se ao pagamento de 30% aos motoristas de ônibus pela produtividade dos trabalhadores. Tal prática induz a uma cobrança constante do motorista pela produtividade do trabalhador, afetando inclusive sua saúde, já que muitas vezes não são cumpridos os intervalos necessários.

Estes aspectos denotam aquilo que Thomaz Júnior (2002), chamou a atenção por ser o famoso “bingo da morte”, pois, se transfigura na face mais perversa da exploração do trabalho e da desconsideração do valor humano.

Especificamente em relação a uma dita padronização das metas e processos no âmbito das empresas, visualizamos em um dos principais grupos atuantes no país e no Mato Grosso do Sul a presença de um programa particular denominado Excelência ETH, o qual abrange todas as nove unidades do Grupo.

Neste programa a filosofia importa aos trabalhadores é a seguinte: “identificar o problema, achar uma solução, colocar prazo e um responsável. Depois disso, nos executamos a ação e verificamos se deu certo” de tal modo que “líder e

liderados elaboram um plano de ação para reverter um resultado que não está dentro da meta pactuada” (CARTILHA INSTITUCIONAL).

A esse respeito conforme nos apontou em Trabalho de Campo realizado em 10/05/2012 o Gerente de Pessoas, Administração e Finanças, do Grupo ETH, Sr. Juraci Rodrigues Bastos, a intenção é que todas as unidades da ETH adotassem os mesmos procedimentos e metas, tendo em vista a obtenção de resultados satisfatórios.

Ou seja: “É um programa de gestão é um programa que foi montado por uma equipe técnica com conhecimento técnico na indústria na agrícola no controle e gestão de desempenho rodo em todas as unidades padronizando padronização de processos” (BASTOS, 2012 p. 02).

E arremata:

Como nos estamos montando novas unidades precisamos de uma forma de mensurar de medir alguns indicadores porque a gente precisava definir metas de gestão de desempenho para medir nossos indicadores para ter uma única unidade esse é basicamente um projeto de um programa de padronização de processos uma forma de mensurar os indicadores. (BASTOS, 2012, p.03)

Como os trabalhadores são movidos pelo ganho por produção, desafiam a própria vida ao se submeterem às elevadas metas de produção estabelecidas pelas empresas. Desse modo, o homem estabelece uma concorrência dialética entre a máquina e sua sobrevivência. Thomaz Junior (2007b, p. 14-15) destaca que:

[...] o corte mecânico hoje, além de ser um fato, é mais que tudo um elemento sempre presente na pressão psicológica que os patamares de corte continuam a imperar, nos momentos de arregimentação, eliminando e cortando expressivos contingentes, a cada safra, impactando sobremaneira no efetivo de trabalhadores contratados. Dessa forma, o crescimento contínuo dos patamares mínimos exigidos no corte manual, hoje por volta de 14 toneladas homem/dia, supera as 12 toneladas da safra de 2006-2007, as três toneladas, em 1969, as 10 toneladas, em 2005, revelando que o limite para essa frenética superexploração do trabalho só esbarra na morte.

Nesse cenário, o pagamento por produção exerce papel complicador na situação do trabalho na cana-de-açúcar, haja vista a dificuldade de se ter um controle sobre a quantidade cortada e sobre o valor do pagamento da gramínea. Aliás, a falta de

controle da produção e o valor do pagamento pelos trabalhadores é o principal meio de pressão pelos usineiros para aumentar a produtividade do trabalho.

A respeito do pagamento por produção é interessante a opinião de Veiga Filho (2010, p.03), que aponta ser: “[...] um problema de difícil solução, pois mesmo que se consiga legislar coibindo essa forma de remuneração, sempre haverá maneiras de se conseguir aumentos de produção e de se estabelecer metas de produção”, sendo necessária neste caso ação direta de Sindicatos e da própria fiscalização de órgãos oficiais.

Do ponto de vista do empresariado, conforme temos apreendido, acredita-se ser mais lucrativo investir no corte mecanizado, pois apesar do custo relativamente alto para adquirir uma máquina, o retorno econômico é compensador, tendo em vista que o corte mecanizado é, em média, 35% a 40% mais barato do que o corte manual¹⁸⁶.

Já do panorama do governo sul-mato-grossense é válido destacar o posicionamento do Sr. Cícero Ávila, Presidente da FUNTRAB, o qual aponta ser necessário:

Restringir ou agindo por um outro lado estimular mais quem se dispõe a vir para cá pra fazer o processo mecanizado de exploração de açúcar e álcool, porque não nos interessa efetivamente por um conjunto de razões, a estada aqui de usinas com o processo de plantio e corte manuais. (2007, p. 06)

Entretanto, a inserção da mecanização do corte de cana-de-açúcar repercute negativamente sobre a força de trabalho humana, na medida em que a máquina substitui em média 80 a 100 trabalhadores, colhendo em torno de 800 t/cana/dia.

É neste contexto que se redefine também outras etapas do processo de produção e de trabalho, sendo que no caso especificamente agrícola, há implantação de novos equipamentos para carregamento e transporte (Figuras 12 e 13).

¹⁸⁶ Cf. OLIVEIRA (2003, p. 30)

Figura 12 - Carregamento de cana-de-açúcar por trator na lavoura



FONTE: AZEVEDO, J.R.N. Trabalho de Campo, 2012.

Figura 13 - Transporte de cana-de-açúcar com Motocana



FONTE: AZEVEDO, J.R.N. Trabalho de Campo, 2012.

Associado a isto devemos estar atentos ao processo de mecanização da cana-de-açúcar. Nesse sentido Silva, ressalta que:

A mecanização do corte da cana responsável pela eliminação de 30 mil cortadores nos últimos 10 anos coloca uma grande questão acerca dos demitidos. Sabe-se que se trata de uma mão de obra desqualificada, desvalorizada, que segundo palavras de um trabalhador, “o cortador de cana não passa de um cortador de cana, ele não é outra coisa”. A situação se agrava em virtude da inexistência do seguro desemprego. Ademais, boa parte desse contingente não possui sequer o registro formal de trabalho. (SILVA, 2004, p. 30)

Conforme ressalta Thomaz Junior (2007, p. 14):

[...] o corte mecânico [...] hoje, além de ser um fato, é mais que tudo um elemento sempre presente na pressão psicológica que os patamares de corte continuam a imperar, nos momentos de arregimentação, eliminando e cortando expressivos contingentes, a cada safra, impactando sobremaneira no efetivo de trabalhadores contratados.

Em outras palavras, o corte mecanizado não é somente o resultado do avanço tecnológico, mas um trunfo nas mãos do capital canavieiro, que o utiliza para exercer pressão psicológica e coerção junto aos trabalhadores, que se silenciam, muitas vezes por medo de serem demitidos¹⁸⁷.

Desta forma amparados em Harvey (2005, p.151), podemos dizer que: “[...] as diferentes facções do capital e do trabalho representam diversos interesses dentro de um território”. Logo, percebemos que existe um desencontro entre os propósitos dos trabalhadores envolvidos no processo produtivo e os empresários.

Temos uma relação paradoxal caracterizada pela utilização por parte dos empresários da prerrogativa da mecanização, isto é, da utilização de máquinas e tecnologias nas operações de corte e colheita da Cana-de-açúcar, como forma de pressionar os trabalhadores e obter maiores rendimentos, dado o risco do desemprego. No Mato Grosso do Sul, por exemplo, temos apreendido em diversos casos empresários que atrelam a não mecanização dos canaviais à empregabilidade de indígenas e migrantes.

Esta é a situação da agroindústria canvieira Dourados e Monteverde, situadas respectivamente em Dourados/MS e Ponta Porã/MS que empregam

¹⁸⁷ Cf. THOMAZ JUNIOR (2007b, p. 14).

especialmente mão de obra indígena localizada nas áreas circunvizinhas, o que de fato faz parte de uma estratégia empresarial de barateamento dos custos de produção e não de valorização do trabalhador local.

Contudo, temos diversos posicionamentos a respeito, como bem lembra Jorge Eremites de Oliveira (2007, p. 02) segundo o qual:

Em Dourados, por exemplo, nós temos a usina que gera 300 empregos diretos e que recebem em torno de R\$950,00 quer dizer na ausência do Estado da FUNAI em garantir [...] Dourados tem oportunidade de trabalho é uma das alternativas que tem gerado renda ao mesmo tempo em que gera dependência como impacto negativo.

Por outro lado, é importante destacar que, sobretudo nos últimos anos muitos grupos e empresas isoladas têm deixado de contratar esses trabalhadores ou diminuído o seu quantitativo como bem podemos notar no caso das unidades do Grupo LDC, que desde 2009 não faz contratação de cortadores de cana-de-açúcar indígena.

No tocante a LDC é válido esclarecer que o plantio e a colheita são realizados em 100% da mecanização com máquinas próprias com exceção para o transporte da muda e da cana-de-açúcar que é terceirizado.

Segundo Oliveira (2003), o capital tem uma ação proposital no sentido de enaltecer as vantagens econômicas do agrohidronegócio, especialmente para os grandes produtores, ao mesmo tempo em que deixa de fora do debate os prejuízos sociais e econômicos para os pequenos proprietários rurais, produtores, arrendatários etc.

A título de exemplo, podemos destacar conforme informações do Ministério da Agricultura, que o agrohidronegócio no Brasil foi responsável por movimentar em 2009 cerca de U\$75 bilhões, o que reflete um crescimento de 5% em relação ao ano anterior.

No Mato Grosso do Sul, conforme o Presidente da FETAGRI/MS, Sr. Geraldo Teixeira de Almeida, mais de cinco mil trabalhadores já foram demitidos do corte da Cana-de-açúcar pelas agroindústrias canavieiras tendo em vista a implantação de máquinas configurando um quadro de apreensão social¹⁸⁸. Nesse sentido, devido o crescente índice de mecanização da atividade canavieira e o premente risco de desemprego tem sido promovido debates pela FUNTRAB, especialmente no tocante a

¹⁸⁸ Cf. matéria intitulada: “Colheitadeiras de cana já substituíram 5 mil trabalhadores nas usinas de MS” publicada pelo Jornal Costa Leste de 12/08/2011.

mão de obra indígena.

Caarapó/MS e Amambaí/MS são focos dessa ação, na medida em que somente em Amambaí há três aldeias: Limão Verde, Jaguari e Amambaí, totalizando 12 mil índios da etnia Kaiowá-Guarani, dos quais é grande o percentual envolvido nessa atividade produtiva.

Nesse contexto é importante repensarmos as possibilidades de inserção do Mato Grosso do Sul na atual divisão territorial do trabalho, uma vez que a aposta da elite político-econômica neste modelo de produção é altamente excludente, pois seleciona não apenas os trabalhadores aptos ou “qualificados”¹⁸⁹ para o trabalho, como também as melhores terras para sua expansão.

Entender a lógica contraditória de expansão das relações capitalistas no Mato Grosso do Sul é, sem dúvida, uma forma de combater o projeto global de dominação do capital e atentar para outras formas de produção e de trabalho existentes, de tal forma que sejam respeitadas a crescente heterogeneidade e complexidade da classe que vive do trabalho.

Por fim, queremos chamar a atenção para a alternativa que nos foi apontada como solução aos trabalhadores diante da crescente implantação de máquinas nas etapas de plantio¹⁹⁰ e colheita da cana-de-açúcar no Mato Grosso do Sul, mas que pode ser estendida a outras porções do país.

Seria de acordo com o entrevistado, Sr. Oviedo Santos, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Fabricação do Açúcar e Alcool, de Rio Brillante/MS, a reunião de trabalhadores pretensamente dispensados de suas atividades produtivas em torno do projeto básico de compra de máquinas a serem implementadas nas lavouras dos grupos.

Na verdade, há de se convir que embora seja interessante a proposta apresentada pelo sindicalista, a mesma aparenta ser de primeira mão muito onerosa aos bolsos de trabalhadores rurais, sem contar que pode transformar-se em uma forma indireta de terceirização das atividades com consequente precarização das relações de trabalho.

¹⁸⁹ De acordo com Antunes (1999, p. 131): “[...] parte importante do “tempo livre” dos trabalhadores está crescentemente voltada para adquirir “empregabilidade”, palavra que o capital usa para transferir aos trabalhadores as necessidades de sua qualificação”.

¹⁹⁰ De acordo com Eid (1996, p. 30) o progresso técnico na agricultura canavieira abrange quatro fases do processo de produção sendo os mesmos preparo solo, plantio, tratamentos culturais e colheita através do que denomina inovações mecânicas, físico-químicas e biológicas.

De fato, sendo viável seria o caso de pensarmos em formas de financiamento a juros baixos por agências de fomentos como o BNDES e Banco do Brasil. Não obstante, é sabido que as exigências e garantias para tais empreendimentos são grandes o que dificulta a obtenção do crédito.

De todo modo é válido a proposta colocada pelo representante dos trabalhadores acima mencionado, na medida em que demonstra uma opção à ordem posta e reflete a ação dos trabalhadores subvertendo, dessa forma, a imposição dos patrões que são originalmente os detentores dos meios de produção e de trabalho, e que por esse mesmo motivo, mantém o controle sob a massa dos trabalhadores assalariados.

Senão vejamos que: “Sob todas as condições, o tempo de trabalho, que custa a produção dos meios de subsistência, havia de interessar ao homem, embora não igualmente nos diferentes estágios de desenvolvimento.” (MARX, 1985 p. 70). Logo, isto significa conforme já apontamos: “[...] tão logo os homens trabalham uns para os outros de alguma maneira, seu trabalho adquire também uma forma social.” (Idem).

A esse respeito Mézáros (2008, p. 150) é taxativo quando assevera que o Capital: “[...] não somente *expulsa (Grifo nosso)* cada vez mais pessoas do processo de trabalho, mas fundado numa contradição característica, ou seja, também prolongando o tempo de trabalho, sempre que o capital consegue fazê-lo impunemente.”

É possível pensar em cooperativas ou associações de trabalhadores de interesse comum que vislumbre um novo modelo o qual para ser realmente viável (possível) deve ser reconhecido pelo Estado. Nesse caso, os trabalhadores estariam utilizando instrumentos que buscam a socialização dos lucros e resultados advindos da lida com a Cana-de-açúcar.

Fica nessa proposta e em outras que possam vir a surgir o intento em garantir ao conjunto de trabalhadores, alternativas e soluções para o desemprego advindo do processo de mecanização ou, em outra escala, alternativa de melhores rendimentos aos trabalhadores diante das atuais condições de trabalho existentes no âmbito da agroindústria canavieira e que são especialmente necessárias no caso dos trabalhadores ligados diretamente às atividades agrícolas que são, pois, as mais árduas o processo produtivo.

4.7 - Construindo cenários para o Mato Grosso do Sul

Nesse item objetivamos trazer ao debate algumas questões acerca do que entendemos ser um projeto alternativo para o pleno desenvolvimento do Mato Grosso do Sul. Com isso não queremos excluir relações de produção substituindo-as por novas soluções pautadas em suposições, mas investir em condições pertinentes em relação especialmente as relações de trabalho empreendidas no campo.

Primeiramente, para alcançar tal intento, é necessário esclarecer que não somos contrários ao estabelecimento de agroindústrias canavieiras no território Sul-Mato-Grossense e no país em geral, inclusive, por que somos dependentes diretos dos produtos advindos dessa atividade, especialmente do açúcar e do álcool, sendo uma incongruência condenar sua produção. Isto é particularmente importante na medida em que refletimos em nosso trabalho justamente as mediações que se estabelecem a partir do desenvolvimento do agrohidronegócio canavieiro.

No entanto, defendemos o desenvolvimento de mini-usinas com capacidade de produção reduzida e conseqüentemente abrangência territorial limitada em relação a atual que pode ou não ser limitado pelo poder público estadual e municipal de tal forma que não seja obstáculo para o desenvolvimento de outras atividades econômicas em um mesmo município.

Do mesmo modo, em relação a matéria-prima utilizada vale estar atento a outras culturas menos prejudiciais ao solo e ao meio ambiente em geral como o sorgo e o próprio milho, conforme nos revela experiências em andamento no Mato Grosso¹⁹¹ onde tais produtos são usados para produção do etanol, revelando-se como uma oportunidade a mais da convencional Cana-de-açúcar.

Não é demais lembrar que a constituição de mini-usinas não é algo novo haja vista que já durante o Proálcool havia essa proposta, na verdade vinculada a mini-destilarias com capacidade de produção de 5000 litros/dia. Interessante observar que a medida em que é apontado por estudiosos do assunto¹⁹² o custo de produção de etanol fabricado numa mini-destilaria é cerca de 20% mais barato do que o da agroindústria convencional.

¹⁹¹ Trata-se da Usimat localizada em Campos de Júlio/MT. Para maiores informações ver matéria intitulada: "Produção de milho ganha mais alternativa com usina flex em Mato Grosso". Disponível em: <<http://www.sonoticias.com.br/agronoticias/mostra.php?id=50821>> Acesso em: 21/03/2012.

¹⁹² Conforme Alcântara Filho, J. B.; Silva, J. G. Uma alternativa não concentradora para o Proálcool: a pequena unidade de produção e a micro-destilaria. ABRA. Campinas, v.11, n.01, 1981. p.37-44.

Entretanto, o projeto não alavancou conforme demonstrou-nos Bray; Ferreira e Ruas (2000), o que se explica pela natureza claramente concentradora do Programa de Racionalização da Agroindústria Açucareira/alcooleira do país que destacava a necessidade de eliminar as pequenas unidades produtivas do país, assim como o caráter reforçado pelo estado através de suas instituições de controle que demonstra opção por grandes empresas em detrimento de maior número de pequenas empresas.

É importante dizer que identificamos recentemente o Projeto de Lei do Senado, nº252 de 2011 que cria o Programa de Microdestilarias de álcool e biocombustíveis (PROMICRO) de autoria do senador Acir Gurgacz o qual atenderia fundamentalmente os interesses dos agricultores familiares.

Nesse quesito, a Confederação Nacional da Agricultura (CNA) discorda e defende a produção mínima de 80 mil litros/dia pelas ditas destilarias conforme esclarece o seu representante Sr. Gersón Carneiro Leão¹⁹³.

Outra questão a ser posta condiz à necessidade de não ser permitida, por exemplo, a constituição de mais de um projeto agroindustrial canavieiro em determinado município como ocorre, por exemplo, em Dourados, Maracaju e Rio Brilhante/MS.

Contestar o modelo posto por essa forma de produção que privilegia e ostenta o poder dos grandes proprietários e negligência ao mesmo tempo a ação dos trabalhadores vinculados a tal setor econômico eis a questão em foco!

Logo, quando consideramos o desenvolvimento da atividade canavieira no estado não estamos simplesmente condenando determinado produto agrícola, mas colocando em pauta as consequências de se privilegiar em um determinado espaço a monocultura como aposta e solução para o conjunto da sociedade.

Entendemos ser de fundamental importância respeitar uma forma de produção calcada na diversidade produtiva a qual atenda aos interesses de todos camponeses a partir de suas realidades específicas. Isto é, sem dúvida, em primeiro lugar uma maneira de possibilitar que seja garantido aos trabalhadores, camponeses em essência, condições para se manterem com dignidade no campo.

¹⁹³ A esse respeito ver matéria: “Criação de Programa de Microdestilarias preocupa setor sucroalcooleiro” disponível em: <http://www.senado.gov.br/noticias/Radio/programaConteudoPadrao.asp?COD_AUDIO=155336> Acesso em :23/11/2011.

Trata-se de sem exitar fortalecer as ações anticapital no campo destacando nesse aspecto os trabalhadores camponeses na cena política. (THOMAZ JUNIOR, 2009).

Somam-se a esta realidade os próprios assentamentos rurais que por sua característica particular de atender aos anseios da Reforma Agrária por parte dos trabalhadores rurais representam em primeira mão a possibilidade de romper com um modelo perverso de concentração de terra que marca o Mato Grosso do Sul. (Tabela 16).

Tabela 16 - Estrutura Fundiária – Mato Grosso do Sul – 2006

Grupo de área	Nº de estabelecimentos	Área ocupada
Menos de 10 ha	13.396	64.816
10 a menos de 100 há	29.277	873.699
Menos de 100 há	42.673	938.515
100 a menos de 1000 há	15.286	5.995.105
1000 ha e mais	6.603	23.123.327
Total	64.862	30.056.947

FONTE: IBGE, 2011.

Como revela a Tabela 16 é possível observar que o estado do Mato Grosso Sul caracteriza-se pela concentração de terra. Enquanto os estabelecimentos de menos de 10 ha ocupam uma área de 0,22%, aqueles de 1000 ha e mais expressam nada menos que 76,93% do total.

De um modo geral, podemos dizer que a realidade do campo brasileiro é extremamente complexa, sendo marcada pela diferencialidade sócio-territorial, ou seja, por características diferentes no que diz respeito a estruturação do seu espaço rural quer seja no tocante a distribuição da população, dos produtos, atividade econômica predominante etc.

Na mesma medida, é possível distinguir a existência de uma condição estrutural para sua conformação que é sua concentração fundiária, marca que carrega arraigada desde os períodos coloniais, que por sua vez, ampara uma classe dominante historicamente constituída no território brasileiro, a qual é símbolo das relações de dominação e poder na ordem econômica do país.

É preciso deixar claro que a Reforma Agrária não se resume ao recebimento via órgão público, de terra, é necessário assim ampliar a visão parcial em relação à terra e sua apropriação, ou melhor, a terra e os homens que dela desfrutam e retiram suas potencialidades em pelo menos duas classes distintas, quais sejam: a) aqueles que se servem dela para retirar a renda da terra através da monopolização do território tendo em vista acumulação de capitais reinvestidos na indústria e b) aqueles sujeitos sociais que vêem a terra como forma de manutenção do seu modo de vida, a qual ampara-se numa produção de cunho autônomo e soberano, de caráter policultor e não agressor da natureza, ou seja, que busque outras formas produtivas onde homem e natureza formem uma unidade dialética não excludente.

Daí a necessidade em se pensar numa reforma agrária¹⁹⁴ solidária cuja característica fundamental seja a coesão de ações pelos camponeses num contexto em que a “terra de trabalho” seja um ideal perseguido e as relações produtivas não sejam dependentes do capital canavieiro, por exemplo, ou de qualquer outra natureza e que as forças produtivas, sobretudo, o próprio homem estabeleça uma relação de reciprocidade com a natureza na qual se encontre.

Como bem ressalta Oliveira (2008), o Mato Grosso do Sul conta com cinco milhões de hectares de terras devolutas sendo que abrigam expressivas unidades produtivas e representam elevado índice de terras nessa situação o que é expresso pelo fato de ser municípios que possuem mais área indicada no cadastro do INCRA do que aquela existente nos municípios. Este é o caso de Rio Brilhante com 20% de área devoluta (77.980,10 ha), Maracaju com 12% (64.476,11 ha) e Dourados com 10% (42.512,97 ha).

Essa condição apresentada em relação à estrutura fundiária sul-mato-grossense não é diferente do que ocorre em outras porções do país haja vista que um em cada quatro municípios brasileiros tem mais propriedades rurais cadastradas do que a sua própria superfície territorial, o que representa nada menos que 24,3% dos municípios do país¹⁹⁵.

Nesse contexto, visualizamos como desdobramentos, de um lado o desmonte do território de luta pela terra e pela Reforma Agrária nessa porção do estado (especialmente se não houver reação dos movimentos sociais) e de outro lado, a retomada do poder político de classe da burguesia e do capital, que se renova a partir de algumas ações, e se fortalece a partir das alianças e da cooptação de assentados, que se vêem sem perspectiva de viabilização da produção na terra e, conseqüentemente de permanência nela.

Esta situação das terras no Mato Grosso do Sul revela a jogada estratégica do agrohidronegócio canavieiro em garantir a legitimação da posse da terra ao passo em que viabiliza a expansão da atividade canavieira em seu território, o que vem somar a existência 8,5 milhões de hectares de latifúndio improdutivo.

¹⁹⁴ Oliveira (1986, p. 81), demonstra em seu livro aspectos interessantes sobre a relação entre Reforma Agrária e a ação do Estado no interior da lógica capitalista, chegando a conclusão que: “[...] as reformas agrárias têm sido movimentos conjunturais para tentar atenuar as pressões sociais advindas da concentração da terra”.

¹⁹⁵ Conforme matéria publicada pela Folha de São Paulo em 27/08/2012 intitulada: “1 em cada 4 cidades registra área rural maior que o território.” Acesso em : 29/08/2012.

Por meio da incorporação das terras devolutas ou com pendências jurídicas ao circuito do agrohidronegócio canavieiro, se edifica uma nova aliança entre latifúndio e capital.

Nesse sentido, Thomaz Junior (2009, p.351), destaca:

A fúria alcolizante do capital agroindustrial, além de legitimar a posse ilegal das terras (devolutas e improdutivas) nas mãos dos latifundiários e fazendeiros, está garantindo igualmente, para si, a base material para seus futuros investimentos, expansão das áreas de plantio sobre terras planas mecanizáveis, com disponibilidades de água (superficiais e subterrâneas) e capacidade de moagem.

Devemos lembrar nesse sentido amparado em Fernandes (2005, p. 01), que: “latifúndio está associado com terra que não produz que pode ser utilizada para reforma agrária.” Logo, é: “[...] um espaço que pode ser ocupado para o desenvolvimento do país”.

Outra questão a ser enfatizada diz respeito ao modelo de desenvolvimento que aposta o Mato Grosso do Sul o qual encontra na pecuária extensiva, na expansão do papel e celulose e da Cana-de-açúcar a alternativa e viabilidade para um possível crescimento econômico.

Vale salientar com base em Avelino Júnior (2008), que contribuíram para o caráter de monocultura da agricultura e conseqüente surgimento de lavouras de cereais (soja e milho especialmente) somados aos latifúndios destinados a pecuária extensiva no estado a criação do Programa de Desenvolvimento do Pantanal (PRODEPAN), Programa de Desenvolvimento dos Cerrados (POLOCENTRO), Programa Especial da Região da Grande Dourados (PRODEGRAN) e Programa de Desenvolvimento do Centro Oeste (PROCENTRO).

Terra (2004) destaca a criação da Superintendência de Desenvolvimento do Centro – Oeste (SUDECO), no que tange a introdução de projetos de cunho econômicos com vistas ao desenvolvimento o qual se faria a partir do beneficiamento de alguns setores específicos, sem, contudo estar desvinculado diretamente da porção sudeste do país, portanto, assumiria função secundária no contexto da divisão internacional do trabalho, de forma que é a partir de 1970 que:

Mato Grosso do Sul se integra definitivamente à expansão do capitalismo no campo¹⁹⁶, consubstanciando assim numa modernização da produção agrícola, destinada à produção de culturas para a agroindústria e principalmente para exportação. (TERRA, 2004, p.95).

Não obstante, temos o estudo realizado pela Fundação Cândido Rondon em parceria com a UFMS e o Governo do Mato Grosso do Sul de uma proposta abrangente em torno das cadeias produtivas, as quais giram em torno da:

- Avicultura;
- Cotonicultura;
- Couro bovino/calçados;
- Energia;
- Leite;
- Mandioca;
- Minero-siderurgia;
- Piscicultura;
- Resíduos sólidos urbanos de Campo Grande/MS;
- Sojicultura;
- Suinocultura.

O referido estudo buscou mapear as principais atividades econômicas e nesse sentido destacar as potencialidades existentes no estado propiciando a elaboração de políticas públicas.

Dentre essas atividades queremos destacar a produção de leite que constitui uma importante fonte de renda para os camponeses de todo o estado e especialmente dos assentamentos rurais e que ultimamente vem sendo estimulado através do Programa Balde Cheio de iniciativa do governo estadual.

O programa Balde Cheio vem de encontro com os anseios dos camponeses na medida em que visa o incremento da produção do rebanho leiteiro, elevar o nível de

¹⁹⁶ Martins (1973, p.25) é enfático ao destacar que: “A expansão do capitalismo ao campo não se dá simplesmente pelo advento de relações sociais de produção baseadas na venda e na compra de força de trabalho, isto é, na apropriação privada dos meios de produção” e acrescenta: “Na verdade o capitalismo se estende ao campo quando se institui a propriedade capitalista da terra, através da classificação desta como equivalente de capital, isto é, renda territorial capitalizada”. (idem, p.25).

produtividade e rentabilidade mediante o processo de transferência de tecnologias e a fixação da família no campo.

Silva (2011) em pesquisa realizada no Assentamento Campanário localizado em São Gabriel do Oeste/MS demonstra que o programa tem contribuído diretamente para reprodução das famílias de tal maneira que não é necessárias que as mesmas se tornem assalariadas.

Ainda nesse aspecto é válido destacarmos como sendo de fundamental importância a montagem de mini-usina de pasteurização de leite, por exemplo, nos assentamentos e nesse sentido a formação de cooperativas de camponeses com vistas de viabilizar a comercialização da produção.

Em atividades como avicultura e a suinocultura conforme atesta Mizusaki (2005, p.39): “[...] o capital industrial não se implanta no campo, por se tratararem de atividades não muito rentáveis para o capital e que envolve riscos.”

Assim, segundo a citada autora: “Prefere nesses casos, se implantar na circulação, sujeitando a renda da terra, ou seja, a produção fica totalmente subordinada à circulação, pois o preço desses produtos é ditado pelo capital industrial, sendo a renda da terra transferida para esse setor.” (MIZUSAKI, 2005, p.46)

Por sua vez no tocante a piscicultura atualmente o estado possui em torno de 900 piscicultores a partir de uma área de lâmina d’água superior a 2.500 hectares, das quais cerca de 97% são de camponeses que possuem área inferior a 15 hectares de lâmina d’água.

Segundo a AGRAER, a piscicultura encontra-se localizada principalmente em três pólos do estado, qual seja: Região da Grande Dourados, Região Cone Sul e Região do Bolsão. Vale destacar ainda que a referida atividade recebe incentivo segundo a SEPROTUR por meio de um convênio com o Ministério da Pesca para o cultivo de peixe em tanques, nas cidades de Batayporã/MS e Itaporã/MS.

Nesse sentido, é possível observarmos em 2011 a liberação de um montante de R\$522 mil destinados à “piscicultura familiar” em Anaurilândia/MS e Bataguassú/MS tendo em vista o atendimento de mais de mil famílias com base em uma produção inicial de cerca de 100 toneladas de pescado.

Entendemos que uma opção viável ao campo seja a construção de pequenas agroindústrias, especialmente próximas as famílias assentadas tendo para sua realização subsídio governamental.

Destacamos a confecção de doces e queijos como exemplo a serem seguidos por outros assentados e produtores rurais em geral na medida em que aproveita-se das potencialidades locais tal como frutas típicas para agregar valor e alcançar maiores rendimentos.

Pudemos verificar isto, por exemplo, em Três Lagoas/MS durante Trabalho de Campo realizado 05/09/2010 ao Assentamento Pontal da Faia o qual foi fundado em 2000 e é composto por 45 famílias.

Queremos apontar como exemplo a experiência que vem sendo implantada em Ivinhema/MS, conforme nos aponto técnico da AGRAER, Sr. Valdeci que diz respeito ao plantio de Urucum especialmente nos assentamentos. Segundo o entrevistado é um cultivo que pode ser feito em pequenas áreas e que tem saída garantida para o mercado. Assim como de frutas a exemplo da goiaba e do abacaxi que configuram-se como outra alternativa.

Experiências como estas pudemos constatar também em Nova Alvorada do Sul/MS, aonde o Urucum divide espaço com o recente avanço do eucalipto; assim embora a base forte ainda esteja ancorada na pecuária leiteira na maior parte dos lotes, conforme nos revelou o Sr. Rogério membro da AGRAER local em Trabalho de Campo realizado em 27 e 28 de março de 2012 a Nova Alvorada do Sul/MS.

Vale chamar atenção ainda para atividade de apicultura que segundo a AGRAER atinge fundamentalmente os camponeses sendo uma importante fonte de renda aos mesmos.

Estima-se que no Mato Grosso do Sul exista cerca de 1.100 apicultores dos quais 600 estão organizados em 19 associações, o que implica em uma produção aproximada de 700 toneladas/ano de mel. Inclusive é importante lembrar que a produção atual é insuficiente para atender a demanda do consumo interno da população do estado.

No estado, a Lei nº 3.631/08 dispõe sobre a Política Estadual para o Desenvolvimento e Expansão da Apicultura e da Meliponicultura sendo que são poucos os instrumentos normativos nesse ramo o que causa insegurança nos apicultores e proprietários de terras onde estão instalados os apiários daí a necessidade de se profissionalizar o setor.

Por outro lado, ações da CONAB, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) demonstram ser bons exemplos a serem seguidos, mas devem se

somar a outros que enfatizem, por exemplo, preço mínimo dos produtos produzidos pelos produtores rurais.

No Mato Grosso do Sul, nos dois últimos anos, o Programa de Aquisição de Alimentos contemplou mais de mil camponeses em 17 municípios, sendo que mais de R\$4 milhões já foram investidos na compra de mais de 3 milhões de quilos de alimentos que beneficiaram mais de 168 mil pessoas. (AGRAER)

Vale salientar que segundo o SINDAI/MS, existem algumas iniciativas por parte dos empresários canavieiros envolvendo parcerias entre assentados/ indígenas e agroindústrias. De acordo com a entidade de classe tal relação se dá através do fornecimento de alimentos produzidos por assentados enquanto os indígenas a relação estabelece por meio do apoio e a compra de equipamentos de segurança produzida por comunidades de mulheres indígenas.

É importante dizer que em 2008 identificamos a iniciativa do Grupo Benedito Coutinho na aquisição de mel junto aos camponeses no Mato Grosso do Sul.

Após analisarmos algumas das possibilidades de inserção dos trabalhadores nas atividades produtivas no Mato Grosso do Sul faz-se interessante chamar atenção para o posicionamento de representante da AGRAER de Rio Brillhante/MS com o qual tivemos a oportunidade de conversar durante Trabalho de Campo realizado em 25/01/2012. De acordo o técnico Rafael é preciso pensar com cautela nas propostas de desenvolvimento do campo haja vista que nem todas as alternativas são realmente viáveis.

De fato, segundo apontou o entrevistado em questão há casos de assentados que tem pouca ou nenhuma experiência com determinada atividade produtiva o que acaba levando ao insucesso dos trabalhadores envolvidos. O entrevistado lembra da situação de camponeses que queriam criar ovelhas sem, contudo contabilizar os custos e o respectivo tempo necessário para o abate. Do mesmo modo vale a ressalva aos piscicultores que não consideram o período e os tratos necessários.

Desta forma é válida a colocação de Thomaz Junior (2009, p. 345), segundo o qual os: “[...] assentamentos que existem continuam fragilizados, devido à ausência de política agrícola efetivamente voltada para viabilizar o fortalecimento dos lotes, sem contar o endividamento, motivada por planejamentos frustrados para a produção de determinados produtos”.

Faz-se de fundamental importância aqui a defesa do desenvolvimento de estratégias políticas, econômicas e sociais que contemplem a classe trabalhadora do

Oeste Paulista, uma vez que o panorama que se desenha aponta para a homogeneização da paisagem frente à ofensiva do capital agroindustrial canavieiro.

É preciso atentar para o fato de que a diversidade das relações sociais de produção e de trabalho na atualidade está sendo colocada em xeque, sem haver um posicionamento quanto à criação de alternativas viáveis de desenvolvimento sócio-econômico no território Sul-Mato-Grossense.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Buscamos por meio da presente tese discutir os principais aspectos que marcam o avanço do capital canavieiro no Mato Grosso do Sul considerando os desdobramentos econômicos e sociais de semelhante empreitada.

Enfatizamos a escalada do agrohidronegócio nessa porção do país a partir das alianças e pactos firmados entre os diferentes agentes do capital os quais giram em torno da conquista não apenas de terra, mas de poder e prestígio por parte dos representantes do agrohidronegócio canavieiro.

Identificamos nesse cenário estreitas ligações entre os empresários rurais e o Estado que não tem medido esforços para financiar o projeto do capital de territorializar-se no campo. Estado este que mudou nas últimas décadas e que atualmente age de forma coordenada em torno dos objetivos fundamentais da expansão capitalista sem, contudo perder seu cunho interventor na economia.

Assiste-se concomitantemente a instalação de novas agroindústrias canavieiras a intensificação do ritmo de trabalho, bem como, a precarização das relações de trabalho e de produção neste ramo produtivo. Somado a estes aspectos, notou-se rigoroso controle social¹⁹⁷ efetivado pelas agroindústrias canavieiras, no que se refere as relações de trabalho.

Há um conjunto de rearranjos que sinalizam para uma nova espacialidade organizativa e financeira do empresariado, especialmente diante dos novos referenciais que permeiam o contexto da atividade canavieira. Esse é um cenário complexo e que se redefine em meio a um emaranhado de questões de ordem político-estratégica diante dos novos imperativos do metabolismo social do capital.

Mas é preciso ficar claro amparados em Chesnais (1996, p. 241) que: “A autonomia do setor financeiro nunca pode ser senão uma autonomia *relativa*. Os capitais que se valorizam na esfera financeira nasceram – e continuam nascendo – no setor produtivo.”

É importante combater, pois o processo expropriatório em que o capital se alicerça no âmbito do atual modo de produção cuja característica marcante é justamente a produção de desigualdades de recursos e de poder e nesse sentido combater o modelo

¹⁹⁷ Para Johnson (1997, p.54): “[...] controle social é um conceito que se refere às maneiras como os pensamentos, sentimentos, aparência e comportamento de pessoas são regulados nos sistemas sociais”.

do agrohidronegócio, o qual é marcadamente desumano, sem contar que se estrutura a partir de relações de poder historicamente constituídas baseadas no latifúndio improdutivo/produtivo e nas relações de exploração do trabalho em diferentes contextos espaços-temporais.

Não estão apartadas deste contexto, portanto, formas inovadoras de super-exploração do trabalho, associada a modalidades do trabalho escravo e o destrutivismo da natureza a partir do solapamento de suas nascentes, dos solos etc. Logo, como diria Thomaz Junior (2009), teríamos em cena um modelo viabilizador de procedimentos produtivos/destrutivos em nome dos ganhos de produtividade enquanto que fica à margem milhões de camponeses.

Considerando o desenvolvimento da atividade canavieira e a formação da agroindústria canavieira sob uma perspectiva geral dos acontecimentos, ou seja, de acordo com os aspectos políticos, econômicos, sociais e ecológicos que circundam semelhante questão, resta saber se a cultura da Cana-de-açúcar trouxe ao país benefícios suficientes para compensar o que provocou e (provoca) no tocante as modificações no modo de vida das pessoas de um lado a precarização das relações de trabalho os direitos humanos sendo viliperidiados, a miséria crescente dos trabalhadores, e de outro a concentração e a centralização do poder nas mãos do empresariado agroindustrial, resultante da produção social da riqueza e sua apropriação por alguns indivíduos que sequer participam do processo produtivo.

Nesse bojo, entendemos que os Sindicatos são entidades de representação dos trabalhadores e que, por este motivo, têm papel fundante no projeto de emancipação social e de luta no âmbito do emaranhado social das relações de poder que se estruturam no território, no entanto os mesmos encontram-se fragilizados. Afirmamos que a crise sindical, no referido período, é a crise da própria experiência de classe, da diminuição do sentimento de pertencimento a uma classe.

É preciso entender que a reestruturação produtiva da década de 1990 atingiu violentamente os Sindicatos, já que a partir deste período houve uma queda acentuada na sindicalização, pois as mudanças econômicas tornaram a classe operária refém de um modelo produtivo.

A internacionalização da economia, o papel soberano do capital internacional, crescente poder do Estado e a implantação econômica, política e social do neoliberalismo fizeram com que a classe trabalhadora desenvolvesse com maior gravidade o medo pelo desemprego.

Abstraímos desta forma, as principais interfaces desta “territorialização”, ou seja, da apropriação sócio-territorial no Mato Grosso do Sul, as quais se circunscrevem enquanto manobras do capital agroindustrial, considerando-se, então, as agroindústrias canavieiras que atuaram ou atuam no município, e que conforme constatamos, evidencia inúmeras ações típicas e de cunho claramente manipulador do capital, seja mediante o processo de apropriação de terras, seja em seu papel influenciador nas relações de poder nas porções onde se assenta.

Não é fácil pensarmos propostas de transformação da realidade quando estão em jogo interesses políticos e econômicos que extravasam os limites da comunidade local, contudo, este não pode ser um fator balizante da capacidade de gerir formas de intervenção no meio que versem pela superação das necessidades sociais que tanto prejudica as pessoas e, que, afinal de contas, são coniventes desta situação.

Não concordamos com a tese do chamado desenvolvimento econômico regional de que tanto se fala por parte do governo e da classe dominante em geral. Acreditamos que as particularidades se fazem importantes no momento em que se tem a preocupação com a dignidade, e de se fazer entender e sentir ser possível ter no trabalho, não a razão alienante¹⁹⁸, mas em propostas integradoras das atividades econômicas que privilegiem os camponeses.

É preciso não cair no discurso do capital, claramente envolvente e embriagante das mentes humanas deturpadas pelo fascínio da produção destrutiva de um lado e da miséria do valor humano do outro.

Diante desses argumentos e pistas assinaladas reiteramos, por fim, como prática necessária, a filtragem e conseqüente ruptura em relação aos discursos oficiais, os quais, via de regra, está imbuída com os princípios burgueses que, na ansiedade de descaracterizar insistem em marginalizar as lutas, as vontades e ideário da classe trabalhadora.

Como bem aponta Thomaz Junior (2002), temos que romper com os discursos genéricos e levar em conta o movimento das determinações que definem a diferencialidade, que geografizam a dimensão da produção enquanto evidência territorial.

¹⁹⁸ Como nos aponta Johnson (1997, p.6-7): “O trabalho alienado, por exemplo, refere-se não tanto ao estado psicológico de trabalhadores que se sentem alienados, mas sim a sistemas econômicos, como o CAPITALISMO, que são organizados de maneiras que alienam os trabalhadores de seu trabalho”.

Os discursos oficiais reiteram a discriminação dos movimentos sociais¹⁹⁹ e a marginalização da luta política e sindical dos trabalhadores, incentivando o surgimento de grupos e de organizações sociais desarticuladas dos aspectos econômicos e políticos (BHIR, 1998).

O discurso ideológico midiático parte da desqualificação dos Sindicatos, sindicalistas e sindicalizados, pois sabe a classe dominante que os Sindicatos são forças reais constituídas para operações que protejam aos trabalhadores, ao mesmo tempo em que o fortalecimento político dos trabalhadores também fortalece as adesões aos Sindicatos e as lutas dos mesmos.

Isto nos leva a pensar sobre o que Chauí (1989, p.07) denomina de discurso competente, entendido como: “[...] aquele que pode ser proferido, ouvido e aceito como verdadeiro ou autorizado”. Assim, vincula-se ao agrohidronegócio a imagem de sustentáculo da economia ao mesmo tempo em que omite seu caráter contraditório através de um discurso carregado de sentido e ideologia.

Na verdade, temos a busca incessante por parte do capital canavieiro e de seu aparato político constituído por empresas e pessoas que vinculam-se a produção de Cana-de-açúcar de legitimar ações que relacionem o agrohidronegócio à práticas positivas quando na verdade: “[...] é uma tentativa de ocultar o caráter concentrador, predador, expropriatório e excludente para dar relevância somente ao caráter produtivista, destacando o aumento da produção, da riqueza e das novas tecnologias”. (FERNANDES, 2005, p.01).

Observa-se o emprego de um discurso flexível que empenha-se em contestar as freqüentes denúncias em torno da exploração do trabalho e as péssimas condições a que estão submetidos os trabalhadores nesse ramo produtivo em seu labor diário.

O Estado está apostando todas as fichas no processo de expansão e de consolidação do agrohidronegócio canavieiro enquanto “modelo de desenvolvimento econômico e social” para o país. Neste sentido, o governo Lula/Dilma (PT) têm defendido o projeto bioenergético nacional e internacionalmente e, além de apoiar estabelece alianças com os empresários canavieiros.

¹⁹⁹ Segundo Grzybowski (1991), os movimentos sociais exercem importante papel na organização dos camponeses, sendo espaços de socialização política, que permitem aos trabalhadores um aprendizado prático de como se organizar, negociar e lutar, contribuindo assim, na elaboração de uma identidade social e na apreensão crítica de mundo desses camponeses.

Para os empresários do setor esta aliança é fundamental, pois o Estado está criando condições para a expansão do negócio territorial e mercadologicamente, com a conquista de novos mercados e atribuição do etanol à categoria de *commodities*.

Para o Governo Dilma (PT) cria-se a possibilidade de aumentar a “projeção” do Brasil frente aos demais países, sobretudo Estados Unidos, União Européia e países da América do Sul, bem como de reconhecimento nacional e internacional para seu programa de governo.

No entanto, devemos estar atentos, neste contexto, para as estratégias lançadas no sentido de garantir a hegemonia do capital, sobretudo, a partir da consumação de agroindústrias canavieiras no território, acarretando, assim inúmeras consequências do ponto de vista do trabalho, do meio ambiente, da economia e da sociedade em geral.

Do ponto de vista do trabalho os desafios são crescentes apesar da mobilização de parte significativa dos Sindicatos, movimentos sociais, Ministério Público do Trabalho etc. Diante disso é imprescindível a atuação conjunta dos diferentes agentes da sociedade civil e entidades de classe organizadas em prol de melhores condições de trabalho e de vida dos trabalhadores envolvidos no âmbito do agrohidronegócio canavieiro.

A consciência de classe é o ponto decisivo para, por exemplo, as ações sindicais tenham sucesso, pois o apoio dos trabalhadores deve ser além das causas imediatas. Ao compartilharem de valores convergentes para ações políticas reivindicatórias os trabalhadores terão o fortalecimento de seus Sindicatos e justificarão suas lutas pelo processo de construção histórico; assim, a concepção de mundo dos trabalhadores compartilhará de valores críticos e reivindicatórios.

Do mesmo modo é preciso ter claro, a necessidade de superação dos conflitos internos no âmbito dos movimentos sociais e, especialmente, no sindical. Tais desacordos quando colocados para além do debate, inscritos no orbe pessoal tem como consequência direta o enfraquecimento da unidade sindical.

A superação das divergências converte os perigos de uma ruptura para ações coletivas efetivas. Frisamos que os debates, diálogos e divergências gerais são imprescindíveis para o avanço positivo das ações sindicais.

Que pese o contexto geral de crise estrutural do capital, é condição *sine qua non* aos trabalhadores, homens e mulheres de todos os cantos do planeta, reivindicar

possibilidades de rompimento com a alienação²⁰⁰ e estranhamento²⁰¹ imposto pela sociedade encimada sob a égide do capital.

Isto é particularmente importante na medida em que conforme nos esclarece Thomaz Junior (2012) em palestra realizada durante a XIII Jornada do Trabalho: “O capital ocupa (protagoniza) o tempo de vida da pessoa com a lógica do trabalho estranhado e a lógica da mercadoria.”

Do mesmo modo, romper as amarras do controle social, por nos concebidos como: “[...] conceito que se refere às maneiras como os pensamentos, sentimentos, aparência e comportamento de pessoas são regulados nos sistemas sociais” (JOHNSON, 1997, p.54).

Trata-se de uma questão circunstancial o fato de ampliarmos os horizontes de nosso entendimento quanto à pujança avassaladora do capital no processo de apropriação do trabalho humano, dado que, conforme afirmamos no início deste texto, tem-se em frente um sistema autocambiável marcadamente onipresente e oniabrangente.

Diante desses argumentos e pistas assinaladas reiteramos por fim como prática necessária a filtragem e conseqüente ruptura em relação aos discursos oficiais imbuídas com os ideários burgueses e que na ansiedade de descaracterizar - isto é fenomênico – insistem em marginalizar as lutas, as vontades e ideário da classe trabalhadora²⁰².

Portanto, fica registrado neste texto nossa intenção em aprofundarmos a discussão em torno da contraditória expansão do capital no campo de tal forma que possa-se desvencilhar o real haja vista que a problemática envolve diferentes frentes do agrohídronegócio e um plano analítico privilegiado para apreendermos as estratégias do capital.

Afinal, há que se debruçar sobre as relações sociais de produção e de trabalho para compreendermos a atividade canavieira no Brasil e seus desdobramentos sócio-espaciais. Esse é o desafio, segundo as relações de trabalho, à acumulação e

²⁰⁰ Segundo Johnson (1997, p. 06-07): “[...] Da forma desenvolvida por Karl Marx e outros autores, a alienação é um convite que se refere simultaneamente a um estado psicológico encontrado em indivíduos e, mais importante, a um estado social que o gera e o promove.”

²⁰¹ Vale aqui o esclarecimento de que há diferença de acordo com autores, tais como Jesus Ranieri (2001; 2006) acerca de tais conceitos. Assim, Ranieri (2006, p.01-02), amparado em Karl Marx aponta que estranhamento ocorre quando: “[...] se tem a produção e seus produtos como alvo da apropriação por parte de um segmento social distinto daquele que o produz” de tal forma que: “[...] na medida em que este conflito, esta oposição entre apropriação e expropriação é aquele que funda a distinção socioeconômica e também política entre as classes.” Idem, ibidem.

²⁰² Para aprofundar este aspecto vale a pena ler: Bühr (1998).

concentração de riqueza e poder nas mãos do empresariado agroindustrial e, ao embate político-ideológico capital-trabalho?

Por fim, tão pouco tenhamos trazido para a discussão o contexto em que insere-se o agrohídronegócio entendemos que para explicar a dinâmica geral do processo capitalista de dominação do capital sobre o campo o conceito de agrohídronegócio deve ser revitalizado a partir do que Thomaz Junior (2009) propõe, na medida em que o mesmo seja capaz de expressar com mais abrangência e universalidade esse expediente do capital, já que compreende não somente a terra por si, mas as ambiências envolvidas com a água vista a partir de uma leitura crítica que denota a apropriação do recurso natural em pauta e, ao mesmo tempo, o resignificado de uma leitura e interpretação da realidade complexa da estrutura produtiva agroindustrial no limiar do século XXI.

Nosso compromisso rumo à consolidação das pesquisas comprometidas com a emancipação social está mantido. Onde quer que estivermos desempenhando o exercício profissional daremos atenção prioritária para a emancipação social dos trabalhadores do jugo do capital, rumo a uma sociedade liberta do capital, do agrohídronegócio, das monoculturas, do modelo destrutivo das *commodities*, da exploração do homem sobre o homem.

BIBLIOGRAFIA

ABREU, S. Racionalização e ideologia: o domínio do capital no espaço mato-grossense. **Terra Livre**, São Paulo, n. 21, 2003. p. 169-181.

ABREU, S. Mato Grosso do Sul: Aspectos contraditórios das políticas públicas de desenvolvimento: novas/velhas práticas... In.: LAMOSO, L. P. (Org.) **Transportes e políticas públicas em Mato Grosso do Sul**. Dourados: UFGD, 2008. p. 117-134.

AGUILERA URQUIZA, A. H.; MARTINS, P. R. Territorialidade Guarani e Kaiowá e o assalariamento compulsório: O trabalho indígena na usina Nova América, município de Caarapó-MS. In.: **Anais 3 ° Seminário Povos indígenas e sustentabilidade...** Campo Grande/MS: UCDB, 2009. p. 81. (Resumo).

ALBANEZ, J. L. **Sobre o processo de ocupação e as relações de trabalho na agropecuária: O extremo sul de Mato Grosso (1940-1970)**. Dourados/MS: UFMS 2003. (Mestrado em História)

ALENTEJANO, P. R. R. Os conflitos pela terra no Brasil: uma breve análise a partir dos dados sobre ocupações e acampamentos. **Conflitos no campo Brasil**. Goiânia: CPT, 2004.

ALESSI, N. P.; NAVARRO, V. L. Saúde e trabalho rural: o caso dos trabalhadores da cultura canavieira na região de Ribeirão Preto, São Paulo, Brasil. **Cadernos de saúde pública**, Rio de Janeiro, 13 (Supl. 2), 1997. p. 111-121.

ALMEIDA, R. A.; PAULINO, E. A. Fundamentos teóricos para o entendimento da questão agrária: breves considerações. **Geografia**. Londrina/PR, n. 2, 2000. p. 113-127.

ALMEIDA, R. A. (Org.). **A questão agrária em Mato Grosso do Sul: uma visão multidisciplinar**. Campo Grande/MS: UFMS, 2008.

ALONSO JÚNIOR, J. L. **Territórios de conflito: contribuição da Geografia para a questão da identidade territorial a partir das relações entre indígenas e fazendeiros na região de Dourados (MS)**. Dourados/MS: UFGD, 2011. (Mestrado em Geografia).

ALVES, A. O.; LEAL, A. C. Pressuposto teóricos e metodológicos do planejamento ambiental. **Formação**, Presidente Prudente, n.10, v.1, 2003. p. 31-50.

ALVES, F. A nova dinâmica do complexo agroindustrial canavieiro: precarização dos direitos, concentração e exclusão social In: NOVAES, J. & ALVES, F. **No eito da cana: Exploração do trabalho e luta por direitos na região de Ribeirão Preto**. São Carlos: Rima Editora, 2003. p. 78-81.

ALVES, F. J. da C. **Modernização da agricultura e sindicalismo**. UNICAMP: Campinas/SP, 1991. (Doutorado).

ALVES, F; PEREIRA, J. C. A. **Agrocombustíveis Solução? a vida por um fio no eito dos canaviais**. São Paulo: Centro de Capacitação da Juventude, 2008. p. 22-48.

- ALVES, G. **O novo e precário mundo do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 2000.
- ALVES, G. **Trabalho e mundialização do capital**. São Paulo: Práxis, 1999.
- ALVES, G. **A condição de proletariedade**: a precariedade do trabalho no capitalismo global. Londrina: Práxis; Bauru Canal 6, 2009.
- ANDRADE, M. C. **A questão do território**. São Paulo: Hucitec, 1995.
- ANDRADE, M. C. América Latina: Presente, passado e futuro. **Terra Livre**. São Paulo, n. 10, 1992. p. 140-148,
- ANDRADE, M. C. **Geografia econômica**. São Paulo: Atlas, 1986.
- ANDRADE, Manuel Correia de. **Geopolítica do Brasil**. São Paulo: Ática, 1993.
- ANDRADE, M. C. **Modernização e pobreza**: a expansão da agroindústria canavieira e seu impacto ecológico social. São Paulo: USP, 1994.
- ANTONIO, A. P. O movimento social rural e o assentamento de camponeses. **Caderno Prudentino de Geografia**. Presidente Prudente/SP, n. 14, 1992. p. 70-76.
- ANTUNES, R. (Org.) **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2006.
- ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho?** Campinas/SP: Cortez, 2010.
- ANTUNES, R. **O caracol e sua concha**: ensaios sobre a nova morfologia do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2005.
- ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 1999.
- ANTUNES, R.; ALVES, G. As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital. **Educação e Sociedade**. Campinas, n.87, p. 335-351, 2004.
- ANTUNES, R.; SILVA, M. A. M. (Org.) **O avesso do trabalho**. São Paulo: Expressão Popular, 2004.
- ANTUNES, R.. A era da informatização e a época da informalização: riqueza e miséria do trabalho no Brasil. In.: ANTUNES, R. (Org.) **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2006. p. 15-25.
- AQUINO, L. **Comunidade Indígena** – I Seminário de Estudos das Transformações Rurais em Mato Grosso do Sul. (Transcrição mimeografada). Dourados/MS, agosto de 2007, 04 p.
- ARAÚJO, I. M. **São Gabriel do Oeste (MS)**: colonização e diversificação das atividades agropecuárias. Presidente Prudente/SP: UNESP. 1998. (Bacharelado em Geografia).

ARRUDA, Gilmar. **Frutos da terra: Os trabalhadores da Mate Laranjeira**. Assis/SP: UNESP, 1989. (Mestrado em História)

ASEVEDO, T. R. A. **Agroindustrialização canavieira em Aparecida do Taboado/MS**. Três Lagoas/MS: UFMS, 2010.

ASEVEDO, T. R. A.; AVELINO JÚNIOR, F. J. Mato Grosso do Sul: espacialização e territorialização da luta pela terra no período de 1986 a 2005. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA (SINGA), 2007, Londrina/PR. **Anais...**, 2007. p.

AVELINO JÚNIOR, F. J. A luta pela terra no Mato Grosso do Sul. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA (SINGA), 2003, Presidente Prudente/SP. **Anais...**, 2003.

AVILLA, C. **Fundação do Trabalho de Mato Grosso do Sul** (Transcrição mimeografada). Campo Grande/MS, 27 p., julho de 2007.

AZEVEDO, J. R. N. Configuração do capital canavieiro no Pontal do Paranapanema e Alta Paulista: as tramas territoriais do Agronegócio em questão. Presidente Prudente/SP: UNESP, 2005. (Monografia de Bacharelado)

AZEVEDO, J. R. N. **Expansão da agroindústria canavieira no Mato Grosso do Sul**. Dourados/MS: UFGD, 2008. (Mestrado em Geografia)

AZEVEDO, J. R. N.; BARBOSA, T. A Geografia do vir-a-ser e o método para uma Geografia livre: propostas educacionais. **Cosmos**. Presidente Prudente/SP, v.2, n.1, 2004. p.05-07.

AZEVEDO, J. R. N.; BARRETO, M. J.; THOMAZ JÚNIOR, A. A expansão da cana-de-açúcar no Pontal do Paranapanema, a mecanização do corte e os desdobramentos para o trabalho. **XI Jornada do Trabalho**: João Pessoa/PB, 2010. p.

AZEVEDO, J. R. N.; THOMAZ JÚNIOR, A. A agroindústria canavieira na região de Presidente Prudente na viragem do século XXI. IV FORUM DE CIÊNCIAS DA FCT, 2003. In: **Anais...** Presidente Prudente/SP, 2003. p.03.

AZEVEDO, J. R. N.; THOMAZ JÚNIOR, A. Elementos para discussão da configuração da agroindústria canavieira no Oeste Paulista e da relação capital x trabalho. **Revista Pegada Eletrônica**, Presidente Prudente/SP, v.6, n.1, 2005. p. 59-65.

AZEVEDO, J. R. N.; THOMAZ JÚNIOR, A. O cenário das migrações na atividade canavieira sul-mato-grossense. **Revista Pegada Eletrônica**. Presidente Prudente, v.9, n.2, 2008. p. 01-13.

BACCARIN, J. G. **Trabalhadores rurais volantes da região de Jaboticabal: crescimento, características e aspectos organizacionais**. Piracicaba: ESALQ/USP, 1985.

BADO, A. R. L. **A política econômica externa do governo Castelo Branco** (1964-1967). São Paulo: PPGHE-USP, 2006.

BATISTA, F. Olam desiste de comprar a usina de açúcar Passos. **Valor Econômico**. 18/12/2012. Disponível em: <<http://www.valor.com.br/empresas/2945146/olam-desiste-de-comprar-usina-de-acucar-passos#ixzz2PjOBICVP>>. Acesso em: 02/02/2013.

BARBOSA, F. A. **Presidente do STR de Ivinhema/MS**. (Transcrição mimeografada). Ivinhema/MS, 07 p., 2012.

BARBOSA, T. Técnica e território em Milton Santos. V JORNADA SOBRE O TRABALHO. In: **Anais...** Presidente Prudente/SP: CEGeT/UNESP, 2004. p. 01-05.

BARRETO, M. J. **Territorialização das agroindústrias canavieiras no Pontal do Paranapanema e os desdobramentos para o trabalho**. Presidente Prudente/SP: UNESP, 2012. (Mestrado em Geografia).

BASTOS, J. R. **Diretor de Pessoas, Administração e finanças do Grupo ETH**. (Transcrição mimeografada). Presidente Prudente/SP, 2012. p.01-03.

BATISTA, L. C. **Brasiguaios na fronteira: caminhos e lutas pela liberdade**. São Paulo: USP, 1990. (Mestrado em Geografia).

BATISTA, L. C. Processo de organização do espaço agrário do Mato Grosso do Sul. **Cadernos de formação**. Campo Grande/MS: UFMS, 1995.

BATISTA, R. L.; ARAÚJO, R. (Orgs.). **Desafios do trabalho: capital e luta de classes no século XXI**. Londrina: Práxis, 2003.

BENITES, M. G. **Brasil Central Pecuário: interesses e conflitos**. Presidente Prudente: UNESP/FCT, 2000.

BERNARDES, J. A. As estratégias do capital no complexo da soja. In: **Brasil: Questões atuais da reorganização do território**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.

BERNARDO, J. **Economia dos conflitos sociais**. São Paulo:Cortez, 1991.

BERNARDO, M. H. **Trabalho duro, discurso flexível: uma análise das contradições do toyotismo a partir da vivência de trabalhadores**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

BEZZI, M. L. **REGIÃO: uma (re)visão historiográfica**. Santa Maria: Ed. UFSM, 2004.

BIHR, A. **Da grande noite à alternativa: o movimento operário europeu em crise**. São Paulo/SP: Boitempo, 1998.

BOITO JÚNIOR, A. **Política neoliberal e sindicalismo no Brasil**. São Paulo/SP: Xamã, 1999.

BORGES, M. C.; KUDLAVICZ, M. História e vida da CPT em Mato Grosso do Sul: Contribuição na luta pela terra e para nela permanecer. In.: ALMEIDA, R. A. (Org.). **A questão agrária em Mato Grosso do Sul**. Campo Grande/MS: UFMS, 2008. p.81-111.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

BOURLEGAT, C. A. L. **Mato Grosso do Sul e Campo Grande: articulações espaço-temporais**. Presidente Prudente/SP: UNESP, 2000. (Doutorado).

BRAND, A. J. **O impacto da perda da terra sobre a tradição Kaiowá/Guarani**. Campinas: PUC, 1997. (Doutorado)

BRAND, A. J. Desenvolvimento local em comunidades indígenas no Mato Grosso do Sul: a construção de alternativas. **Revista Internacional de Desenvolvimento Local**. Campo Grande/MS, v.01, n.02, 2001. p. 59-68.

BRAND, A. J.; FERREIRA, E. M. L.; AZAMBUJA, F. Os Kaiowá e Guarani e os processos de ocupação de seu território em Mato Grosso do Sul. In.: ALMEIDA, R. A. (Org.). **A questão agrária em Mato Grosso do Sul**. Campo Grande/MS: UFMS, 2008. p. 27-51.

BRASIL. Ministério da Indústria e do Comércio. **Programa Nacional do Alcool**, Brasília, 1986.

BRAVERMAN, H. **Trabalho e capital monopolista: a degradação do trabalho no século XX**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

BRAY, S. C. **A cultura da Cana-de-açúcar no Vale do Paranapanema**. São Paulo/SP: USP, 1980. (Doutorado).

BRAY, S. C.; FERREIRA, E. R.; RUAS, D. G. G. **As políticas da agroindústria canavieira e o Proálcool no Brasil**. Marília: UNESP, 2000.

BRUNO, R.. **Um Brasil ambivalente: agronegócio, ruralismo e relações de poder**. Rio de Janeiro: Mauad X; Seropédica: EDUR, 2009.

BRUNO, R.; VIEIRA, M. A C. Principais atores envolvidos com o trabalho escravo no Brasil hoje. In. BRUNO, R.. **Um Brasil ambivalente: agronegócio, ruralismo e relações de poder**. Rio de Janeiro: Mauad X; Seropédica: EDUR, 2009.

CABRAL, E. Agroindústria da cana em Caarapó-MS: produção do espaço e relações de trabalho. **Anais do Encontro Nacional de Geógrafos**. 2010

CAMARGO, J. S. **Superintendente industrial da Seprotur**. (Transcrição mimeografada). Campo Grande/MS, 02 p., 2010.

CAMPESTRINI, H.; GUIMARÃES, A. V. **História de Mato Grosso do Sul**. Campo Grande/Brasília, 1991.

CANA é nova “salvação”. **O Imparcial**. Presidente Prudente/SP. Domingo, 17 de julho de 2005 (Regional).

CANA-DE-AÇÚCAR fomenta emprego com carteira assinada na região. **Oeste Notícias**. Presidente Prudente/SP. Domingo, 31 de julho de 2005 (Geral).

CÂNDIDO, A. A. **Secretário de Desenvolvimento Econômico de Rio Brilhante/MS**. (Transcrição mimeografada). Rio Brilhante/MS, 02 p., 2012.

CALDAS, C. **Coordenador da Secretaria de Produção e Agroenergia do MAPA**. (Transcrição mimeografada). Campo Grande/MS, 15 p., 2010.

CARLI, M. A. F. **Dourados e a democratização da terra**. Dourados/MS: UFGD, 2008.

CARROZZA, P. R. **Usina Brilhante**. Presidente Prudente/SP, 01p., 2011. (Entrevista por *e-mail*).

CARVALHAL, M. D. **A dimensão territorializante da qualificação profissional em São Paulo: a ação dos sindicatos**. Presidente Prudente: UNESP, 2004. (Doutorado).

CARVALHAL, M. D. Os fundamentos do debate sobre a formação profissional. **Revista Pegada**. Presidente Prudente/SP, n.1, v. 3, 2002. p.33-42.

CARVALHAL, T. B. **A questão de gênero nos sindicatos de Presidente Prudente/SP**. Presidente Prudente/SP: UNESP, 2003. (Mestrado em Geografia).

CARVALHO, H. M. **Campesinato e a democratização da renda e da riqueza no campo**. Curitiba, 2005. (Mimeografado).

CARVALHO, H. M. O camponês no capitalismo atual. **Revista Sem Terra**, São Paulo, nº 19, 2003. p.16-19.

CASSETI, V. Ciência e ambiente. **Boletim Goiano de Geografia**, Goiânia/GO, n. 1, 1993. p.1-10,

CASTELLS, M. Mudança tecnológica, reestruturação econômica e a nova divisão espacial do trabalho. **Espaço e Debates**, São Paulo, n. 17, 1986. p. 05-23.

CERQUEIRA, C. A. **Dívida externa brasileira. Progresso Negocial: 1983-1996**. Brasília: Bacen, 1997. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/rex/ftp/livro_divida_externa.pdf>. Acesso em: 22/02/2012.

CHAUÍ, M. S. **Cultura de democracia**. São Paulo: Cortez, 1989.

CHAUÍ, M. S. **O que é ideologia**. São Paulo: Brasiliense, 1990.

CHESNAIS, F. [et al.]. **Uma nova fase do capitalismo?** São Paulo: Xamã, 2003.

CHESNAIS, F. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996.

CHESNAIS, F. Mundialização: o capital financeiro no comando. **Outubro**. São Paulo, n. 5, 2001. p. 7-28.

CHESNAIS, F.; SERFATI, C. “Ecologia” e condições físicas da reprodução social: Alguns fios condutores marxistas. **Crítica Marxista**. São Paulo, n. 16, 2003. , p. 39-75.

CHESNAIS, F. (Org.). **A finança mundializada**. São Paulo: Boitempo, 2005.

COELHO, E. A. **Secretaria Municipal de Infra-estrutura e desenvolvimento econômico sustentável**. Batayporã/MS, 03 p., novembro de 2007 (Transcrição mimeografada).

COELHO, J. C. R. **Diretor Executivo do Trabalho – CIAT**. Ivinhema/MS, 04p., fevereiro de 2012. (Transcrição mimeografada).

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Trabalho escravo no Brasil contemporâneo**. São Paulo: Loyola, 1999.

CORRÊA, R. L. A organização regional do espaço brasileiro. **Geosul**, Florianópolis/SC, n.8, 1989.

CORIAT, B. **Pensar pelo avesso: o modelo japonês de trabalho e organização**. Rio de Janeiro: Revan, 1994.

CORRÊA, V. B. **Coronéis e bandidos em Mato Grosso: (1889 – 1943)**. Campo Grande/MS: UFMS, 2006.

COSTA, E. A. **A integração da pequena produção familiar em Terenos – MS às agroindústrias abatedouras de frango**. Presidente Prudente/SP: UNESP, 1998. (Mestrado em Geografia).

COSTA, E. A. **Sistemas agrícolas e sustentabilidade na microrregião de Campo Grande/ MS**. Presidente Prudente – SP: UNESP, 2004. (Doutorado).

COSTA, S. H. G. **A questão agrária no Brasil e a bancada ruralista no Congresso Nacional**. São Paulo-SP: USP, 2012. (Mestrado em Geografia).

DELGADO, G. C.; SANT’ANA, R. S. Expansão do setor sucro-alcooleiro e condições de trabalho e emprego no período 2000/2006. In.: SANT’ANA, R. S.; CARMO, O. A.; LOURENÇO, E. A. S. **Questão agrária e saúde dos trabalhadores: desafios para o século XXI**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2011.

DOURADOS AGORA. **Projeto qualifica 897 trabalhadores do setor sucroalcooleiro em MS**. 2011. Disponível em: <<http://www.douradosagora.com.br/noticias/dourados/projeto-qualifica-897-trabalhadores-do-setor-sucroalcooleiro-em-ms>>. Acesso em: 22/03/2013.

D’INCAO, M. C. **Qual é a questão do bóia-fria**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

DIAS, E. F. Reestruturação produtiva: forma atual da luta de classes. **Outubro**, São Paulo, n.1, 2003. p. 45-52.

DOBB, M. **A evolução do capitalismo**. Rio de Janeiro: Zahar, 1965.

DREIFUSS, R. A. As transnacionalizações. In: DREIFUSS, R. A. **Época das perplexidades. Mundialização, globalização e planetarização: novos desafios**. Petrópolis: Vozes, 1997.

EDITORIAL. **Gabrielli: Quem desdenha, quer comprar**. Jornal Cana: Ribeirão Preto, Dez., 2009.

EDITORIAL. Uma outra cara no setor. **Jornal Cana**: Ribeirão Preto, Abr., 2010.

EID, F. Progresso técnico na agroindústria sucroalcooleira. **Informações Econômicas**. São Paulo, v.26, n.5, 1996.

ELIAS, D. **Globalização e agricultura**. São Paulo: Edusp, 2003.

ENGELS, F. A situação da classe operária na Inglaterra. In: **Karl Marx e Friedrich Engels (Textos I)**. Edições Sociais, [19] .

EPE. **Análise de Conjuntura dos Biocombustíveis**. Ano 2012. Brasília: EPE, 2013.

EURICO, R. J. **História da Comissão Pastoral da Terra (MS) 1978-1992**. Campo Grande/MS: CPT, 2000.

FABRINI, J. E. **A Posse da Terra e o Sem-Terra no Sul do Mato-Grosso do Sul: o caso Itaquiraí/MS**. Presidente Prudente/SP: UNESP, 1996. (Mestrado em Geografia).

FABRINI, J. E. **A resistência camponesa nos assentamentos de sem-terra**. Cascavel/PR: EDUNIOESTE, 2003.

FABRINI, J. E. A posse e concentração de terra no sul de Mato Grosso do Sul. In.: ALMEIDA, R. A. (Org.). **A questão agrária em Mato Grosso do Sul**. Campo Grande/MS: UFMS, 2008. p.53-79.

FAKER, J. N. **A cana nossa de cada dia: saúde mental e qualidade de vida em trabalhadores rurais de um usina de álcool e açúcar de Mato Grosso do Sul**. Campo Grande/MS: UCDB, 2009. (Mestrado em Psicologia).

FARIAS, M. F. L. de. **Acampamento América Rodrigues da Silva: esperanças e desilusões na memória dos caminhantes que lutam pela terra**. Dourados/MS: Fundo de Investimentos Culturais de MS; Dinâmica, 2006.

FERNANDES, B. M. **Agronegócio e Reforma Agrária**. Presidente Prudente/SP, 2005. (Mimeografado)

FERNANDES, B. M. **A formação do MST no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2000.

FERNANDES, B. M. O movimento dos trabalhadores rurais sem terra e a territorialização da luta pela terra no Brasil. **Caderno Prudentino de Geografia**. Presidente Prudente/SP, n. 14., 1992.

FERNANDES, B. M. **Questão agrária, pesquisa e MST**. São Paulo: Cortez, 2001.

FERNANDES, D. R. D. O pentecostalismo entre os Terena em Brasilândia MS: um estudo de suas práticas sócio-culturais. In.: **Anais da IX Semana de História**. (2006: Três Lagoas, MS). MARTIN, Andrey Minin et al. (Orgs.) Campo Grande/MS: UFMS, 2007. p. 27-37.

FERRANTE, V. L. S. B. Assentamentos rurais no território da cana: controvérsias em cena. **Revista Nera**, Presidente Prudente/SP, n.11, 2007. p. 49-61.

FERREIRA, D. A. O. Geografia agrária no Brasil: conceituação e periodização. **Terra Livre**. São Paulo, n. 16, 2001. p. 39-70.

FETAGRI. **Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Mato Grosso do Sul**. Campo Grande/MS, 09 p. (Transcrição Mimeografada).

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**. São Paulo: Loyola, 1996.

FRANÇA JUNIOR, L. B. O biocombustível como elemento da barbárie para a classe-que-vive-do-trabalho. In: **IX Jornada do Trabalho**. Catalão-GO. Anais..., 2009.

FURTADO, C. **O mito do desenvolvimento econômico**. São Paulo: Círculo do Livro, 1974.

G1. **Por falta de mão de obra, usinas de cana dão cursos de capacitação**. 05/02/2013. Disponível em: <<http://g1.globo.com/sp/ribeirao-preto-franca/noticia/2013/02/por-falta-de-mao-de-obra-usinas-de-cana-dao-cursos-de-capacitacao.html>>. Acesso em: 15/04/2013.

GAUDEMAR, J. P. **Mobilidade do trabalho e acumulação do capital**. Lisboa: Stampa, 1977.

GNACCARINI, J. C. A. **Estado, ideologia e ação empresarial na agroindústria açucareira do Estado de São Paulo**. São Paulo:USP, 1972. (Doutorado)

GÖETTERT, J. D. **Introdução da história do movimento sindical**. Cuiabá/MT: SINTEP, 2001.

GOMES, H. Capitalismo X proteção ambiental. **Boletim Goiano de Geografia**. Goiânia, n. 1/2, 1989. p.127-144.

GÓMEZ, J. R. M. Crítica ao conceito de desenvolvimento. **Revista Pegada**, Presidente Prudente/SP, n.1, v. 3, 2002. p. 20-32.

GÓMEZ, J. R. M. O “desenvolvimento” como mecanismo de controle social: desdobramentos escalares. **Revista Pegada Eletrônica**. Presidente Prudente/SP, n. 1, v.6, 2005. p.53-57.

GÓMEZ, J. R. M. **Políticas públicas de desenvolvimento rural e o projeto de Reforma Agrária do MST no noroeste do Paraná**. Maringá/PR: UEM, 2002. (Mestrado em Geografia).

GONÇALVES, A. S.; VARGAS, I. A. Índios Terena da Aldeia Ipegue nas usinas de Cana-de-açúcar. In.: **Anais 3º Seminário Povos indígenas e sustentabilidade**. Campo Grande/MS: UCDB, 2009. p. 01-05. (Resumo Expandido).

GONÇALVES, W. R. **Secretaria do Estado de desenvolvimento agrário, de produção, da indústria, do comércio e do turismo – SEPROTUR**. Campo Grande/MS, 23 p., julho de 2007 (Transcrição mimeografada).

GOULART, M. P. Ministério público, meio ambiente e questão agrária. **Reforma Agrária**. São Paulo, n. 2, 2006. p. 143 – 163.

GREGORY, D.; OLIVEIRA, M.F.B.A. **O desenvolvimento de ambiente favorável no Brasil para a atração de investimento estrangeiro direto, 2005**. Disponível em: <<http://www.wilsoncenter.org/events/docs/brazil.atracaodeIED.pdf>> Acesso em: 27/06/2013.

GRZYBOWSKI, C. **Caminhos e descaminhos dos movimentos sociais no campo**. Petrópolis: Vozes/EASE, 1987.

GUANAIS, J. B. Impasses do processo de trabalho da agroindústria canavieira: corte manual da cana e pagamento por produção. In: SILVA, M. A de M; ALVES, F; PEREIRA, J. C. A. **Agrocombustíveis Solução? a vida por um fio no eito dos canaviais**. São Paulo: Centro de Capacitação da Juventude, 2008. p. 49-57.

GUIMARÃES, A. V. **Mato Grosso do Sul, sua evolução histórica**. Campo Grande/MS: UCDB, 1999.

HARVEY, D. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.

HARVEY, D. La producción de configuraciones espaciales: las movilidades geográficas del capital y el trabajo. In: **Los límites del capitalismo y la teoría marxista**. México: Fondo de cultura, 1990.

HARVEY, D. Transformação político-econômica do capitalismo. In: **Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. São Paulo: Loyola, 1992. p. 115-184.

HECK, E. Soberania alimentar e o flagelo da fome. **Correio da Cidadania**. 24 de abril de 2008. (Entrevista concedida).

HESPANHOL, A. N. A expansão da agricultura moderna e a integração do Centro-Oeste brasileiro à economia nacional. **Caderno Prudentino de Geografia**. Presidente Prudente/SP, n. 22, 2000. , p. 7-26.

HESPANHOL, A. N. **Dinâmica Agroindustrial, Intervenção Estatal e a Questão do Desenvolvimento da Região de Andradina – SP**. Rio Claro/SP: UNESP, 1987. (Doutorado).

HOBBSAWN, E. **A era dos extremos: o breve século XX – 1914 – 1991**. São Paulo/SP: Cia das Letras, 1995.

HOBBSAWM, E. Do feudalismo para o capitalismo. In: SWEEZY, P. et al. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

HOLANDA FILHO, R. Presidente da Biosul. Dourados/MS, 19 p., 2010. (Transcrição mimeografada).

IAMAMOTO, M. V. O trabalho no canavial: sofrimento e rebeldia na luta pela defesa da vida In: NOVAES, J. & ALVES, F. **No eito da cana: exploração do trabalho e luta por direitos na região de Ribeirão Preto**, São Carlos: Rima Editora, 2003. p. 69-71.

IANNI, O. A formação do proletariado rural no Brasil – 1971. In: STEDILE, J. P. (Org.) **A questão agrária no Brasil: o debate na esquerda: 1960 – 1980**. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

IANNI, O. **Estado e capitalismo**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

JANK, M. **Presidente da UNICA**. Dourados/MS, 7 p., 2010 (Transcrição mimeografada).

JOHNSON, A. G. **Dicionário de Sociologia: guia prático da linguagem sociológica**. Trad. Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

KAUTSKY, K. **A questão agrária**. Rio de Janeiro: Laemmert, 1968.

LAMOSO, L. P. Transformações recentes no território sul-mato-grossense. **Revista de Geografia**. Campo Grande/MS, n. 10, 1999. p. 31-43.

LAMOSO, L. P. (Org.) **Transportes e políticas públicas em Mato Grosso do Sul**. Dourados/MS: UFGD, 2008.

LEAL, H. M. Q. A família Ometto: breve análise da construção corporativo-territorial do Grupo Cosan no interior paulista. **Geografia em Questão**. Marechal Cândido Rondon/PR, v.04, n.01, 2011. p. 29-42.

LEFEBVRE, H. **A re-produção das relações de produção**. Porto: Escorpião, 1973.

LENIN, L. U. **O Estado e a revolução**. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

LENIN, L. U. **O Imperialismo, fase superior do capitalismo**.

LESSA, S. **Trabalho e proletariado no capitalismo contemporâneo**. São Paulo: Cortez, 2007.

LIMA, E. Toyota: a inspiração japonesa e os caminhos do consentimento. In: ANTUNES, R. (Org.) **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2006.

LIMA, M. H. F. **Ministério Público Federal**. Dourados/MS, 9 p., 2007. (Transcrição mimeografada)

LIMA, P. A. **Transformações da paisagem nos municípios de Fátima do Sul, Glória de Dourados e Deodópolis, região meridional de Mato Grosso do Sul**. Rio Claro/SP: UNESP, 2006. (Doutorado).

LINHART, D. **A desmedida do capital**. São Paulo: Boitempo, 2007.

LOWY, M. A natureza e o meio ambiente: os limites do planeta. In.: MENEGAT, M; FONTES, V.; BEHRING, E. R. **Dilemas da humanidade** – diálogo entre civilizações. Rio de Janeiro: Contraponto, 2008.

LUTTI, A. C. C. **Acampamentos indígenas e ocupações**. Dourados: UFGD, 2009. (Mestrado em Geografia).

MALAGUTI, M. L. **Crítica a razão informal**: imaterialidade do assalariado. São Paulo: Boitempo, 2000.

MARECO, R. E. **Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Nova Alvorada do Sul**. Nova Alvorada do Sul/MS, 5p., 2012. (Transcrição mimeografada)

MARINOV, M.A.; MARINOVA, S.T. Foreign direct investment in the emerging markets of Central and Eastern Europe: motives and marketing strategy. In: Globalization, the multinationals firms and emerging economies. In: YAPRAK, A. TUTEK, H. (org.). **Advances in International Marketing**. New York: Elsevier Science, 2000.

MARQUES, M. I. M. O conceito de espaço rural em questão. **Terra Livre**. São Paulo, n.19, 2002. p. 95-112.

MARTINS, C. E. Superexploração do trabalho e acumulação de capital: reflexões teórico-metodológicas para uma economia política da dependência. **Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política**. Rio de Janeiro/RJ, nº 5, 1999. p. 121-138.

MARTINS, D.; VANALLI, S. **Migrantes**. São Paulo: Contexto, 2004.

MARTINS, J. S. **A imigração e a crise do Brasil agrário**. São Paulo: Pioneira, 1973.

MARTINS, J. S. **Não há terra para plantar neste verão**. Petrópolis: Vozes, 1986.

MARTINS, J. S. **Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano**. São Paulo: Hucitec, 1997.

MARTINS, J. S. **O poder do atraso: ensaios de Sociologia da História Lenta**. São Paulo: Hucitec, 2001.

MARTINS, J. S. **A sociabilidade do homem simples**. São Paulo: Contexto, 2008.

MARX, K., ENGELS, F. O manifesto comunista.

MARX, K. A chamada acumulação primitiva. In: **O capital**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

MARX, K. **Manuscritos econômicos–filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2008.

MARX, K. **O capital**. Crítica da economia política. Livro primeiro. Trad. Regis Barbosa; Flávio R. Kothe. São Paulo: Nova Cultura, 1985.

MARX, K. **O capital: Crítica da economia política**. Livro primeiro. O processo de produção do capital. Vol. II. Trad. Reginaldo Sant'Anna. São Paulo: Bertrand Brasil/Difel, 1987.

MARX, K. Queda da taxa de lucro. In: **O capital**. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

MARX, K. **Trabalho assalariado e capital & Salário, preço e lucro**. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

MARX, K., ENGELS, F. **A ideologia alemã**. São Paulo: Martin Claret, 2006.

MELLO, M. H.; SANTOS, C. A expansão canavieira em Goiás e suas implicações sócio-econômico-ambientais. **Boletim Goiano de Geografia**. Goiânia, n. 1/2, 1984. p. 63-75.

MENDES, L. O. **Territorialidade do Trabalho, expansão do capital e as respostas do Senai em Catalão (GO) no século XXI: uma contribuição à Geografia do trabalho**. Presidente Prudente/SP: UNESP, 2007. (Mestrado em Geografia).

MENDONÇA, M. R. **A urdidura espacial do capital e do trabalho no cerrado do sudeste goiano**. Presidente Prudente/SP: UNESP, 2004. (Doutorado).

MENEGAT, M. A face e a Máscara: a barbárie da civilização burguesa. Presidente Prudente/SP, **Revista Pegada Eletrônica**, v.8, n.2, 2007. p. 27-46.

MENEGAT, M. **O olho da barbárie**. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

MENEZES, M. A. **Redes e enredos nas trilhas dos migrantes: um estudo de famílias de camponeses-migrantes**. Rio de Janeiro: Relume Dumará; João Pessoa: EDUFPB, 2002.

MÉSZÁROS, I. **A necessidade do controle social**. São Paulo: Ensaio, 1993.

MÉSZÁROS, I. **A ordem do capital no metabolismo social da reprodução: ensaios** Ad Hominem 1. São Paulo: Estudos e Edições Ad Hominem, 1999.

MÉSZÁROS, I. A crise estrutural do capital. **Outubro**, São Paulo, n. 4, 2000. p. 7-16.

MÉSZÁROS, I. **O desafio e o fardo do tempo histórico: o socialismo no século XXI**. São Paulo: Boitempo, 2008.

MÉSZÁROS, I. **Para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2002.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. **Relatório de Fiscalização Comvap**. Terezina/PI: FETAG, 2002.

MIZUSAKI, M. Y. Mato Grosso do Sul: Impasses e perspectivas no campo. Goiânia/GO. **Terra Livre**, v.02, n. 25, 2005. p. 81-93.

MIZUSAKI, M. Y. **Território e reestruturação produtiva na avicultura**. Dourados/MS: UFGD, 2009.

MONTEIRO, C. A. F. **A questão Ambiental no Brasil: 1960-1980**. São Paulo: IGEOG/USP, 1981. (Série Teses e Monografias).

MORAES, M. A. F. D. **A desregulamentação do setor sucroalcooleiro do Brasil**. Americana, SP: Caminho Editorial, 2000.

MORAES, M. A. F. D. Indicadores do mercado de trabalho do sistema agroindustrial da Cana-de-Açúcar do Brasil no período de 1992-2005. **Estudos Econômicos**, São Paulo, v.37, n.4, 2007. p. 1-29.

MORAES, M. A. F. D.; SHIKIDA, P. F. A. (Orgs.) **Agroindústria canavieira no Brasil: evolução, desenvolvimento e desafios**. São Paulo: Atlas, 2002.

MORAES, S. M. A. Agronegócio: a reivenção da colônia. In.: MORAES, S. M. A.; ALVES, F.; PEREIRA, J. C. A. **Agrocombustíveis solução?** São Paulo: CCJ, 2008.

MORAES, S. M. A. Se eu pudesse, eu quebraria todas as máquinas. In: ANTUNES, R., MORAES, S. M. A. (Org.) **O avesso do Trabalho**. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

MOREIRA, F. P. E. **Expansão, concentração e concorrência na agroindústria canavieira de São Paulo**. Campinas/SP: UNICAMP, 1987. (Mestrado).

MOREIRA, R. **O movimento operário e a questão cidade-campo no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1985.

MOREIRA, R. A Geografia serve para desvendar máscaras sociais. In: **Geografia, teoria e crítica: o saber posto em questão**. Petrópolis: Vozes, 1982. p. 33-63.

MOREIRA, R. Modelo Industrial e meio ambiente no espaço brasileiro. **Geographia**. Rio de Janeiro, n.9, 2003. p. 7-28.

MOREIRA, R. Os Períodos Técnicos e os Paradigmas do Espaço do Trabalho. **Revista Ciência Geográfica**. Bauru, n.16, 2000. p.04-08.

MORETTI, E. C., CALIXTO, M. J. M. S. (Orgs.) **Geografia e produção do espaço regional**: Sociedade e ambiente. Campo Grande/MS: Ed. UFMS, 2003.

MOREYRA, S. P. Introdução. In.: **Comissão Pastoral da Terra, Trabalho escravo no Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Loyola, 1999. p.11-34.

MOTA, J. G. B. A violência contra os povos indígenas no estado de Mato Grosso do Sul. In.: **XV Encontro Nacional de Geógrafos**. São Paulo, 2008. p.01-14.

MOURA, A. B.. **Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Mato Grosso do Sul – FETAGRI/MS**. Campo Grande/MS, 09 p., julho de 2007. (Transcrição mimeografada).

NASCIMENTO, C. A. O. **Concentração e centralização de capitais na agroindústria brasileira na década de 1990**. São Carlos/SP: UFSCAR, 2001. (Mestrado Engenharia de Produção).

NORBERT, E.; SCOTSON, J. L. **Os estabelecidos e os outsiders**. Rio de Janeiro: ZAHAR, 2000.

NOVAES, R. & ALVES, F. (Orgs.). **Migrantes: Trabalho e Trabalhadores no Complexo Agroindustrial Canavieiro (os heróis do agronegócio brasileiro)**. São Carlos: EDUFSCar, 2007. p. 21-54.

OLIVEIRA, A. M. S. As novas fronteiras do agronegócio canavieiro no Brasil: tecendo leituras sobre as condições de trabalho e a segurança alimentar. **Presidente Prudente/SP, Pegada**, V.8, N.1, 2007. p. 47-75.

OLIVEIRA, A. M. S. **A relação capital – trabalho na agroindústria sucroalcooleira paulista e a intensificação do corte mecanizado**: gestão do trabalho e certificação ambiental. Presidente Prudente/SP: UNESP, 2003. (Mestrado em Geografia)

OLIVEIRA, A. M. S. **Reordenamento territorial e produtivo do agronegócio canavieiro no Brasil e os desdobramentos para o trabalho**. Presidente Prudente/SP: UNESP, 2009. (Doutorado)

OLIVEIRA, A. U. **A agricultura camponesa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2001.

OLIVEIRA, A. U. Agricultura e Indústria no Brasil. **Boletim Paulista de Geografia**, n.57. Associação dos Geógrafos Brasileiros. São Paulo, AGB, 1981.

OLIVEIRA, A. U. Barbárie e Modernidade: As transformações no campo e o agronegócio no Brasil. **Terra Livre**. n.21. São Paulo: AGB, 2003. p. 113-156.

OLIVEIRA, A. U. Crise alimentar é o resultado do livre mercado e do abandono da política agrária. **Correio da Cidadania**. 30 de abril de 2008. (Entrevista concedida).

OLIVEIRA, A. U. É uma mentira dizer que no Brasil a terra é produtiva. **IHU On-Line**. 10 de janeiro de 2011. (Entrevista concedida).

OLIVEIRA, A. U. **Modo capitalista de produção e agricultura**. São Paulo: Ática, 1986.

OLIVEIRA, F.; RIZEK, C. S. (Orgs.). **A era da indeterminação**. São Paulo: Boitempo, 2007.

OLIVEIRA, F. **Crítica à razão dualista**. São Paulo: Boitempo, 2008.

OLIVEIRA, M. A.. **Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Dourados**. Dourados/MS, 7 p., agosto de 2007. (Transcrição mimeografada).

OLIVEIRA, T.C. M.. **Agroindústria e reprodução do espaço**. Campo Grande/MS: UFMS, 2004.

PASIN, R. M.; NEVES, M. F. **Fusões, aquisições e internacionalização da agroindústria sucroa-alcooleira**. 2001. p.01-09. Disponível em: <<http://www.fearp.usp.br/egna/resumos/Pasin.pdf>>. Acesso em: 29 agosto de 2011.

PAULETTI, M. **Comissão de Erradicação e Fiscalização das Condições de Trabalho**. Campo Grande/MS, 08 p., julho de 2007. (Transcrição mimeografada).

PAULETTI, M. **Comissão de Erradicação e Fiscalização das Condições de Trabalho**. Presidente Prudente/SP, 02 p., setembro de 2011. (Entrevista por *e-mail*).

PELEGRINO, A. **Trabalho rural**. São Paulo? LTr, 1985.

PEREIRA, A. **A superexploração do trabalho nas carvoarias de Ribas do Rio Pardo MS**. Presidente Prudente/SP: UNESP, 2006. (Mestrado em Geografia)

PEREIRA, C. R. A dignidade da pessoa humana e o tráfico de pessoas. **Revista do Ministério Público do Trabalho do MS**. Campo Grande/MS, n.02, 2008. p. 27-53.

PEREIRA, N. S. **Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Fabricação de Alcool e Açúcar de Nova Alvorada do Sul**. Nova Alvorada do Sul, 06 p., março de 2012. (Transcrição mimeografada).

PEREIRA, J. C. A. O lugar é bom para viver, mas a condição não dá In: In: SILVA, M. A de M; ALVES, F; PEREIRA, J. C. A. **Agrocombustíveis Solução? a vida por um fio no eito dos canaviais**. São Paulo: Centro de Capacitação da Juventude, 2008. p. 58-71.

POCHMANN, M. **Emprego na globalização**. São Paulo: Boitempo, 2007.

PORTO-GONÇALVES, C. W. **A globalização da natureza e a natureza da globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

PORTO-GONÇALVES, C. W. **Os descaminhos do meio ambiente**. São Paulo: Contexto, 2010.

PORTO-GONÇALVES, C. W. **Paixão da Terra**. Rio de Janeiro: Rocco, 1984.

POULANTZAS, N. **Estado, poder e socialismo**. Rio de Janeiro: Graal, 1978.

PRADO JÚNIOR, C. **A questão agrária no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1979.

PEBAYLE, R.; KOECHILIN, J. **As frentes pioneiras de Mato Grosso do Sul: abordagem geográfica e ecológica**. São Paulo: Espaço e Conjuntura/USP, 1981.

PRESSINOTT, F. Usinas de cana devem entrar em nova fase de consolidação. **Valor Econômico**. 29/05/2012. Disponível em: <<http://www.valor.com.br/empresas/2681334/usinas-de-cana-devem-entrar-em-nova-fase-de-consolidacao#ixzz2PhPbGYHI>>. Acesso em: 01/02/2013.

RAMOS, P. Financiamentos subsidiados e dívidas de usineiros no Brasil: uma história secular e ... atual? **História econômica & história de empresas**. São Paulo, XIV. 2, 2011. p.07-32,

RAMOS, P. Terra e trabalho na história recente (1930-1985) da agroindústria canavieira do Brasil. **Revista Reforma Agrária (ABRA)**. São Paulo, v. 34, n.1, 2007. p.35-66,

RAMOS, P. **Um estudo da evolução e da estrutura da agroindústria canavieira no Estado de São Paulo**. Brasília: FGV, 1983. (Mestrado).

RAMOS, P. O futuro da ocupação na agroindústria canavieira do Brasil: Uma discussão dos trabalhos disponíveis e um exercício de estimacão. **Alcoolbrás**. São Paulo, n.114, 2008.

RANIERI, J. **A Câmara Escura: alienação e estranhamento em Marx**. São Paulo: Boitempo, 2001.

RANIERI, J. Alienação e estranhamento: a atualidade de Marx na crítica contemporânea do capital. In.: **III Conferência Internacional La Obra de Carlos Marx y los desafios del Siglo XXI**. Havana, 2006.

RIBEIRO, J. C.; THOMAZ JÚNIOR, A. O movimento sindical e a exclusão social. **Revista Novos Rumos**. Curitiba, AGB, n.6, 2001, p.01-15.

RODRIGUES, R. I. **Empresas estrangeiras e fusões e aquisições: Os casos dos ramos de autopeças e de alimentação/bebidas em meados dos anos 90**. In.: Textos para Discussão nº622, IPEA, 1999.

ROSSO, S. D. **Mais trabalho: a intensificação do labor na sociedade contemporânea**. São Paulo: Boitempo, 2008.

RUAS, D. G. G. **O processo da concentração das unidades sucroalcooleiras do Estado de São Paulo: 1970 – 1992.** Rio Claro/SP: UNESP, 1996. (Doutorado).

SANTOS, A. O. A nova face da velha barbárie. **Revista Pegada**, Presidente Prudente/SP, v.8, n.2, 2007. p. 47-54.

SANTOS, B. S. **Produzir para viver: Os caminhos da produção não capitalista.** Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 2002.

SANTOS, M. **A natureza do espaço.** São Paulo: Hucitec, 1997.

SANTOS, M. **Metamorfoses do espaço habitado.** São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, M. **O Espaço Dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos.** Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1979.

SANTOS, M. **Pensando o espaço do homem.** São Paulo: Edusp, 2007.

SHANIN, T. **La classe incómoda.** Madrid: Alianza Editorial, 1983.

SCHLESINGER, S. **Cooperação e investimentos internacionais do Brasil: A internacionalização do etanol e do biodiesel.** FASE, 2012.

SILVA, C. G. **As exposições agropecuárias e o poder local em Araçatuba- SP.** Presidente Prudente/SP: UNESP, 2003. (Mestrado em Geografia).

SILVA, I. Z. **Contratação de trabalhadores indígenas pelas usinas de álcool e açúcar de Mato Grosso do Sul.** Campo Grande/MS: UCDB, 2002. (Bacharelado em Direito).

SILVA, J. G. **Progresso técnico e relações de trabalho na agricultura.** São Paulo: Hucitec, 1981.

SILVA, J. S. **Alternativas produtivas no Assentamento Campanário, São Gabriel do Oeste/MS.** Presidente Prudente/SP: CAGEO, 2011.

SILVA, J. V. T. **Os colonos do vinho: estudo sobre a subordinação do trabalho camponês ao capital.** São Paulo: Hucitec, 1984.

SILVA, M. A de M; ALVES, F; PEREIRA, J. C. A. **Agrocombustíveis Solução? a vida por um fio no eito dos canaviais,** São Paulo: Centro de Capacitação da Juventude, 2008. p. 4-18.

SILVA, M. A. de M. A morte ronda os canaviais paulistas. **Revista Reforma Agrária.** São Paulo. n. 2, 2006. p.111-141.

SILVA, M. A. de M. Trabalho e Trabalhadores na região do “Mar de cana e do Rio de álcool” In: NOVAES, R. & ALVES, F. (Orgs.). **Migrantes: Trabalho e Trabalhadores**

no Complexo Agroindustrial Canavieiro (os heróis do agronegócio brasileiro), São Carlos: EDUFSCar, 2007. p. 55-86.

SINGER, P. **Globalização e desemprego**. São Paulo: Contexto, 2006.

SINGER, P. Migrações Internas: Considerações teóricas sobre o seu estudo. In: **Economia Política da Urbanização**. São Paulo: Brasiliense, 1979, p. 29-60.

SIQUEIRA, P. H. L.; CASTRO JUNIOR, L. G. **Fusões e aquisições das unidades produtivas e da agroindústria de Cana-de-açúcar no Brasil e nas distribuidoras de álcool hidratado etílico**. RESR, 2010, vol.48, n.4, p. 709-735. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/resr/v48n4/a09v48n4.pdf>> Acesso em: 01/02/2013.

SIQUEIRA, S. **Endividamento leva usinas à venda**. Estadão Online. 02 de abril de 2012. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/noticias/impreso,endividamento-leva-usinas-a-venda-.856484,0.htm>>. Acesso em: 17/03/2013.

SIQUEIRA, V. M. **De agroindústria a assentamento**: estudo de caso sobre a atuação dos intelectuais de tipo rural no processo de Reforma Agrária da Malvina. Rio de Janeiro: Universidade Severino Sombra, 2001. (Mestrado)

SMITH, N. Contornos de uma política espacializada: Veículos dos sem-teto e produção de escala geográfica. In: ARANTES, A. **O espaço da diferença**. São Paulo: Papirus, 2000.

SMITH, Neil. **Desenvolvimento desigual**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

SOUSA, E. L. L.; MACEDO, I. C. **Etanol e bioeletricidade**: a Cana-e-açúcar no futuro da matriz energética. - São Paulo: Luc Projetos de Comunicação, 2010.

SOUZA, S. M. R. **A emergência do discurso do agronegócio e a expansão da atividade canavieira: estratégias discursivas para a ação do capital no campo**. Presidente Prudente/SP: UNESP, 2011. (Doutorado).

SOUZA, S. M. R. A expansão da atividade canavieira no estado de São Paulo: a locomotiva do país e o retrato do atraso nas relações de trabalho. In: **IX Jornada do Trabalho**. Catalão/GO, Anais Eletrônicos, 2009.

SOUZA, S. M. R. O discurso jornalístico: as marcas de representação de classe. **Revista Pegada Impressa**. Presidente Prudente/SP. V. 02, N. 01, 2001. p.01-08.

SOUZA, S. M. R.; THOMAZ JÚNIOR, A. O discurso jornalístico e o movimento dos trabalhadores rurais sem terra. **Revista Ciência Geográfica**. Bauru, n.22, 2002. p.24-31.

SZMRECSÁNYI, T.; MOREIRA, E. P. O desenvolvimento da agroindústria canavieira do Brasil desde a segunda guerra mundial. **Estudos Avançados**, v. 5, n. 11, jan./abr. 1991. p.

SZMRECSANYI, T. Burguesia colonial e mercado externo dominam o agronegócio. **Correio da Cidadania**. 30 de Janeiro de 2008. (Entrevista concedida).

SZMRECSANYI, T. **O Planejamento da agroindústria canavieira do Brasil (1930-1975)**. São Paulo. Hucitec, 1979.

TAMANINI, P. C. **Secretaria de Desenvolvimento Sustentável de Ivinhema**. Ivinhema/MS, 02 p., Fevereiro de 2012. (Transcrição mimeografada).

TEIXEIRA, M. A. **As mudanças agrícolas no Mato Grosso do Sul: o exemplo da Grande Dourados**. São Paulo (S.N.), 1989.

TERRA, A. **A organização do espaço rural na microrregião geográfica de Dourados – MS**. Maringá/PR: UEM, 2004. (Mestrado).

TERRA, A. Uma análise da modernização agrícola do município de Naviraí/MS: Resultados preliminares. XVI ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 2002. In: **Anais...** Petrolina/PE, 2002.

THOMAZ JUNIOR, A. “Leitura” Geográfica da Práxis Social do Trabalho. **Revista Pegada Eletrônica**, Presidente Prudente/SP, v.6, 2005. p.07-18.

THOMAZ JUNIOR, A. A Geografia do mundo do trabalho na viragem do século XXI. **Geosul**, Florianópolis, n. 37, 2004. p.7-26

THOMAZ JUNIOR, A. **A territorialização do monopólio: as Agroindústrias Canavieiras em Jaboticabal**. São Paulo: USP, 1989. (Mestrado em Geografia)

THOMAZ JUNIOR, A. Câmara Setorial e o Novo Cenário Institucional: Gestão Territorial da Relação Capital-Trabalho e Movimento Sindical. **Revista Ciência Geográfica**, Bauru/SP, n.11, 1999. p. 22-28.

THOMAZ JUNIOR, A. Desafios teóricos para a Geografia do trabalho no século XXI. In.: THOMAZ JUNIOR, A.; FRANÇA JUNIOR, L. (Orgs.) **Geografia e trabalho no século XXI**. Presidente Prudente/SP: Centelha, v. 4, 2009. p. 162-217.

THOMAZ JUNIOR, A. **Dinâmica geográfica do trabalho no século XXI**. (Limites explicativos, autocrítica e desafios teóricos). 997p. Tese (Livre Docência) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2009.

THOMAZ JUNIOR, A. **Geografia passo-a-passo: ensaios críticos dos anos 90**. Presidente Prudente/SP: Centelha, 2005.

THOMAZ JUNIOR, A. Leitura Geográfica e Gestão Político-Territorial na Sociedade de Classes. **Boletim Gaúcho de Geografia**, n.24. Porto Alegre/RS: AGB, 1998. p.31-42.

THOMAZ JUNIOR, A. Não há nada de novo sob o sol num mundo de heróis! **Revista Pegada**, Presidente Prudente, v.8, 2007. p.05-25.

THOMAZ JUNIOR, A. O Agrohidronegócio no centro das disputas territoriais e de classe no Brasil do século XXI. **Campo Território: Revista de Geografia Agrária**, Uberlândia/MG, v.5, n.10, 2010. p. 92-122.

THOMAZ JUNIOR, A. O mundo do Trabalho e as transformações territoriais: Os limites da leitura geográfica. **Revista Pegada Eletrônica**, Presidente Prudente/SP, v.3, n.1, 2002. p. 06-19.

THOMAZ JUNIOR, A. O Trabalho como Elemento Fundante para a Compreensão do Campo no Brasil. **Candeia/IFAS**. a. 4, n. 6, novembro de 2003. p. 51-60.

THOMAZ JUNIOR, A. **Por Trás dos Canaviais, os Nós da Cana**. São Paulo: FAPESP, 2002a..

THOMAZ JUNIOR, A. Povoando o território da luta pela terra e pela Reforma Agrária no Brasil contemporâneo. **Revista Pegada Eletrônica**, Presidente Prudente/SP, v. 11, n. 2, 2010. p. 01-31.

THOMAZ JUNIOR, A. Reestruturação Produtiva do Capital no Campo, no Século XXI. **Revista Pegada Eletrônica**, Presidente Prudente/SP, v.5, n^{os} 1 e 2, 2004. p. 09-29.

THOMAZ JUNIOR, A.; FRANÇA JUNIOR, L. (Orgs.) **Geografia e trabalho no século XXI**. Presidente Prudente/SP: Centelha, 2009.

THOMAZ JUNIOR, A; GONÇALVES, M. A; OLIVEIRA, A. M. S. de. (Orgs.). **Geografia e Trabalho no Século XXI**, Presidente Prudente/SP: Centelha, v. 3, 2007. p. 54-83.

TOLMASQUIM, M. T. **Perspectivas e planejamento do setor energético no Brasil**. *Estud. av.* [online]. 2012, vol.26, n.74, pp. 247-260. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v26n74/a17v26n74.pdf>> Acesso em: 22/03/2013.

ULIAN, G. O amargo da cana-de-açúcar: As insalubres condições do trabalho indígena em Brasilândia, MS. In.: **Anais XI Semana de História** (2008: Três Lagoas, MS). BONFIM, Juliana da Paz et al. (Orgs.) Campo Grande/MS: UFMS, 2008. p.01-13.

UNICA. **Etanol, o retorno. UNICA na Mídia, 2013**. Disponível em: <<http://www.unica.com.br/unica-na-midia/19404741920320153336/etanol-por-cento2C-o-retorno-/>>. Acesso em: 20/03/2013.

VASAPOLLO, L. **O trabalho atípico e a precariedade**. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

VASAPOLLO, L. **Por uma política de classe: uma interpretação marxista do mundo globalizado**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

VASCONCELOS, P. A. **Sindicato dos Produtores de Açúcar e Álcool do Mato Grosso do Sul - SINDAL**. Campo Grande/MS, 19 p., julho de 2007. (Transcrição mimeografada).

VASCONCELOS, P. A. **BIOSUL**. Campo Grande/MS, 02 p., setembro de 2011. (Entrevista por *e-mail*).

VASCONCELOS, P. A. **Análise da evolução do setor sucroenergético no estado do Mato Grosso do Sul: início, onde estamos e onde podemos chegar.** Araçatuba/SP: UNIUDOP, 2012. (Especialização em Gestão Agroindustrial).

VEIGA FILHO, A. A. Novo ciclo do Proálcool: problemas derivados do aumento da produção do etanol. **Comciência.** São Paulo, 2010. p.01-03.

VIAN, C. E. F. **Expansão e diversificação do complexo agroindustrial no Centro-Sul do Brasil – 1980/1996.** São Carlos: UFSCAR, 1997. (Mestrado).

VIAN, C. E. F.; BELIK, W. Os desafios para a reestruturação do complexo agroindustrial canavieiro do Centro-sul. **Economia,** Niterói (RJ), v.4, n.1, jan./jun. 2003. p. 153-194.

VIAN, C. E. F. **Agroindústria canavieira: estratégias competitivas e modernização.** Campinas: Átomo, 2003.

VILELA, R. B. V; CUNHA, R. M. A. A experiência do Grupo especial de fiscalização móvel no combate ao trabalho escravo. In.: **Comissão Pastoral da Terra: Trabalho escravo no Brasil Contemporâneo.** São Paulo: Loyola, 1999. p.35-42.

WACQUANT, L. **As duas faces do gueto.** São Paulo: Boitempo, 2008.

WENZEL, J.I. **Etnocídio e luta dos Guarani-Kaiowá pelo tekoha.** Campo Grande: CPT/MS, 2012. p. 01-04.

DOCUMENTOS CONSULTADOS

Ajuste Complementar Divisão de Atos Internacionais S/N de 08/07/2010.

Conselho Indigenista Missionário. As violências contra os povos indígenas em Mato Grosso do Sul. Campo Grande: CIMI, 2011.

Convenção Coletiva de Trabalho para o Setor Canavieiro do estado de Mato Grosso do Sul. (Várias edições)

Em terras Alheias. A produção de soja e cana em áreas Guarani no Mato Grosso do Sul. Repórter Brasil, 2012.

Energia social para sustentabilidade local. ETH, 2010.

Excelência ETH: Empresariamento e gestão de desempenho. ETH, 2012.

Ministério Público do Trabalho. Coordenadoria Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo. (Ação Civil Coletiva)

Plano Nacional de Agroenergia. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Secretária de Produção e Agroenergia. 2 ed. rev. Brasília-DF:Embrapa, 2006.

Programa para o Setor Sucroalcooleiro. Campo Grande: Seprotur, 2002.

Secretaria de Acompanhamento Econômico. Ato de Concentração. Rio de Janeiro: MF, 2005.

Secretaria de Acompanhamento Econômico. Ato de Concentração. Rio de Janeiro: MF, 2008.

VÍDEOS CONSULTADOS

TV UDOP - FISCALIZAÇÕES E AUTUAÇÕES NO SETOR FORAM DISCUTIDAS DURANTE FEICANA (03/03/2011)

TV UDOP - CREA/MS (23/07/2010)

TV UDOP - GERENTE CORPORATIVO DA COSAN (26/07/2010)

TV UDOP - ASMEST/MS (27/07/2010)

TV UDOP - ESPECIAL MS (28 A 30/07/2010)

TV UDOP - CONHEÇA A ÁLCOOLVALE (12/12/2007)

TV UDOP – CONHEÇA A SÃO FERNANDO (19/01/2010)

SITES VISITADOS

www.adecoagro.com
www.agricultura.gov.br
www.angelicams.com.br
www.biosulms.com.br
www.campograndenews.com.br
www.cbaa.ind.br
www.canaweb.com.br
www.cimi.org.br
www.comexbrasil.gov.br
www.correiodoestado.com.br
www.costarica.ms.gov.br
www.cosan.com.br
www.diarioms.com.br
www.diarioonline.com.br
www.douradosnews.com.br
www.embrapa.br
www.energeticasantahelena.com.br
www.eth.com
www.famasul.com.br
www.fct.unesp.br/ceget
www.fetagrims.org.br
www.funai.gov.br
www.fundacaoms.org.br
www.incra.gov.br
www.itaporahoje.com
www.ldcommodities.com
www.ldsev.com
www.maracaju.ms.gov.br
www.pmna.ms.gov.br
www.portalms.com.br
www.progresso.com.br
www.riobrilhante.ms.gov.br
www.semec.ms.gov.br
www.senar.org.br
www.sidrolandia.ms.gov.br
www.tononbioenergia.com.br
www.udop.com.br
www.ufgd.edu.br
www.unica.com.br
www.usinavi.com.br
www.usinaaurora.com.br
www.usinalaguna.com.br
www.usinasitamarati.com.br
www.usinasonora-ms.com.br